



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO**  
 GABINETE DO PRESIDENTE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
 À SESSÃO  
 Distribua-se pelos Srs. Deputados  
 30/10/07  
 O Presidente,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
 ADMITIDO, NUMERE-SE E  
 PUBLIQUE-SE  
 Baixa à Comissão: Todas as Comissões  
execução de C. Económica  
 Para parecer até, 14/11/07  
30/10/07  
 O Presidente,

Exmo. Senhor  
 Chefe do Gabinete de Sua Excelência o  
 Presidente da Assembleia Legislativa da  
 Região Autónoma dos Açores  
 Rua Marcelino Lima  
 9901-858 HORTA

SAI-GAPS/2007/1203

*A Comissão de Economia*  
*criação de 22 de Novembro*

Ponta Delgada, 29 de Outubro de 2007

Para os devidos efeitos, encarrega-me Sua Excelência o Presidente do Governo Regional de remeter a V. Exa. duas propostas de Decreto Legislativo Regional, aprovadas em Conselho do Governo Regional realizado em 26 de Outubro de 2007, relativas aos assuntos abaixo indicados:

- Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2008;
- Plano Anual Regional para 2008.

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DO GABINETE

*Luís Jorge de Araújo Soares*

LUÍS JORGE DE ARAÚJO SOARES

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
 ARQUIVO  
 Entrada 3230 Proc. Nº 102  
 Data: 07/10/07

LS/MC

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
 Título: Proposta Decreto Leg. Regional  
 Ass.: Plano Anual Regional para  
2008  
 Entrada nº 23/2007 de 07/10/07  
 Arquivo nº \_\_\_\_\_  
 O Responsável,  
**LEGISLAÇÃO**  
Carla Machado



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
GOVERNO REGIONAL

a)

---

b)

---

PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

Plano Regional Anual para 2008

Nos termos das alíneas t) e u) do artigo 60º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores o Governo Regional apresenta à Assembleia Legislativa a seguinte proposta de Decreto Legislativo Regional.

Artigo 1º

É aprovado o Plano Regional Anual para 2008.

Artigo 2º

Foram ouvidos os conselhos de ilha, nos termos da alínea f) do nº 1 do artigo 89º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Artigo 3º

É publicado em anexo ao presente diploma, dele fazendo parte integrante, o documento contendo o Plano Regional Anual para 2008.

(a) Departamento Governamental  
(b) Direcção Regional



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
GOVERNO REGIONAL

a) \_\_\_\_\_

b) \_\_\_\_\_

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 26 de Outubro de 2006.

O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL

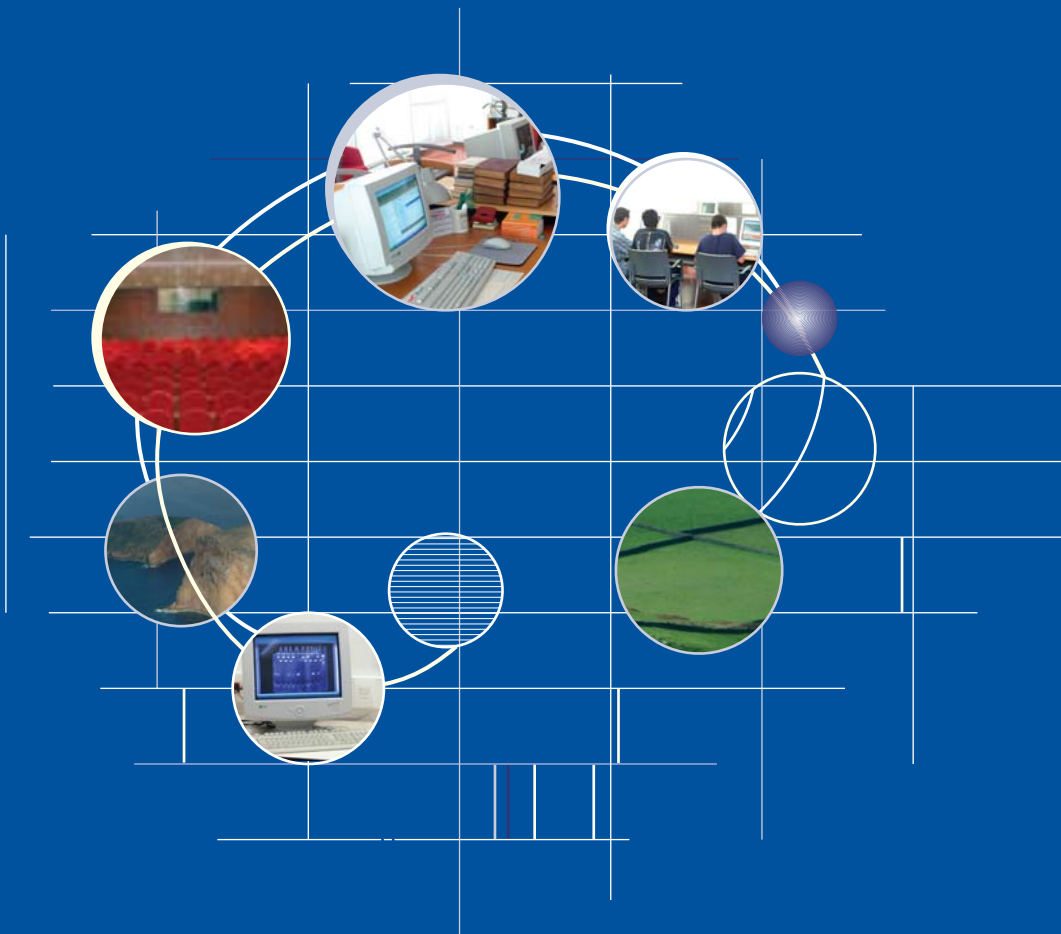
CARLOS MANUEL MARTINS DO VALE CÉSAR



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente  
Direcção Regional de Estudos e Planeamento

**2008**

# PLANO REGIONAL ANUAL



Outubro

**PROPOSTA**

10/2007

**Aprovado em Conselho de Governo  
de 26 de Outubro de 2007**



**ÍNDICE**

	<b>Pág.</b>
I. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL .....	5
II. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO .....	9
III. POLÍTICAS SECTORIAIS DEFINIDAS PARA O PERÍODO ANUAL .....	33
Qualificar os Recursos Humanos, Potenciando a Sociedade do Conhecimento.....	33
Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia .....	42
Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades .....	51
Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes .....	55
Afirmar os Sistemas Autónimo e da Gestão Pública .....	60
IV. INVESTIMENTO PÚBLICO.....	65
V. DESENVOLVIMENTO DA PROGRAMAÇÃO .....	77
VI. PROGRAMAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS DISPONÍVEIS PARA A REGIÃO DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PLANO .....	185
ANEXOS .....	225



## **INTRODUÇÃO**

A estrutura do Plano para 2008 compreende seis grandes capítulos, em que no primeiro se abordam aspectos relativos à evolução da envolvente económica externa, internacional e nacional; num segundo são apresentados elementos sobre a evolução da conjuntura económica e social da Região; no terceiro capítulo são explanadas as principais políticas sectoriais a prosseguir; no quarto são definidos os valores de investimento público e o quadro de financiamento da administração regional para o ano de 2008; no penúltimo capítulo encontra-se desenvolvida toda a programação material e financeira a executar; no sexto capítulo são referenciados elementos sobre o ponto de situação dos principais programas e iniciativas comunitárias em execução, bem como as relativas ao próximo período de programação 2007-2013 e, finalmente, em anexo, disponibiliza-se toda a informação de natureza financeira, desagregada a nível de acção, sobre a programação do Plano Regional de 2008.





## I. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL

### 1. ECONOMIA INTERNACIONAL

O ambiente económico mundial registou no ano de 2006 uma expansão significativa e, apesar de indícios de abrandamento, as perspectivas de evolução para o próximo ano correspondem a níveis de utilização de recursos suficientemente intensos para serem admitidas possibilidades de tensões inflacionistas.

O comércio internacional e as actividades produtivas continuam a registar índices significativos do ponto de vista de intensidade de crescimento, pelo menos em determinados sectores e regiões da economia global. Todavia, e por outro lado, os mercados financeiros caracterizam-se por elevados níveis de volatilidade, agravando e dificultando o cálculo do risco, de tal forma que leva a admitir-se a possibilidade de contágios às economias reais.

Neste contexto, as medidas das diversas entidades de regulação e de orientação de políticas tornam-se pertinentes do ponto de vista de mercados e de instituições.

#### Produto Interno Bruto e Desemprego

	PIB (1)			Desemprego (2)		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
<b>EUA</b>						
Comissão Europeia.....	3,3	2,2	2,7	4,6	4,7	5,0
FMI.....	3,3	2,2	2,8	4,6	4,8	5,0
<b>Japão</b>						
Comissão Europeia.....	2,2	2,3	2,1	4,1	4,1	4,2
FMI.....	2,2	2,3	1,9	4,1	4,0	4,0
<b>China</b>						
Comissão Europeia.....	10,7	10,5	10,4	4,1	4,0	4,0
FMI.....	10,7	10,0	9,5	-	-	-
<b>EUR 27</b>						
Comissão Europeia.....	3,0	2,9	2,7	7,9	7,2	6,7
FMI.....	1,8	2,4	2,3	-	-	-
<b>Área do Euro</b>						
Comissão Europeia.....	2,7	2,6	2,5	7,9	7,3	6,9
FMI.....	2,6	2,3	2,3	7,7	7,3	7,1

Fontes: CE, Economic Forecasts, Primavera 2007; FMI, World Economic Outlook, Abril 2007.

(1) PIB: CE, Real GDP growth; FMI, Annual percent change of Real GDP.

(2) Desemprego: CE, Unemployment as % of total labour force; FMI, Percent of labor force.

As organizações internacionais têm apresentado previsões de crescimento económico tendencialmente em baixa, mas de forma mais circunscrita a determinados espaços. Efectivamente, há outros onde a conjugação do ritmo empresarial interno face às respectivas condições de financiamento é capaz de gerar condições e processos de crescimento de emprego, de rendimento disponível e de consumo.

Neste sentido compreende-se a necessidade de políticas monetárias “acomodatícias”, apesar de necessidades de liquidez mais acentuadas na sequência da crise do crédito hipotecário de alto risco nos Estados Unidos da América do Norte.

Em termos de políticas orçamentais têm-se registado medidas de consolidação orçamental com redução significativa do défice que, todavia, deverão prosseguir para evitar que se repitam as experiências anteriores, quando a preparação insuficiente para o abrandamento económico deu origem a excessivos rácios de défice em prazos de tempo muito curtos.

#### Preços e Saldos Orçamentais

	Preços no Consumidor (1)			Saldo Orçamental (2)		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
<b>EUA</b>						
Comissão Europeia.....	3,2	2,3	1,9	-2,3	-2,6	-2,9
FMI.....	3,2	1,9	2,5	-2,6	-2,5	-2,5
<b>Japão</b>						
Comissão Europeia.....	-0,3	-0,1	0,3	-4,6	-3,9	-3,5
FMI.....	0,2	0,3	0,8	-4,3	-3,8	-3,5
<b>China</b>						
Comissão Europeia.....	-	-	-	-0,4	-0,6	-0,6
FMI.....	1,5	2,2	2,3	-	-	-
<b>EUR 27</b>						
Comissão Europeia.....	2,3	2,2	2,1	-1,7	-1,2	-1,0
<b>Área do Euro</b>						
Comissão Europeia.....	2,2	1,9	1,9	-1,6	-1,0	-0,8
FMI.....	2,2	2,0	2,0	-1,6	-1,2	-1,1

Fontes: CE, Economic Forecasts, Primavera 2007; FMI, World Economic Outlook, Abril 2007.

(1) Preços no consumidor: CE, General Index of consumer prices; FMI, Annual percent change of Consumer Prices.

(2) Saldo orçamental: CE, General government balance as a percentage of GDP; FMI, General government fiscal balances as a percentage of GDP.

## 2. ECONOMIA NACIONAL

As perspectivas de evolução da economia portuguesa para o próximo ano de 2008 apontam no sentido da recuperação de um certo crescimento por via de dinâmicas em desenvolvimento e de condições de sustentabilidade.

O aumento do ritmo de crescimento previsto para a actividade económica decorre sobretudo da aceleração da procura interna. A procura externa continuará a registar variações positivas através de exportações a integrarem-se em processos de gradual adaptação a alterações do padrão de vantagens comparativas a nível global mas, até por condições de conjuntura nos mercados compradores, a sofrerem desaceleração de crescimento.

O pressuposto de crescimento da procura interna baseia-se na componente de investimento associado a lógicas de alargamento e integração de mercados, com reestruturação empresarial e utilização de capacidade produtiva disponível, que superem restrições de conjuntura. As outras componentes da procura interna (consumos privado e público) estão estruturalmente limitados pelos níveis de endividamento atingidos e pelos custos decorrentes da subida de taxas de juro aplicáveis ao crédito.

### Indicadores para a Economia Portuguesa

Taxa de variação anual, em percentagem (salvo indicação em contrário)

	2006	2007	2008
<b>PIB</b> .....	<b>1.3</b>	<b>1.8</b>	<b>2.2</b>
Procura interna.....	0.2	0.8	1.6
Consumo privado.....	1.1	1.4	1.4
Consumo público.....	-0.3	-0.1	0.3
Formação Bruta de Capital Fixo.....	-2.0	0.6	3.1
Importações.....	4.2	3.4	4.2
Exportações.....	9.1	7.2	6.5
<b>Balança Corrente e de Capital (% do PIB)</b> .....	<b>-8.7</b>	<b>-7.9</b>	<b>-8.1</b>
<b>Emprego</b> .....	0.7	0.3	1.0
<b>Saldo orçamental (% do PIB)</b> .....	<b>-3.9</b>	<b>-3.7</b>	<b>-2.6</b>
<b>Preços no consumidor (IHPC)</b> .....	<b>3.0</b>	<b>2.5</b>	<b>2.3</b>

Fonte: Banco de Portugal.

Admitindo-se o pressuposto de aumento dos custos nos mercados monetários e de restrições na balança de rendimentos, a sustentabilidade na capacidade de financiamento

da economia portuguesa dependerá de ganhos de rendimento através de valores em termos de troca dos bens e serviços da balança comercial e de poupança na balança energética. É neste contexto que se compreende a redução do défice da balança corrente e de capital de 8,7% em 2006, para cerca de 8% nos anos de 2007 e de 2008.

A evolução do emprego aponta para algum realinhamento com a evolução da actividade económica decorrente no âmbito privado, já que nas administrações públicas é assumida uma redução líquida do número de efectivos.

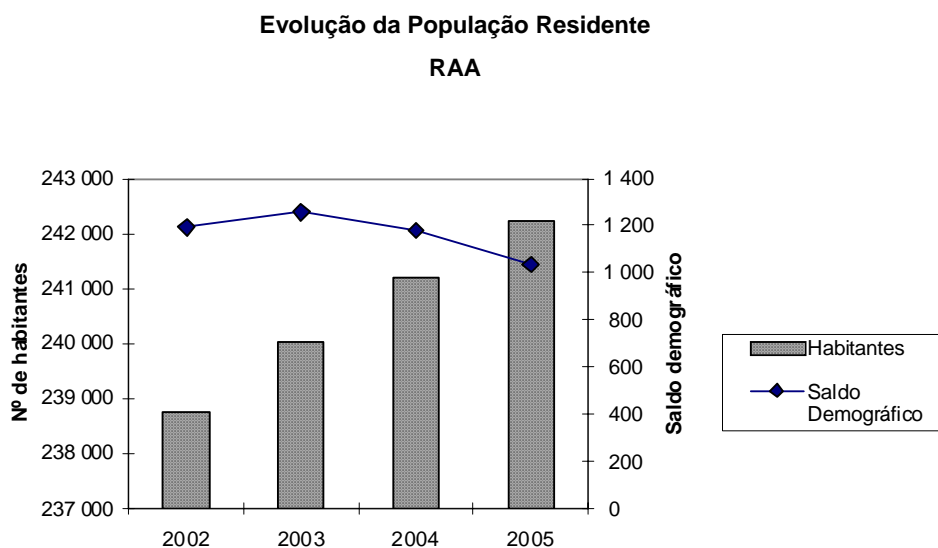
A desaceleração da inflação decorre da moderação do crescimento dos preços de importação e da evolução na componente energética.

## II. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO

### 1. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

Os dados mais recentes da evolução demográfica continuam a integrar-se na tendência do novo ciclo de crescimento revelado a partir do recenseamento da população em 2001. Este novo ciclo evidencia-se por ser mais determinado pela redução da intensidade negativa da componente migratória do que pela componente biológica da natalidade e mortalidade.

De facto, a redução da dimensão negativa dos saldos migratórios foi suficientemente significativa para ser compensada pela dimensão mais regular e moderada, mas positiva, dos saldos fisiológicos. Assim, os saldos demográficos globais positivos gerados anualmente, mesmo que com decréscimos absolutos, têm originado um processo de crescimento acumulativo do número de habitantes residentes.



A distribuição de estrangeiros com residência legalizada por nacionalidades regista um número absoluto maior dos que têm origem nos países da América do Norte (Estados Unidos da América e Canadá), mas a dinâmica de evolução mostra um reforço mais significativo a partir dos países de diversas origens da Europa e de África, neste último caso, particularmente de Cabo Verde.

**Estrangeiros Residentes**

	%	
	2002	2005
África.....	14,4	20,0
América do Norte.....	49,7	38,6
América do Sul e Central.....	6,7	8,8
Ásia e Oceânia .....	1,8	2,1
Europa .....	27,3	30,3
Outra Situação.....	0,1	0,1

Fonte: Ministério da Administração Interna – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Segundo estimativas do Instituto Nacional de Estatística, as perspectivas de evolução da população residente apontam no sentido do crescimento demográfico nos próximos anos. Efectivamente as previsões do INE projectam uma redução do peso relativo do número de residentes com menos de 25 anos, por contrapartida de aumento da população em idade activa, com consequências naturais ao nível de uma maior pressão no mercado de trabalho regional.

**População Residente – Rec. Geral (2001) e Projecções**

		2001	2010*	2020*
0-14 anos	%	21,4	18,6	16,7
15-24 anos	%	17,0	14,0	12,0
25-64 anos	%	48,6	54,8	56,7
>65 anos	%	13,0	12,6	14,6
População	Nº	241 763	247 860	254 638
Índices:				
Envelhecimento		60	68	87
Dependência				
Jovens		33	27	24
Idosos		20	18	21

Fonte: INE

\* Cenário Base – entre Cenário Baixo e Cenário Elevado.

Em termos da posição regional nos quadros demográficos português e europeu observa-se que a população açoriana caracteriza-se por uma certa juventude, com uma perspectiva de crescimento demográfico, com índices de dependência dos jovens e de envelhecimento bem inferior aos valores observados no espaço continental.

## 2. ASPECTOS MACRO-ECONÓMICOS

### PRODUTO INTERNO BRUTO

Observando os dados referentes às contas regionais e divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, verifica-se que o crescimento económico tem registado taxas de variação média anual significativas.

#### Produto Interno Bruto, Açores

Preços de Mercado

	2000	2001	2002	2003	2004
PIB (milhões de euros).....	2 272	2 490	2 662	2 785	2 890
Crescimento médio anual (%)..		9,6	6,9	4,6	3,8

Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2004 (base 2000).

A evolução da repartição do Valor Acrescentado Bruto pelos grandes sectores de actividade económica evidencia, de forma continuada, um ligeiro reforço do peso relativo do sector terciário, representando este, em 2004, 72,5% do total do VAB, por contrapartida de uma ligeira perda de importância relativa dos restantes sectores de actividade económica.

#### VAB – Desagregação Sectorial

	2000	2001	2002	2003	2004
Agricultura, Silvicultura e Pescas .....	13,6	12,4	12,0	11,5	11,5
Indústria, Construção, Energia e Água .....	15,9	16,5	16,8	16,4	15,9
Serviços .....	70,5	71,1	71,2	72,1	72,5

Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2004 (base 2000).

Considerando a série de cinco anos (2000-2004) observa-se que, durante este período, os Açores passaram de região com menor nível de desenvolvimento no quadro das regiões portuguesas, para uma situação intermédia, apresentando em 2004 um valor de capitação do produto de cerca de 88% da média nacional (em 2000 essa relação era de 80%).



**Produto Interno Bruto Regional per capita**

Em índice PT=100

	2000	2001	2002	2003	2004
Norte.....	81	82	81	80	79
Centro.....	85	85	84	85	86
Lisboa.....	142	141	141	140	141
Alentejo .....	91	90	91	93	94
Algarve .....	101	104	103	105	103
R. A. Açores .....	80	84	86	88	88
R. A. Madeira .....	115	109	126	125	121
Portugal .....	100	100	100	100	100

Fonte: SREA.

**MERCADO DE EMPREGO**

O aumento da população activa tem sido uma realidade evidente na evolução do mercado de trabalho nos Açores, com crescente participação do segmento feminino no conjunto da força de trabalho e uma taxa de desemprego relativamente baixa, o que evidencia uma certa capacidade da esfera produtiva em absorver a oferta crescente de mão de obra.

**Condição da População Perante o Trabalho**

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
População Activa (nº).....	98 553	99 008	100 646	103 645	105 099	108 586	109 773	111 755
Empregada.....	95 464	96 171	98 360	100 974	102 066	104 892	105 283	107 500
Desempregada.....	3 089	2 837	2 286	2 671	3 033	3 694	4 490	4 255
População Inactiva (nº).....	138 204	137 724	136 309	134 175	134 440	132 583	131 873	130 956
Taxa de Actividade (%).....	41,5	41,8	42,4	43,5	43,8	45,0	45,4	46,0
Taxa de Actividade Feminina (%)	28,4	28,7	30,2	31,4	32,1	33,4	33,8	34,9
Taxa de Desemprego .....	3,1	2,9	2,3	2,6	2,9	3,4	4,1	3,8

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

No que respeita à repartição sectorial da população empregada, é o sector dos serviços que tem vindo a registar maior dinamismo na ocupação de activos, por contrapartida de perdas de importância relativa dos demais sectores de actividade económica.

## Repartição Sectorial do Emprego

	%				
	2002	2003	2004	2005	2006
Agricultura, Silvicultura e Pescas .....	13,4	12,8	12,5	12,4	12,4
Indústria, Construção, Energia e Água .....	29,2	28,2	26,4	25,4	25,9
Serviços .....	57,4	59,0	61,1	62,2	61,7

Fonte: SREA, Inquéritos ao Emprego

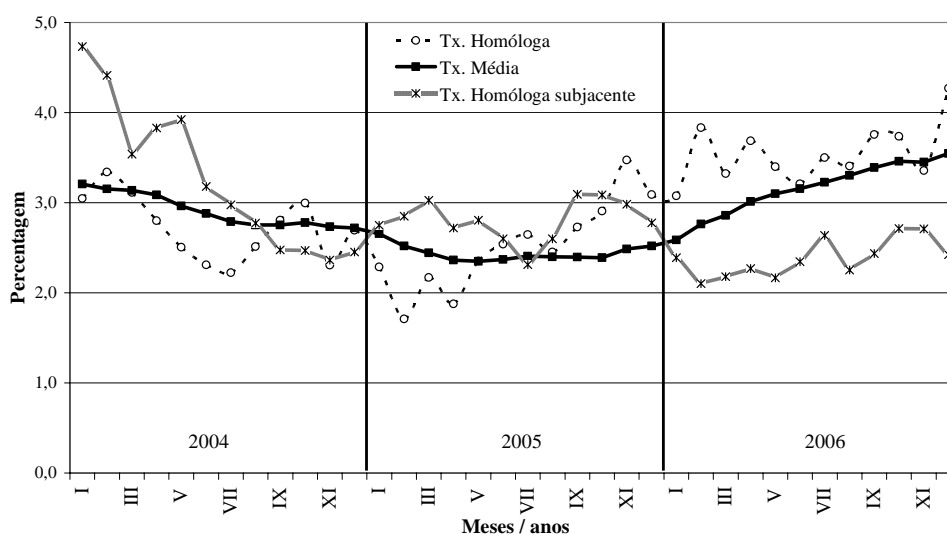
## PREÇOS

Nos anos mais recentes a evolução dos preços no consumidor têm revelado uma certa estabilização, onde as variações anuais aparecem mais associadas a factores de conjuntura.

No ano de 2006, a evolução dos preços no consumidor traduziu-se numa taxa média de crescimento anual de 3,6%.

A intensidade de variação de preços decorreu das variações nos preços dos produtos alimentares não transformados e energéticos, já que se estes forem excluídos do índice de preços, a respectiva taxa homóloga subjacente fica-se pela casa dos 2%.

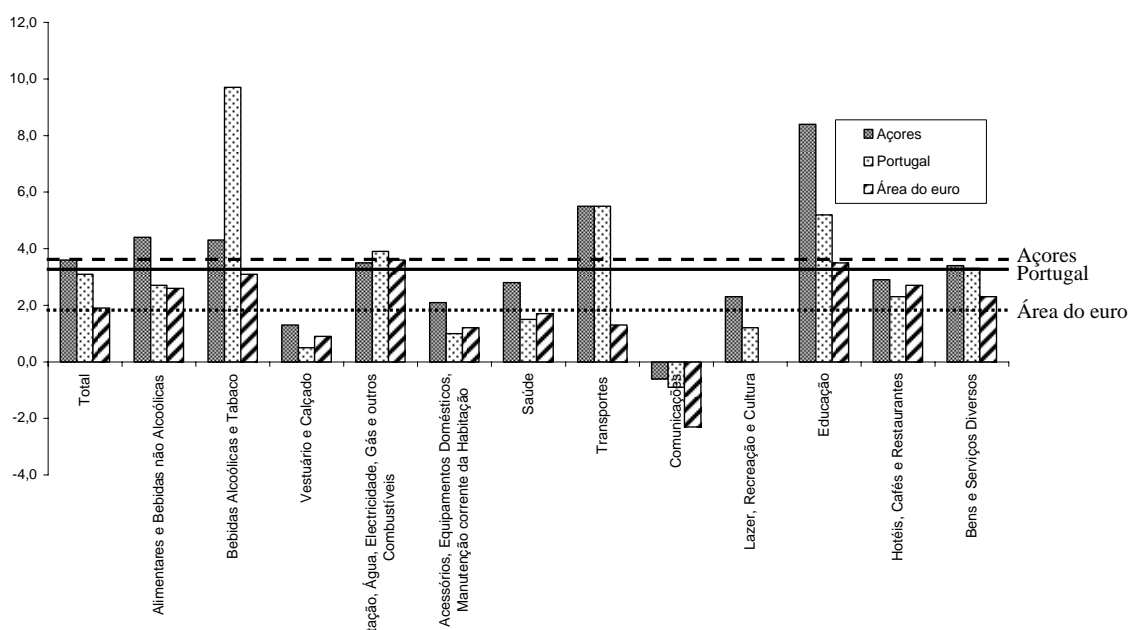
## Evolução de Preços no Consumidor



Comparando as variações de preços no consumo dos Açores com as de Portugal e da área do euro, segundo as 12 classes, destaca-se que há:

- correlações no sentido das variações, revelando um funcionamento de mercados com um certo grau de integração ou em processo de convergência.
- diferenças de intensidade que serão logicamente mais prováveis em classes associáveis a serviços não transaccionáveis, como os da educação, do que os bens com facilidade operacional de movimentação entre diversos mercados e respectiva harmonização de preços, como o vestuário e o calçado. Todavia, variações de conjuntura e de condições com efeitos particulares sobre alguns produtos podem influenciar a evolução de preços, como será o caso da fiscalidade sobre combustíveis, a poderem repercutir-se de forma mais intensa em classes como a de transportes.

**Evolução dos Preços por Classes, em 2006**



## FINANÇAS PÚBLICAS

No ano de 2006, a Conta da Região, excluindo as contas de ordem, registou um saldo global na ordem de 20 milhões de euros.

A dimensão positiva deste saldo resulta da evolução de um saldo corrente positivo na ordem de 153 milhões de euros em relação a um défice registado no saldo de capital de 133 milhões de euros.

O excedente corrente decorreu do crescimento significativo de 16,4%, baseado nas receitas fiscais de impostos directos e indirectos, ao passo que as despesas correntes registaram uma contenção reflectida num crescimento de apenas 3,3%. Para esta contenção nas despesas correntes contribuiu basicamente a rubrica das despesas com pessoal, crescendo apenas 1,7%, já que a outra ainda significativa mas de dimensão menor, a de transferências para o sector público, cresceu 4,5%.

As despesas de capital correspondem substancialmente às despesas de investimento do plano que, no ano de 2006, somaram 306,1 milhões de euros, enquanto no ano anterior tinham somado 303,4 milhões de euros.

### Síntese das Contas

	Milhares de Euros		
	2004	2005	2006
1. Receitas Correntes .....	542 742,7	589 699,7	686 551,0
2. Despesas Correntes .....	503 858,6	515 933,3	533 177,0
3. Encargos da Dívida Pública .....	7 371,2	7 164,3	10 531,0
4. Saldo Corrente (1-2) .....	38 884,1	73 766,4	153 374,0
5. Receitas de Capital .....	211 506,3	245 039,9	225 182,0
6. Empréstimos .....	0,0	0,0	49 800,0
7. Despesas de Capital .....	228 427,5	306 621,8	358 027,0
8. Amortização de Dívida .....	0,0	0,0	49 880,0
9. Saldo de Capital (5-7) .....	-16 921,2	-61 581,9	-132 845,0
10. Saldo Global (4+9) .....	21 962,9	12 184,5	20 529,0
11. Saldo Primário (10+3) .....	29 334,1	19 348,8	31 060,0

Fonte: DROT

### 3. ASPECTOS SECTORIAIS

#### 3.1 SECTORES ECONÓMICOS

##### AGRICULTURA

O volume na ordem de 505,9 milhões de litros de leite recebidos nas fábricas durante o ano de 2006, representa um acréscimo de 1,2% em relação ao ano anterior.

Nos produtos transformados, o leite para consumo atingiu um volume de 78,1 milhões de litros, representando um acréscimo de 4,6%, ao passo que os produtos lácteos (manteiga, queijo, leite em pó e iogurtes) somaram 49,9 mil toneladas, correspondendo a um acréscimo de 2,2%.

Entre os diversos produtos lácteos registou-se uma evolução mais expressiva na manteiga e no leite em pó.

##### Produção e transformação de leite

	1999	2001	2003	2004	2005	2006
Leite recebido nas fábricas (1 000 lt).....	474 231	482 789	492 211	491 276	499 801	505 872
Leite p/ Consumo(1 000 lt).....	43 391	45 108	52 851	65 797	74 669	78 137
<b>Produtos Lácteos (ton) .....</b>	<b>49 247</b>	<b>48 384</b>	<b>51 289</b>	<b>49 681</b>	<b>48 888</b>	<b>49 949</b>
Manteiga.....	6 915	5 825	7 325	6 794	6 569	7 489
Queijo.....	22 496	25 387	25 459	26 075	27 229	26 296
Leite em Pó.....	19 633	16 997	18 271	16 557	14 780	15 860
Iogurtes.....	203	175	234	255	310	304

Fonte: SREA.

No mesmo período, a produção de carne registou um total de 28,4 mil toneladas, o que representa uma taxa de variação de -4,7% em relação ao ano anterior.

As variações estatisticamente mais expressivas ocorreram nos mercados locais de gado suíno e de aves, com o primeiro a decrescer e o segundo a registar a única taxa de variação positiva em relação ao ano anterior.

## Produção de Carne

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
						Ton
Gado bovino abatido	6.028	7.477	7.998	7.247	8.147	8.124
Gado bovino exportado vivo	10.664	13.641	14.078	11.983	12.222	11.740
<b>Sub - total</b>	<b>16.692</b>	<b>21.118</b>	<b>22.076</b>	<b>19.230</b>	<b>20.369</b>	<b>19.864</b>
Gado suíno abatido	5.187	5.396	5.798	5.364	5.688	4.611
Aves (abate)	2.778	3.395	3.318	3.565	3.720	3.964
<b>Total</b>	<b>24.657</b>	<b>29.909</b>	<b>31.192</b>	<b>28.159</b>	<b>29.777</b>	<b>28.439</b>

Fonte: SREA

A partir das estatísticas disponíveis sobre as principais produções agrícolas observa-se que: as produções de milho, formadas fundamentalmente por forragem para alimentação de animais, se situam à volta de 150 mil toneladas, mas integram-se numa tendência de desaceleração ou mesmo de decréscimo; as produções de carácter mais industrial são reveladoras de maior regularidade, destacando-se a da beterraba nos últimos três anos, também, pela intensidade de crescimento; a produção de vinho atingiu 25,7 mil litros, o que não recupera os níveis médios de produção de há alguns anos, mas em relação ao ano imediatamente anterior representa um acréscimo absoluto de 5,7 mil hectolitros.

## Produção das Principais Culturas, R.A.A.

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Batata Cedo	6.954	6.323	6.508	6.103	5.923	4.699	4.984	4.984	4.886
Batata Tarde	19.773	21.746	21.548	20.402	20.162	12.878	14.344	15.137	13.907
Beterraba Sacarina	7.586	6.301	7.699	8.976	7.040	5.265	9.330	18.654	49.447
Chá	24	79	86	97	123	116	125	112	125
Milho Grão	4.204	2.889	2.580	2.292	1.985	1.843	1.830	1.799	1.791
Milho Forragem	184.749	363.645	218.885	199.643	160.462	154.365	155.333	152.893	147.865
Tabaco	173	178	187	140	90	104	138	125	104
Vinho*	94.201	52.602	55.399	41.450	47.373	32.787	21.121	20.073	25.745

Fonte: SREA, INE.

\* Unidade - Hectolitros.

## PESCAS

No ano de 2006, o volume de pescado descarregado nos portos somou 12,6 Mil toneladas, cabendo 6,6 aos tunídeos e 6 às restantes variedades de pescado capturadas pela frota regional de pesca. Assim verificou-se entre aquelas duas categorias uma repartição da mesma ordem de grandeza.

Todavia, já na repartição em termos de valor monetário, de um valor global de 34, 2 milhões de euros, os tunídeos somaram 5,8 milhões de euros ( 17%) , ao passo que as outras espécies atingiram 28,4 milhões (83%). Esta situação decorre do valor dos tunídeos ser estruturalmente inferior ao das outras espécies, em virtude do bonito, que é a espécie de atum mais descarregada na Região, ter pouco mercado de venda em fresco ou refrigerado, e por esse facto, ser vendido principalmente à indústria de transformação.

Entre os principais grupos de espécies descarregadas destacam-se as bentónicas, demersais e de profundidade com 63% do valor comercial das descargas, pese embora apenas representem 27% das quantidades desembarcadas, nas quais se salientam o goraz e o cherne que só por si representam 43 % do valor global das capturas efectuadas pela frota regional.

Destaca-se também no grupo dos moluscos a espécie lula, cuja pescaria representa cerca de 8 % do valor das capturas descarregadas na Região.

### Pescado descarregado nos portos

Espécie	Quantidade ( ton )	Valor (Mil €)	Preço Médio ( €/Kg )
Goraz*	957	9.970	10,41
Bonito	6.201	5.305	0,86
Cherne	496	4.659	9,38
Lula	472	2.747	5,82
Chicharro	1.241	1.922	1,55
Boca Negra	209	844	4,04
Congro	345	842	2,44
Espadarte	133	827	6,22
Abrótea	119	604	5,06
Patudo	347	553	1,59
Alfonsim	152	525	3,46
Pargo	52	501	9,55
Imperador	39	472	11,90
Veja	208	457	2,20

- Inclui as designações comerciais de goraz, peixão e carapau

Fonte: SREA.

**Pescado descarregado nos portos da Região por grupos de espécies**

Grupos e Espécies	Quantidade ( ton )	Valor (Mil €)	% Quantidade	% Valor
Crustáceos .....	12	178	0,01	0,5
Moluscos .....	487	2 854	4	8
Lula.....	472	2 747	3,7	8
Bentónicas, Demersais e Profundidade .....	3 410	21 650	27	63
Goraz e Cherne.....	1 454	14 629	12	43
Pelágicos.....	8 638	9 474	68	28
Pequenos Pelágicos.....	1 728	2 279	14	7
Tunídeos.....	6 560	5 779	52	17
TOTAIS .....	12 556	34 156		

**TURISMO**

Após o forte crescimento da oferta hoteleira, que ocorreu predominantemente de 2001 a 2005 e que foi também acompanhado por um forte crescimento da procura, os anos subsequentes caracterizaram-se pela consolidação do sector. Com efeito, os anos de 2006 e os primeiros oito meses de 2007 apresentam uma estabilização da oferta e aumentos moderados das dormidas, a par de uma contínua subida das taxas de ocupação.

No que diz respeito à diversificação da procura ela tem vindo a acentuar-se de ano para ano. Embora o mercado nacional tenha apresentado crescimentos superiores à média em 2006, e nos primeiros meses de 2007, é sobretudo no mercado externo que esta diversificação se faz mais sentir. O Reino Unido e a Holanda têm vindo a mostrar crescimentos significativos. Por outro lado, a Alemanha, a Finlândia e a Dinamarca têm vindo a consolidar a sua posição, tendo este último país suplantado a Suécia desde 2005.

Os primeiros oito meses de 2007 revelam um forte crescimento da procura pela Ilha de Santa Maria, com um crescimento das dormidas na ordem dos 34,3% e pela Ilha Terceira com um crescimento das dormidas da ordem 16,7%.

Estão neste momento em construção nos Açores 740 novas camas na hotelaria tradicional e um conjunto vasto de pequenas unidades de turismo em espaço rural que abrirão ao público em 2008 e 2009, pelo que são previsíveis novos aumentos da procura.



### Hotelaria Tradicional nos Açores

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
DORMIDAS (Nº)	407.998	428.458	416.986	447.946	524.129	579.061	718.095	776.613	804.028	965.049	1.136.452	1.179.371
RECEITAS TOTAIS (Milhares Euros)	17.680	17.858	19.470	21.353	23.333	26.336	33.188	36.031	38.506	45.313	51.443	54.126
CAPACIDADE DE ALOJAMENTO (Média)	3.567	3.599	3.693	3.785	3.811	3.782	4.323	5.140	5.970	7.063	8.078	8.212
HÓSPEDES (Nº)	159.309	163.112	160.630	166.511	199.145	201.534	235.992	248.725	239.796	281.406	316.961	337.000
ESTADA MÉDIA (Dias)	2,6	2,6	2,6	2,7	2,6	2,9	3,0	3,1	3,4	3,4	3,6	3,5

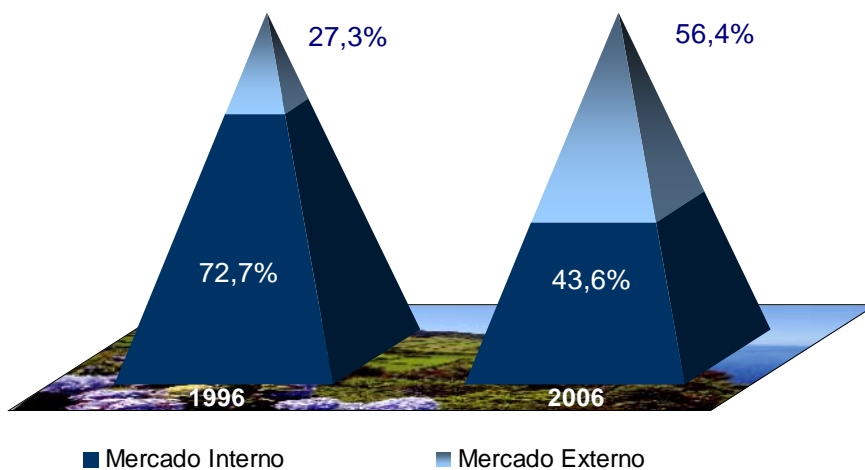
Fonte: SREA

### Número de Dormidas por Mercados de Origem, HT

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>Mercado Interno</b>	311.590	290.714	308.101	366.340	377.480	394.045	441.392	415.320	487.544	480.073	514.068
<b>Mercado Externo</b>	116.868	126.272	139.845	157.789	201.581	324.050	335.221	388.708	477.505	656.379	665.303
<b>TOTAL</b>	<b>428.458</b>	<b>416.986</b>	<b>447.946</b>	<b>524.129</b>	<b>579.061</b>	<b>718.095</b>	<b>776.613</b>	<b>804.028</b>	<b>965.049</b>	<b>1.136.452</b>	<b>1.179.371</b>
Var. Anual (%)		-2,7	7,4	17,0	10,5	24,0	8,1	3,5	20,0	17,8	3,8

Fonte: SREA

### Evolução das Dormidas por Mercados, HT



## ENERGIA

A produção de electricidade registou 780,3 GWh em 2006, o que representa um crescimento de 4,1% em relação ao ano anterior. Por outro lado, no mesmo período, o consumo atingiu 703,2 GWh, incorporando um crescimento de 7,3%.

Neste contexto, observou-se nas perdas de electricidade uma redução, mesmo em termos absolutos. Efectivamente, aquelas perdas foram de 77,5 GWh, enquanto no ano anterior tinham sido de 82,6 GWh.

Electricidade - Balanço

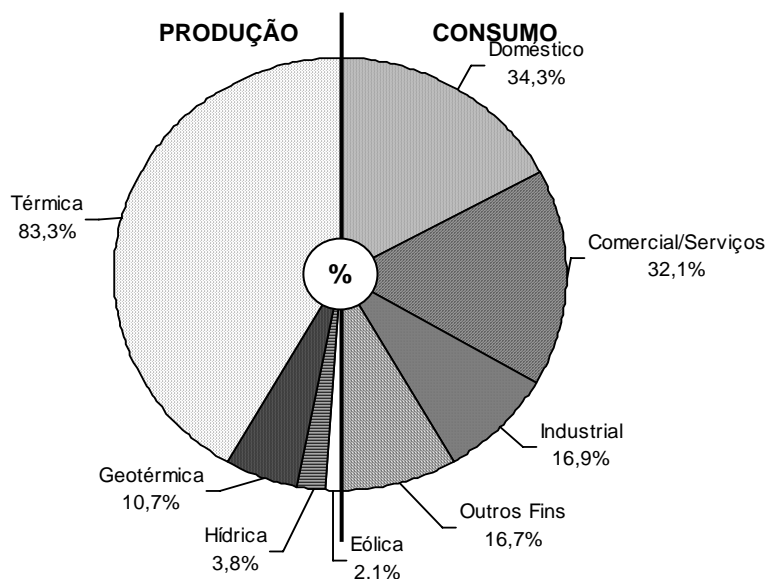
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Produção	520,1	559,2	600,9	641,2	702,7	750,1	780,7
Perdas	69,4	74,0	75,1	81,1	80,7	82,6	77,5
Consumo	450,7	485,2	525,8	560,1	622,0	667,5	703,2

Fonte: EDA

A origem da produção continuou a gerar-se de forma dominante a partir das centrais térmicas, que representaram 83,3% do total. As outras formas, de natureza renovável, mais concretamente, a geotérmica, a hídrica e a eólica, corresponderam a 10,7%, 3,8% e 2,1%, respectivamente.

Em termos de consumo, os agregados domésticos e os serviços/comércio absorveram cada um cerca de 1/3 do total e o terço restante foi basicamente dividido entre indústrias e “outros fins” (fundamentalmente públicos) em partes simultaneamente iguais.

Estrutura da Produção e Consumo de Electricidade – 2006



## CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

As obras de construção e habitação utilizam um volume de cimento na ordem das 330 mil toneladas. Para este volume de consumo total de cimento, a produção local contribui com uma quota superior a 50%.

### Produção e Importação de Cimento

	1999	2001	2003	2004	2005	2006	Ton
<b>Total - Cimento .....</b>	<b>284 764</b>	<b>341 892</b>	<b>331 624</b>	<b>322 006</b>	<b>333 742</b>	<b>326 261</b>	
Produção Local .....	161 821	195 560	183 646	173 406	166 552	173 520	
Importação .....	122 943	146 332	147 978	148 600	167 190	152 741	

Fonte: SREA, Séries Estatísticas.

O total de licenças concedidas para obras situa-se nos dois milhares, destinando-se o maior número a empreendimentos para habitação.

### Licenças Concedidas para Obras nos Açores

	1997	1999	2001	2003	2004	2005	2006
Licenças para Obras .....	1 695	1 971	2 202	1 815	1 992	2 026	2 079
Licenças para Habitação .....	1 207	1 509	1 662	1 360	1 500	1 522	1 168
Licenças para Outras Obras .....	488	462	540	455	492	504	911

Fonte: SREA.

Nota: A partir de 2002 os valores referem-se ao número de edifícios licenciados e não ao número de licenças.

## TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

O tráfego de passageiros por via aérea apresenta maior regularidade de evolução, enquanto o do marítimo revela tendência a crescer, mas ainda sem estabilizar, e o dos transportes colectivos terrestres parece situar-se num patamar à volta de 100 mil passageiros - quilómetro.

**Tráfego de Passageiros**

	1996	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Terrestre (a)	120 763	108 133	100 123	83 978	99 023	99 805	98 632	101 337	95 225
Marítimo	295 541	400 468	451 746	431 065	456 988	468 986	467 846	461 070	435 525
Aéreo (b)	524 530	665 838	710 165	764 982	776 700	770 767	821 862	839 300	876 027

Fonte: SREA.

- a) Passageiros Km - Transportes Colectivos  
b) Metade dos Movimentos dos Passageiros nos Aeroportos.

No transporte de passageiros por via aérea, os movimentos inter-ilhas continuam a representar o maior volume de tráfego. Todavia, por exemplo, desde o ano 2000 o tráfego inter-ilhas registou cerca de mais 90 mil movimentos de passageiros, enquanto o exterior (territorial mais internacional) registou cerca de mais 240 mil movimentos.

**Movimento de Passageiros nos Aeroportos, segundo o tipo de tráfego**

	Interno	Territorial	Internacional	Total
2000	739 145	549 447	133 367	1 421 959
2001	781 179	592 163	156 621	1 529 963
2002	767 577	632 812	153 010	1 553 399
2003	751 555	626 404	163 574	1 541 533
2004	804 604	654 588	184 532	1 643 724
2005	786 258	668 890	223 453	1 678 601
2006	827 567	695 955	228 378	1 751 900

Fonte: SREA.

As cargas movimentadas nos portos atingiram em 2006 cerca de 2,9 milhões de toneladas. Em contrapartida o volume das movimentadas nos aeroportos não chega a representar 1% daquelas.

**Cargas Movimentadas**

1 000 Ton.

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Aeroportos	11,5	11,5	11,9	13,4	14,4	14,0	12,7	13,1	13,3	12,7	13,2	11,9
Portos .....	1 611,4	1 733,9	1 823,5	2 168,3	2 287,7	2 303,5	2 501,8	2 647,9	2 726,9	2 797,1	2 825,6	2 857,5
<b>Total ..</b>	<b>1 622,9</b>	<b>1 745,4</b>	<b>1 835,4</b>	<b>2 181,7</b>	<b>2 302,1</b>	<b>2 317,5</b>	<b>2 514,5</b>	<b>2 661,0</b>	<b>2 740,2</b>	<b>2 809,8</b>	<b>2 838,8</b>	<b>2 869,4</b>

Fonte: SREA.

## EVOLUÇÃO EM 2007

Os indicadores de conjuntura conhecidos sobre a evolução mais recente, isto é, ao longo dos meses do ano de 2007, apontam no sentido da continuidade de:

- um mercado de trabalho caracterizado por um nível de quase pleno emprego, onde as situações de desemprego friccional se traduzem em taxas médias inferiores a 4% e, por outro lado,
- uma variação de preços dos bens consumidos por particulares que, em média, corresponde ao nível da tendência do ano anterior e situa-se no âmbito das condições observáveis para a economia portuguesa.

### Desemprego e Inflação

Taxa	Período	Valor
Taxa de Desemprego	2º Trimestre 2007	3,9%
Taxa Média de Inflação	Agosto 2007	3,7%

Também os indicadores simples com apuramentos mensais sobre as actividades económicas ao longo de 2007 registam na generalidade acréscimos significativos, não só em bens e serviços destinados ao consumo interno, como também orientados para a exportação.

As variações de alguns indicadores revelam condicionamentos e circunstâncias de conjuntura, sendo expressivo o indicador sobre vendas de automóveis. Neste caso o sentido negativo da variação é determinado pela componente de veículos ligeiros, mas não pela de veículos comerciais.

### Evolução da Conjuntura

Indicadores	Taxas de Variação Homóloga (%)	
	Últimos 3 Meses	Últimos 12 Meses
Leite entregue nas fábricas .....	0,7	0,5
Leite para consumo .....	4,4	3,9
Abate de carne (bovinos, suínos e aves) .....	2,7	-2,0
Pesca descarregada.....	96,0	59,5
Energia eléctrica produzida .....	3,9	4,3
Edifícios de construção licenciados .....	-2,4	3,4
Venda de cimento.....	5,8	1,1
Turismo (dormidas estab. Hoteleiros) .....	1,9	4,2
Desemb. de passag. Aéreos (TAP+SATA) .....	1,1	4,0
Venda de automóveis.....	-0,8	-5,5

Fonte: SREA.

### 3.2 SECTORES SOCIAIS

#### EDUCAÇÃO

A evolução do número de matrículas nas escolas da Região revelam uma tendência decrescente, enquanto a capacidade de recursos materiais e humanos tem sido alargada. Consequentemente reduz-se a pressão da procura sobre a oferta de meios, favorecendo as condições para o exercício pedagógico nos diversos processos de ensino/aprendizagem.

Efectivamente, a dimensão média das turmas tem tendência a reduzir-se, conforme os rácios alunos por docente e alunos por sala de aula revelam. Além disso, têm decorrido investimentos de expansão e em espaços específicos destinados ao ensino experimental, ao mesmo tempo que se reestrutura o modelo de rede escolar, alterando-se a dimensão média das escolas, que os rácios de número de salas e de alunos por estabelecimento confirmam.

#### Ensino Não Superior

##### Ensino Oficial

	1997/98	2004/2005
Alunos .....	55.055	48.096
Docentes.....	4.198	5.221
Salas de aula .....	2.450	2.732
Estabelecimentos.....	484	312
Alunos/Docente.....	13	9
Alunos/Salas .....	22	18
Alunos/Estabelecimento .....	114	154
Salas/Estabelecimento .....	5	9

Fonte: Estatísticas da Educação 1997/1998 e 2004/2005, DRE.

Contrariando a tendência decrescente e continuada que se tem vindo a verificar nos últimos anos, registou-se no ano lectivo 2004/2005 um ligeiro acréscimo no número total de

matrículas/inscrições. Este crescimento deveu-se particularmente ao contínuo aumento das inscrições na educação Pré – Escolar nas duas redes de ensino e nas matrículas no Ensino Profissional da rede privada.

De facto, como se pode constatar no quadro seguinte, as matrículas no currículo regular continuam a tendência descendente, exceptuando o Ensino Secundário que apresenta um acréscimo de 1,9% do número de matrículas, em relação ao ano anterior. Por sua vez, a via do ensino profissional continua a apresentar uma tendência crescente, sendo ilustrativo o crescimento registado no ensino oficial através do PROFIJ, de 33% em relação ao ano anterior.

### Matrículas nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade

- Ensino Oficial e Particular -

Anos Lectivos	Currículo Regular					Programa Cidadania	Ensino Recorrente	Programa Oportunidade	PROFIJ	Ensino Profissional	Total Geral
	Jl	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Sec						
1995/96	6.819	19.716	9.527	11.419	8.818		2.619			237	59.155
1996/97	7.044	19.191	9.635	11.404	9.114		2.655			383	59.426
1997/98	6.977	18.659	9.523	11.320	9.028		2.728			458	58.693
1998/99	6.803	18.157	9.033	11.274	8.602		2.288		356	627	57.140
1999/00	6.793	17.638	8.730	11.017	8.473		1.633		373	747	55.404
2000/01	7.341	17.254	8.322	11.390	7.613		1.709		318	1.118	55.065
2001/02	7.318	16.448	8.340	10.587	7.342	112	2.292	776	339	1.411	54.965
2002/03	7.634	16.292	7.993	10.337	6.936	111	1.675	815	330	1.971	54.094
2003/04	7.710	16.125	8.007	9.517	6.381	52	1.026	1.151	917	2.358	53.244
2004/05	8.121	15.926	7.809	9.359	6.504	60	941	1.117	1.220	2.391	53.448

Fonte: Estatísticas da Educação 2004/2005 - R.A.A., Direcção Regional da Educação.

Nota: não foram incluídas as matrículas em Creches uma vez que as mesmas só começaram a ser consideradas, apenas, nos últimos 3 anos lectivos.

A escolarização apresenta valores crescentes na quase totalidade das idades consideradas. Este aumento é mais significativo nas idades da Educação Pré-Escolar e a partir dos 14 anos. Da observação da evolução destas taxas, verifica-se um alargamento do leque de idades com taxas dos 100%, presentemente representativas das idades de escolaridade obrigatória.

**Taxas de Escolarização por Idades e Anos Lectivos**  
Ensino Oficial e Particular

Idades						%
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	
< 1 Ano				7,7	9,2	
1 Ano				11,8	11,4	
2 Anos			14,7	11,6	15,1	
3 Anos	37,6	40,3	44,2	46,6	50,8	
4 Anos	65,4	73,3	78,2	74,2	85,9	
5 Anos	100,0	100,0	100,0	100,0	99,6	
6 Anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
7 Anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
8 Anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
9 Anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
10 Anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
11 Anos	100,0	97,5	100,0	100,0	100,0	
12 Anos	100,0	97,5	100,0	100,0	100,0	
13 Anos	100,0	93,4	100,0	100,0	100,0	
14 Anos	100,0	92,5	100,0	98,3	100,0	
15 Anos	80,1	81,7	86,7	86,0	87,2	
16 Anos	72,9	71,9	72,1	73,7	77,6	
17 Anos	60,8	58,4	62,3	60,2	65,6	
18 Anos	41,7	40,5	42,4	40,2	39,3	
19 Anos	25,5	25,1	25,9	26,4	25,0	

Fonte: Estatísticas da Educação 2004/2005 - R.A.A., DRE

Confirmando um maior aproveitamento escolar nos ciclos do ensino geral e obrigatório do que no secundário, a taxa de transição/aprovação oscila entre os 87,0% no 4.º ano de escolaridade e os 54,1% no 12.º ano.

**Aproveitamento Escolar nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade (a)**

**Taxas de Transição**

Ensino Oficial e Particular - Currículo Regular

Ano de Escolaridade	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05
4.º <sup>(1)</sup> .....	81,1	85,3	82,8	85,3	87,0
6.º <sup>(2)</sup> .....	80,3	75,1	75,9	77,1	79,6
9.º <sup>(3)</sup> .....	80,4	71,4	73,2	74,9	78,0
12.º <sup>(4)</sup> .....	41,9	49,4	45,5	44,6	54,1

Fonte: Estatísticas da Região 2004/2005 - R.A.A., Direcção Regional da Educação.

a) Não Inclui o Ensino Profissional nem o Ensino Recorrente.

1) Ano terminal do 1.º Ciclo do E. Básico

3) Ano terminal do 3.º Ciclo do E. Básico

2) Ano terminal do 2.º Ciclo do E. Básico

4) Ano terminal do Ensino Secundário



## SAÚDE

No ano de 2006, os dados gerais sobre o funcionamento do sistema público de saúde continuaram a apontar para um acréscimo do número de consultas, uma maior utilização dos meios de diagnóstico e de terapêutica e um aumento do pessoal em actividade no sector. Ao nível da profilaxia/vacinas, orientada particularmente para a prevenção de bebés e crianças, regista-se uma evolução logicamente influenciada da verificada para a natalidade nos Açores.

## Indicadores Gerais

	2002	2003	2004	2005	2006
Profilaxia / vacinas .....	80 036	76 468	70 978	68 882	67 780
Consultas mais urgências .....	875 034	903 086	898 567	913 912	926 974
Internamentos (doentes saídos) .....	28 460	28 531	27 704	27 372	26 870
Diagnósticos e terapêuticas (meios) .....	2 508 511	2 707 185	3 053 048	3 159 475	3 341 554
Pessoal total .....	4 066	4 039	4 099	4 214	4 315

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

Os serviços de consulta têm registado, nos últimos anos, uma procura mais expressiva do que os de urgência. Esta evolução terá sido mais significativa no âmbito dos hospitais do que no dos centros de saúde mas, mais recentemente, surgem indícios de também abranger os referidos centros.

## Consultas e Urgências

	2002	2003	2004	2005	2006
Consultas .....	427 901	464 368	473 958	481 555	507 715
Centros de Saúde .....	267 467	292 363	286 350	291 897	313 939
Hospitais .....	160 434	172 005	187 608	189 658	193 775
Urgências .....	443 163	438 718	423 607	432 357	419 259
Centros de Saúde .....	281 541	279 424	270 304	277 797	262 208
Hospitais .....	161 622	159 294	153 303	154 560	157 051

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

Em 2006, o número de doentes saídos foi menor do que o do ano anterior mas, por outro lado, estiveram internados mais dias, implicando uma demora média maior. Atendendo que

a capacidade em termos de lotação foi sensivelmente a mesma, a respectiva taxa de ocupação também foi maior na mesma proporção.

#### Internamento

	2002	2003	2004	2005	2006
Doentes saídos .....	28 460	28 531	27 704	27 372	26 870
Dias de internamento .....	218 713	220 562	211 743	207 901	211 997
Lotação .....	964	977	972	988	989
Demora média .....	7,7	7,7	7,7	7,6	7,9
Taxa de ocupação .....	62,2	61,9	59,7	57,7	58,7

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

Os meios complementares de diagnóstico totalizaram cerca de 2,9 milhões de exames e análises. Os meios complementares de terapêutica correspondem a mais de quatrocentos mil actos.

#### Meios Complementares

	2002	2003	2004	2005	2006
Diagnóstico .....	2 197 880	2 360 416	2 689 171	2 734 950	2 879 754
Terapêutica .....	310 631	346 769	364 377	424 525	461 800
<b>Total .....</b>	<b>2 508 511</b>	<b>2 707 185</b>	<b>3 053 048</b>	<b>3 159 475</b>	<b>3 341 554</b>

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

O pessoal em actividade nos serviços dos hospitais e dos centros de saúde, durante o ano de 2006, atingiu o total de 4315 profissionais. A evolução geral tem registado um alargamento efectivo de quadros, destacando-se um certo reforço de médicos, enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica.

#### Pessoal

	2002	2003	2004	2005	2006
Médicos .....	435	466	465	506	510
Enfermeiros .....	1 011	1 013	1 036	1 095	1 212
Técnicos de diagnóstico e terapêutica .....	203	202	212	216	226
Outro pessoal .....	2.417	2 358	2 386	2 397	2 367
<b>Total .....</b>	<b>4.066</b>	<b>4 039</b>	<b>4 099</b>	<b>4 214</b>	<b>4 315</b>

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

## SEGURANÇA SOCIAL

A Segurança Social nos Açores abrange um total de pensionistas que se situa na ordem de 50 milhares, beneficiando cerca de metade de pensões em vida por velhice e em substituição de retribuições do trabalho, cerca de 30% de pensões por sobrevivência e os restantes 20% por invalidez em acidente ou de doença antes de atingir a idade de reforma por velhice.

### Pensionistas da Segurança Social

	Pensionistas (Total)	Pensionistas		
		Por Velhice	Por Invalidez	Por Sobrevivência
2000	37 396	18 812	6 932	11 652
2001	46 162	24 238	8 466	13 458
2002	47 657	24 806	8 729	14 122
2003	47 531	24 539	8 777	14 215
2004	48 372	24 722	9 228	14 422
2005	48 593	24 900	9 077	14 616
2006*	51 137	26 294	9 208	15 635

Fonte: C.G.F.S.S.

\*Activos e suspensos.

No ano de 2006, o total de receitas registadas pelo Centro de Gestão Financeira da Segurança Social atingiu cerca de 182,2 milhões de euros, o que representa um crescimento de 10,4% em relação ao ano anterior.

Por outro lado, as despesas decresceram mesmo em termos nominais, registando uma taxa média anual de -7,0%. Este decréscimo das despesas totais foi possível, apesar das responsabilidades com as prestações dos regimes e as de acção social, pela redução da rubrica de despesas de administração e outras.

Desta forma tornou-se possível o encerramento de contas com um saldo global positivo de cerca de 43,8 milhões de euros.

**Receitas e despesas correntes**

	<b>Montante</b>					
	(Milhares de Euros)					
	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
<b>Receitas .....</b>	<b>127.813</b>	<b>140.250</b>	<b>149.548</b>	<b>154.630</b>	<b>165.029</b>	<b>182.198</b>
Contribuições .....	126.479	136.353	145.459	150.863	161.801	175.178
Rendimentos .....	1.144	550	485	339	651	2.478
Outras .....	190	3.346	3.604	3.428	2.577	4.542
<b>Despesas .....</b>	<b>106.066</b>	<b>109.348</b>	<b>117.037</b>	<b>127.129</b>	<b>148.808</b>	<b>138.424</b>
Prestações dos Regimes .....	49.459	51.784	55.510	59.690	65.100	67.694
Acção Social .....	29.572	23.925	24.815	27.466	31.300	38.619
Administração e Outras.....	27.035	33.639	36.713	39.973	52.408	32.111
<b>Saldo (Receitas - Despesas) .....</b>	<b>21.747</b>	<b>30.902</b>	<b>32.510</b>	<b>27.501</b>	<b>16.221</b>	<b>43.774</b>
<b>Saldo (Contribuições - Prestações) .</b>	<b>77.020</b>	<b>84.570</b>	<b>89.949</b>	<b>91.174</b>	<b>96.701</b>	<b>107.484</b>

## CULTURA

As entidades existentes no ano de 2006 correspondiam a 105 filarmónicas, 70 grupos de folclore, 69 grupos de teatro, 18 coros e 10 galerias de artes plásticas.

O movimento anual das bibliotecas públicas e arquivos regionais de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta registou um total de cerca de 91 milhares de leitores, que consultaram 137 milhares de documentos.

O número de visitantes dos museus somou um total de 97 milhares de entradas, sendo 2/3 por cidadãos nacionais e 1/3 por estrangeiros.



### III. POLÍTICAS SECTORIAIS DEFINIDAS PARA O PERÍODO ANUAL

- **Qualificar os Recursos Humanos, Potenciando a Sociedade do Conhecimento**

#### **EDUCAÇÃO**

A política de investimentos definida para a educação continua a visar potenciar a Carta Escolar enquanto instrumento orientador do sistema educativo, com especial ênfase na vertente organizativa e das infra-estruturas educacionais. Face, quer à dispersão geográfica da população açoriana e a adveniente baixa densidade demográfica da maioria das ilhas, quer, por outro lado, à crescente concentração urbana, torna-se imperioso ajustar o sistema educativo a estas realidades tornando-o mais autónomo e descentralizado, capaz de responder com flexibilidade e qualidade às necessidades específicas das diversas comunidades, tanto no que respeita às infra-estruturas físicas, como aos recursos educativos que visem favorecer o processo ensino aprendizagem.

Assim sendo, optou-se por um modelo de rede escolar do qual se enumeram alguns princípios:

- Continuar a aprofundar e otimizar a integração vertical da Educação Pré-Escolar e do ensino básico nas unidades orgânicas já em funcionamento (Escolas Básicas Integradas), criando as condições necessárias para um acompanhamento do percurso educativo dos alunos, de qualidade, durante toda a escolaridade básica.
- Continuar a eliminar progressivamente as escolas de um único lugar deslocando os alunos para estabelecimentos de ensino com uma oferta educativa de maior qualidade.

- Continuar a combater o insucesso e o abandono escolar precoce através do encaminhamento de alunos para cursos profissionais, nas escolas ao ensino regular e da diversificação das ofertas educativas.
- Continuar o plano de construção de novas escolas e de requalificação de outras já existentes no sentido de modernizar o parque escolar e de criar condições para centros escolares que não excedam os 900 alunos, dando assim cumprimento às recomendações internacionais nesta matéria.
- Continuar a dotar as escolas com os equipamentos necessários e adequados às estratégias de ensino aprendizagem que favoreçam a aquisição de competências essenciais previstas no Currículo Nacional e Regional.
- Reforçar a implementação das tecnologias da informação e comunicação nas Escolas garantindo a todos os estabelecimentos de ensino, o apoio para a aquisição de equipamento informático, no âmbito do programa “Escolas Digitais”, já em curso.
- Apoiar e incentivar a formação do pessoal docente e não docente.
- Apoiar as autarquias na recuperação e remodelação do parque escolar do 1º ciclo, tendo em vista a reorganização e redimensionamento da rede escolar.
- Desenvolver e apoiar o ensino profissional, quer enquanto via alternativa de acesso ao mercado de trabalho quer enquanto estratégia de combate ao insucesso escolar.

## **CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

A política do Governo Regional neste sector segue o definido no Plano Integrado para a Ciência e Tecnologia (PICT), um instrumento estratégico que visa o apoio estruturado e sustentável de acções e actividades no âmbito da investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação e a promoção das novas tecnologias da informação e da comunicação no contexto global da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

O PICT integra um conjunto de programas desenhados de modo a garantir a implementação de uma política que, considerando as especificidades regionais, se desenvolve de forma concertada com as linhas prioritárias decorrentes da Estratégia de Lisboa. Assim, em continuidade das diferentes acções em curso, o Plano de 2008

contempla: o apoio às instituições de investigação científica que integram o Sistema Científico e Tecnológico Regional (INCA), como forma de se garantir a sua sustentabilidade e crescimento e de criar condições para atrair e fixar investigadores de mérito na Região Autónoma dos Açores; o apoio ao desenvolvimento de projectos de investigação científica e tecnológica com interesse para o desenvolvimento sustentável dos Açores (INCITA), estimulando-se a produção científica internacionalmente reconhecida e valorizando-se as especificidades regionais para projectar áreas científicas de excelência no Espaço Europeu de Investigação; a formação avançada em áreas de interesse prioritário para a Região (FORMAC), assim se contribuindo para o incremento do número de investigadores de mérito nos Açores; o apoio à difusão científica e tecnológica (CITECA), através da divulgação das potencialidades da ciência e da tecnologia como instrumento pedagógico, de trabalho, de comunicação e de ocupação saudável e criativa de tempos livres; a promoção de iniciativas de I&D de âmbito empresarial (PRICE), com o objectivo de se garantir o estabelecimento de parcerias entre instituições de I&D e empresas regionais, essencialmente centradas na dinamização de infra-estruturas tecnológicas; o apoio ao desenvolvimento das tecnologias de informação e da comunicação (PRATICA), melhorando as acessibilidades e promovendo o combate à info-exclusão, proporcionando-se a igualdade de oportunidades, a satisfação das necessidades sociais e a melhoria da qualidade de vida das populações; o apoio financeiro à aquisição e utilização de equipamentos específicos no domínio das TIC's para cidadãos portadores de deficiência ou com necessidades educativas especiais (CIDEF).

O Plano para 2008 reforça, ainda, o apoio do Governo Regional ao desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores, incluindo uma comparticipação para as obras de construção do edifício dos Serviços de Acção Social de Angra do Heroísmo e o financiamento das obras de remodelação do Hospital Walter Bensaúde, na cidade da Horta, para a instalação do Departamento de Oceanografia e Pescas e a dinamização do Parque Tecnológico do Faial.

## **JUVENTUDE**

O programa do IX Governo dos Açores assume, claramente, e como aposta estratégica para o desenvolvimento das nossas ilhas, a valorização das políticas de e para a juventude.



A transversalidade desta área governativa, mais do que um entrave, é um factor mobilizador para melhorar o desempenho das acções que, nos últimos anos, têm sido desenvolvidas na nossa Região Autónoma.

Por outro lado, a evolução da nossa sociedade leva a que as políticas afectas à juventude estejam em constante desenvolvimento.

A aposta clara que o Governo dos Açores fez nas áreas da sociedade de informação, na qualificação dos recursos humanos e numa coordenação sectorial e interdisciplinar mais eficaz para as políticas de juventude, fez com que as linhas de politica sectorial para a Juventude tomassem uma preponderância maior no enquadramento global do plano de investimentos.

É neste novo contexto que o plano de investimentos para 2008 tenderá a reflectir esta aposta estratégica, bem como toda a nova dinâmica conducente à concretização das novas políticas. Toda a acção do Governo visa, porém, entre outros aspectos, preparar os Açores de amanhã, que se fará, sem sombra de dúvida, com os jovens de hoje.

Com a apresentação do plano de investimentos, verifica-se a aposta em novas áreas de desenvolvimento. Assim, e no seguimento das apostas efectuadas em 2007, pode-se desde já perspectivar um reforço nas áreas da cidadania, na criação artística jovem, no desenvolvimento de competências tecnológicas dos jovens e na cooperação transregional, vislumbra-se, desde já, o continuar da aposta na realização de acções que abrangem outros departamentos do governo. Não se pode esquecer que o total do investimento na juventude açoriana vai muito mais além do apresentado nesta área sectorial de investimento.

Em relação às acções já existentes existe a vontade, reflectida em certa medida neste orçamento e de acordo com a estratégia definida em 2007, de fazer evoluir algumas delas.

O OTL terá o que se pode designar por uma evolução natural, conforme decorreu no presente ano. Irá reformular-se, assim, algumas das medidas já existentes, criando-se outras, e aperfeiçoando as restantes. É igualmente objecto desta dinâmica, o alargamento dos beneficiários desses programas, criando-se os mecanismos para que, mais do que ser de aplicação sazonal, seja, cada vez mais, um instrumento ao dispor dos cidadãos jovens na definição do seu percurso pessoal de vida. Por outro lado, e ainda ao abrigo desta área de actuação, irá proceder-se a transformação de alguns princípios base, indo ao encontro dos novos princípios que norteiam o desenvolvimento deste tipo de programa. Assim sendo, irá proceder-se, em alguns sub-programas e em algumas faixas etárias, a uma maior aproximação ao tecido empresarial reforçando o sentido pré profissionalizante do OTL.

Consolidado que está o actual modelo de incentivo à mobilidade dos jovens açorianos, com os respectivos instrumentos, está-se a assistir à reorientação dos actuais programas. Assim, dar-se-á especial enfoque à mobilidade transregional na Macaronésia, bem como ao intercâmbio com as segundas e terceiras gerações de açorianos residentes nas nossas comunidades. Ao nível interno, e após o sucesso comprovado do cartão Interjovem, a aposta será na evolução do mesmo, alargando o seu âmbito, os seus benefícios bem como os prazos de utilização.

Por outro lado, e como acreditamos que a promoção da cidadania se faz, também, pelo desenvolvimento dos meios que permitem aos jovens interferir no desenvolvimento da sua sociedade e da sua localidade, a aposta no associativismo jovem é uma realidade, como sempre o foi desde 1996, perspectivando-se o reforço dos mecanismos existentes.

Pode-se então vislumbrar que as linhas estratégicas na área da juventude são: aperfeiçoar os mecanismos de coordenação; incentivar a aquisição de competências; garantir a mobilidade dos jovens açorianos e promover a cidadania.

## **TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

O Plano da Região Autónoma dos Açores para 2008, no que concerne o Emprego, o Trabalho e a Formação Profissional, continua a dinâmica que tem vindo a ser desenvolvida, em particular após a implementação de uma nova geração de políticas para a empregabilidade. Este Plano continua a enquadrado por um triplo condicionamento: constata-se que tendo sido atingido um patamar estabilizado nas medidas de qualificação e emprego para jovens, bem como tendo sido atingido uma estabilidade reconhecida das estruturas e das medidas para a empregabilidade, continua a alargar-se, agora, a outras áreas de actuação, a outros públicos e em outra dimensão, as medidas e as acções que com sucesso foram até agora desenvolvidas; Também é pertinente que o Plano para 2008 continue a promover a articulação com o Programa Operacional PRO-EMPREGO, que durante 2008 irá atingir todo o seu dinamismo. Enfim, as avaliações efectuadas a várias medidas dos Planos anteriores, numa lógica de permanente adequação das políticas, bem como estudos prospectivos realizados, numa lógica de antecipação, de visão global e de maior pró-actividade, aconselham o aperfeiçoamento aqui espelhados.

Devemos, assim, referir, que as acções previstas para 2008 inserem-se, pois, num novo perímetro de actuação das políticas para a empregabilidade, que se traduz por uma acção mais alargada quer em termos temporais, quer em termos de público, quer, ainda em mais ambiciosos objectivos e metas.

À centralidade dada nestes últimos anos à formação profissional inicial para jovens que se pretende ainda aperfeiçoar, a fim de aumentar o profissionalismo dos que chegam pela primeira vez ao mundo do trabalho e reduzir ainda mais o número dos que saem do sistema educativo sem uma qualificação, continua a merecer uma grande atenção e centralidade, assente em vários pilares, visando-se várias metas.

Os pilares desta nova centralidade, para além da formação profissional inicial são os da capacitação dos activos açorianos, e em particular os desempregados, em novas tecnologias; a melhoria da visão estratégica e organizacional do tecido empresarial açoriano, ou seja da mais valia competitiva das empresas, logo da criação de emprego de qualidade; a disseminação do empreendedorismo, ou seja da capacidade empreendedora junto dos jovens profissionais; a intervenção social para a empregabilidade; o aumento do profissionalismo dos trabalhadores; o combate à iliteracia dos activos; o fomento da mobilidade profissional.

As metas deste Plano são, pois, uma maior empregabilidade dos jovens e dos activos; o aumento da capacidade produtiva regional; uma maior atractividade do trabalho; e uma maior inovação, visando novos métodos de trabalho, novos produtos e novas oportunidades.

## **CULTURA**

A construção e a requalificação dos equipamentos culturais constituem-se como condição primordial para a promoção e difusão da cultura e assumem, no ponto de vista ideológico, factor essencial para a coesão social e para a consistência de uma cultura de autonomia. Os museus e as bibliotecas são, pois, centros aglutinadores e difusores das mais variadas formas de comunicação e de expressão, atraindo públicos diversificados e de diferentes níveis etários. Assim, com rigor científico, com acuidade estética e com intenção pedagógica, é possível imprimir uma dinâmica outra ao livro e à leitura, e à reformulação museológica e museográfica. Deste pressuposto, resultam os investimentos estruturantes e

infra-estruturais que, em todas as ilhas do arquipélago, têm sido levados a cabo e que prosseguirão no ano de 2008.

Por outro lado, continuar-se-á a apoiar os agentes culturais da Região – não só porque garantem um imprescindível contributo para uma coesão identitária - diferenciadora -, mas também, porque, portadores de uma herança multissecular, asseguram uma coerência europeia – que não é, liminarmente, continental: pelo contrário, a condição insular é inseparável da dos mares e da dos oceanos que ligam os povos em épocas de multiculturalidade e em mapas de globalização. Assim, reclamando a particularidade e a especificidade, se proclama o princípio da criação (ou, melhor, da re-criação) através de incentivos à inventiva artística (ainda que, e sempre, reformuladora de conceitos, de conteúdos e de formas) e que impulsionem comportamentos e capacidades empreendedores, ousadias arrojadas, compromissos de cidadania. Para quê? Para que a cidadania, valor primordial das sociedades democráticas contemporâneas, implicado numa territorialidade, abranja o imenso território do planeta.

## **DESPORTO**

As principais linhas de política sectorial a prosseguir são:

- Promover e dinamizar a generalização da prática das actividades físicas e desportivas da população em geral melhorando as condições de prática;
- Prosseguir uma política integrada de desenvolvimento desportivo;
- Reforçar o papel do desporto açoriano nos contextos regional, nacional e internacional;
- Promover e valorizar os recursos humanos do desporto.

As principais realizações a concretizar e/ou a lançar em 2008 são:

- Apoio à construção de 4 pavilhões de treino e competição de clubes, à requalificação de polidesportivos e ao arrelvamento de 2 campos de futebol;

- Conclusão da requalificação do Complexo Desportivo do Lajedo, com a construção de balneários, iluminação artificial, cisterna para a rega e arrelvamento de espaços desportivos;
- Adjudicação e início da construção do estádio de futebol com pista de atletismo na Horta;
- Apoio às actividades competitivas de âmbito local, regional e nacional dos clubes e associações;
- Manutenção do investimento nos escalões de formação no âmbito dos projectos de “Treino e competição” e “Coordenadores da formação”;
- Apoio às actividades do Desporto Escolar com a organização dos Jogos Desportivos Escolares, Encontro Regional dos Clubes Desportivos Escolares, Mega Sprinter, Mega Salto e Corta Mato;
- Apoio à organização de eventos desportivos na Região e da Gala do Desporto;
- Conclusão da carta das instalações desportivas artificiais e da carta de condição física da população adulta açoriana;
- Continuação do investimento na dinamização de actividades desportivas em Rabo de Peixe.

## **APOIO AOS MEDIA**

Com a reforma do regime jurídico enquadrador de apoios públicos aos órgãos de Comunicação Social da Região, continuar-se-á a promover um reforço substancial dos incentivos à modernização tecnológica dos meios de comunicação social regionais, à dinamização da produção e difusão informativas, bem como à qualificação profissional dos agentes do sector.

Tais incentivos visam potenciar o aproveitamento de novas soluções tecnológicas, tendo em vista a melhoria da disponibilização do produto jornalístico, com a possibilidade de apoiar a valorização profissional dos agentes deste sector, reforçando as condições para a adaptação a uma nova realidade de acesso à informação na sociedade globalizada em que vivemos, bem como uma maior preparação para responder ao acréscimo de exigência que, por parte do público, também se verifica nesta área.

Serão mantidos os apoios à promoção mediática dos Açores no exterior, dando enquadramento aos incentivos, entre outros, à realização de trabalhos jornalísticos que divulguem a realidade regional.

Uma outra referência relevante é o apoio regional ao Serviço Público de Rádio e Televisão, prevendo-se a atribuição de apoios que contribuam para, por exemplo, o reforço técnico da capacidade de realização deste Serviço Público.

Importa, ainda, salientar que a gestão dos conteúdos do Portal do Governo Regional dos Açores continuará a passar pela garantia de que este se assumirá como um portal que espelhe verdadeiramente a realidade da Administração Pública Regional e que permita, também, a própria promoção dos Açores a nível regional, nacional e internacional.

Assim, tendo em conta essas pretensões, continuar-se-á a apostar não apenas na imagem do portal, enquanto porta de entrada dos seus conteúdos, mas também na melhoria da sua funcionalidade e acessibilidade e disponibilização do portal em outras línguas para além da língua portuguesa, por forma a garantir o carácter global que se lhe pretende dar.

- **Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia**

## **AGRICULTURA E FLORESTAS**

Com a implementação plena do PRORURAL, serão concretizadas as linhas estratégicas que têm caracterizado as políticas para a agricultura e florestas, tendo como grande objectivo estratégico transversal a todas as intervenções, a promoção da competitividade das empresas e dos territórios, de forma ambientalmente equilibrada e socialmente estável e atractiva.

Com esse fim pretende-se:

- Continuar o reforço da modernização infraestrutural e organizacional das fileiras da carne e do leite, assumindo-se estes como sectores essenciais da actividade agro-pecuária regional.
- Assegurar o adequado desenvolvimento das infra-estruturas de base, como laboratórios, matadouros, caminhos, abastecimento de água e energia eléctrica às explorações.
- Assegurar o desenvolvimento de conhecimentos de base, ao nível da experimentação, realização de estudos, desenvolvimento de planos e formação.
- Manter uma estratégia de apoio ao investimento privado, ao rendimento e às organizações de produtores, com clara aposta na qualidade e na diversificação das actividades.
- Promover os produtos agro-pecuários nos mercados externos à Região.
- Assegurar a produção e o fornecimento de plantio para manutenção e reflorestação de terrenos.
- Valorizar o património público atendendo à multiplicidade de usos, como a experimentação e o lazer.

- Melhorar e aumentar a capacidade de controlo e fiscalização, ao nível da sanidade animal e vegetal e do desenvolvimento das diversas actividades agrícolas e florestais.

## **PESCAS**

O sector das pescas é sem dúvida a principal fonte de exploração do mar, constituindo-se numa considerável fonte de produtos alimentares, além de ser uma importante fonte de rendimentos com grande impacto social e económico na nossa Região.

A continuação do empreendimento de acções junto das instâncias comunitárias com o objectivo de recuperar a exclusividade das 200 milhas da nossa ZEE para as embarcações regionais é uma das frentes políticas essenciais, dada a fragilidade dos nossos recursos haliêuticos, e de modo a garantir a sustentabilidade e rendibilidade aos nossos pescadores a longo prazo.

Por forma a melhorar sempre mais as condições de trabalho e de segurança dos nossos pescadores e das suas embarcações, é crucial continuar-se com o programa regional de requalificação e ampliação dos portos de pesca.

A partilha de tarefas de gestão e de responsabilidades entre a administração regional e as associações representativas do sector torna-se cada vez mais importante para uma gestão mais eficaz da fileira das pescas. Importa assim continuar a estreitar este tipo de colaboração.

Tendo em conta que é necessária informação científica sobre o estado dos recursos piscícolas para que se tomem medidas de gestão sustentável atempadas e adequadas, importa continuar com os acordos existentes com o Departamento da Universidade dos Açores perito na área das pescas, no âmbito de projectos de investigação.

Importa também continuar a apoiar a renovação e a modernização da frota de pesca regional, de modo a melhorar as condições de trabalho e de segurança das embarcações e melhorar a qualidade do pescado descarregado com o conseqüente aumento de rendimentos para os profissionais do sector.



Continuaremos a apoiar, no âmbito da coesão social, a cessação temporária da actividade dos nossos pescadores resultante de intempéries.

Apostar na continuação da formação dos profissionais da pesca, nas áreas de marinharia e mestrança, de condução de motores, de segurança marítima e na melhoria da qualidade do pescado é também importante para que melhorem as suas qualificações e aumentem os seus rendimentos.

Também está contemplado investimento para melhorar o controlo da pesca na nossa Zona Económica Exclusiva a fim de garantirmos uma protecção adequada dos recursos piscícolas e o próprio futuro do sector das pescas.

Durante o ano de 2008 entrará em vigor o Programa Operacional Pescas, que permitirá a concessão de ajudas públicas destinadas a apoiar o investimento na modernização de embarcações de pesca, aquicultura, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura sustentável, equipamentos dos portos de pesca, desenvolvimento de novos mercados e campanhas promocionais, projectos piloto e transformação de navios de pesca para reafecção a outros fins.

## **TURISMO**

As principais linhas de política sectorial a prosseguir em 2008 são:

- Implementar o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores  
O POTRAA, terá a sua implementação efectiva no ano de 2008. Este plano sectorial implicará regulamentações específicas, nomeadamente no que diz respeito ao controlo da capacidade máxima de carga (camas) consignada pelo plano, e a implementação de mecanismos de monitorização dos seus efeitos territoriais e socioeconómicos. Estão ainda previstas acções conexas, como o lançamento de rotas turísticas conforme os produtos identificados para as diferentes ilhas.
- Elaborar um novo Plano Operacional de Marketing  
A competitividade no sector do turismo, ao nível nacional e internacional, impõe a definição de estratégias de posicionamento do destino Açores. Assim, surge a

necessidade de elaboração de um novo Plano de Marketing que permita redefinir as acções promocionais, procurando os seguintes objectivos:

- Sistematizar o posicionamento actual dos Açores, em termos de procura, produto, promoção e distribuição;
  - Definir e desencadear a implementação das acções, reforçando a engenharia do produto, fomentando a procura, modernizando a distribuição e aumentando a eficácia do esforço promocional;
  - Definir os indicadores para monitorização futura
- Reforçar a promoção dos Açores nos mercados emissores tradicionais  

Face à visibilidade que os Açores já detêm em determinados mercados como o nacional e alguns europeus, as acções promocionais desenvolvidas, nomeadamente, participação em feiras e eventos, apoio a operadores, campanhas de comunicação, edição de materiais e viagens educacionais e de imprensa devem reflectir um esforço constante de divulgação e promoção do destino turístico Açores.
  - Procurar novos mercados como forma de diversificar a procura turística  

Desenvolvimento de acções de prospecção em mercados com exígua ou nula programação Açores com o objectivo de diversificar e aumentar a procura turística. Estas acções consistem nomeadamente na realização de visitas educacionais, de prospecção ou de imprensa, bem como outras que se revelem pertinentes consoante as características dos mercados-alvo.
  - Qualificar a oferta turística da Região  

É também objectivo incentivar e promover a qualificação e diversificação da oferta, existente e prevista, objectivo concretizado através de acções directas levadas a cabo junto dos promotores, fomentando reuniões de trabalho e contribuindo para a consolidação técnica e apuramento estético dos projectos propostos, correspondendo esta componente funcional a considerável percentagem do volume de trabalho do serviço. Por outro lado, os sistemas de incentivos, nomeadamente o SIDER, na sua formulação, complementam esta orientação, mediante a definição de apoios para determinadas tipologias que se consideraram qualificantes em termos da oferta regional de alojamento e animação turística.
  - Incentivar a oferta de produtos turísticos ligados à saúde e bem estar, turismo de negócios, golfe, turismo de natureza, turismo cultural, turismo náutico

Para além da promoção dos Açores de uma forma global, verifica-se que face à organização e qualificação da oferta associada aos diferentes produtos há necessidade de, nas acções promocionais, potenciar esta diversidade de oferta do destino Açores. Assim a edição de materiais temáticos é fundamental como suporte das acções a desenvolver nos diferentes mercados.

- Consolidar as ligações aéreas existentes e procurar novas oportunidades de negócio

Uma Região Insular como os Açores é fortemente dependente do transporte aéreo, o qual nos últimos anos tem tido um crescimento muito acentuado, passando da existência de ligações com o mercado nacional, EUA e Canadá para ligações directas também com os Países Nórdicos, Reino Unido, Holanda, Espanha, Irlanda e Áustria. Contudo a consolidação e ampliação destas ligações carecem do desenvolvimento de acções promocionais constantes, as quais são reforçadas, pelas desenvolvidas através da ATA, de outras associações e do sector turístico privado.

Para além deste trabalho de manutenção, revela-se fundamental o desenvolvimento de acções promocionais e de prospecção com vista à captação de novas ligações directas, nomeadamente em mercados como a França e a Itália.

- Promover a expansão da oferta hoteleira e do turismo em espaço rural de forma sustentável

Ao crescimento da oferta de alojamento deverá corresponder uma preocupação acrescida no sentido da valorização dos empreendimentos e dos espaços onde se localizam, correspondendo por outro lado a um incremento pelo lado da procura. Neste sentido, continuarão a ser disponibilizados incentivos para o aumento da oferta e apoios para a promoção deste tipo de alojamento.

- Qualificar os recursos humanos

Pretende-se desenvolver e apoiar iniciativas formativas do sector privado, com o objectivo de dotar os profissionais do turismo de melhores e maiores conhecimentos para o desenvolvimento da sua actividade, permitindo a prestação de serviços com maior qualidade.

## INDÚSTRIA E ARTESANATO

Pretende-se promover a competitividade empresarial assente nas estratégias e ferramentas da qualidade e inovação. Para tal vão continuar a ser desenvolvidos os seguintes programas:

- Programa de Promoção da Qualidade e Segurança Alimentar - SEPROQUAL;
- Programa Qualimaçores, em parceria com as Câmaras do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

A um nível mais global, irão ser executadas acções decorrentes dos relatórios apresentados no Plano Estratégico para a Qualidade nos Açores, bem como do Plano Tecnológico e de Inovação Empresarial - INOTEC Empresa.

Neste contexto, irão ser desenvolvidas parcerias público-privadas com entidades credenciadas nos domínios da inovação e desenvolvimento tecnológico, e ainda nas áreas da qualidade e da segurança alimentar, com o fim último de promover a certificação de empresas, serviços ou produtos no âmbito do SPQ - Sistema Português da Qualidade, com todos os benefícios que daí advêm para essas entidades.

Este grande objectivo passa, necessariamente, pela qualificação dos recursos humanos das empresas. Desta forma, pretende-se promover a formação profissional para reforço das suas qualificações e das competências nestas matérias.

Pretende-se promover a utilização racional dos recursos geológicos da Região. Para tal vai ser dada continuidade ao processo de avaliação, caracterização e qualificação das águas minerais e termais. Vão ser promovidas acções de boas práticas na exploração de recursos minerais não metálicos, com o fim de maximizar esses recursos, a segurança e a recuperação paisagística.

Irá ainda ser dado início ao processo de criação da Rede de Metrologia Legal, com colaboração do Instituto Português da Qualidade, promovendo posteriormente acções de formação qualificadas na área de fiscalização dos operadores com equipamentos metrológicos.

Irão ser desenvolvidas acções no âmbito do Plano Estratégico de Resíduos Industriais e Especiais dos Açores.

A valorização económica e cultural do artesanato dos Açores constitui o objectivo global de toda a actividade do Centro Regional de Apoio ao Artesanato. Na prossecução desse objectivo, estabeleceram-se linhas estratégicas de continuidade que orientam a planificação

dos serviços, no sentido de melhor estruturar e desenvolver o sector económico do artesanato:

- Dignificação profissional do sector;
- Divulgação do artesanato regional, valorizando-o como produto cultural e facilitando a sua comercialização;
- apoio ao desenvolvimento económico das unidades produtivas artesanais;
- Aperfeiçoamento e inovação dos saberes tradicionais;
- Garantia da qualidade dos produtos artesanais genuínos.

## **COMÉRCIO**

No âmbito das medidas de apoio à promoção da cooperação entre as empresas do sector produtivo e as do sector da distribuição, irá ser dada continuidade ao fomento e desenvolvimento de parcerias comuns de distribuição, comercialização e promoção de produtos açorianos no exterior. Por conseguinte irá ser continuado o apoio ao Centro de Distribuição de Produtos Açorianos no Continente, e apoiada a criação de uma loja de produtos típicos açorianos no Continente.

Paralelamente, irão ser celebradas parcerias público-privadas com vista a permitir a participação das empresas açorianas em feiras e exposições de carácter internacional para a promoção dos produtos regionais, com promoção das potencialidades económicas da Região, alargando-se desta forma a base económica de exportação.

Ao nível interno, pretende-se promover acções de sensibilização e de apoio junto dos agentes económicos e melhorar o seu acesso à informação. Associada a esta questão, irão ser promovidas e realizadas acções de formação/informação dos agentes económicos na área de atendimento ao público e relacionamento com o cliente.

Para além disto, irá ser dada colaboração às Associações Empresariais no desenvolvimento de campanhas de dinamização do comércio tradicional, e ainda no fomento da competitividade dos produtos açorianos nos mercados de destino.

Vai continuar a ser prosseguida a política de manutenção dos preços de venda de certos bens de carácter essencial a um nível uniforme em todo o espaço Regional, comparticipando os encargos inerentes ao transporte inter-ilhas desses produtos.

Irá ser apoiada a elaboração de um Plano de Resíduos de Embalagens Reutilizáveis.

Apoiar a realização e participação da Região no SISAB 2008 - Salão Internacional do Vinho, Pescado e Agro-Alimentar.

## **PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO E DA COESÃO**

A promoção do investimento e da coesão tem como objectivo dinamizar a produtividade e a competitividade da economia regional, e promover o reforço da coesão económica e social no espaço territorial da Região. Na prossecução deste objectivo, vai ser adoptada uma estratégia de actuação que crie condições para, por um lado, facilitar a adequação do tecido produtivo a uma maior concorrência interna e externa, através da obtenção de ganhos de produtividade e de competitividade e, por outro lado, acelerar o processo de ajustamento da economia regional em direcção a novos perfis de especialização.

O SIDER – Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 19/2007/A, de 23 de Julho, veio criar os novos sistemas de incentivos ao investimento privado para o QRESA 2007-2013, envolvendo um vasto conjunto de medidas, coerentes e devidamente articuladas, com uma estrutura assente em quatro vectores de intervenção, que se consubstanciam em linhas de apoio dirigidas ao desenvolvimento local, ao sector do Turismo, à promoção da qualidade e inovação, e a projectos de carácter estratégico para o desenvolvimento regional.

Estes incentivos vão seguramente assumir um papel de grande relevo na dinamização do investimento, favorecendo a criação de uma estrutura empresarial mais sólida e fomentando o reforço da base produtiva. No âmbito da nova política de incentivos, é intensificada a discriminação positiva que já vinha sendo efectuada, em benefícios dos investimentos realizados nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo, favorecendo desta forma a coesão económica e social em todo o espaço regional.

A situação económica destas ilhas continuará a merecer uma particular atenção, pelo que se prosseguirá com a criação de condições para dinamizar a organização local das respectivas economias, operacionalizando diversos instrumentos de intervenção pública, vocacionados para a promoção da coesão económica, nos quais assumem especial importância os sistemas de incentivos e as parcerias público-privadas, designadamente através da sociedade “Ilhas de Valor, SA”.

Pretende-se também efectuar parcerias público-privadas em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento, assim como criar condições especiais para a atracção de investimento externo, estimulando-se a realização de projectos estruturantes e de elevada qualidade, bem como proporcionar condições para que o investimento se faça sentir nas ilhas que, pela sua dimensão, a iniciativa privada apresenta maiores debilidades.

Por outro lado, continuará a ser prestada uma particular atenção ao fomento do empreendedorismo, dando-se continuidade ao concurso regional de empreendedorismo, bem como à concessão de apoios no âmbito do Empreende Jovem - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo, pelo qual se pretende incrementar uma nova cultura empresarial, baseada no conhecimento e na inovação, e aproximar as universidades e as escolas tecnológicas e profissionais do mundo empresarial.

Ainda no domínio dos sistemas de incentivos ao investimento, serão atribuídos apoios no âmbito do Proenergia - Sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis, tendo em vista um melhor aproveitamento dos recursos energéticos endógenos para a produção de electricidade ou outras formas de energia, essencialmente para auto consumo.

Serão também concedidos apoios decorrentes da execução do Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário, que constitui um instrumento particularmente adequado para a inclusão no sistema económico de pessoas em situações de desfavorecimento, permitindo a concretização de micro-negócios geradores de riqueza e de emprego.

Serão ainda concedidos apoios à elaboração de estudos conducentes à adopção de novas estratégias de desenvolvimento e de análise do impacto das diversas políticas na estrutura da economia regional.

Pretende-se igualmente prestar uma particular atenção à divulgação para os potenciais investidores dos diversos instrumentos de apoio ao investimento, designadamente através do lançamento de uma reedição actualizada do Guia do Investidor e da rede de Gabinetes do Empreendedor recentemente criada nas diversas ilhas.

- **Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades**

## **SAÚDE**

As principais linhas de política sectorial a prosseguir são:

- Continuar a informatização do sector da Saúde na Região Autónoma dos Açores (SIS – ARD), com o objectivo da introdução de uma evolução significativa na qualidade dos serviços públicos de saúde, o funcionamento em rede através de um processo clínico electrónico único garantirá uma evolução simultânea dos níveis de eficiência operacional das diversas unidades que o compõem;
- Equipar novos serviços com aparelhos e tecnologia necessários a uma integração harmoniosa no SIS-ARD, proceder à substituição de equipamentos obsoletos e promover as aquisições essenciais para colmatar carências de modo a que cada serviço possa responder com a melhor eficiência e qualidade às necessidades dos utentes;
- Continuar o desenvolvimento das infra estruturas de saúde, nomeadamente o início da construção dos novos Centros de Saúde da Madalena e de Santa Cruz da Graciosa e adquirir os terrenos para o novo Centro de Saúde de Ponta Delgada;
- Continuar os trabalhos do processo de concepção e construção do Novo Hospital da Ilha Terceira;
- Desenvolver e reforçar parcerias com Autarquias Locais, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Organizações Profissionais e Associações Voluntárias, para aplicação de projectos e acções nas áreas e casos de dependências tendo sempre em vista a prevenção e informação como um meio eficaz de combate as dependências tóxicas;
- Apoiar a realização de reuniões, cursos, congressos e a formação pré e pós graduação de técnicos, no sentido uma formação permanente dos quadros da região;



- Apoiar a formação de novos Médicos e Técnicos de diagnóstico e terapêutica para SRS;
- Apoio e promoção da prevenção dos comportamentos de risco;
- Projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos;
- Projecto de implementação e operacionalização da melhoria de acessibilidade ao SRS;
- Continuar com a prossecução de acções de desenvolvimento e apoio aos Programas Regionais, nomeadamente, Programa Regional de Saúde Oral, Programa Regional de Nutrição e Diabetes, Programa Regional de Doenças Oncológicas, Programa Regional de Doenças Cerebro Cardio Vasculares, ao Projecto de Estudo da Lepto-espirose, ao Programa de Saúde mental, Programa de Cuidados Continuados e Paliativos a Idosos, Carta de Saúde e Contratualização.

## **SEGURANÇA SOCIAL**

As principais linhas de política sectorial a prosseguir em 2008 são:

- Promover o desenvolvimento de políticas locais, globais e integradas de desenvolvimento social e local que apoiem e promovam a família enquanto estrutura prioritária de integração do cidadão na comunidade, através do alargamento da rede de Creches e de Centros de Promoção e Acompanhamento de Amas, Centros de Actividades Lúdico-Pedagógicas, da implementação de Serviços de Apoio ao Desenvolvimento e à Família e de Unidades Técnico-Profissionais de Apoio à Família, tais como, Prestadores de cuidados ao Domicílio, Orientadores Sócio-Educativos;
- Consolidar a rede de equipamentos e serviços sociais de apoio aos cidadãos com necessidades especiais, designadamente os idosos, promovendo a expansão dos centros de convívio, centros de dia e de noite, residências familiares, lares, serviços de reabilitação, turismo social. A este nível será dado especial importância ao reforço dos serviços de apoio ao domicílio;
- Continuar a implementação da rede de centros de actividades ocupacionais (CAO), para aumentar a capacidade de resposta na integração plena do cidadão com deficiência;

- Continuar a desenvolver planos/projectos globais e integrados de desenvolvimento social e local que promovam o corte dos ciclos contínuos de pobreza originados pela reprodução de processos de pobreza, desqualificação, marginalidade, discriminação, estigmatização, emigração e precariedade do mercado de trabalho e equipamentos sociais de apoio às populações, consubstanciados num Programa Regional de Implementação de Micro Projectos de Desenvolvimento e Acção Social e Local em territórios urbanos e rurais com graves situações de pobreza e exclusão social;
- Implementar o Sistema Regional de Acolhimento de Crianças e Jovens em Risco com vista à uniformização dos princípios orientadores, à adopção de boas práticas por todos os intervenientes no acolhimento da criança e do jovem, promovendo a optimização dos recursos existentes e a criação/adequação dos que se afigurem necessários;
- Implementar a Rede Regional de Cuidados Continuados de Integrados visando a intervenção nas áreas da saúde e segurança social, promovendo a autonomia dos utentes através da prestação de cuidados de saúde e apoio social, mediante um conjunto de respostas que, articulando diferentes linhas e modalidades de intervenção, contribuem para a melhoria do acesso das pessoas com perda de funcionalidade a cuidados de saúde técnica e humanamente adequados;
- Instituir um programa de apoio à iniciativa privada com vista ao alargamento da rede de equipamentos sociais em zonas de baixa cobertura.

## **HABITAÇÃO**

No âmbito do apoio público à habitação realça-se a estratégia de requalificação e renovação do parque habitacional público e privado, em ordem a conferir-lhe condições de salubridade, conforto e segurança e de promoção da construção de habitação por via particular, empresarial e cooperativa, incentivando a construção de habitação a custos controlados e a autoconstrução.

Nesta perspectiva as medidas a implementar são:

- Investir na aquisição de solos e na construção de infra-estruturas, tendo em vista a cedência de lotes para construção de habitação própria e construção a custos controlados, o que permitirá o acesso dos agregados familiares que não conseguem

adquirir habitação no mercado livre à aquisição de habitação própria a custos mais baixos;

- Apoiar as famílias através da concessão de subsídios, a fundo perdido, tendo em vista a reabilitação, reparação e beneficiação das suas habitações, bem como na aquisição de habitações devolutas que se destinam a habitação própria;
- Cumprir com os Acordos Colaboração celebrados entre a Região Autónoma dos Açores e o INH (actual IHRU, I.P.) para a construção e/ou aquisição de fogos destinados ao realojamento de agregados de baixos rendimentos, em regime de renda apoiada;
- Implementar projectos de salvaguarda habitacional que garantam a segurança de pessoas e bens, ou promover a deslocalização de agregados que se encontram em situações de risco.

## **PROTECÇÃO CIVIL**

As principais medidas de Política Sectorial a adoptar em 2008, são:

- Continuar a garantir o apoio financeiro à aquisição de viaturas de combate ao fogo, auto macas de socorro, auto macas de socorro medicalizadas e auto macas de transporte;
- Continuar a garantir o apoio financeiro à construção e beneficiação de quartéis de bombeiros e ao apetrechamento dos mesmos;
- Garantir a operacionalidade da Rede de Comunicações de Emergência do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores;
- Intensificar as acções de informação, formação e sensibilização da população, dando início ao projecto “Clubes de Protecção Civil” e continuidade aos projectos “Crianças em Segurança” e “Idoso em Segurança”, bem como aos Cursos Básicos de Protecção Civil e Primeiros Socorros;
- Dar continuidade às parcerias técnico-científicas estabelecidas com a Universidade dos Açores;
- Garantir os meios necessários para uma intervenção eficaz em caso de catástrofe.

• **Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes**

**AMBIENTE**

Principais linhas de política sectorial a prosseguir em 2008 são:

- Manutenção do esforço de investimento continuado na protecção e valorização dos recursos hídricos regionais, mediante o planeamento e a gestão integrada das águas interiores, de superfície e subterrâneas, e costeiras, observando o disposto na Directiva Quadro da Água da União Europeia e a demais legislação temática;
- Readequação do quadro normativo e legal relativo aos recursos hídricos face às exigências colocadas pela Directiva-Quadro da União Europeia, e respectivos instrumentos conexos, bem como pelo quadro legal nacional, incluindo a instituição da Administração da Região Hidrográfica dos Açores;
- Reforço das políticas de ordenamento do território regional, mediante o investimento na finalização da elaboração de Planos de Ordenamento da Orla Costeira na RAA;
- Conclusão do Plano Regional e Ordenamento do Território, integrando o planeamento territorial com as diversas políticas sectoriais, e a prevenção e defesa face aos perigos naturais;
- Desenvolvimento de medidas consignadas nos instrumentos de gestão territorial aprovados, ou entretanto finalizados;
- Continuar o acompanhamento na monitorização das indústrias emissoras de compostos poluentes;
- Apoiar e dinamizar os diversos tipos de licenciamento, incluindo o licenciamento ambiental (prevenção e controlo integrados da poluição);
- Continuação da implementação dos Planos de redução, reutilização e reciclagem de resíduos, com particular ênfase para o Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos dos Açores;

- Incrementar a cooperação entre as diversas autoridades para a fiscalização da qualidade ambiental;
- Implementação dos Parques Naturais de Ilha e Parque Marinho dos Açores, inerentes à Rede Regional de Áreas Protegidas;
- Continuação das acções tendentes à minimização dos efeitos das espécies de flora invasora nos Açores;
- Incremento da cooperação com instituições de investigação científica para aumentar o conhecimento do património natural dos Açores, suas fragilidades e oportunidades;
- Implementação dos planos de gestão inerentes à Rede Natura 2000;
- Certificação da paisagem dos Açores com os títulos adequados à sua qualidade natural;
- Reforço das estruturas de interpretação e sensibilização ambiental dos Açores (rede de centros de interpretação ambiental);
- Criação de oportunidade de desenvolvimento sustentável que salvaguardem o património natural da Região;
- Aumento das acções de educação ambiental no arquipélago, tanto enquadradas por programas internacionais (eco-escolas, chave verde, bandeira azul e outros) como por iniciativas locais (SOS cagarro, eco-brigadas, rede regional de ecotecas);
- Introdução e divulgação nos Açores dos conceitos consequentes à Convenção do Rio (Agenda XXI local).

## **TRANSPORTES TERRESTRES**

Principais linhas de política sectorial a prosseguir em 2008 são:

- Melhorar as acessibilidades através da beneficiação das vias existentes e da construção de novas vias, nomeadamente, variantes a alguns aglomerados populacionais;
- Colocação de guardas metálicas e sinalização adequada tendo por objectivo melhorar as condições de segurança nas Estradas Regionais;

- Dar continuidade ao processo de melhoria do serviço público prestado de transportes colectivos de passageiros, através da reformulação de carreiras, horários e tarifários, assim como, com o apoio financeiro à modernização da frota de autocarros.

## **TRANSPORTES MARÍTIMOS**

Numa região arquipelágica como os Açores, os transportes marítimos assumem um papel preponderante no seu processo de desenvolvimento económico e social, pois são vitais ao abastecimento do arquipélago e fundamentais na circulação de pessoas e bens entre as várias ilhas.

A Região depende quase exclusivamente, em termos de escoamento e abastecimento de mercadorias que proporcionem a normal vivência das populações locais, dos serviços de transporte marítimo regular.

A modernização das principais infra-estruturas da Região, de modo a permitir maiores índices de produtividade e menores custos de operação e a torná-las mais competitivas e mais atractivas, de forma a potenciar a criação de mais oportunidades de negócio, continua a ser uma das prioridades do Governo Regional. Assim, pretende o Governo Regional dar continuidade à política de reforço das infra-estruturas portuárias, definindo-se como objectivos de política sectorial os seguintes: reabilitar, reordenar e reapetrechar as infra-estruturas portuárias regionais com vista à melhoria das acessibilidades internas e externas; melhorar a eficácia dos serviços correlacionados com as operações portuárias, de modo a racionalizar os custos da operação portuária; prosseguir com acções que permitem atrair à Região a indústria de cruzeiros; dinamizar a náutica de recreio; melhorar a qualidade dos serviços de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as Ilhas da Região; e apoiar acções de dinamização do transporte marítimo nos Açores.

## **TRANSPORTES AÉREOS**

As principais linhas de política sectorial a seguir consistem na continuidade de uma política de melhoria das condições de operacionalidade das infra-estruturas aeroportuárias, através da reabilitação e modernização das mesmas, bem como em assegurar as condições para a existência de maior regularidade e qualidade nos transportes aéreos inter-ilhas e destes para o exterior. Para tal, importa desenvolver estudos e projectos que visem a consolidação e modernização do transporte aéreo na Região.

Das principais realizações previstas para 2008, para os Aeródromos Regionais, destaca-se a conclusão do projecto e início da empreitada de Ampliação e Alargamento da Pista do Aeródromo de S. Jorge, o Início das empreitadas de impermeabilização do lado ar das Aerogares dos Aeródromos da Graciosa, das Flores e de S. Jorge, bem como a Construção do Aquartelamento de Bombeiros e Tanque de Abastecimento de Viaturas no Aeródromo da Graciosa.

No que concerne à Aerogare Civil das Lajes, prevê-se a conclusão da execução das empreitadas de "Requalificação e Modernização da Aerogare Civil das Lajes - Fase III" e "Construção do Parque de Estacionamento das Partidas da Aerogare Civil das Lajes", e o lançamento do concurso e Execução da empreitada de "Construção do Parque de Estacionamento das Chegadas da Aerogare Civil das Lajes". Está também previsto o financiamento necessário a assegurar os serviços de fiscalizações das referidas empreitadas.

Em termos de medidas mais transversais a diversas ilhas, estão contemplados os encargos inerentes à Gestão dos Aeródromos Regionais, dando cumprimento ao contrato de concessão da gestão e exploração dos aeródromos regionais, bem como ao transporte de passageiros inter-ilhas, nos termos estabelecidos no contrato de concessão das rotas inter-ilhas.

## **ENERGIA**

Promover a consecução de um sistema energético sustentado, abrangendo os subsectores dos produtos petrolíferos e da energia eléctrica, bem como dos recursos endógenos e

renováveis, tendo em consideração as vertentes ambiental, económica e social, incluindo igualmente preocupações de racionalidade e eficiência.

Em articulação com a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, irá ser prosseguida a aplicação do Regulamento da Qualidade de Serviço do Sector Eléctrico.

Pretende-se implementar o SCE - Sistema de Certificação Energética e Eficiência Energética e da Qualidade do Ar Interior dos Edifícios abrangidos nos RCCTE (Regulamento das Características do Comportamento Térmico de Edifícios), RSECE-E (Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios) e RSECE-QAI (Qualidade de Ar Interior).

Promover medidas de Utilização Racional de Energia e Eficiência Energética, quer através do Programa ProEnergia, quer no âmbito da Resolução nº 66/2006, de 16 de Junho, que estipula medidas de promoção da utilização racional de energia e a realização de auditorias energéticas a edifícios da Administração Regional, e iluminação pública das vias de comunicação regionais.

Irá ser implementado um novo quadro legislativo para reorganizar o sector eléctrico da Região que considere as suas características próprias e específicas, reconhecidas pela Decisão da Comissão C(2004) 4880, de 20 de Dezembro de 2004.

Vai ser continuada a política de fomento de reabilitação/ampliação/substituição dos parques de combustíveis nas diversas ilhas, através de um plano de investimento adequado à evolução dos respectivos consumos, com o fim de garantir a segurança do aprovisionamento de produtos energéticos.

Irão ser concretizadas acções de sensibilização, com parceiros locais, na área da segurança eléctrica e de combustíveis.

Realizar-se-á, ainda, a III Feira das Energias Renováveis.



- **Afirmar os Sistemas Autónimo e da Gestão Pública**

## **ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL**

As principais linhas de política sectorial a prosseguir são:

- Melhoria da eficiência e eficácia da administração pública regional autónoma.
- Melhoria da formação dos funcionários e agentes da administração pública regional e local.
- Aproximação da administração pública ao cidadão.
- Fomento da acessibilidade aos serviços e organismos públicos.
- Fomento da cooperação técnica e financeira com a administração local.
- Melhoria da informação estatística a disponibilizar sobre diversas actividades económicas e sociais da Região.

Como principais realizações a concretizar e/ou a lançar, destacam-se:

- Desenvolver a aplicação informática de suporte ao "Ficheiro Central de Pessoal", adaptando-a aos quadros de ilha. Criação de um Banco de dados (Datawarehouse) que permita alimentar simultaneamente os processos de vencimentos, ADSE, Formação do CEFAPA e o FCP do CEFAPA e o FCP. Permitir o acesso à informação, via web, dos departamentos governamentais, bem como das aplicações informáticas citadas, que se alimentarão da informação contida na datawarehouse.
- Reuniões departamentais com os responsáveis pela execução do cadastro e pela gestão e administração de pessoal.
- Continuação da implementação da CAF: realização do 2.º Workshop com os membros dos Núcleos para a Promoção da Qualidade e com as equipas de auto-avaliação, e realização de uma Gala das Boas Práticas.

- Implementação de medidas de proximidade, simplificação e modernização administrativa - PROSIMA.
- Recolha e análise de reclamações e dos questionários de avaliação da qualidade dos serviços da administração pública regional.
- Formação sobre manuseamento de extintores aos trabalhadores dos serviços da administração regional, no âmbito do projecto de higiene e segurança no trabalho.
- Concretização de 100 acções de formação do Plano Anual de Formação do CEFAPA.
- Realização de formação específica obrigatória para determinadas carreiras de pessoal e para dirigentes, e de acções de formação em CBT (Computer Based Training).
- Mudança de instalações do CEFAPA em Ponta Delgada, que consta da execução de obras e da aquisição de mobiliário e equipamento informático.
- Manutenção, conservação e actualização dos recursos tecnológicos de base aos sistemas de informação de suporte à decisão, incluindo os contratos de manutenção das infra-estruturas tecnológicas e dos suportes lógicos e aplicativos. Apoio tecnológico na implementação de projectos.
- Preparação das Eleições Regionais 2008: impressão de boletins de voto e sua distribuição, folhetos, anúncios publicitários e spot's televisivos, tempo de antena na rádio, aquisição de hardware e de software informático, prestação de serviços de empresas de informática, deslocações e horas extraordinárias de técnicos da VPGR.
- Abertura de 11 novos postos de atendimento ao cidadão (PAC), abrangendo as respectivas obras de construção civil, aquisição de mobiliário e do equipamento administrativo e informático, indispensável ao seu funcionamento.
- Renovação da infra-estrutura tecnológica da RIAC, quer ao nível da intranet quer da internet.
- Manutenção do funcionamento da RIAC: 45 postos de atendimento, centro de contactos e página da Internet.
- Apoio financeiro às duas associações de funcionários públicos da Região (AFARIT E COOPDELGA).

- Participação de técnicos em reuniões de trabalho de âmbito nacional e regional, nas áreas jurídica, da contabilidade autárquica e do ordenamento do território. Visitas técnicas aos municípios e freguesias.
- Elaboração de publicações sobre finanças locais e legislação autárquica.
- Bonificação dos juros dos empréstimos contratados pelos municípios para execução de projectos de investimento co-financiados por fundos comunitários. Pagamento de juros de mora devidos pelo atraso nas transferências do FEDER.
- Pagamento de encargos de funcionamento dos Conselhos de Ilha.
- Apoio financeiro às freguesias, a fim de garantir o normal funcionamento dos seus órgãos autárquicos.
- Realização de inquéritos, aquisição e manutenção de equipamento informático e de reprografia, e edição de publicações.
- Recolha e tratamento da informação necessária à elaboração das contas económicas regionais e à conta satélite do turismo, referente ao ano de 2004 e conclusão do Damarece.

## **COOPERAÇÃO EXTERNA**

A política sectorial a prosseguir assentará nas seguintes linhas de força:

- No reforço da participação activa da RAA nas diversas modalidades de cooperação inter-regional e internacional e no processo de construção europeia;
- Na afirmação das particularidades da Região e a defesa dos seus interesses específicos no contexto europeu e internacional;
- Na promoção e acréscimo da visibilidade exterior da Região;
- Na divulgação interna da realidade, importância e relevância da EU;
- No implementar de novas parcerias estratégicas com regiões e organismos de cooperação que contribuam para o desenvolvimento económico, social e cultural da Região.

Para tal, serão desenvolvidas acções que visam:

- A dinamização e o aprofundamento da relação com entidades territoriais, instituições e organismos regionais externos;
- A consolidação da cooperação com territórios estratégicos, como territórios insulares, regiões ultraperiféricas, territórios com ligações culturais e históricas ou interesse económico e/ou político, por meio de estabelecimento e aprofundamento de relações e/ou parcerias com entidades territoriais congéneres e outras instituições relevantes;
- A representação e participação da Região nos trabalhos de organismos de cooperação inter-regional (ex: Comité das Regiões, Assembleia das Regiões da Europa, Conferência das Regiões Periféricas Marítimas, Congresso dos Poderes locais e Regional da Europa, Conferência dos Presidentes das RUP, etc ) e outras organizações Internacionais ( em particular, União Europeia e Nações Unidas );
- A promoção e divulgação da União Europeia e outras instituições/organizações na Região;
- O desenvolvimento de protocolos de cooperação, parcerias e iniciativas com instituições, organismos e entidades sedeadas em regiões estratégicas para a RAA;
- A promover a aproximação a novos parceiros regionais de interesse estratégico para a RAA;
- A divulgação da RAA no exterior;
- A continuidade do desenvolvimento da Operação Quadro Regional RUP-PLUS, financiada pelo INTERREG IIIC, que envolve as 7 RUP da UE.

## COMUNIDADES

As principais linhas de acção sectorial a prosseguir, são:

- Aprofundamento do relacionamento institucional com as Comunidades e/imigradas e seus representantes.
- Investimento decisivo nos jovens, de forma a garantir o seu envolvimento em iniciativas com interesse presente e futuro, com objectivos precisos e efeitos reprodutivos para a RAA.

- Desconcentração e disseminação dos apoios regulamentados, nas áreas da preservação da identidade cultural açoriana e da divulgação artística actual.
- Estímulo continuado à integração dos cidadãos com o apoio técnico, documental, informativo, linguístico e cultural, aos emigrantes e regressados, bem como aos imigrantes.
- Intensificação do conhecimento das variadas manifestações culturais da região e das comunidades e/imigradas.
- Parcerias com instituições e/ou entidades para realização de eventos de reconhecida importância.
- Encontros inter-comunitários temáticos com reflexão, debate, apresentação de trabalhos e de linhas orientadoras acerca de assuntos relevantes para as comunidades imigrada, emigrada e para os Açores, na perspectiva de maior cooperação e divulgação da nova imagem dos Açores nos Estados, Províncias, Regiões e Países, em que as comunidades e/imigradas possam construir pontes com as sociedades locais e poderes político e económico, de modo a acrescentar mais valias à RAA e novas políticas para a inclusão e socialização dos e/imigrados.
- Protocolos de cooperação com diferentes entidades, instituições sem fins lucrativos, organizações e associações, com vista a um trabalho sustentado por sinergias transnacionais.
- Estudos e apoio a pesquisas sobre a história e as realidades da emigração e dos regressos, bem como estudos e apoios a pesquisas sobre imigração nos Açores.
- Programa de apoio a projectos estruturados de grupos e/ou agentes comunitários que visem estes objectivos.

## **IV. INVESTIMENTO PÚBLICO**

### **DOTAÇÃO DO PLANO**

O Plano Anual 2008, encerra o ciclo de programação traçado para o quadriénio 2005-2008, contemplando as acções promovidas directamente pelos departamentos da administração regional, mas também as que são executadas por entidades públicas que, em articulação com as respectivas tutelas governamentais, promovem projectos de investimento estratégicos, no quadro da política de desenvolvimento em curso.

Os valores de despesa de investimento público previsto para 2008 ascendem a 692,2 milhões de euros, dos quais 439,5 milhões de euros são da responsabilidade directa dos departamentos governamentais.

A dotação financeira afecta ao objectivo “Qualificar os Recursos Humanos Potenciando a Sociedade do Conhecimento”, que inclui a programação para o domínio da educação, da ciência e tecnologia e da inovação, da juventude, emprego e formação profissional, da cultura, do desporto e da comunicação social, ascende a 155,2 milhões de euros, absorve 22,4% do valor global do Plano Regional Anual.

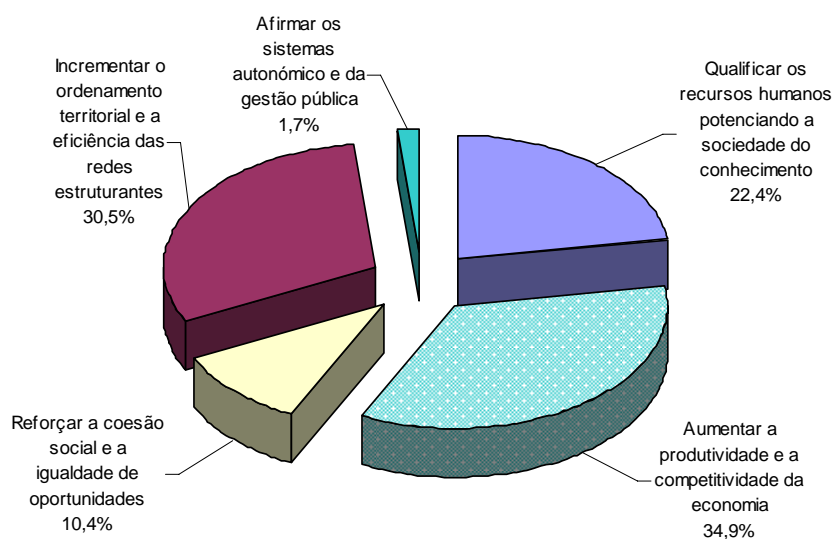
Os sectores da agricultura, florestas, pescas, turismo, indústria, comércio e exportação e promoção do investimento e da coesão, áreas de intervenção que integram o objectivo “Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia”, representam 34,9% do total do Plano, a que corresponde uma despesa prevista de cerca de 241,9 milhões de euros.

O objectivo “Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades” dirigida aos sectores da saúde, da solidariedade social, da habitação e da protecção civil, dotado com 72,3 milhões de euros, representa 10,4% do valor global do Plano Regional Anual.

Aos domínios do ambiente, dos transportes terrestres, marítimos e aéreos, e energia, que promovem o objectivo “Incrementar o Ordenamento Territorial e a eficiência das redes Estruturantes”, será afectada uma verba de 211,3 milhões de euros, a que corresponde 30,5% do valor global do Plano Regional Anual.

Para a afirmação dos sistemas autonómico e da gestão pública, englobando as áreas da cooperação externa, incluindo as Comunidades, a cooperação técnica e financeira com a administração local e ainda o planeamento e finanças, está consagrada uma dotação de 11,4 milhões de euros, representando 1,7% do valor global.

### Plano Regional Anual de 2008



## INVESTIMENTO PÚBLICO 2008 – Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa	Euro		
	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>TOTAL</b>	<b>692 192 888</b>	<b>439 539 572</b>	<b>252 653 316</b>
Qualificar os recursos humanos potenciando a sociedade do conhecimento .....	155 209 956	85 413 411	69 796 545
1 Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais e do Sistema Educativo.	35 980 341	35 980 341	
2 Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica .....	14 743 915	11 782 370	2 961 545
3 Juventude, Trabalho e Qualificação Profissional.....	73 950 000	8 115 000	65 835 000
4 Património e Actividades Culturais .....	13 000 000	12 700 000	300 000
5 Desenvolvimento Desportivo .....	16 165 000	15 465 000	700 000
6 Apoio aos Media .....	1 370 700	1 370 700	
<b>Aumentar a produtividade e a competitividade da economia .....</b>	<b>241 869 149</b>	<b>145 036 000</b>	<b>96 833 149</b>
7 Fomento Agrícola .....	59 940 972	24 690 000	35 250 972
8 Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários .....	37 990 000	23 900 000	14 090 000
9 Diversificação Agrícola .....	29 204 975	7 315 000	21 889 975
10 Desenvolvimento Florestal .....	10 249 852	8 430 000	1 819 852
11 Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca .....	32 268 350	24 486 000	7 782 350
12 Desenvolvimento do Turismo .....	19 655 000	14 655 000	5 000 000
13 Desenvolvimento Industrial .....	1 175 000	1 175 000	
14 Desenvolvimento do Comércio e Exportação .....	1 720 000	1 720 000	
15 Promoção do Investimento e da Coesão .....	49 665 000	38 665 000	11 000 000
<b>Reforçar a coesão social e a igualdade de oportunidades.....</b>	<b>72 322 965</b>	<b>59 432 004</b>	<b>12 890 961</b>
16 Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde .....	20 606 358	13 545 434	7 060 924
17 Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social.....	17 531 037	11 701 000	5 830 037
18 Habitação .....	26 183 000	26 183 000	
19 Protecção Civil .....	8 002 570	8 002 570	
<b>Incrementar o ordenamento territorial e a eficiência das redes estruturantes .....</b>	<b>211 342 411</b>	<b>138 209 750</b>	<b>73 132 661</b>
21 Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental .....	22 803 000	22 803 000	
22 Equipamentos Públicos, Sistemas de Informação e Formação .....	1 350 000	1 350 000	
23 Construção e Reabilitação de Estradas Regionais e de Edifícios Públicos .....	53 624 411	51 745 000	1 879 411
24 Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos .....	94 735 000	39 206 750	55 528 250
25 Desenvolvimento dos Transportes Aéreos .....	37 820 000	22 095 000	15 725 000
26 Consolidação e Modernização do Sector Energético .....	1 010 000	1 010 000	
<b>Afirmar os sistemas autonómico e da gestão pública.....</b>	<b>11 448 407</b>	<b>11 448 407</b>	
27 Administração Regional e Local .....	5 135 000	5 135 000	
28 Planeamento e Finanças .....	4 300 000	4 300 000	
30 Cooperação Externa .....	2 013 407	2 013 407	



**INVESTIMENTO PÚBLICO 2008 – Desagregação por Entidade Proponente**

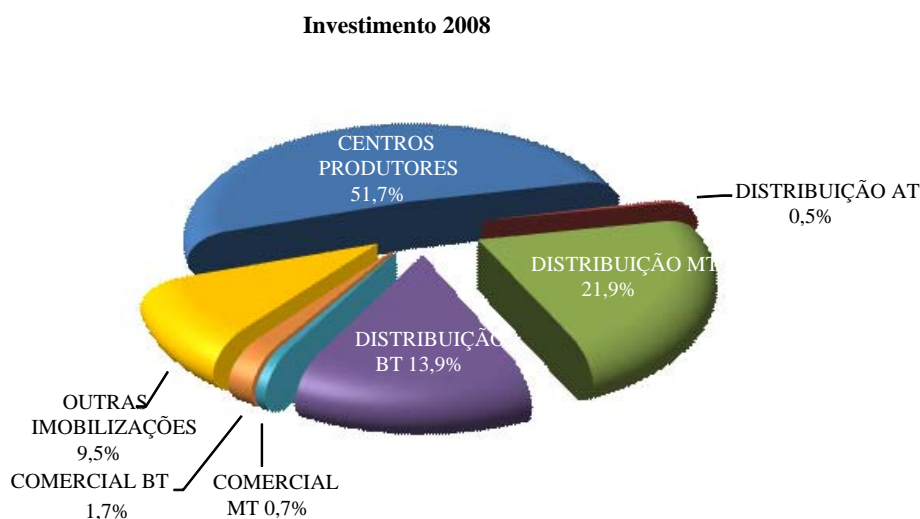
Euro

Objectivo/Programa	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>TOTAL</b>	<b>692 192 888</b>	<b>439 539 572</b>	<b>252 653 316</b>
<b>PRESIDÊNCIA</b>	<b>16 384 107</b>	<b>16 084 107</b>	<b>300 000</b>
4 Património e Actividades Culturais .....	13 000 000	12 700 000	300 000
6 Apoio aos Media .....	1 370 700	1 370 700	
30 Cooperação Externa .....	2 013 407	2 013 407	
<b>VICE-PRESIDÊNCIA</b>	<b>9 435 000</b>	<b>9 435 000</b>	
27 Administração Regional e Local .....	5 135 000	5 135 000	
28 Planeamento e Finanças .....	4 300 000	4 300 000	
<b>SREC</b>	<b>140 839 256</b>	<b>71 342 711</b>	<b>69 496 545</b>
1 Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais e do Sistema Educativo	35 980 341	35 980 341	
2 Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica .....	14 743 915	11 782 370	2 961 545
3 Juventude, Trabalho e Qualificação Profissional.....	73 950 000	8 115 000	65 835 000
5 Desenvolvimento Desportivo .....	16 165 000	15 465 000	700 000
<b>SRHE</b>	<b>89 159 981</b>	<b>87 280 570</b>	<b>1 879 411</b>
18 Habitação .....	26 183 000	26 183 000	
19 Protecção Civil .....	8 002 570	8 002 570	
22 Equipamentos Públicos, Sistemas de Informação e Formação	1 350 000	1 350 000	
23 Construção e Reabilitação de Estradas Regionais e de Edifícios Públicos ...	53 624 411	51 745 000	1 879 411
<b>SRE</b>	<b>205 780 000</b>	<b>118 526 750</b>	<b>87 253 250</b>
12 Desenvolvimento do Turismo .....	19 655 000	14 655 000	5 000 000
13 Desenvolvimento Industrial .....	1 175 000	1 175 000	
14 Desenvolvimento do Comércio e Exportação .....	1 720 000	1 720 000	
15 Promoção do Investimento e da Coesão .....	49 665 000	38 665 000	11 000 000
24 Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos .....	94 735 000	39 206 750	55 528 250
25 Desenvolvimento dos Transportes Aéreos .....	37 820 000	22 095 000	15 725 000
26 Consolidação e Modernização do Sector Energético .....	1 010 000	1 010 000	
<b>SRAS</b>	<b>38 137 395</b>	<b>25 246 434</b>	<b>12 890 961</b>
16 Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde .	20 606 358	13 545 434	7 060 924
17 Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social.....	17 531 037	11 701 000	5 830 037
<b>SRAF</b>	<b>137 385 799</b>	<b>64 335 000</b>	<b>73 050 799</b>
7 Fomento Agrícola .....	59 940 972	24 690 000	35 250 972
8 Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários ...	37 990 000	23 900 000	14 090 000
9 Diversificação Agrícola .....	29 204 975	7 315 000	21 889 975
10 Desenvolvimento Florestal .....	10 249 852	8 430 000	1 819 852
<b>SRAM</b>	<b>55 071 350</b>	<b>47 289 000</b>	<b>7 782 350</b>
11 Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca .....	32 268 350	24 486 000	7 782 350
21 Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental .....	22 803 000	22 803 000	

## INVESTIMENTOS DA EDA, SA

A política de investimento da EDA tem como objectivo principal assegurar a satisfação do crescimento da procura, adequando os recursos financeiros da Empresa à necessidade de responder às expectativas dos nossos clientes quanto à qualidade do serviço e tempos de resposta. Assim, o plano de investimento, para além de garantir a conclusão das obras em curso, contempla a realização de um conjunto de investimentos prioritários, sobretudo a nível dos centros produtores, e também ao nível do transporte e distribuição, cujos critérios de selecção estão assumidos no interior da empresa e assentam numa classificação determinada por critérios técnico-económicos e pelo impacto positivo esperado junto dos clientes, independentemente da sua localização geográfica.

As grandes obras nas redes de transporte e distribuição em média tensão têm como referência as soluções encontradas no âmbito dos estudos de planeamento realizados nos últimos anos e respectivas revisões, enquanto para a expansão dos sistemas electroprodutores o critério utilizado para a definição dos anos de entrada de novos grupos ou centrais corresponderá, para as ilhas de S. Miguel e Terceira, ao "n – 2", o qual pressupõe que a ponta máxima do ano de cada sistema terá de poder ser alimentada mesmo que o maior e o menor grupos estejam fora de serviço, enquanto para as restantes ilhas o critério utilizado corresponde ao "n – 1", o qual pressupõe que a ponta máxima do ano de cada sistema terá de poder ser alimentada mesmo que o maior grupo esteja fora de serviço.



O montante global, a custos directos, do investimento para 2008 é de 47 101 mil euros, com 51,7% afecto à Produção, 21,9% à Distribuição MT, 13,9% relativos à Distribuição BT, 0,7% ao Comercial MT, 1,7% ao Comercial BT e os restantes 9,5% a Outras Imobilizações.

Os investimentos ao nível dos **Centros Produtores**, conforme desagregação identificada no gráfico 1, representam a maior parcela do total previsto para o ano 2008. A este nível destacam-se os investimentos em novos grupos para fazer face ao aumento crescente da procura, e obras de melhoramento das condições de exploração, sendo de realçar:

- Ampliação da Central Térmica do Aeroporto – instalação de dois novos grupos, remodelação do sistema SCADA e reformulação total da Sala de Comando daquela Central, com 7 357 mil euros;
- Diversas obras de beneficiação da Central Térmica do Caldeirão, onde se destacam: a instalação de equipamentos de recuperação térmica nos Grupos V a VIII, para aproveitamento da energia térmica dos gases de escape com o valor previsto de 1 200 mil euros; instalação de um sistema de monitorização continuo de emissões gasosas com o valor de 1 000 mil euros e instalação de um sistema de remoção de partículas de emissões gasosas, com o valor previsto de 1 500 mil euros;
- Diversas obras de beneficiação da Central Térmica de Belo Jardim, onde se destacam: a instalação de equipamentos de recuperação térmica, para aproveitamento da energia térmica dos gases de escape com o valor previsto de 1 200 mil euros; instalação de um sistema de monitorização continuo de emissões gasosas com o valor de 750 mil euros; instalação de um sistema de remoção de partículas de emissões gasosas, com o valor previsto de 1 500 mil euros e a instalação de um sistema de desnitrificação nos grupos IX e X , com o valor previsto de 1 200 mil euros;
- A ampliação da Central Térmica do Caminho Novo em São Jorge, que incluirá a conclusão da instalação de um Grupo novo de 1,5 MW de potência nominal, com o valor de 367 mil euros e o início da instalação do Grupo XII no valor de 540 mil euros;
- A ampliação da Central Térmica de Santa Barbara na ilha do Faial onde se destaca a instalação de um novo grupo de cerca de 4,5 MW de potência nominal com o valor de 4 523 mil euros;

- Continuação da construção de uma nova Central Termoeléctrica nas Flores, compreendendo a construção de edifício para sala de máquinas, comando e controlo, subestação, parque de tanques de combustíveis e acessos. Fornecimento de dois grupos geradores de 750 kW e respectivos equipamentos auxiliares bem como todos os equipamentos de subestação, com um valor de 2 098 mil euros;

Ao nível da **Distribuição MT** o investimento representará, em 2008, cerca de 21,9% do total, ou seja 10 321 mil euros, dos quais 937 mil euros serão aplicados em *Centros de Controlo e Telemedida*, 2 748 mil euros serão aplicados em *Subestações e Postos de Seccionamento*, 60 mil euros em *Linhas de Transporte* e 6 577 mil euros em *Linhas de Distribuição*.

Destes investimentos, destacam-se os seguintes empreendimentos, por ilha e segmento de actividade:

#### ILHA DE SANTA MARIA

**Centros de Controlo e Telemedida** – Montagem de teleinterruptores na rede MT de 10 kV, com o valor de 149 mil euros.

**Subestações e Postos de Seccionamento** – Conclusão do projecto de Remodelação da Subestação do Aeroporto (SEAR), com o valor de 290 mil euros.

#### ILHA DE S. MIGUEL

**Subestações e Postos de Seccionamento** – Conclusão da reformulação da subestação de Ponta Delgada com o valor de 1 048 mil euros.

**Centros de Controlo e telemedida** – Instalação de interruptores de telecomando na rede de 30 kV, no valor de 240 mil euros.

**Linhas de Transporte** - Construção da linha de 60 kV SELG – 30 Reis I, com o valor de 258 mil euros.

**Linhas de Distribuição** – Ampliação de diversas redes MT, com o valor previsto de 505 mil euros, conclusão da remodelação da rede MT 10 kV da cidade de Ponta Delgada com o valor de 250 mil euros, remodelação das linhas MT 10/30 kV do Cabouco e Água de Pau com o valor de 530 mil euros, conclusão da remodelação da rede MT 10 kV da cidade de Ribeira Grande com o valor de 150 mil euros.

**Pequena distribuição** – remodelação dos Postos de Transformação da linha do Cabouco, com um valor de 125 mil euros, diversas electrificações e alterações de potencia em PT's com o valor previsto de 344 mil euros.

**Redes urbanas** – 3ª fase da remodelação da Rede de Baixa Tensão da Cidade de Ponta Delgada, no valor de cerca de 890 mil euros.

**Redes Rurais** – Remodelação da rede BT dos PT 166 e 267 (Achada) com o valor de 154 mil euros, Remodelação da rede BT dos PT 187 e 188 (Remédios) com o valor de 124 mil euros, a conclusão da remodelação rede BT do PT 192 – Bretanha com o valor de 164 mil euros, e diversas ampliações de rede BT com um valor de cerca de 375 mil euros.

#### ILHA TERCEIRA

**Subestações** - Ampliação da capacidade de transformação da subestação de Vinha Brava com o valor de cerca de 560 mil euros e a ampliação da capacidade de transformação da subestação de Angra do Heroísmo com o valor de cerca de 170 mil euros.

**Linhas de Distribuição** - Remodelação da linha MT Angra II no valor de 492 mil euros, construção da saída subterrânea MT 15 kV da subestação das Lajes com o valor de 375 mil euros, remodelação da linha e ramais MT 15 kV subestação Quatro Ribeiras (Serreta), no montante de 400 mil euros, remodelação dos ramais MT da linha Posto Santo no valor de 175 mil euros, remodelação da rede subterrânea MT 15 kV da Cidade de Angra do Heroísmo no valor de 200 mil euros e diversas ampliações da rede MT com um valor estimado de 300 mil euros.

**Pequena distribuição** - Remodelação dos PT afectos à saída Angra II, com um valor de cerca de 137 mil euros e a electrificação e alterações de potência de diversos PT's com o valor de 180 mil euros.

**Redes Rurais** - Remodelação da rede BT de S. Bartolomeu PT 30, 31 e 90, com o valor de 100 mil euros e a ampliação de diversas redes BT com o valor de 225 mil euros.

#### ILHA GRACIOSA

**Linhas de Distribuição** – Remodelação de redes MT com o valor de 32 mil euros.

**Redes Rurais** – Remodelação da Rede BT do PT 14 – Brasileira no valor de 57 mil euros, remodelação da Rede BT do PT 28 – Almas no valor de 33 mil euros e ampliações de redes MT com o valor de 30 mil euros.

## ILHA DE S. JORGE

**Linhas de Distribuição** - A remodelação da linha e ramais MT 15 kV - Topo, com o valor de cerca de 15 mil euros, construção do ramal aéreo MT 15 kV Canada do Cruzeiro - Urzelina com o valor de 17 mil euros, diversas ampliações de redes MT com o valor de 26 mil euros.

**Pequena distribuição** – Construção dos PT AS Canada do Cruzeiro – Urzelina e Caminho Novo – Urzelina, com o valor de 30 mil euros e diversas electrificações e alterações de potências em PT com o valor de 30 mil euros.

## ILHA DO PICO

**Centros de Controlo e telemedida** – Montagem de teleinterruptores na rede MT 15 kV com o valor de 149 mil euros.

**Linhas de Distribuição** - Remodelação da linha e ramais MT S. Roque – Piedade, no valor de 437 mil euros, a remodelação da linha 15/30 KV Madalena - Bandeiras – Stº António com o valor de 367 mil euros e a a remodelação da linha 15/30 KV Madalena – São Mateus 2 com o valor de 364 mil euros.

**Pequena distribuição** – Remodelação dos PTs da linha 15/30 KV Madalena - Bandeiras – Stº António com o valor de 320 mil euros e remodelação dos PT da linha MT 15/30 kV Madalena – São Mateus 2 no valor de cerca de 200 mil euros.

**Redes urbanas** – Remodelação da rede BT de São Roque com o valor de 138 mil euros.

**Redes Rurais** - Remodelação das redes BT S. Caetano, Santa Luzia, Arrife, Silveira, Caminho de Cima e Mirateca com o valor de 265 mil euros.

## ILHA DO FAIAL

**Centros de Controlo e telemedida** – Montagem de teleinterruptores na rede MT 15 kV com o valor de 149 mil euros.

**Linhas de Distribuição** - Empreitada de remodelação da Linha MT 15 kV (Horta - Cedros), no valor de cerca de 100 mil euros, remodelação da Linha e ramais MT 15 kV Horta - Cedros – PT 8 – PT 20 com o valor de 454 mil euros e a construção da saída MT 15 kV (SESB-PT 1010) no valor de 180 mil euros.

**Pequena distribuição** – Remodelação do PT 5 com o valor de 119 mil euros.

#### ILHA DAS FLORES

**Subestações e Postos de Seccionamento** – Construção do posto de seccionamento de Santa Cruz com o valor de 180 mil euros.

**Linhas de Distribuição** – Construção das saídas MT 15 KV da nova Central das Flores, no montante de 225 mil euros e a remodelação da rede subterrânea MT 15 kV de Santa Cruz com o valor de 120 mil euros.

**Redes Rurais** - Remodelações das redes BT de Ponta Delgada, Costa do Lajedo, Lajedo e Mosteiro no valor de 239 mil euros.

#### ILHA DO CORVO

**Redes urbanas** – Remodelação da rede de BT de V. Nova Corvo com o valor de 170 mil euros.

## QUADRO GLOBAL DE FINANCIAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL EM 2008

O valor de investimento público no ano 2008 ascenderá a 692,2 milhões de euros, o que representa um crescimento em relação a 2007, de cerca de 11,6 %.

Unidade: milhões de euros

	2008	
	Valor	%
<b>Origem do Fundos .....</b>	<b>1 268,9</b>	<b>100,0</b>
(1) Receitas Próprias .....	551,3	43,4
(2) Transferências do OE .....	362,6	28,6
(3) Fundos Comunitários.....	102,4	8,1
(4) Outros Fundos .....	252,6	19,9
<b>Sub-Total .....</b>	<b>1 268,9</b>	<b>100,0</b>
(5) Nec. de Financiamento .....	0,0	0,0
<b>Aplicação de Fundos .....</b>	<b>1 268,9</b>	<b>135,6</b>
(6) Despesas de Funcionamento .....	576,7	45,4
Juros da dívida .....	12,0	0,9
(7) Investimento Público na RAA .....	692,2	54,6
Plano .....	439,5	34,6
<b>Rácio (1)/(6).....</b>		<b>95,6</b>

Obs. Não inclui a operação de refinanciamento no valor de 91,25 milhões de euros.

Este elevado nível de investimento público, que se projecta para o ano em referência, será efectuado num quadro de consolidação orçamental em que não se prevê qualquer recurso a endividamento líquido directo da Região, a exemplo dos anos anteriores e portanto, num cenário de equilíbrio das finanças públicas regionais.

Esta política de equilíbrio orçamental, iniciada em 2003 e que continua a ser seguida, está enquadrada no âmbito de financiamento global previsto na nova Lei de Finanças das Regiões Autónomas, baseando-se na prossecução do integral cumprimento por parte do



Governo da República e no pressuposto de uma correcta afectação de todas as receitas fiscais efectivamente geradas na Região.

É de salientar que, para o ano de 2008, as despesas de funcionamento da administração pública regional são financiadas em 95,6% por receitas próprias da Região, como se pode verificar pelo rácio apresentado no quadro anterior, registando-se assim uma alteração positiva, em relação ao ano de 2007, no qual, o correspondente valor se situava nos 90,5%.

O investimento global previsto para o ano em análise é apresentado no âmbito de um quadro realista de equilíbrio orçamental, que permitirá à Região e a todos os agentes económicos nela envolvidos, públicos e privados, assegurar um futuro que se deseja promissor e que possibilite encarar positivamente os grandes desafios de desenvolvimento e de crescimento económico e social convergentes com o restante território nacional e com a União Europeia.

## **V. DESENVOLVIMENTO DA PROGRAMAÇÃO**

O Plano Regional Anual para 2008 estrutura-se em 28 Programas, que por sua vez integram 107 projectos e 504 acções.

Neste capítulo será apresentada a descrição de cada uma das acções previstas, o respectivo enquadramento em programa e as respectivas dotações financeiras.

- **Qualificar os Recursos Humanos, Potenciando a Sociedade do Conhecimento**

**Programa 1 – Desenvolvimento das infra-estruturas educacionais e do sistema educativo**

No que respeita às infra-estruturas escolares serão dotados os Fundos Escolares com os recursos financeiros necessários à manutenção e reparação das instalações escolares dos 2º e 3º Ciclos e Ensino Secundário. Prosseguir-se-á o plano de construção de novas escolas e de requalificação dos edifícios escolares existentes. Continuar-se-á a recuperação e remodelação do parque escolar do 1º Ciclo tendo em vista a reorganização e o redimensionamento da rede escolar. A intervenção específica em Rabo de Peixe concretizar-se-á através da construção do complexo desportivo e grande reparação na EB 1,2,3/JI Rui Galvão de Carvalho.

Quanto aos equipamentos escolares serão dotadas as escolas com equipamentos adequados ao grau de ensino ministrado e substituir os equipamentos degradados e obsoletos com particular atenção à introdução, nas escolas, das tecnologias da informação e comunicação e do ensino experimental.

No que concerne à formação profissional dos activos do sector serão prosseguidas a formação do pessoal docente e não docente no sentido de prestigiar e dignificar o papel dos professores e formadores e o desenvolvimento e operacionalização do currículo regional. Continuar-se-á o apoio ao ensino profissional quer enquanto via alternativa de acesso ao mercado de trabalho quer enquanto estratégia de combate ao insucesso escolar.

No que se relaciona com as tecnologias de informação e comunicação será reforçada a implementação e apoio para aquisição de equipamento informático no âmbito do programa “Escolas Digitais”.

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Euro
			Outros Fundos
<b>1 Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais e do Sistema Educativo .....</b>	<b>35 980 341</b>	<b>35 980 341</b>	
1.1 Construções Escolares .....	24 380 341	24 380 341	
1.2 Equipamentos Escolares .....	2 000 000	2 000 000	
1.3 Formação Profissional .....	550 000	550 000	
1.4 Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino Privado .....	4 100 000	4 100 000	
1.5 Tecnologias da Informação .....	700 000	700 000	
1.6 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Educação .....	3 750 000	3 750 000	
1.7 Reparação do Edifício Sede da SREC .....	500 000	500 000	

## 1.1 Construções Escolares

- 1.1.1 Manutenção e reparação de instalações escolares, propriedade da R.A.A.  
Transferências para os Fundos Escolares das Escolas, para intervenções específicas conforme Carta Escolar.
- 1.1.2 Construção da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba (São Carlos)  
Conclusão da empreitada em curso. Equipamento dos novos espaços escolares.
- 1.1.3 Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1º Ciclo (DLR nº 32/2002/A, de 8 de Agosto)  
Cooperação financeira entre a Administração Regional e a Administração Local nos termos do DLR nº 32/2002/A, de 8 de Agosto.
- 1.1.5 Reparação e Adaptação do Ensino Secundário da EB2,3/S Padre Manuel A. Cunha  
Projecto e empreitada da grande reparação e adaptação ao Ensino Secundário.
- 1.1.10 Reparação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB 2,3 Vila Franca do Campo  
Empreitada de grande reparação e adaptação ao Ensino Secundário. Eliminação de pré-fabricados.
- 1.1.11 Construção de Novas Instalações para a EB/S das Lajes do Pico  
Aquisição de terrenos, projecto e lançamento da empreitada.
- 1.1.12 Construção da Escola Básica 1,2,3/JI de Ponta Garça  
Construção de um novo edifício escolar para cumprir a Carta Escolar e melhorar o sucesso escolar e combater o abandono precoce.
- 1.1.13 Construção da EB 2,3 de Água de Pau  
Construção de um novo pólo escolar em Água de Pau em virtude da sobrelotação do Ensino Básico da Lagoa e para contribuir para a fixação da população, combater o abandono precoce e melhorar o sucesso escolar.
- 1.1.14 Construção da EB 2,3 Francisco F. Drumond - São Sebastião  
Construção de uma EB2,3 a fim de permitir o descongestionamento da EB2,3 de Angra do Heroísmo e evitar a deslocação para Angra dos alunos daquela freguesia e das freguesias de Feteira e Porto Judeu melhorando as condições de frequência e, conseqüentemente, o sucesso escolar.
- 1.1.15 Grande Reparação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB 2,3/S de Velas  
Substituição dos edifícios existentes e construção de novos necessários ao ensino Secundário.
- 1.1.16 Assistência técnica e fecho financeiro  
Custos com a assistência técnica dentro dos prazos de garantia das obras concluídas e a concluir.
- 1.1.18 Requalificação da EB3/S Antero de Quental  
Requalificação dos tectos e eliminação de infiltrações. Melhoria das condições de trabalho do pessoal docente.
- 1.1.22 Construção de novas instalações para a EB1,2/JI Gaspar Frutuoso

Aquisição de terrenos e elaboração do projecto da nova EBI.

- 1.1.23 Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo da EB 1,2,3/S de São Roque do Pico  
Grande reparação das instalações desportivas cobertas e arranjos exteriores da Escola. Ampliação da área escolar, destinada ao 1.º Ciclo.
- 1.1.24 Construção do pavilhão gimnodesportivo da EB1,2,3/JI/S Padre Maurício de Freitas  
Aquisição de terreno e elaboração de projecto.
- 1.1.25 Grande Reparação ESG/B Domingos Rebelo  
Requalificação e ampliação do bloco oficial e do bloco norte - salas de aula. Recuperação de balneários e do campo de jogos.
- 1.1.26 Ampliação e Adaptação da EB 2,3/S Cardeal Costa Nunes  
Ampliação da EB 2,3/S Cardeal Costa Nunes e construção de um bloco para o 1º Ciclo do Ensino Básico.
- 1.1.28 Reparação e vedação da Escola Básica das Furnas  
Requalificação da Escola Básica das Furnas.
- 1.1.29 Construção da Escola Básica das Lajes das Flores  
Construção das instalações para a Escola Básica das Lajes das Flores.
- 1.1.30 Construção da Escola Básica da Ponta da Ilha - Pico  
Aquisição terreno, projecto e construção.
- 1.1.31 Reestruturação da Rede Escolar da Maia  
Ampliação das instalações por forma a garantir o funcionamento integrado Ensino Básico.

## **1.2 Equipamentos Escolares**

- 1.2.1 Aquisição de Equipamentos para a Educação Pré-Escolar e os Ensino Básico e Secundário  
Aquisição de equipamento escolar para as Escolas. Verbas a transferir para os Fundos Escolares.

## **1.3 Formação Profissional**

- 1.3.1 Formação do Pessoal Docente e não Docente  
Despesas com a formação do pessoal em serviço nas Escolas através de transferências para os Fundos Escolares.

## **1.4 Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino Privado**

- 1.4.1 Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado  
Comparticipação regional nos custos do ensino profissional e apoios às instituições de ensino privado nos termos do D.L.R. nº. 26/2005/A, de 4 de Novembro.

## **1.5 Tecnologias da Informação**

### **1.5.2 Reestruturação da Rede Local – Açores – Região Digital**

Reestruturação da Rede Local – Açores – Região Digital.

## **1.6 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Educação**

### **1.6.2 Construção da piscina e complexo desportivo na EB1,2,3/JI Rui Galvão de Carvalho**

Construção do complexo desportivo na EB1,2,3/JI Rui Galvão de Carvalho.

### **1.6.3 Requalificação das instalações para os 2º e 3º Ciclos da EB1,2,3/JI Rui Galvão de Carvalho**

Grande reparação da EB1,2,3/JI Rui Galvão de Carvalho.

## **1.7 Reparação do Edifício Sede da SREC**

### **1.7.1 Obras na cobertura e remodelação das redes eléctricas, informática segurança contra incêndios e contra intrusão**

Obras na cobertura e remodelação das redes eléctricas, informática segurança contra incêndios e contra intrusão.

- **Qualificar os Recursos Humanos, Potenciando a Sociedade do Conhecimento**

## **Programa 2 - Desenvolvimento da actividade científica e tecnológica**

A estrutura deste programa reflecte a execução do Plano Integrado para a Ciência e Tecnologia, o qual se estrutura em diversas linhas de intervenção. Assim, em conformidade, está previsto o financiamento de instituições e de infra-estruturas de investigação científica (INCA); o apoio à investigação científica e tecnológica com interesse para o desenvolvimento sustentável dos Açores (INCITA), a formação avançada (FORMAC), onde se inclui o financiamento de bolsas de investigação e a participação em eventos de carácter científico; uma linha de apoio à divulgação científica e tecnológica (CITECA); a promoção de iniciativas de I&D de âmbito empresarial (PRICE), onde se engloba o financiamento de infra-estruturas tecnológicas resultantes de parcerias público-privadas e se promove a inserção de recursos humanos qualificados nas empresas regionais; o apoio ao desenvolvimento das tecnologias de informação e da comunicação (PRATICA), destacando-se a dinamização de Espaços TIC, Redes Públicas e a promoção das “Escolas Digitais”; o apoio financeiro à aquisição e utilização de equipamentos específicos no domínio das TICs para cidadãos portadores de deficiência (CIDEF). Este programa do Plano Regional reforça ainda o apoio ao desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores incluindo uma comparticipação para as obras de construção do edifício dos Serviços de Acção Social de Angra do Heroísmo e o financiamento das obras de remodelação do Hospital Walter Bensaúde para as futuras instalações do Departamento de Oceanografia e Pescas na Horta e dinamização do Parque Tecnológico do Faial.

			Euro
Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
<b>2 Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica</b>	<b>14 743 915</b>	<b>11 782 370</b>	<b>2 961 545</b>
2.1 Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores .....	14 743 915	11 782 370	2 961 545



## **2.1 Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores**

### **2.1.1 Apoio a instituições de investigação científica (INCA)**

Apoio ao funcionamento, reforço das equipas de investigação e reequipamento das Unidades de I&D Acreditadas. Criação, manutenção e desenvolvimento de núcleos especializados de I&D, pólos e redes de observação e monitorização.

### **2.1.2 Projectos de Investigação científica e tecnológica com interesse para o desenvolvimento sustentável dos Açores (INCITA)**

Projectos de investigação científica e tecnológica para a implementação de políticas públicas. Projectos e redes de investigação em parceria com instituições científicas internacionais. Acções especiais de elevado interesse regional, de carácter preventivo ou de resposta a situações de emergência.

### **2.1.3 Apoio à Formação Avançada (FORMAC)**

Bolsas de investigação científica e tecnológica para a empregabilidade e formação, dirigidas para doutorados, licenciados e técnicos de investigação. Apoio à fixação de bolseiros na Região e à formação de investigadores em instituições nacionais ou estrangeiras. Apoio à organização de reuniões científicas na Região, à participação de investigadores em congressos de carácter internacional e à publicação de trabalhos científicos de mérito.

### **2.1.4 Apoio a infra-estruturas de divulgação científica e tecnológica (CITECA)**

Criação e desenvolvimento de infra-estruturas de divulgação de Ciência e Tecnologia. Dinamização de projectos, visitas de estudo e eventos para a divulgação da C&T. Projectos para o desenvolvimento do ensino experimental das ciências.

### **2.1.5 Iniciativas de I&D de contexto empresarial (PRICE)**

Desenvolvimento de infra-estruturas tecnológicas, designadamente no âmbito do Parque Tecnológico da Lagoa. Apoio a projectos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em contexto empresarial, através da dinamização de parcerias público-privadas. Incentivos à inserção de licenciados, mestres e doutores em empresas.

Inclui o arranque da construção dos edifícios do Parque Tecnológico dos Açores. Em S. Miguel, para além do Centro de Ciência e Tecnologia, incluem-se o Centro de Tecnologias de Informação e da Comunicação e o Centro de Tecnologias de Monitorização (integrando o Laboratório Internacional de Vulcanologia dos Açores). Na Terceira considera-se o edifício da Biotecnologia e Ciências da Saúde.

### **2.1.6 Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e da Comunicação (Pratica)**

Necessidades e competências básicas em TIC. Melhoria das acessibilidades às TIC, incluindo os Espaços TIC Regionais e o projecto "Escolas Digitais". Concepção e produção de conteúdos multimédia. Modernização e eficiência administrativa, com especial incidência para a evolução dos projectos "Governo Electrónico" e "Rede Integrada de Apoio ao Cidadão".

2.1.7 Apoio à integração dos cidadãos portadores de deficiência na Sociedade do Conhecimento (CIDEF)

Aquisição de equipamentos na área das TIC para cidadãos portadores de deficiência. Reequipamento de infra-estruturas destinadas a cidadãos portadores de deficiência e com necessidades educativas especiais.

2.1.9 Apoio ao Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores

Comparticipação financeira à estrutura tripolar da Universidade dos Açores.

2.1.10 Apoio à instalação do DOP-UA e Campus de Angra

Comparticipação financeira para as despesas da Universidade dos Açores com a construção do Edifício da Acção Social (Terceira) e para as obras de reconstrução do Hospital Walter Bensaúde (Horta).

- **Qualificar os Recursos Humanos, Potenciando a Sociedade do Conhecimento**

### **Programa 3 – Juventude, Trabalho e Qualificação Profissional**

Este programa desdobra-se em 3 grandes áreas de intervenção: as acções dirigidas ao sector juvenil da população, uma segunda que engloba os domínios do trabalho e da qualificação profissional e uma última relativa à intervenção em Rabo de Peixe.

A programação para a juventude reflecte a aposta em novas áreas de desenvolvimento:

- Novos sub-programas dentro do OTL/J
- Novo programa de mobilidade
- Novo programa de voluntariado
- Finalização da Pousada de Juventude de São Roque do Pico
- Continuação do processo das Pousadas de Juventude de Santa Maria e da Calheta de São Jorge
- Programa Mais Açores, Mais Cidadania
- Programa Verão em Movimento, inserido do programa contra o Uso e Abuso de Substâncias Psicoactivas
- Aperfeiçoamento do cartão InterJovem
- Criação de um gabinete de apoio ao Associativismo
- Desenvolvimento de programas de ocupação sobre a temática do desenvolvimento tecnológico
- Mostra Regional de Jovens Criadores, na sequência do LabJovem – Concurso de Jovens Criadores
- Evento para a promoção de oportunidades para os Jovens

No domínio do emprego, do trabalho e da qualificação profissional, as acções previstas inserem-se num novo perímetro de actuação das políticas para a empregabilidade, destacando-se para além da formação profissional inicial, a capacitação dos activos açorianos, e em particular dos desempregados, em novas tecnologias, a melhoria da visão estratégica e organizacional do tecido empresarial; a disseminação do empreendedorismo; a intervenção social para a empregabilidade; o aumento do profissionalismo dos trabalhadores; o combate à iliteracia dos activos e o fomento da mobilidade.

A Intervenção Específica em Rabo de Peixe abrange apoios específicos a actividades juvenis e de intervenção social para a empregabilidade.

Euro			
Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
<b>3 Juventude, Trabalho e Qualificação Profissional.....</b>	<b>73 950 000</b>	<b>8 115 000</b>	<b>65 835 000</b>
3.1 Juventude .....	4 410 000	2 910 000	1 500 000
3.2 Trabalho e Qualificação Profissional .....	69 515 000	5 180 000	64 335 000
3.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Juventude e Emprego .....	25 000	25 000	

### 3.1 Juventude

- 3.1.1 Ocupação do Tempo Livre dos Jovens  
Programas de juventude para ocupação dos tempos livres (OTL) para jovens, em particular durante as férias escolares, bem como programas de sensibilização pré-profissional.
- 3.1.2 Mobilidade Juvenil  
Concepção de programas que permitem aos jovens uma maior mobilidade entre as ilhas dos Açores, com o Continente Português e Madeira, com a Europa, com as comunidades açorianas na diáspora e com o resto do Mundo.
- 3.1.3 Pousadas de Juventude  
Apoio ao funcionamento das Pousadas de Juventude dos Açores.
- 3.1.4 Programa de Incentivo ao Associativismo Juvenil  
Programa de Incentivo e Apoio às actividades das Associações Juvenis registadas no Registo Regional de Associações Juvenis e às Associações de Estudantes.
- 3.1.5 Rede Regional de Informação Juvenil  
Apoio ao equipamento e alargamento da Rede Regional de Informação Juvenil.
- 3.1.6 Programa INICIATIVA  
Apoio a grupos informais de jovens.
- 3.1.7 Pousada de Juventude do Pico  
Reconversão do Convento S. Pedro de Alcântara de S. Roque do Pico em Pousada de Juventude.
- 3.1.8 Pousada de Juventude de Santa Maria  
Construção de uma Pousada de Juventude em Vila do Porto: Aquisição do imóvel; Projectos de licenciamento e de execução.
- 3.1.9 Cidadania  
Proporcionar meios que permitem a realização pessoal dos jovens, promovendo a existência de actividades que garantam o exercício da cidadania activa.
- 3.1.10 Desenvolvimento das Competências Tecnológicas nos Jovens  
Proporcionar meios que permitam o desenvolvimento de competências tecnológicas nos jovens, bem como o desenvolvimento de mecanismos que visem a promoção de spin-off e de start-ups de jovens empreendedores.
- 3.1.11 Oficinas de Criação  
Proporcionar meios de modo a que os jovens desenvolvam as suas capacidades nas áreas das artes, da cultura, do design e da expressão dramática; Inclui a participação no projecto da Academia da Juventude da Praia da Vitória.
- 3.1.12 Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação  
Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação para o Plano da Juventude.

- 3.1.13 Promoção de Estilos de Vida Saudáveis e Prevenção de Toxicodependências  
Desenvolvimento do Plano contra o uso e abuso de substâncias psicoactivas;  
Desenvolvimento do Plano "Mais Açores, Mais Cidadania".

## **3.2 Trabalho e Qualificação Profissional**

- 3.2.2 Escola Profissional das Capelas  
Escola Profissional das Capelas.
- 3.2.4 Adequação Tecnológica dos Serviços  
Adequação dos locais da DRTQP.
- 3.2.7 Escola de Formação Turística e Hoteleira  
Continuação da adaptação a Escola Hoteleira de um edifício em Ponta Delgada, propriedade do Governo Regional.
- 3.2.8 Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação  
Estudos, Projectos conferências, em particular Fórum de jovens europeus em Setembro de 2008.
- 3.2.9 Intervenção Social para a Empregabilidade  
Acções de formação e medidas de fomento de emprego específicas para público de fraca empregabilidade.
- 3.2.11 - Reconversão, Qualificação e Combate à Iliteracia dos Desempregados  
Reconversão, Qualificação e Combate à Iliteracia dos desempregados, em particular através do Programa Reactivar.
- 3.2.12 - Programas de Emprego e Combate à Precariedade Laboral  
Programas de Emprego e Combate à precariedade laboral, nomeadamente o Estabilizar.
- 3.2.13 - Generalização da Formação nas TIC  
Formação nas Tecnologias da Informação e Comunicação de desempregados, jovens e activos.
- 3.2.14 - Fomento e Disseminação do Empreendedorismo  
Acções de formação para o empreendedorismo de jovens recém licenciados e recém formados do ensino profissional.
- 3.2.15 - Fomento da Competitividade Empresarial  
Planos de formação e acções de diagnóstico estratégico das empresas.
- 3.2.16 - Planos de Transição para a Vida Activa  
Planos de estágios para recém licenciados, mestres e profissionais níveis III e IV.
- 3.2.17 - Planos de Estágios Profissionais no Estrangeiro  
Estágios no estrangeiro no âmbito do Leonardo da Vinci e Eurodisseia.

3.2.18 - Formação Profissional de Activos

Acções de formação de activos.

3.2.19 - Formação Profissional Inicial

Formação Profissional Inicial.

**3.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Juventude e Emprego**

3.3.1 Apoio a Actividades Juvenis em Rabo de Peixe

Apoio a Actividades Juvenis em Rabo de Peixe, através de grupos formais ou informais de jovens.

3.3.2 Intervenção Social para a Empregabilidade em Rabo de Peixe

Intervenção Social para a Empregabilidade, em particular no âmbito do Mercado Social de Emprego - Acções específicas para Rabo de Peixe.

- **Qualificar os Recursos Humanos, Potenciando a Sociedade do Conhecimento**

#### **Programa 4 - Património e Actividades Culturais**

Este programa estrutura-se em duas grandes vertentes de intervenção no domínio da cultura: a dinamização de actividades e de manifestações culturais e a preservação e valorização do património cultural da Região.

No âmbito das actividades culturais destacam-se

- Educação extra-escolar: escolas de formação artística
- Edições infanto-juvenis
- Rede de Bibliotecas Municipais: abertura da Biblioteca de Santa Cruz das Flores; construção das bibliotecas do Corvo e de S. Roque do Pico
- Orquestra Regional Lira Açoriana
- Festivais de Música: MusicAtlântico; Música Antiga; Açores XXI (Música Contemporânea)

No domínio do património arquitectónico e cultural evidenciam-se:

- Reformulação do discurso museológico do Museu das Flores
- Abertura da biblioteca Pública e Arquivo Regional da Horta; Lançamento do projecto Tribuna da República/ Casa Manuel de Arriaga
- Ampliação do Museu dos Baleeiros; reformulação dos conteúdos do Museu do Vinho, na ilha do Pico
- Construção de espaço de reservas para o Museu de S. Jorge; aprofundamento da componente de biblioteca desta instituição
- Ampliação do Museu da Graciosa
- Início da construção da nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo; intervenção no antigo Hospital da Boa Nova



- Recuperação do Recolhimento de St<sup>a</sup> Bárbara; lançamento do concurso para reformulação dos espaços do Museu Carlos Machado; início da intervenção no Arquipélago/Centro de Artes, na Ribeira Grande
- Consolidação do Forte da Praia Formosa, na ilha de Santa Maria.

Euro			
Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
<b>4 Património e Actividades Culturais .....</b>	<b>13 000 000</b>	<b>12 700 000</b>	<b>300 000</b>
4.1 Dinamização de Actividades Culturais .....	3 425 000	3 325 000	100 000
4.2 Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural	8 050 000	7 850 000	200 000
4.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe- Cultura .....	25 000	25 000	
4.4 Sismo - Cultura .....	1 500 000	1 500 000	

#### **4.1 Dinamização de Actividades Culturais**

##### 4.1.1 Escolas de Formação

Apoio aos cursos de educação extra-escolar no âmbito da Portaria nº 40/2002, de 16 de Maio.

##### 4.1.2 Edição de Obras de Cariz Cultural

Execução de edições da DRaC, sua divulgação em feiras do livro e eventos afins.

##### 4.1.3 Rede de Leitura Pública

Comparticipação nas despesas de criação e construção da Rede de Bibliotecas Municipais, incluindo a formação dos respectivos técnicos e aquisição de fundos bibliográficos. Realização de actividades de promoção do livro e da leitura.

##### 4.1.4 Bolsas para Formação Artística e Técnica

Concessão de bolsas para a formação de artistas e técnicos na área cultural ao abrigo do D.L.R. n.º 29/2006/A, de 8 de Agosto e da Portaria n.º 83/ 2006, de 23 de Novembro.

##### 4.1.5 Orquestra Regional dos Açores (Lira Açoriana)

Financiamento da Orquestra Regional dos Açores: estágios de formação, actividades desenvolvidas, actuações, etc.

##### 4.1.6 Eventos de Iniciativa Governamental

Promoção de espectáculos na Região nas diversas áreas culturais.

##### 4.1.7 Arte Contemporânea dos Açores - ArTca

Financiamento de um conjunto de intervenções ao nível da arte contemporânea com o objectivo de favorecer a sua criação e difusão, nomeadamente, através de exposições, oficinas pedagógicas, que promovam uma apurada reflexão sobre a matéria.

##### 4.1.8 Apoios a Actividades de Relevante Interesse Cultural

Apoios a conceder a actividades consideradas de relevante interesse cultural no âmbito do D.L.R. nº 29/2006/A de 8 de Agosto.

##### 4.1.9 Laboratório-Escola Móvel de Teatro

Apoio à formação e dinamização dos grupos de teatro existentes na Região.

#### **4.2 Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural**

##### 4.2.1 Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural

Apoio ao restauro de bens móveis de valor cultural e de edifícios classificados, ao abrigo do Dec. Reg. Reg. 16/2000/A, de 30 de Maio.

##### 4.2.2 Inventário do Património Artístico e Cultural

Inventário, tratamento e estudo do património arquitectónico e artístico da Região. Inventário do Património Arquitectónico - Protocolo com o IAC.

- 4.2.3 Classificação de Imóveis em Núcleos Protegidos
  - Apoios à consolidação e restauro dos imóveis situados em núcleos urbanos.
- 4.2.4 Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo – Novas Instalações
  - Empreitada de construção da nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo.
- 4.2.5 Investigação Arqueológica
  - Construção e gestão da carta arqueológica dos Açores. Instalação e manutenção dos parques arqueológicos. Execução do contrato com a Fundação Rubikoff.
- 4.2.6 Museus, Bibliotecas e Arquivos
  - Obras de reabilitação, ampliação e adaptação dos imóveis dos serviços periféricos, instalação de colecções e elaboração dos respectivos projectos.
- 4.2.7 Museu do Pico - Museu dos Baleeiros
  - Empreitada de ampliação do Museu dos Baleeiros nas Lajes do Pico.
- 4.2.8 Salvaguarda do Património Baleeiro
  - Recuperação do património baleeiro. Execução do projecto Baleiaçor, participado por fundos Europeus - EEA, GRANTS.
- 4.2.9 Divulgação e Sensibilização do Património Cultural
  - Ações de promoção, divulgação e sensibilização para o património cultural da Região.
- 4.2.10 Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos
  - Aquisição de conteúdos para enriquecimento dos fundos das Bibliotecas e Arquivos Regionais.
- 4.2.11 Inventário e Tratamento dos Arquivos da Região
  - Aquisição de equipamento informático e formação para gestão dos arquivos regionais.
- 4.2.12 Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para ONG's Culturais
  - Apoios à aquisição, beneficiação, ou construção de sedes e instalações de colectividades que prestam serviços na área da cultura, ao abrigo do Dec. Leg. Reg. 22/97/A, de 4 de Novembro.
- 4.2.13 Recolhimento de Santa Bárbara - Museu Carlos Machado
  - Empreitada de reconstrução e adaptação a novas funções do antigo edifício do Recolhimento de Santa Bárbara.
- 4.2.15 Casa Walter Bensaúde – Biblioteca Pública e Arquivo da Horta
  - Aquisição de mobiliário, equipamento informático, equipamento audiovisual, câmara de expurgo e revisão de preços da empreitada.
- 4.2.18 Palácio de Santana - Conservação e Restauro
  - Empreitada de restauro interior do Palácio e do edifício das antigas cavalariaças.

4.2.19 Centro de Arte Contemporânea

Elaboração do projecto do Centro de Arte Contemporânea dos Açores e lançamento do concurso da empreitada.

4.2.20 Museu da Graciosa - Ampliação das Instalações

Empreitada de construção da ampliação do Museu da Graciosa.

4.2.21 Casa Manuel de Arriaga

Elaboração do projecto de consolidação e reconstrução do imóvel.

4.2.22 Antigo Hospital da Boa Nova

Elaboração do projecto de consolidação, restauro e adaptação do imóvel a novas funções.

**4.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Cultura**

4.3.1 Dinamização das Actividades Culturais

Realização de actividades culturais em Rabo de Peixe desenvolvendo no Teatro Miramar o ensino da música e encargos com infra-estruturas culturais.

**4.4 Sismo - Cultura**

4.4.1 Sismo – Execução de Protocolo com a Diocese de Angra

Apoio à reconstrução das igrejas e estruturas pastorais, das ilhas do Faial e Pico, afectadas pelo sismo de 9 de Julho de 1998.

- **Qualificar os Recursos Humanos, Potenciando a Sociedade do Conhecimento**

## **Programa 5 - Desenvolvimento Desportivo**

A intervenção do Plano no domínio do desporto desenvolve-se de forma integrada, envolvendo as instalações e equipamentos desportivos, a actividade desportiva e as áreas da promoção e da formação.

No domínio das infra-estruturas e equipamentos será promovido o apoio à construção de 4 pavilhões de treino e competição de clubes, a requalificação de polidesportivos e arrelvamento de 2 campos de futebol; a conclusão da requalificação do complexo desportivo do Lajedo; o início de construção do estádio de futebol com pista de atletismo na Horta e a beneficiação do complexo desportivo da Ribeira Grande.

Por outro lado, é prestado apoio financeiro à informatização, equipamento, material desportivo e viaturas para transporte de atletas, destinado a associações e clubes.

No âmbito das actividades desportivas e no quadro da legislação em vigor são apoiadas as actividades competitivas de âmbito local, regional e nacional dos clubes e associações; a manutenção do investimento nos escalões de formação; apoio às actividades do Desporto Escolar com a organização dos Jogos Desportivos Escolares, Encontro Regional dos Clubes Desportivos Escolares, Mega Sprinter, Mega Salto e Corta Mato; o desenvolvimento de projectos de actividade física e desportiva adaptadas, o acesso à alta competição, a participação em quadros competitivos de âmbito regional e nacional, pagamento de prémios de classificação por manutenção e subida de divisão e apoio suplementar a clubes que privilegiem a utilização de atletas formados na Região.

Finalmente, no âmbito da promoção e formação destacam-se os apoios concedidos às actividades de treino e competição dos escalões de formação, à preparação de selecções regionais e participação nos Jogos das Ilhas, ao projecto “Escolinhas do Desporto”, à realização de eventos desportivos, organização e participação em congressos e seminários, estudos e investigação e à promoção da actividade física e desportiva dos adultos.

Em termos particulares será dada continuidade ao investimento na dinamização de actividades desportivas em Rabo de Peixe.

Programa/Projectos	Euro		
	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
<b>5 Desenvolvimento Desportivo .....</b>	<b>16 165 000</b>	<b>15 465 000</b>	<b>700 000</b>
5.1 Instalações e Equipamentos .....	6 640 000	6 640 000	
5.2 Actividades Desportivas .....	5 925 000	5 225 000	700 000
5.3 Promoção e Formação .....	3 450 000	3 450 000	
5.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desporto .....	150 000	150 000	

## **5.1 Instalações e Equipamentos**

- 5.1.1 Apoio à Construção e Beneficiação de Instalações Desportivas  
Apoio à construção e beneficiação de instalações desportivas ou de apoio à prática desportiva.
- 5.1.2 Apoio ao Arrelvamento de Campos de Futebol  
Apoio à construção de campos de futebol ou arrelvamento de campos.
- 5.1.3 Parque Desportivo de São Miguel  
Construção e beneficiação de instalações desportivas no Parque Desportivo de S. Miguel, incluindo a aquisição de equipamentos.
- 5.1.4 Parque Desportivo da Ilha Terceira  
Construção e beneficiação de instalações desportivas no Parque Desportivo da Ilha Terceira, incluindo a aquisição de equipamentos.
- 5.1.5 Parque Desportivo do Faial  
Construção e beneficiação de instalações desportivas no Parque Desportivo da Ilha do Faial, incluindo a aquisição de equipamentos e terrenos.
- 5.1.6 Modernização e Apetrechamento de Instalações  
Apoio financeiro à informatização, equipamento, material desportivo e serviços administrativos das associações e clubes; Aquisição de material e equipamento desportivo para apetrechamento de instalações desportivas. Beneficiação, informatização e equipamento dos Serviços centrais e externos da DRD.
- 5.1.7 Apoio à Aquisição de Viaturas (Carrinhas) para os Clubes e Associações Desportivas  
Apoio à aquisição de viaturas por clubes e associações desportivas para o desenvolvimento de actividades desportivas.
- 5.1.8 Requalificação de Polidesportivos  
Apoio à requalificação de polidesportivos nas valências de fecho/cobertura ou arrelvamento sintético.
- 5.1.9 Apoio à Construção de Pavilhões Desportivos  
Apoio à construção ou beneficiação de pavilhões desportivos por clubes.
- 5.1.10 Acessibilidades às Instalações dos Serviços  
Beneficiação de instalações de modo a permitir a acessibilidade às mesmas das pessoas com mobilidade condicionada.
- 5.1.11 Apoio à Construção e Beneficiação de Sedes Sociais de Clubes e Associações Desportivas  
Apoio à construção e beneficiação de sedes sociais de clubes e associações desportivas, incluindo a aquisição de equipamentos.
- 5.1.12 Requalificação do Estádio de S. Miguel  
Requalificação do Estádio de S. Miguel.

5.1.13 Requalificação do Estádio João Paulo II  
Requalificação do Estádio João Paulo II.

5.1.14 Construção do Estádio Mário Lino  
Construção do Estádio Mário Lino.

## **5.2 Actividades Desportivas**

5.2.1 Apoio a Clubes por Utilização de Atletas Formados na Região

Apoio suplementar a clubes participantes em campeonatos nacionais que privilegiem a utilização de atletas formados nos Açores ou nos Clubes, conforme DLR n.º 14/2005/A de 5 de Julho.

5.2.2 Desporto Escolar

Organização, realização e participação nas actividades do Desporto Escolar.

5.2.3 Prémios de Classificação e Subida de Divisão

Pagamento de prémios de classificação, manutenção e subida de divisão, conforme DLR n.º 14/2005/A de 5 de Julho.

5.2.4 Apoio ao Acesso de Atletas a Alta Competição

Concessão de bolsas académicas aos atletas e atribuição de comparticipações financeiras às associações com atletas abrangidos pelo estatuto de alta competição e jovens talentos conforme DLR n.º 14/2005/A de 5 de Julho.

5.2.5 Actividade Física e Desportiva Adaptada

Promoção, desenvolvimento e apoio a projectos de actividade física e desportiva adaptada conforme DLR n.º 14/2005/A de 5 de Julho.

5.2.7 Apoio à Participação em Quadros Competitivos Nacionais e Série Açores

Concessão de apoios financeiros à participação em quadros competitivos nacionais e Série Açores conforme DLR n.º 14/2005/A de 5 de Julho.

5.2.8 Apoio às actividades das associações desportivas

Apoio às actividades competitivas de âmbito local, regional e nacional e outras do plano anual das associações desportivas.

## **5.3 Promoção e Formação**

5.3.1 Congressos e Seminários

Organização e participação em seminários, congressos ou organizações afins.

5.3.2 Estrutura Técnica Associativa

Apoio financeiro às associações para suportar encargos com técnicos a tempo inteiro ou gabinetes técnicos.



5.3.3 Estudos e Investigação

Realização e edição de estudos e programas de apoio e/ou investigação nas áreas da actividade física e desportiva. Elaboração e edição das cartas que integram o atlas desportivo da Região.

5.3.4 Eventos Desportivos

Apoio financeiro a clubes e associações para a organização de eventos de relevante interesse promocional, conforme DLR n.º 14/2005/A de 5 de Julho. Organização e realização da Gala do Desporto Açoriano.

5.3.5 Promoção e formação na área do desporto

Comparticipação financeira a projectos de promoção e formação, organização e participação em acções de formação para agentes desportivos não praticantes. Apoio a mestrados na área do desporto e gestão desportiva e outros cursos especializados de nível superior.

5.3.6 Jogos das Ilhas

Apoio aos projectos de preparação das selecções regionais e participação na XI Edição dos Jogos das Ilhas e reuniões do Comité Organizador dos Jogos das Ilhas (COJI).

5.3.7 Escolinhas do Desporto

Apoio à promoção e desenvolvimento do projecto "Escolinhas do desporto".

5.3.8 Actividades de Treino e Competição

Apoio ao desenvolvimento das actividades de enquadramento técnico, treino e competição dos escalões de formação dos clubes, encargos gerais com a utilização de instalações e equipamentos desportivos, e do âmbito da protecção aos desportistas.

5.3.9 Actividade Física e Desportiva dos Adultos

Apoio à promoção, organização e desenvolvimento de actividades físicas e desportivas de carácter regular, com fins lúdicos, formativos e sociais destinados à população adulta.

## 5.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Desporto

5.4.1 Dinamização de Actividades Desportivas em Rabo de Peixe

Apoio às acções no âmbito das actividades desportivas, aquisição de equipamento e material desportivo e beneficiação de infra-estruturas desportivas.

5.4.2 Apoio à participação em Quadros Competitivos Nacionais

Concessão de apoios financeiros para a participação em quadro competitivo nacional conforme DLR n.º 14/2005/A de 5 de Julho para os clubes com sede em Rabo de Peixe.

- **Qualificar os Recursos Humanos, Potenciando a Sociedade do Conhecimento**

### **Programa 6 - Apoio Aos Media**

A programação estrutura-se em 2 grandes linhas de intervenção. Numa primeira, de apoio aos media, continuar-se-á a promover o reforço dos incentivos aos meios de comunicação social regionais, a promoção mediática dos Açores no exterior, o apoio regional ao serviço público de rádio e de televisão e disponibilização do Portal do Governo. Por outro lado, assegurar-se-á a edição e impressão do Jornal Oficial e sua disponibilização integral on-line, bem como a acesso à base de dados jurídica.

			Euro
<b>Programa/Projectos</b>	<b>Investimento Público</b>	<b>Plano</b>	<b>Outros Fundos</b>
<b>6 Apoio aos Media .....</b>	<b>1 370 700</b>	<b>1 370 700</b>	
6.1 Apoio aos Media .....	1 260 700	1 260 700	
6.2 Jornal Oficial .....	110 000	110 000	

## **6.1 Apoio aos Media**

### 6.1.1 Promedia

Apoios a conceder, de acordo com o D.L.R. nº 22/2006/A, a pessoas singulares ou colectivas proprietárias ou editoras de publicações em língua portuguesa; operadores de radiodifusão licenciados e que operam como rádios regionais ou locais e a entidades que promovam iniciativas de interesse relevante na área da comunicação social.

### 6.1.2 Promoção mediática dos Açores no Exterior

Apoio à realização de produções, reportagens e trabalhos para publicação que contribuam para um melhor serviço informativo nos Açores e apoio à realização de reportagens e outras iniciativas de promoção no exterior, visando a publicação em Órgãos de Comunicação Social, que contribuam para a divulgação dos Açores.

### 6.1.3 Apoio Regional ao serviço público de rádio e televisão

Continuação do cumprimento do apoio regional ao serviço público de Rádio e Televisão.

### 6.1.5 Apoio ao Portal do Governo

Disponibilização do Portal do Governo.

### 6.1.6 IV Encontro de Órgãos de Comunicação Social/Área de Imprensa

IV Encontro de Órgãos de Comunicação Social/Área de Imprensa.

## **6.2 Jornal Oficial**

### 6.2.1 Edição, Impressão e Disponibilização On Line do Jornal Oficial

Disponibilização on line do sítio electrónico do Jornal Oficial.

### 6.2.2 Acesso à Base de Dados Jurídica

Manutenção do contrato com a Data Juris.

**• Aumentar a Produtividade e a Competitividade da  
Economia**

**Programa 7 - Fomento Agrícola**

Este programa engloba um conjunto de acções nas vertentes das infra-estruturas agrícolas de base, da sanidade animal e vegetal, e de modernização das explorações, incluindo o apoio financeiro a projectos de investimento privado.

Pretende-se assim:

- Desenvolver as infra-estruturas agrícolas de base, através de verbas reforçadas para caminhos agrícolas e abastecimento de água e de energia eléctrica às explorações.
- No âmbito da sanidade animal, prosseguir com os trabalhos de controlo, donde sobressaem os que se realizam no âmbito da BSE e os abates sanitários, garantindo a qualidade das manadas dos Açores.
- Construção de um novo laboratório veterinário, de âmbito regional, como equipamento estratégico para a promoção da qualidade, valorizando a economia pecuária e de toda a indústria agro-alimentar açoriana.
- Continuação da construção do Laboratório Regional de Enologia na ilha do Pico, com vista a apoiar o desenvolvimento e modernização da vitivinicultura nos Açores.
- Incentivar a experimentação e investir na divulgação. Sobressaem as acções de melhoramento animal como a identificação e registo de bovinos, inseminação artificial, contraste leiteiro e manutenção de núcleos reprodutores.
- Apoiar o investimento privado, com destaque para a implementação do PRORURAL.
- Apoiar o rendimento dos agricultores e o trabalho das organizações de produtores.

Euro

<b>Programa/Projectos</b>	<b>Investimento Público</b>	<b>Plano</b>	<b>Outros Fundos</b>
<b>7 Fomento Agrícola .....</b>	<b>59 940 972</b>	<b>24 690 000</b>	<b>35 250 972</b>
7.1 Infra-Estruturas Agrícolas .....	22 255 000	4 875 000	17 380 000
7.2 Sanidade Animal e Vegetal .....	14 846 000	12 710 000	2 136 000
7.3 Modernizar as Explorações Agro-Pecuárias .....	2 595 000	2 480 000	115 000
7.4 Reduzir Custos de Exploração Agrícola .....	20 244 972	4 625 000	15 619 972

## 7 Infra-Estruturas Agrícolas

### 7.1.1 Abastecimento de Água

Projectos, Construção e Requalificação de Sistemas de Abastecimento de Água, destacando-se: dar continuidade às empreitadas de abastecimento de água ao Perímetro Feteira/Castelo Branco, na ilha do Faial e à captação e abastecimento de água à zona norte da Bacia Leiteira de Ponta Delgada; lançar as empreitadas de abastecimento de água ao Perímetro Beira/Rosais, na ilha de São Jorge e de construção da ETA do Perímetro Altares/Raminho, na ilha Terceira.

### 7.1.2 Caminhos Agrícolas

Projectos, Construção e Requalificação de Caminhos Agrícolas, destacando-se: na ilha de São Miguel, beneficiação de caminhos agrícolas no Perímetro Maia/Fenais da Ajuda e no Perímetro da Bacia Leiteira de Ponta Delgada; na Ilha Terceira, beneficiação de caminhos agrícolas no Perímetro de Altares/Raminho; e na Ilha de São Jorge, beneficiação de caminhos agrícolas no Perímetro do Topo.

### 7.1.3 Electrificação Agrícola

Projectos e Construção de Sistemas Eléctricos, destacando-se as empreitadas de abastecimento de energia eléctrica nas ilhas de São Miguel, Terceira e São Jorge.

### 7.1.4 Infra-estruturas dos Serviços

Melhoramentos nos edifícios dos Serviços com destaque para as obras de renovação do SDA Terceira. Melhoramento de dois imóveis afectos à sede da DRDA. Conclusão da recuperação do centro apícola do SDA Pico.

### 7.1.5 IROA

Acompanhamento técnico e fiscalização de empreitadas.

### 7.1.6 Sistema de Informação Geográfica da Agricultura

Desenvolvimento de um sistema de informação geográfica no âmbito da Agricultura (projecto Cartograf IV).

## 7.2 Sanidade Animal e Vegetal

### 7.2.1 Infra-estruturas Fitossanitárias/Qualidade

Remodelação das instalações do Laboratório Regional de Sanidade Vegetal, com relevo para adaptação técnica da climatização de acordo com parâmetros exigidos. Fortalecimento das infra-estruturas fitossanitárias específicas em todos os SDAs. Operacionalização dos equipamentos afectos à qualidade e certificação vegetativa em toda a Região. Continuação dos trabalhos de construção do Laboratório Regional de Enologia na ilha do Pico, equipamento certificado e acreditado pela legislação nacional e comunitária.

### 7.2.2 Sanidade Animal

Assegurar os trabalhos conducentes à erradicação da brucelose e da leucose e a implementação de todos os Planos de Vigilância do foro Veterinário aplicados na

Região, com destaque para a Vigilância à BSE, à Tuberculose, o Plano de Resíduos e o reforço obrigatório ao Plano de Controlo Plurianual Integrado. Garantir a operacionalização do Laboratório Regional de Veterinária e das Divisões de Veterinária, em todas as ilhas, no âmbito das obrigações oficiais da Sanidade Animal e da Higiene Pública Veterinária, bem como reforçar a implementação do Plano Global de Sanidade Animal, cumprindo as exigências da inspeção higio-sanitária e a gestão de todos os sistemas de identificação animal na Região.

#### 7.2.3 Sanidade Vegetal

Garantir, na RAA, a protecção fitossanitária. Evitar a introdução, dispersão e instalação de organismos de quarentena. Promover o controlo de roedores e inimigos vários das culturas. Promover e certificar a batata de semente, aprovar o registo de variedades de diferentes espécies vegetais nos Catálogos Nacionais de Variedades. Garantir a implementação do programa oficial de controlo de resíduos; promover a divulgação técnica específica e assegurar a implementação da Legislação Regional, Nacional e Comunitária.

Destaca-se ainda o reforço dos programas de prospecção e combate aos organismos inimigos das culturas; o programa de vigilância e controlo de resíduos de pesticidas em produtos vegetais e a obrigatória gestão na Região, na sequência da Regulamentação Comunitária do Decreto-Lei nº 173/2005 de 21 de Outubro.

#### 7.2.4 Infra-estruturas Veterinárias

Edificação do novo Laboratório Regional de Veterinária, como infra-estrutura e equipamento base para a promoção da economia pecuária e de toda a indústria agro-alimentar regional. Reestruturação e apoio à construção de pequenos parques de retém de gado nas diversas ilhas que consolidam as actividades de sanidade animal junto das explorações pecuárias.

### 7.3 Modernizar as Explorações Agro-Pecuárias

#### 7.3.1 Estudos e Informática

Financiar a realização de estudos no âmbito do sector agrícola e do desenvolvimento rural. Aquisição de equipamento informático. Aquisição de licenças. Bases de dados de informação sobre o sector agrícola e florestal. Desenvolvimento do programa de recolha de candidaturas e apuramento das Ajudas Directas, Agro-Ambientais e Indemnizações Compensatórias e para a aquisição do sistema de informação do PRORURAL.

#### 7.3.2 Experimentação e Divulgação Agrária

Assegurar a execução de projectos de experimentação agrícola e pecuária em todos os Serviços de Ilha. Garantir a divulgação e edição de folhetos, publicações, sessões técnicas de esclarecimento e a emissão do Programa de Divulgação Agrária na RTP Açores. Promover e dinamizar a participação dos Açores em eventos de Feiras agrícolas e pecuárias, quer no exterior quer na Região, reforçando a divulgação dos produtos regionais.

#### 7.3.3 Melhoramento Animal

Garantir a inscrição dos bovinos da raça Frísia da Região no Livro Genealógico Nacional. Assegurar o Contraste Leiteiro. Preservar a raça bovina autóctone Ramo Grande. Continuar os programas de melhoramento genético das espécies de

interesse zootécnico (bovinos, equídeos, suínos e ovinos), com destaque para os trabalhos relativos ao Livro Zootécnico da raça Bovina Brava e melhoramento animal dos bovinos de carne. Licenciamento e fiscalização dos subcentros de Inseminação Artificial.

Destacam-se as actividades relativas aos compromissos com as associações nacionais e regionais das raças bovinas especializadas em produção de leite e de carne, como factor essencial para o melhoramento genético destes animais na Região, beneficiando todo o sistema de modernização animal; bem como assegurar os trabalhos com as raças bovinas Ramo Grande e a Brava.

#### 7.3.4 Acompanhamento das Intervenções Comunitárias

Contrato-programa entre a RAA e o IFAP com vista à gestão técnica, administrativa e financeira das medidas do PRODESA financiadas pelo FEOGA.

#### 7.3.5 Contabilidade e Gestão das Explorações Agrícolas

Acompanhamento das contabilidades da RICA(A) e apuramento de resultados. Formação de técnicos na área de contabilidade. Apoio técnico aos agricultores que colaboram com a RICA. Promoção do aumento do número de agricultores açorianos na RICA.

### 7.4 Reduzir Custos de Exploração Agrícola

#### 7.4.1 Apoio ao Investimento

Contrapartida financeira da Região no âmbito da aplicação do PRODESA Medidas 2.1- Acção 2.1.5 e 2.2 - Acção 2.2.1. e 2.2.2; Contrapartida financeira regional para o PRORURAL, no âmbito do FEADER - Eixo 1, medida 1.2 - Instalação de jovens agricultores, medida 1.5 - Modernização das explorações agrícolas, medida 1.11 - restabelecimento do potencial agrícola afectado por Calamidades e no Eixo 2, medida 2.3 - Apoio a investimentos não produtivos. Financiamento dos Micro projectos (auxílio de estado). Apoio à aquisição de reprodutores, no âmbito das portarias nºs 57/2003, de 17 de Julho e 65/2000, de 21 de Setembro.

#### 7.4.2 Apoio ao Rendimento

Implementação das Boas Práticas Agrícolas e Condicionalidade nas explorações. Contrapartida financeira da Região no âmbito do FEADER - Eixo 2, Medida 2.1 – Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas; Medida 2.2, Acção 2.2.3 - Pagamentos Rede Natura 2000 e Directiva 2000/60/CE. Contrapartida financeira da Região no Eixo 1 do FEADER, Medida 1.4 - Serviços de Gestão e Medida 1.10 - Adaptação a normas exigentes.

#### 7.4.4 Apoio às Organizações de Produtores

Apoio às Organizações de Produtores. Contrapartida da Região no âmbito do PRODESA, Medida 2.2, Acção 2.2.6. Contrapartida da Região no âmbito do PRORURAL, Eixo 1, Medida 1.4, Acção 1.4.1 - Serviços de Gestão e Aconselhamento Agrícola.



• **Aumentar a Produtividade e a Competitividade da  
Economia**

**Programa 8 - Apoio à Transformação e Comercialização dos produtos agro-pecuários**

Neste programa incluem-se vários domínios de intervenção no âmbito da transformação e comercialização dos produtos agro-pecuários de que se destacam:

- Na área da Indústria agro-alimentar, apoiar projectos de modernização em unidades industriais, bem como o escoamento da sua produção.
- Na área dos matadouros efectuar obras de melhoramento e beneficiação das unidades existentes.
- Assegurar a regularização do mercado de gado vivo, bem como as restantes acções de controlo e certificação, no âmbito das normas gerais de qualidade alimentar e no âmbito da PAC.
- Construção dos parques de exposições de S. Miguel e Terceira.

			Euro
Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
<b>8 Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários .....</b>	<b>37 990 000</b>	<b>23 900 000</b>	<b>14 090 000</b>
8.1 Transformação e Comercialização .....	37 990 000	23 900 000	14 090 000

## 8.1 Transformação e Comercialização

### 8.1.1 Apoio à Indústria Agro-alimentar

Comparticipação do ORAA nos projectos em execução ao abrigo do Programa - Prodesa - Medida 2.2 - Acção 2.2.4 e dos futuros projectos a aprovar ao abrigo do PRORURAL - Medidas 1.7, 1.8 e 1.9.

### 8.1.2 Rede Regional de Abate

Investimentos na rede regional de abate.

### 8.1.3 Apoio ao escoamento de Produtos na Indústria Agro-Alimentar

Ajudas destinadas ao escoamento dos excedentes de lacticínios produzidos na RAA (respectivamente no valor de 1,247 € e 4,988 € e ambas atribuídas por mil litros de leite) referente ao ano 2007.

### 8.1.5 Qualidade e Certificação

Acções de controlo das ajudas comunitárias. Gestão das Quotas Leiteiras. Desenvolvimento das acções relativas aos Prémios e Ajudas. Desenvolvimento das Acções de classificação de leite e de carcaças (realização de análises). Certificação e controlo de produtos que beneficiem de regimes de qualidade da União Europeia - DOP, IGP e ETG.

### 8.1.6 Regularização de Mercados

Regularização dos mercados agrícolas. Regularização do mercado de gado. Pagamento de ajuda aos adubos (com reforço para adubos de dispersão controlada). Pagamento dos juros dos Protocolos celebrados entre a SRAF e organizações de produtores da Região Autónoma dos Açores.

### 8.1.7 Resgate da Quantidade de Referência

Pagamento de 50% do resgate de quotas leiteiras a levar a cabo na RAA.

### 8.1.10 Melhoramento das Infra-Estruturas de Abate

Construção de armazém, aumento da área do parque de retém de gado e alteração do queimador de caldeiras e das redes de águas quente e fria, no matadouro de S. Miguel. Aumento da capacidade de frio. Aquisição de incineradoras.

### 8.1.12 Parque de Exposições da Terceira

Construção do parque de exposições da Terceira.

### 8.1.13 - Parque de Exposições de S. Miguel

Construção/Requalificação do parque de exposições de Santana, freguesia de Rabo de Peixe, S. Miguel com vista a constituir o Parque de Exposições de S. Miguel.

- **Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia**

## Programa 9 - Diversificação Agrícola

Neste programa irão ser implementadas acções visando:

- Diversificar a produção agrícola através da aplicação das medidas agro-ambientais, da promoção de novas culturas, da formação profissional para jovens e profissionais no activo.
- Realizar campanhas de promoção dos produtos regionais, especialmente a nível nacional.
- Promover a diversificação da economia rural, nomeadamente através de actividades não agrícolas.
- Promover o rejuvenescimento da população agrícola através da concessão de reformas antecipadas.
- Promover a reestruturação fundiária das explorações, através do apoio ao emparcelamento e à compra de terrenos por parte dos rendeiros.

Este programa enquadra ainda um projecto vocacionado para a Intervenção Específica em Rabo de Peixe abrangendo a valorização profissional, o apoio ao investimento nas explorações agrícolas e pecuárias, bem como o apoio a novas culturas.

Euro

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
<b>9 Diversificação Agrícola .....</b>	<b>29 204 975</b>	<b>7 315 000</b>	<b>21 889 975</b>
9.1 Diversificação Agrícola .....	16 639 975	3 700 000	12 939 975
9.2 Formação e Informação .....	900 000	400 000	500 000
9.3 Renovação e Reestruturação das Empresas Agrícolas .	11 600 000	3 150 000	8 450 000
9.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Agricultura	65 000	65 000	

## **9.1 Diversificação Agrícola**

### **9.1.1 Medidas Agro-Ambientais**

Contrapartida da Região relativamente aos prémios da medida 2.2 do PRORURAL - Medidas Agro-Ambientais.

### **9.1.2 Novas Culturas**

Contrapartida financeira do PRODESA Medida 2.2, e o âmbito do FEADER - Eixo 1 medida 1.5 - modernização das explorações agrícolas, ao nível dos incentivos às produções que diversifiquem a produção agrícola regional, em particular, beterraba sacarina, tabaco, agricultura biológica e preservação de espécies vegetais tradicionais.

### **9.1.3 Promoção de Produtos Açorianos**

Promoção dos produtos regionais no mercado externo, com destaque para as campanhas publicitárias aos lacticínios e à carne dos Açores.

### **9.1.4 - Diversificação da Economia Rural**

Contrapartida financeira da Região no decorrer da aplicação do novo Programa de Desenvolvimento Rural, no âmbito do FEADER- Eixo 3 e 4.

## **9.2 Formação e Informação**

### **9.2.1 Valorização e Qualificação Profissional**

Realização de acções de formação, visando a qualificação profissional dos jovens agricultores e o aperfeiçoamento dos restantes agricultores e técnicos.

## **9.3 Renovação e Reestruturação das Empresas Agrícolas**

### **9.3.1 Reforma Antecipada**

Promoção de Acções com vista à renovação e reestruturação das empresas agrícolas por via da medida Reforma Antecipada (Pagamento aos agricultores que cessam a sua actividade agrícola).

### **9.3.2 SICATE**

Renovação e reestruturação das empresas agrícolas, designadamente através de estímulos ao redimensionamento e emparcelamento das explorações através do SICATE - Sistema de Incentivo à compra de Terras (pagamento de juros de empréstimos ao abrigo do DLR n.º 23/99/A, de 31 de Julho e DRR n.º. 4/2000/A, de 1 de Fevereiro).

### **9.3.3 Reestruturação Fundiária**

Estudos de Ordenamento Agrário e Fundiário, tendo em vista políticas de reestruturação e de ordenamento agrário, designadamente, pela criação de Perímetros de Ordenamento Agrário. Apoios da medida do eixo 3 do PRORURAL para promoção de actividades não agrícolas de valorização do património cultural. Melhoria de infra-estruturas locais de apoio à actividade económica e desenvolvimento local.

#### **9.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Agricultura**

##### 9.4.1 Valorização Profissional em Rabo de Peixe

Valorizar, animar e qualificar os jovens e os agricultores já estabelecidos na zona da freguesia de Rabo de Peixe.

##### 9.4.2 Apoio ao Investimento em Rabo de Peixe

Fortalecer o tecido económico de Rabo de Peixe, fomentando a modernização das explorações agrícolas e pecuárias, através da melhoria das condições higio-sanitárias e do bem-estar animal.

##### 9.4.3 Apoio a Novas Culturas em Rabo de Peixe

Promoção de ações de demonstração, observação e aconselhamento técnico na zona da freguesia de Rabo de Peixe, especialmente nas áreas da horticultura, fruticultura, agricultura biológica e apicultura.

**• Aumentar a Produtividade e a Competitividade da  
Economia**

### **Programa 10 - Desenvolvimento Florestal**

Os 3 grandes domínios de intervenção contemplados neste programa agregam acções no âmbito do fomento da produção, através de comparticipação financeira em projectos de investimento privado visando a florestação, reposição de matas e beneficiação de povoamentos florestais, para além da iniciativa pública directa no âmbito da gestão, manutenção e beneficiação de baldios, produção de plantas em viveiros, implementação de um sistema de certificação de gestão florestal, entre outras linhas de política. Para as infra-estruturas e equipamentos florestais, está previsto realizar intervenções de rompimento, conservação e melhoria em caminhos florestais, bem como noutras infra-estruturas públicas. Na terceira componente deste programa pretende-se promover acções de formação e desenvolver estudos na área das florestas, cinegética e pesca em águas interiores.

Euro

<b>Programa/Projectos</b>	<b>Investimento Público</b>	<b>Plano</b>	<b>Outros Fundos</b>
<b>10 Desenvolvimento Florestal .....</b>	<b>10 249 852</b>	<b>8 430 000</b>	<b>1 819 852</b>
10.1 Fomento e Gestão dos Recursos Florestais .....	2 999 852	1 180 000	1 819 852
10.2 Infra-Estruturas e Equipamentos Florestais .....	6 050 000	6 050 000	
10.3 Uso Múltiplo da Floresta .....	1 200 000	1 200 000	

## 10.1 Fomento e Gestão dos Recursos Florestais

### 10.1.1 Medidas de Desenvolvimento Rural

Pagamento de comparticipações com projectos de arborização e de beneficiação aprovados no âmbito do PRODESA e PDRu-Açores (Beneficiação de povoamentos florestais instalados, Reposição de matas cortadas e Florestação de Terras Agrícolas); Pagamento de encargos com a aprovação de novos projectos de arborização e de beneficiação, no âmbito do PRORURAL, numa área estimada em cerca de 300 ha.

### 10.1.2 Fomento Florestal

Gestão e beneficiação de cerca de 5.000 ha de pastagens baldias; Produção de 5.000.000 plantas florestais (folhosas, resinosas e endémicas) para projectos de arborização; Prosseguimento dos trabalhos no âmbito do "Plano de Melhoramento Florestal da Região Autónoma dos Açores"; Elaboração do "Plano de Ordenamento e Gestão Florestal dos Açores" e de um projecto-piloto de "Gestão Florestal Sustentável".

## 10.2 Infra-Estruturas e Equipamentos Florestais

### 10.2.1 Caminhos Rurais

Construção e beneficiação (revestimento betuminoso e melhoria da rede de drenagem) de cerca de 30 km de caminhos rurais; Recuperação de cerca de 600 km de caminhos rurais; Renovação gradual do parque de máquinas e viaturas ligeiros dos Serviços Operativos da DRRF.

### 10.2.2 Infra-estruturas de Apoio

Recuperação e beneficiação de cerca de 200 km de caminhos florestais; Recuperação das diversas infra-estruturas afectas aos Serviços Operativos da DRRF (Sedes de serviços, Casas de Guarda, instalações sanitárias dos parques florestais, oficinas, armazéns, etc.).

## 10.3 Uso Múltiplo da Floresta

### 10.3.1 Informação e Formação

Comemoração dos Dias "Regional do Guarda-florestal" e "Mundial da Floresta"; Realização de Jornadas técnicas sobre "Gestão Florestal Sustentável"; Realização de Acções de formação sobre "Melhoramento Florestal" e "Produção de plantas em viveiro"; Realização de Evento comemorativo dos 10 anos do "Plano de Melhoramento Florestal dos Açores", Participação dos funcionários nestas e em acções de formação; Elaboração de material de sensibilização e de divulgação formativa e informativa para utentes dos parques florestais.

### 10.3.2 Silvicultura Ambiental e Protecção

Gestão, valorização e manutenção das 30 Reservas Florestais de Recreio existentes na Região; Requalificação de 3 Reservas Florestais de Recreio (criação de Centros de Divulgação Florestal e de outras infra-estruturas de apoio aos utentes), Produção em cativeiro de espécies cinegéticas (codorniz, perdiz-vermelha e perdiz-cinzenta) e piscícolas (truta arco-íris) para repovoamentos; Conclusão do Estudo sobre a bioecologia e gestão das 5 principais espécies cinegéticas dos Açores; Reforço da capacidade de fiscalização do Corpo de Polícia Florestal da RAA.

• **Aumentar a Produtividade e a Competitividade da  
Economia**

**Programa 11 - Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca**

A estrutura deste programa compreende 6 projectos que têm por princípio, por um lado, o equilíbrio entre a gestão e a conservação dos recursos haliêuticos, e por outro, o desenvolvimento sustentável do sector das pescas e a evolução positiva dos rendimentos dos seus agentes económicos.

No âmbito da gestão e da inspecção, para além do cumprimento de acções de fiscalização em todas as ilhas e do adequado apetrechamento dos meios operativos para a execução destas missões, prevêem-se igualmente acções de cooperação com o Departamento da Universidade dos Açores, perito na área das pescas, com o objectivo de se continuar a aprofundar o conhecimento científico da nossa ZEE, bem como actividades de promoção de eventos de divulgação do sector e acções relacionadas com os compromissos europeus. No âmbito do programa regional para a requalificação e ampliação dos portos de pesca, prevêem-se igualmente efectuar diversos melhoramentos em portos e infra-estruturas em todas as ilhas da Região, através de contratos-programa com a LOTAÇOR, de forma a continuar a incrementar as condições de trabalho e de segurança das embarcações e dos profissionais da pesca. No que respeita ao apoio à actividade marítimo-portuária, no sector das pescas, estão previstas diversas acções protocoladas com a LOTAÇOR, que reforçarão a operacionalidade da frota e da própria actividade da pesca. Serão também celebrados protocolos de cooperação com autarquias locais e com associações do sector para investimento nas áreas portuárias bem como na implementação de sistemas de gestão mais eficientes e mais próximas dos profissionais da pesca.

Na componente que norteia o desenvolvimento da frota serão atribuídos subsídios para a sua modernização e renovação. No âmbito da protecção social estão previstas acções relacionadas com apoios à cessação temporária de actividade em consequência de intempéries. No segmento da transformação e comercialização dos produtos da pesca e da



cooperação externa, está prevista, nos termos da legislação aplicável, a atribuição de incentivos financeiros destinadas à execução de projectos de investimento nesta área, ao apoio à diversificação da actividade da pesca, ao apoio às organizações do sector e ainda ao incentivo à deslocação de atuneiros regionais para áreas de pesca alternativas. Prevê-se também a realização de diversas acções de formação profissional para os profissionais da pesca, bem como a edição de documentação alusiva ao sector e a realização de acções variadas com a finalidade de divulgar o sector das pescas.

			Euro
Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
<b>11 Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca .....</b>	<b>32 268 350</b>	<b>24 486 000</b>	<b>7 782 350</b>
11.1 Inspeção e Gestão .....	1 225 000	1 225 000	
11.2 Infra-Estruturas Portuárias .....	21 618 350	17 491 000	4 127 350
11.3 Frota .....	2 700 000	2 700 000	
11.4 Transformação, Comercialização e Cooperação Externa .....	2 075 000	2 075 000	
11.5 Recursos Humanos .....	350 000	350 000	
11.7 Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas .....	4 300 000	645 000	3 655 000

## 11.1 Inspeção e Gestão

### 11.1.1 Fiscalização e Inspeção

Execução de acções de fiscalização e controlo do exercício da pesca nos portos, lotas, orla costeira, indústrias e estabelecimentos comerciais, em todas as ilhas da RAA, com periodicidade semanal/ mensal. Apetrechamento de equipamento informático e equipamento inspectivo. Acções de formação a nível de tecnologias de pesca. Aquisição de software para elaboração de bases de dados de gestão da informação MONICAP e SIFICAP. Acções de sensibilização e formação do sector.

### 11.1.2 Cooperação com o DOP/IMAR/OMA e Outras entidades

Protocolos de Cooperação celebrados com o IMAR, para a gestão e exploração do N/I "Arquipélago" e da L/I "Águas Vivas" e execução dos projectos Demersais, Camarões, Espécies de Grande Profundidade e do Programa de Observação de cetáceos dos Açores (POPA). Protocolo com o DOP no âmbito do Programa Nacional de Recolha de Dados. Protocolo celebrado com a UA (Secção de Biologia Marinha) para o estudo da viabilidade da lapa em aquicultura intensiva. Conservação e funcionamento do Centro do Mar.

### 11.1.3 Congressos e Exposições

Realização da Expopescas, Feira do Mar e de diversos encontros científicos e de profissionais para análise e debate de assuntos relacionados com o sector das pescas. Participação da Região em congressos internacionais. Realização da Semana do Pescador.

### 11.1.4 Tribunal Europeu

Encargos com a acção interposta no Tribunal Europeu de 1ª Estância das Comunidades Europeias, em consequência da publicação do Reg. (CE) nº 1594/2003.

### 11.1.6 Sistema de Acompanhamento Electrónico de Embarcações

Desenvolvimento de um sistema piloto para monitorização da actividade da pesca na Região Autónoma dos Açores que simultaneamente irá permitir um considerável aumento da segurança no mar, uma vez que cada embarcação cabinada e menor que 15 metros, passará a dispor de um sistema de localização por GPS.

## 11.2 Infra-Estruturas Portuárias

### 11.2.1 Portos de Santa Maria

Realização de melhoramentos em infra-estruturas e equipamentos portuários.

### 11.2.2 Portos de São Miguel

Realização de melhoramentos em infra-estruturas e equipamentos portuários.

### 11.2.3 Portos da Terceira

Realização de melhoramentos em infra-estruturas e equipamentos portuários.

11.2.4 Portos da Graciosa

Realização de melhoramentos em infra-estruturas e equipamentos portuários.

11.2.5 Portos de São Jorge

Realização de melhoramentos em infra-estruturas e equipamentos portuários.

11.2.6 Portos do Pico

Realização de melhoramentos em infra-estruturas e equipamentos portuários.

11.2.7 Portos do Faial

Realização de melhoramentos em infra-estruturas e equipamentos portuários.

11.2.8 Portos das Flores

Realização de melhoramentos em infra-estruturas e equipamentos portuários.

11.2.9 Porto da Casa

Realização de melhoramentos em infra-estruturas e equipamentos portuários.

11.2.10 Programa de apoio à actividade marítimo-portuário no sector das pescas

Contrato programa celebrado com a Lotaçor para apoio à actividade marítimo-portuária no sector das pescas.

11.2.11 Protocolos de Gestão de Portos com Associações do Sector

Celebração dos abaixo indicados para a gestão dos portos de pesca: Cooperativa Porto de Abrigo: Porto de Rabo de Peixe; Cooperativa de Economia Solidária: Porto da Ribeira Quente; Associação Marítima Açoreana: Porto da Praia da Vitória; Associação dos Pescadores Santa Maria: Portos de Santa Maria; Associação de Pescadores Florentinos: Portos das Flores; Associação Armadores Pesca Artesanal Pico: Portos do Pico.

11.2.12 Cooperação com Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais

Celebração de Acordos de Cooperação com Juntas de Freguesia para limpeza dos portos de pesca. Celebração de Contratos ARAAL com Câmaras Municipais.

11.2.13 Cooperação com a Direcção de Faróis

Celebração de um protocolo com a Autoridade Marítima Nacional com vista à prestação de serviços de manutenção dos dispositivos de assinalamento marítimo dos portos da RAA.

11.2.14 Programa Regional de requalificação e ampliação dos portos de pesca

Execução de obras de melhoria das condições de operacionalidade dos portos de Vila Franca (São Miguel), São Mateus (Terceira), Fajã do Ouvidor (São Jorge), Ponta Delgada (Flores); construção de infra-estruturas de apoio ao sector das pescas no porto da Praia (Graciosa); início da construção de cais de pesca no porto da Madalena (Pico).

### **11.3 Frota**

#### 11.3.1 Frota de Pesca

Apoio à modernização e renovação da frota de pesca da RAA.

#### 11.3.2 FUNDOPESCA

Atribuição de subsídios aos pescadores quando as condições climáticas impeçam o normal exercício da actividade.

### **11.4 Transformação, Comercialização e Cooperação Externa**

#### 11.4.1 Cooperação Externa

Apoio à deslocação de atuneiros registados na frota de pesca da RAA para outras zonas de pesca com vista à captura de atum para abastecimento da indústria regional.

#### 11.4.2 Mercados e Comercialização

Concessão de apoios às Associações de Pescadores existentes em todas as ilhas pelo serviço que prestam aos seus associados. Apoio à comercialização de pescado.

#### 11.4.3 Transformação

Apoio financeiro ao investimento no sector conserveiro. Apoio ao sector de frio, transformação e filetagem.

#### 11.4.4 Apoio ao Desenvolvimento de Pescarias de Profundidade

Apoiar a diversificação da actividade das embarcações registadas na RAA para a captura de espécies de grande profundidade, nomeadamente peixe-espada preto, melga e escamuda, com vista a introduzir no mercado novos tipos de produtos da pesca.

### **11.5 Recursos Humanos**

#### 11.5.1 Divulgação

Ações de publicidade e de divulgação de eventos relacionados com o sector das pescas.

#### 11.5.2 Formação Profissional

Realização de acções de formação profissional destinadas a pescadores de todas as ilhas do arquipélago. Pagamento de prémios de seguros (marítimo/casco, acidentes de trabalho e pessoais e despesas de operação, manutenção e reparação da embarcação FORMAR.

#### 11.5.3 Estruturas e Equipamentos

Investimentos em estruturas e equipamentos de apoio administrativo ao sector das pescas.

## **11.7 Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas**

### 11.7.1 Apoio ao investimento no âmbito dos projectos FEP

Comparticipação regional em projectos de investimento apresentados por entidades públicas e privadas no âmbito do Programa Operacional PROPESCAS. Participação regional no âmbito do contrato programa com a Lotação para iniciar a execução de melhoramentos nos portos de pesca da Maia e Vila do Porto (Santa Maria), Caloura e Nordeste (São Miguel), Vila Nova e São Fernando (Terceira), Castelo Branco (Faial), Manhenga (Pico) e a construção de infra-estruturas de apoio em Rabo de Peixe e Ponta Delgada (São Miguel), Horta (Faial), Madalena (Pico) e Corvo.

• **Aumentar a Produtividade e a Competitividade da  
Economia**

**Programa 12 - Desenvolvimento do Turismo**

O sector do Turismo tem-se assumido como actividade em forte expansão na Região constituindo-se como elemento de diversificação e de geração de riqueza e de postos de trabalho. Destaca-se para o ano de 2008:

- A organização e participação em acções promocionais com o objectivo de consolidar e reforçar os fluxos turísticos dos mercados com ligações directas aos Açores

Participação concertada com a Associação Turismo Açores em feiras de turismo de âmbito geral e temático e outros eventos de promoção para a divulgação da oferta turística dos Açores. Os Açores estarão presentes em acções desta natureza nos mercados nacional e internacional. Esta participação far-se-á em conjugação com o Turismo de Portugal ou de forma individualizada, tendo em conta os objectivos que se pretende atingir.

- A concessão de incentivos financeiros com vista ao desenvolvimento de acções de promoção, animação e qualificação da oferta

Através do DLR nº 18/2005/A de 20 de Julho, serão concedidos apoios financeiros com vista ao desenvolvimentos de acções de promoção, animação e de qualificação da oferta, potenciando desta forma as acções desenvolvidas pelo sector público, procurando dar maior visibilidade ao destino Açores e a enriquecer a oferta turística.

- O estabelecimento de parcerias com vista ao desenvolvimento de planos com interesse para o turismo

Celebração de contratos-programa com associações com vista ao desenvolvimento de planos com interesse para o turismo e que potenciem as acções desenvolvidas pelo sector público.

- A reabilitação e qualificação dos Postos e Delegações de Turismo dotando-os de equipamentos que melhorem e dignifiquem a prestação dos serviços de informação turística em todas as Ilhas

Dotar as instalações de equipamentos apropriados que melhorem e dignifiquem a prestação dos serviços de informação turística em todas as Ilhas. Pretendemos igualmente reabilitar os serviços de recepção e apoio ao turista de forma a dar-lhes uma imagem uniforme e identificadora em todas as ilhas.

- A edição de roteiros turísticos temáticos

A edição dos roteiros temáticos, para além de ser uma tarefa elencada no POTRAA, é igualmente uma acção no âmbito promocional que permite disponibilizar aos visitantes melhor e maior diversidade de informação.

- O estudo e implementação de sinalética relacionada com as diversas rotas temáticas

A sinalética servirá de apoio aos visitantes e permitirá, em cada ilha, uma melhor orientação e identificação dos espaços relacionados com as diferentes temáticas.

- Acções de prospecção com vista à criação de novas ligações aéreas directas

Desenvolvimento de acções promocionais, com vista à captação de novas ligações directas, nomeadamente em França e Itália.

- Estabelecimento de parcerias com outras Regiões congéneres com vista à qualificação da oferta e promoção conjunta

Prevê-se o estabelecimento de parcerias com outras Regiões congéneres europeias para o desenvolvimento de projectos que visem a melhoria da oferta e a sua promoção conjunta.

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Euro
			Outros Fundos
<b>12 Desenvolvimento do Turismo .....</b>	<b>19 655 000</b>	<b>14 655 000</b>	<b>5 000 000</b>
12.1 Promoção Turística .....	15 375 000	10 375 000	5 000 000
12.2 Oferta e Animação Turística .....	500 000	500 000	
12.3 Investimentos Estratégicos .....	3 700 000	3 700 000	
12.4 Informação e Formação .....	30 000	30 000	
12.5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento do Turismo .....	50 000	50 000	

## 12.1 Promoção Turística

### 12.1.1 Estudos

Estudos de mercado e outros relacionados com o sector turístico.

### 12.1.2 Sistemas de Informação Turística

Reabilitação dos Postos e Delegações de Turismo em todas as Ilhas, dotando as instalações de equipamentos apropriados para o acolhimento e prestação de serviços de informação a todos os utentes dos serviços oficiais do turismo.

### 12.1.3 Participação em Feiras

Participação concertada com a Associação Turismo em Açores em feiras de turismo de âmbito geral e temático e outros eventos de promoção para divulgação da oferta turística dos Açores. Os Açores estarão presentes em acções desta natureza nos mercados nacional e internacional. Esta participação far-se-á em conjugação com o Turismo de Portugal ou de forma individualizada, tendo em conta os objectivos que se pretende atingir.

### 12.1.4 Viagens Educativas

Organização concertada com a Associação Turismo Açores e outros agentes do sector, de viagens de familiarização/conhecimento com operadores e outros agentes turísticos, imprensa escrita, equipas de televisão, opinion-leaders, com o objectivo de conhecerem e divulgarem as potencialidades turísticas do Arquipélago.

### 12.1.5 Materiais de Promoção

Produção e aquisição de material de promoção turística, nomeadamente folhetos genéricos em diferentes idiomas, livros promocionais, DVD, cartazes que se destinam a ser distribuídos em acções de promoção dos Açores realizadas nos mercados externos. Edição de materiais de informação turística nomeadamente mapas, folhetos temáticos, guias por ilha que se destinam a ser distribuídos aos visitantes na Região e também para distribuição em eventos de divulgação turística.

### 12.1.6 Campanhas Publicitárias

Concessão de apoios às entidades desportivas que participam em provas nacionais. Celebração de contratos-programa com Associações sem fins lucrativos com vista ao desenvolvimento de planos de investimento com interesse para o desenvolvimento turístico dos Açores. Divulgação dos Açores na comunicação social através da inserção de publicidade em meios internacionais, nacionais e regionais, assim como noutros suportes com especial interesse para a promoção turística da Região.

## 12.2 Oferta e Animação Turística

### 12.2.1 Estruturas Físicas de Apoio

Estudo, produção e colocação de sinalética das várias Rotas Temáticas elencadas no Plano de Ordenamento Turístico. Limpeza e manutenção dos percursos pedestres existentes e levantamento de novos. Acompanhamento técnico dos diferentes trabalhos, assim como sinalização dos mesmos. Edição de materiais de



promoção e informação dos trilhos. Celebração de Acordos de Colaboração com Juntas de Freguesia com vista ao desenvolvimento de acções de qualificação da oferta turística.

#### 12.2.2 Animação Turística

Acções desenvolvidas no âmbito das comemorações do Dia Mundial do Turismo. Apoio a acções de animação cultural, recreativa e desportiva com interesse para o desenvolvimento do turismo.

### 12.3 Investimentos Estratégicos

#### 12.3.2 Centro Cultural e de Congressos

Apoio ao desenvolvimento do mercado de congressos nos Açores.

#### 12.3.3 Desenvolvimento dos Recursos Termais

Acções de apoio ao desenvolvimento dos recursos termais com interesse para a exploração turística.

#### 12.3.4 Remodelação e Ampliação da Marginal e Parque Turístico e Ambiental do Paul – Praia da Vitória

Contrato ARAAL de Colaboração celebrado com a Câmara Municipal da Praia da Vitória, relativamente a um conjunto de intervenções tendentes à Requalificação da Avenida Marginal e do Parque Ambiental do Paul, concelho da Praia da Vitória.

### 12.4 Informação e Formação

#### 12.4.1 Concertação da Política de Turismo

Reuniões de coordenação e divulgação das linhas orientadoras da Política da Turismo junto dos intervenientes do sector, agentes públicos e privados por forma a conseguirmos desenvolver as acções com maior eficácia. Participação de técnicos em acções de formação.

### 12.5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Desenvolvimento do Turismo

#### 12.5.1 Animação Turística

Protocolo para desenvolvimento de acções de animação turística no espaço multiusos do Cine-Teatro Miramar, em Rabo de Peixe.

• **Aumentar a Produtividade e a Competitividade da  
Economia**

**Programa 13 - Desenvolvimento Industrial**

Neste programa irão ser implementadas acções visando:

- Executar tarefas de licenciamento e fiscalização no âmbito da indústria transformadora e extractiva com vista à segurança de pessoas e bens;
- Proceder à actualização do quadro legislativo da indústria transformadora, à luz das novas exigências de segurança e ambiente, e de acordo com as medidas preconizadas no Simplex;
- Continuar com o desenvolvimento, a nível regional, do Programa de Promoção da Qualidade e Segurança Alimentar - SEPROQUAL;
- Continuar com o desenvolvimento do Programa Qualimaçores, em parceria com as Câmaras do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta;
- Desenvolver acções de sensibilização/formação na indústria transformadora e extractiva, no que concerne à gestão de resíduos e águas residuais;
- Continuar com o desenvolvimento do processo de avaliação, caracterização e qualificação das águas minerais e termais;
- Promover acções de boas práticas na exploração de recursos minerais não metálicos com o fim de maximizar os recursos, a segurança e a recuperação paisagística;
- Promover acções de boas práticas na indústria transformadora, com vista à melhoria da sua competitividade;
- Desenvolver acções no âmbito do Plano Estratégico de Resíduos Industriais e Especiais dos Açores;
- Executar análises técnicas, fiscalizações e acompanhamento dos projectos de investimentos integrados no sistema de incentivos ao Desenvolvimento da Qualidade e Inovação e Desenvolvimento Local;

- Dar início ao processo de criação da Rede Regional de Metrologia Legal, com colaboração do Instituto Português da Qualidade;
- Promover, com a colaboração do Instituto Português da Qualidade, acções de formação qualificadas na área de fiscalização dos operadores com equipamentos metrológicos;
- Elaborar um plano sectorial da indústria extractiva para os Açores;
- Desenvolver acções no âmbito do Plano Estratégico para a Qualidade nos Açores;
- Desenvolver acções no âmbito do Plano Tecnológico e de Inovação Empresarial - INOTEC – Empresa;
- Realização das principais feiras e mercados regionais de artesanato (S. Miguel, Terceira e Faial), participação da Região nas principais feiras nacionais de artesanato e nas comunidades;
- Abertura do sistema anual de incentivos do Centro Regional de Apoio ao Artesanato que permite apoiar a actividade profissional dos artesãos e o desenvolvimento económico das suas empresas ao nível da comercialização, da promoção, da formação e do investimento em estruturas e equipamento de produção;
- Realização das principais feiras e mercados regionais de artesanato (S. Miguel, Terceira e Faial), participação da Região nas principais feiras nacionais de artesanato e nas comunidades;
- Divulgação das artes e ofícios tradicionais dos Açores, através da edição de publicações e da realização de campanhas promocionais;
- Certificação de produtos artesanais;
- Realização de acções de formação em artesanato;
- Implementação do ninho de empresas artesanais em Rabo de Peixe, numa parceria com o Projecto "Velhos Guetos, Novas Centralidades".

Euro

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
<b>13 Desenvolvimento Industrial .....</b>	<b>1 175 000</b>	<b>1 175 000</b>	
13.1 Inovação Tecnológica e Gestão de Recursos .....	650 000	650 000	
13.2 Apoio à Actividade Empresarial .....	200 000	200 000	
13.3 Artesanato .....	300 000	300 000	
13.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe			
- Desenvolvimento Industrial .....	25 000	25 000	

### **13.1 Inovação Tecnológica e Gestão de Recursos**

#### 13.1.1 Dinamização do Sistema Tecnológico

Apoio à investigação e desenvolvimento tecnológico. Transferência de tecnologias às empresas e controlo metrológico.

#### 13.1.2 Promoção da Qualidade e Inovação

Implementação de acções decorrentes dos relatórios dos Planos Estratégicos para a qualidade e inovação. Apoio à implementação de sistemas de qualidade. Promoção de boas práticas no sector industrial. Apoio ao desenvolvimento de planos de formação para o tecido empresarial. Realização de acções no âmbito do mês da Qualidade. Dinamização do Conselho Regional da Qualidade.

#### 13.1.3 Valorização das Águas Minerais e Termais

Avaliação, caracterização e qualificação de recursos. Protecção de recursos, definição de perímetros de protecção. Avaliação das captações existentes.

#### 13.1.4 Valorização dos Recursos Minerais não Metálicos

Avaliação, caracterização e localização de recursos. Ensaios geotécnicos. Promoção de boas práticas de exploração. Recuperação ambiental e paisagística. Elaboração do Plano Sectorial da Indústria Extractiva no âmbito da Resolução nº 95/2005, de 27 de Julho.

#### 13.1.5 Estudos e Projectos

Promoção de boas práticas de gestão de resíduos industriais e águas residuais. Monitorização das Estações de Tratamento de Águas Residuais Industriais. Apoio a projectos de investigação e desenvolvimento.

### **13.2 Apoio à Actividade Empresarial**

#### 13.2.1 Centros de Apoio à Actividade Empresarial

Promoção de parcerias com Associações Empresariais da Região Autónoma dos Açores. Fomento ao desenvolvimento de estruturas que possibilitem o alargamento da base económica de exportação.

#### 13.2.2 Mobilização da Iniciativa Empresarial

Incrementar a produtividade e a competitividade do sector empresarial.

### **13.3 Artesanato**

#### 13.3.1 Realização de Feiras e Concursos

Feiras de artesanato regionais, nacionais e nas Comunidades.

#### 13.3.2 Apoio à Criação e Desenvolvimento de Micro Empresas Regionais

Parcerias técnico-financeiras com entidades responsáveis pela dinamização de unidades produtivas artesanais.

13.3.3 Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais

Formação profissional em artesanato.

13.3.4 Divulgação e Promoção das Artes e Ofícios

Campanhas promocionais que incluem a edição e reedição de publicações de carácter científico, técnico e promocional.

13.3.5 Certificação e Protecção dos Produtos e Serviços Artesanais

Acompanhamento técnico dos produtos já certificados e certificação de novas produções artesanais. Edição de publicações para a promoção de produtos certificados.

**13.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Desenvolvimento Industrial**

13.4.1 Criação e Desenvolvimento de Micro-Empresas em Rabo de Peixe

Instalação e modernização do ninho de empresas artesanais em Rabo de Peixe, em parceria com o projecto "Velhos Guetos, Novas Centralidades".

• **Aumentar a Produtividade e a Competitividade da  
Economia**

**Programa 14 - Desenvolvimento do Comércio e Exportação**

Este programa para 2008 visa:

- Promover e realizar acções de informação / formação dos agentes económicos na área de atendimento ao público e relacionamento com o cliente;
- Reformular a legislação regulamentadora da inscrição dos estabelecimentos comerciais e adaptação da respectiva aplicação informática, na perspectiva de simplificação de procedimentos preconizados no PROSIMA;
- Estabelecer a ligação com a aplicação informática da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais Sobre o Consumo, que gere o licenciamento do comércio de produtos agrícolas;
- Colaborar com as associações empresariais no desenvolvimento de campanhas de dinamização do comércio tradicional;
- Apoiar a elaboração de um plano de resíduos de embalagens reutilizáveis;
- Apoiar o funcionamento da Associação de Consumidores da Região Açores;
- Executar o sistema de incentivos financeiros à promoção e ao escoamento de produtos açorianos no exterior;
- Continuar a apoiar o Centro de Distribuição de Produtos Açoriano no Continente;
- Apoiar a criação de uma loja de produtos tipicamente açorianos no Continente;
- Celebrar parcerias público-privadas para a participação das empresas açorianas em feiras e exposições de carácter internacional;

- Apoiar a realização e participação da Região no SISAB 2008 – Salão Internacional do Vinho, Pescado e do Agro-Alimentar;
- Realizar acções promocionais dos produtos açorianos;
- Apoiar o desenvolvimento de acções de dinamização comercial em Rabo de Peixe.

			Euro
Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
<b>14 Desenvolvimento do Comércio e Exportação .....</b>	<b>1 720 000</b>	<b>1 720 000</b>	
14.1 Dinamização do Comércio .....	225 000	225 000	
14.2 Promoção Externa de Produtos Regionais .....	1 445 000	1 445 000	
14.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe			
- Desenvolvimento do Comércio .....	50 000	50 000	

## **14.1 Dinamização do Comércio**

### **14.1.1 Apoio à Actividade Empresarial**

Apoiar a elaboração de um Plano de Resíduos de Embalagens reutilizáveis. Operacionalização do Regime Específico de Abastecimento / Poseima. Revisão da legislação a regulamentar a inscrição no Cadastro dos Estabelecimentos Comerciais e adaptação da respectiva aplicação informática. Ligação em rede com a DGAIEC da aplicação informática que gere o licenciamento do comércio de produtos agrícolas.

### **14.1.2 Apoio ao Consumidor**

Apoio à instalação do Tribunal Arbitral. Protocolo de colaboração com a Associação de Consumidores da Região Açores. Realização de acções de formação e sensibilização dos agentes económicos e público em geral.

## **14.2 Promoção Externa de Produtos Regionais**

### **14.2.1 Apoio à Promoção de Produtos Regionais no Exterior**

Execução do sistema de incentivos financeiros ao escoamento e à promoção de produtos açorianos no exterior. Encargos decorrentes do protocolo relativo ao Centro de Distribuição de Produtos Açorianos no Continente. Apoio à criação de uma loja de produtos tipicamente açorianos no Continente.

### **14.2.2 Divulgação das Potencialidades Económicas da Região**

Apoio à participação das empresas açorianas em feiras e actividades económicas e outros certames e eventos no exterior. Participação no SISAB 2008 - Salão Internacional do Vinho, Pescado e do Agro-Alimentar. Realização de acções promocionais dos produtos açorianos.

## **14.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Desenvolvimento do Comércio**

### **14.3.1 Desenvolvimento do Comércio**

Acções de dinamização comercial.



• **Aumentar a Produtividade e a Competitividade da  
Economia**

### **Programa 15 - Promoção do Investimento e da Coesão**

Este programa compreende um conjunto de apoios financeiros ao investimento privado, fora do contexto primário da produção económica, materializados em sistemas de incentivos devidamente enquadrados em legislação regional. No âmbito da nova política de incentivos é intensificada a discriminação positiva para o apoio ao investimento privado nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo, favorecendo desta forma a coesão económica e social em todo o espaço regional.

Pretende-se efectuar parcerias público-privadas em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento assim como criar condições especiais para a atracção do investimento externo, estimulando-se a realização de projectos estruturantes e de elevada qualidade.

Será prestada uma particular atenção ao fomento do empreendedorismo, através da concessão de apoios no âmbito “Empreende Jovem – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo”. Por outro lado serão atribuídos apoios no âmbito do Proenergia – Sistema de Incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis, bem como, concedidos apoios decorrentes da execução do regime de Apoio ao Microcrédito Bancário.

Serão ainda concedidos apoios à elaboração de estudos conducentes à adopção de novas estratégias de desenvolvimento e de análise do impacto das diversas políticas na estrutura da economia regional e prestada uma particular atenção à divulgação para os potenciais investidores dos diversos instrumentos de apoio ao investimento, designadamente através do lançamento de uma reedição actualizada do Guia do Investidor e da rede de Gabinetes do Empreendedor recentemente criada nas diversas ilhas.

Euro			
Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
<b>15 Promoção do Investimento e da Coesão .....</b>	<b>49 665 000</b>	<b>38 665 000</b>	<b>11 000 000</b>
15.1 Sistemas de Incentivos e Apoio à Coesão .....	49 665 000	38 665 000	11 000 000

## 15.1 Sistemas de Incentivos e Apoio à Coesão

### 15.1.1 Sistemas de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores - SIDER

Pagamento dos incentivos concedidos no âmbito dos diversos subsistemas do SIDER, vigentes ao longo do III QCA, designadamente SIDEL-Subsistema para o Desenvolvimento Local, SIDET-Subsistema para o Desenvolvimento do Turismo e SIDEPE-Subsistema de Prémios, e dos incentivos concedidos através do Proenergia, criado pelo D.L.R. nº 26/2006/A, de 31 de Julho.

Por outro lado, prevê-se que sejam também suportados através desta dotação orçamental encargos resultantes da implementação e execução dos novos sistemas de incentivos ao investimento inseridos no SIDER, criado pelo D.L.R. nº 19/2007/A, de 23 de Julho.

### 15.1.2 Informações ao Investidor

Promoção da divulgação dos sistemas de incentivos para o QRESA 2007-2013 e de toda a informação relevante para os potenciais investidores, designadamente promover uma reedição actualizada do Guia do Investidor e dar continuidade à edição da Revista "Empreender".

### 15.1.3 Apoios à Coesão e Parcerias Público-Privadas

Apoio à iniciativa privada nas ilhas onde o investimento privado enfrenta maiores dificuldades, tendo em vista reforçar a coesão económica.

Promoção da execução de parcerias público-privadas em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento económico da Região.

### 15.1.4 Estudos e Projectos

Elaboração de estudos para análise do impacto das diversas políticas na estrutura da economia regional e de estudos conducentes à adopção de novas estratégias de desenvolvimento.

### 15.1.5 Instalações e equipamentos da Secretaria Regional da Economia

Beneficiação das instalações da Secretaria Regional da Economia e aquisição de diverso equipamento de apoio ao atendimento ao público e às empresas.

### 15.1.6 Apoio ao Empreendedorismo

Pagamento dos incentivos atribuídos no âmbito do Empreende Jovem - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo, criado pelo D. L. R. nº 27/2006/A, de 31 de Julho, e dos encargos com a realização do Concurso Regional de Empreendedorismo, regulamentado pela Resolução nº 42/2007, de 10 de Maio, inclui também os encargos com a realização do Salão do Empreendedorismo, bem como a elaboração do Manual do Empreendedor.

### 15.1.7 Instrumento Financeiro de Apoio ao Micro-Crédito

Pagamento dos encargos resultantes da execução do Regime de Apoio ao Micro-crédito Bancário, criado pelo Decreto Legislativo Regional nº 25/2006/A, de 31 de Julho.

- **Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades**

## **Programa 16 - Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde**

Neste Programa preconiza-se para 2008:

- Apoio técnico financeiro para elaboração de projectos e construção de casas mortuárias;
- Construção do novo hospital da ilha Terceira;
- Construção dos Novos Centros de Saúde da Madalena e Graciosa e aquisição dos terrenos para o Novo Centro de Saúde de Ponta Delgada;
- Realização de obras de remodelação e ampliação do SAP, do Centro de Saúde de Vila Franca do Campo;
- Ampliação do Centro de Saúde da Calheta;
- Melhoramento das actuais instalações das extensões e postos de saúde do Serviço Regional de Saúde;
- Aquisição de aparelhos de Imagiologia (Raio X, TACs e Mamógrafo Móvel);
- Projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos promovendo a diversificação e disponibilização de cuidados saúde domiciliários e a articulação com a rede de cuidados continuados integrados;
- Promoção de programas, campanhas e estudos. Apoio a entidades que desenvolvam actividades no domínio da prevenção e entidades que promovam a recuperação e reinserção. Apoio a entidades no âmbito do tratamento dos comportamentos de risco;

- Dinamizar e apoiar um programa de melhoria do acesso no âmbito do Serviço Regional de Saúde de modo a adequar-se às necessidades da população;
- Aquisição de equipamento e material específico para a Emergência Médica e para as equipas de evacuação aérea. Projectos INTUCMED e PLESCAMAC, no âmbito do INTERREG III B.

Euro

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
<b>16 Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde .....</b>	<b>20 606 358</b>	<b>13 545 434</b>	<b>7 060 924</b>
16.1 Construção de Novas Infra-Estruturas .....	5 000 000	3 600 000	1 400 000
16.2 Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde .....	3 100 000	1 570 000	1 530 000
16.3 Apetrechamento e Modernização .....	4 025 434	1 725 434	2 300 000
16.4 Formação e Iniciativas em Saúde .....	6 950 000	6 050 000	900 000
16.5 Tecnologias de Informação na Saúde .....	1 530 924	600 000	930 924

## **16.1 Construção de Novas Infra-Estruturas**

### 16.1.1 Unidades de Saúde

Apoio técnico-financeiro para elaboração de projectos e construção de casas mortuárias.

### 16.1.2 Centros de Saúde de Sta. Cruz da Graciosa, Madalena e Ponta Delgada

Início da construção do Novo Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa, Madalena do Pico e aquisição dos terrenos para construção do novo Centro de Saúde de Ponta Delgada.

### 16.1.4 Hospital da Ilha Terceira

Aquisição de terrenos e consultoria no âmbito do projecto da construção do Novo Hospital da Ilha Terceira.

## **16.2 Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde**

### 16.2.4 Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde

Apoio geral das obras de remodelação e ampliação necessárias á constante adequação e evolução das instalações da rede de Saúde da Região Autónoma dos Açores.

### 16.2.5 Beneficiação de Unidades de Saúde

Requalificação dos edifícios do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores.

### 16.2.6 Beneficiação e Conservação de Edifícios

Requalificação de Edifícios de Serviços.

## **16.3 Apetrechamento e Modernização**

### 16.3.1 Equipamentos para Unidades de Saúde

Aquisição, substituição e reparação dos equipamentos médico-cirúrgicos, de imagiologia, de laboratório, de esterilização, mobiliário hospitalar e equipamento administrativo das unidades de Saúde da Região Autónoma dos Açores.

### 16.3.2 Viaturas do Serviço Regional de Saúde

Aquisição de viaturas para reposição ou ampliação do parque ao serviço da rede de Saúde da Região Autónoma dos Açores.

### 16.3.3 Emergência Médica

Aquisição de equipamento e material específico para a Emergência Médica e para as equipas de evacuação aérea. Projectos INUTECMED e PLESCAMAC, no âmbito do INTERREG III B.

## **16.4 Formação e Iniciativas em Saúde**

### **16.4.1 Actualização de Profissionais de Saúde**

Apoio a bolsiros, comparticipação financeira na realização de encontros e jornadas de Saúde e outras formas de actualização profissional.

### **16.4.4 Plano Regional de Saúde**

Operacionalização do Plano Regional de Saúde - Acções de desenvolvimento e apoio aos Programas Regionais, nomeadamente, Programa Regional de Saúde Oral, Programa Regional de Nutrição e Diabetes, Programa Regional de Doenças Oncológicas, Programa Regional de Doenças Cerebro Cardio Vasculares, ao Projecto de Estudo da Leptoespirose, ao Programa de Saúde mental, Programa de Cuidados Continuados e Paliativos a Idosos, Carta de Saúde e Contratualização.

### **16.4.5 Prevenção e Tratamento de Comportamentos de Risco**

Apoio e promoção da prevenção dos comportamentos de risco. Promoção de programas, campanhas e estudos. Apoio a entidades que desenvolvam actividades no domínio da prevenção e entidades que promovam a recuperação e reinserção. Apoio a entidades no âmbito do tratamento dos comportamentos de risco.

### **16.4.6 Projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos**

Projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos promovendo a diversificação e disponibilização de cuidados saúde domiciliários e a articulação com a rede de cuidados continuados integrados.

### **16.4.7 Projecto de implementação e operacionalização da melhoria de acessibilidade ao SRS**

Dinamizar programas de melhorias no acesso ao Serviço Regional de Saúde de modo a adequar-se às necessidades da população.

## **16.5 Tecnologias de Informação na Saúde**

### **16.5.1 Sistemas de Informação da Saúde**

Desenvolvimento, instalação e apetrechamento de um Sistema de Informação e Comunicação que possibilite a realização de consultas, diagnósticos e tratamentos à distância, a melhor coordenação da resposta nas grandes emergências e a gestão integrada do serviço regional de saúde, como seja a continuidade da implantação da telemedicina.

- **Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades**

### **Programa 17 - Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social**

Este programa compreende três grandes vectores de intervenção: o apoio a idosos, o apoio à infância e juventude e o apoio à deficiência.

As acções propostas enquadram-se numa política de reforço das funções e papel da família na comunidade, na integração social de grupos desfavorecidos e mais fragilizados da sociedade e na melhoria da qualidade do atendimento, do acompanhamento e da acessibilidade às pessoas com necessidades especiais. Pretende-se dar continuidade ao apoio financeiro à iniciativa privada social nas áreas da infância, juventude e idosos, nos termos da legislação existente, promovendo o alargamento da rede integrada de apoio aos idosos que inclui investimentos em lares, centros de convívio, de dia e de noite, continuar a construção e remodelação de creches e jardins de infância e centros de actividades de tempos livres (ATL), no apoio à infância e juventude, e centros de actividades ocupacionais, entre outras para apoio às pessoas com deficiência. Preconiza-se assim:

- Concluir da obra de reconstrução do Recolhimento de São Gonçalo;
- Iniciar a construção do Serviço de Apoio ao Domicílio (cozinha e lavandaria) da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo;
- Concluir a obra de ampliação do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia da Povoação;
- Iniciar a construção do Lar de Idosos das Lajes do Pico - Santa Casa da Misericórdia das Lajes;
- Iniciar a construção do Lar de Idosos das Lajes das Flores - Santa Casa da Misericórdia das Lajes;
- Iniciar a construção da Creche e ATL nos Arrifes;

- Concluir a construção da Creche da Atalhada na Lagoa;
- Concluir a construção do edifício para o Centro de Convívio de Idosos, ATL e creche do Pico da Pedra;
- Concluir a obra de construção do edifício destinado a Centro de Acolhimento e ATL da Povoação – Obra Social Madre Maria Clara;
- Iniciar as obras de construção do edifício para creche da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa;
- Iniciar a construção do edifício para Serviço de Apoio ao Domicílio e Creche nos Flamengos – Centro Comunitário dos Flamengos;
- Concluir a construção do Centro de Acolhimento da Candelária (Pico) – Obra Madre Maria Clara;
- Iniciar a remodelação e ampliação da creche e Jardim de Infância da Terra-Chã – Casa do Povo da Terra-Chã;
- Iniciar a construção do edifício para o Centro de Actividades Ocupacionais de Vila Franca do Campo – Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca;
- Concluir a construção do Centro de Actividades Ocupacionais de Vila do Porto;
- Concluir a remodelação do Centro de Actividades Ocupacionais da Maia – Santa Casa da Misericórdia da Maia;
- Concluir a construção do Centro de Actividades Ocupacionais de Angra do Heroísmo – Associação Cristã da Mocidades;
- Iniciar a construção do Centro de Actividades Ocupacionais da Ribeira Grande – Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande.

Euro

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
<b>17 Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social .....</b>	<b>17 531 037</b>	<b>11 701 000</b>	<b>5 830 037</b>
17.1 Equipamentos de Apoio a Idosos .....	3 925 000	3 925 000	
17.2 Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude .....	3 261 000	3 261 000	
17.3 Investimentos em Serviços de Segurança Social e Promoção da Igualdade de Oportunidades .....	5 890 037	60 000	5 830 037
17.5 Equipamentos de Apoio à Deficiência .....	4 555 000	4 555 000	



## **17.1 Equipamentos de Apoio a Idosos**

### **17.1.3 Construção de Lar de Idosos na Lagoa - Sta. Casa da Misericórdia de Santo António da Lagoa**

Conclusão da obra de construção do lar de idosos da Lagoa e aquisição do respectivo equipamento.

### **17.1.6 Criação, Melhoramentos e Apetrechamento de Equipamentos Sociais de Apoio aos Idosos**

Apoio financeiro a instituições para acções de investimento em estruturas e equipamentos de apoio a idosos.

### **17.1.7 Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa**

Como complemento aos incentivos ao investimento em equipamentos sociais, serão concedidos subsídios de forma a cobrir parte dos custos operacionais desses equipamentos. Esta medida visa corrigir as assimetrias existentes ao nível da distribuição de respostas sociais pelos concelhos da Região Autónoma dos Açores, através da criação de condições favoráveis ao desenvolvimento da iniciativa privada lucrativa nos concelhos açorianos mais carenciados.

### **17.1.9 Remodelação e ampliação do lar de idosos da Povoação**

Lançamento do concurso e início da obra de remodelação e ampliação do lar de idosos da Povoação.

### **17.1.10 Reconstrução do claustro Sul do antigo Convento de São Gonçalo - Recolhimento de São Gonçalo**

Continuação da obra de reconstrução do claustro sul do edifício do antigo convento de São Gonçalo.

### **17.1.18 Adaptação de edifício para centro de dia e de noite de apoio a idosos na Bretanha**

Obra de remodelação e adaptação de edifício da Paróquia, criando condições para funcionamento de um Centro de Dia e alojamento de idosos, assim como aquisição de algum equipamento.

### **17.1.20 Construção de edifício para o Serviço de Apoio Domiciliário de São Pedro - Lagoa**

Conclusão do projecto, lançamento do concurso e início da obra de construção de edifício para o Serviço de Apoio Domiciliário da freguesia de S. Pedro - Lagoa.

### **17.1.21 Construção de cozinha e lavandaria, serviços de apoio domiciliário, Sta. Casa da Misericórdia de Vila Franca**

Construção de Edifício para instalação do serviço de apoio domiciliário (cozinha e lavandaria) e apoio às várias valências da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca.

### **17.1.22 Remodelação do edifício do lar de idosos da Maia, 3ª fase, Sta. Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia**

Execução da 3ª fase da obra de remodelação e ampliação do lar de idosos da Maia.

17.1.23 Construção de lar de Idosos e Centro de Dia em Rabo de Peixe

Elaboração do projecto e início do processo de concurso público para a obra de construção de lar de idosos e centro de dia.

17.1.25 Ampliação do lar de idosos da Praia da Vitória

Início da obra de recuperação e ampliação de edifício do Lar D. Pedro V, na Praia da Vitória, para ampliação da capacidade do lar de idosos e melhoramento dos serviços de lavandaria.

17.1.26 Construção de lar de idosos na Calheta – S. Jorge

Conclusão do projecto e início do concurso para construção de lar de idosos na Calheta, S. Jorge.

17.1.27 Remodelação e ampliação de edifício para lar de idosos nas Lajes do Pico

Obra de remodelação e ampliação de edifício para Lar de Idosos, Santa Casa da Misericórdia de Lajes do Pico.

17.1.28 Construção de edifício para lar de idosos nas Lajes das Flores

Obra de construção de edifício para lar de idosos nas Lajes das Flores.

17.1.29 Projecto de implementação da rede de cuidados continuados dos Açores

Serão concedidos apoios financeiros a IPSS e equiparadas, para implementação de uma rede de cuidados continuados nos Açores, visando a criação e/ou melhoramento deste tipo de equipamentos sociais, tendo como objectivo a manutenção da dignidade e qualidade de vida das pessoas maioritariamente mais idosas, fomentando, também, o seu tratamento, recuperação e reabilitação.

## 17.2 Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude

17.2.2 Construção de Edifício para Creche em Ponta Delgada - Associação de S. João de Deus

Conclusão do projecto, concurso público e início da obra de construção de edifício para a criação de duas creches em Ponta Delgada, da Associação de São João de Deus.

17.2.10 Remodelação do edifício da creche e jardim da Casa do Povo da Terra-Chã

Conclusão do projecto, concurso público e início da obra de remodelação e ampliação do edifício para creche da Casa do Povo da Terra-Chã, melhorando as condições de funcionamento do mesmo e adaptando-o às condições de segurança exigidas.

17.2.11 Remodelação de edifício para instalação de cozinha de apoio às várias valências do Instituto de S. Catarina

Elaboração de projecto para recuperação e remodelação de edifício para centro de acolhimento e para instalação da cozinha do serviço de apoio domiciliário e de apoio às várias valências do Instituto de Santa Catarina.

- 17.2.13 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude  
Apoios financeiros à criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude.
- 17.2.14 Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa  
Como complemento aos incentivos ao investimento em equipamentos sociais, serão concedidos subsídios de forma a cobrir parte dos custos operacionais desses equipamentos. Esta medida visa corrigir as assimetrias existentes ao nível da distribuição de respostas sociais pelos concelhos da Região Autónoma dos Açores, através da criação de condições favoráveis ao desenvolvimento da iniciativa privada lucrativa nos concelhos açorianos mais carenciados.
- 17.2.16 Construção de edifício para creche, atelier de tempos livres e convívio de idoso no Pico da Pedra, Casa do Povo de Pico da Pedra  
Continuação da obra de construção de uma creche, ATL e convívio de idosos, em ampliação ao edifício da Casa do Povo existente.
- 17.2.19 Remodelação de edifício para criação de um centro de acolhimento de jovens na Candelária do Pico  
Conclusão da obra de remodelação de edifício existente, para criação de um centro de acolhimento de jovens na Candelária do Pico, Obra Social Madre Maria Clara.
- 17.2.20 Construção de edifício para criação de creche, ATL e convívio de idosos nos Arrifes  
Conclusão do Projecto, concurso e início da obra de construção de edifício para a criação de creche, ATL e centro de convívio para idosos na freguesia dos Arrifes.
- 17.2.21 Construção de edifício para criação de creche, ATL e serviço de apoio domiciliário nas Capelas  
Conclusão do Projecto e concurso público da obra de construção de edifício para a criação de creche, ATL e serviço de apoio domiciliário na freguesia de Capelas.
- 17.2.37 Remodelação de edifícios para criação de lares para crianças e jovens nas Capelas  
Conclusão do projecto, concurso público e início da obra de remodelação de edifícios para criação de três fraterias para jovens, Casa do Gaiato de São Miguel.
- 17.2.39 Construção de creche na Atalhada, Lagoa  
Continuação da obra de construção de edifício para criação de uma creche no lugar da Atalhada, Lagoa, do Centro Social e Cultural da Atalhada, e respectivo equipamento.
- 17.2.40 Construção de edifício para centro de acolhimento, ATL e residência de Religiosas, na Povoação  
Continuação da obra de construção de edifício para criação de um centro de acolhimento para jovens, atelier de tempos livres e residência de Religiosas, na Vila da Povoação, Obra Social Madre Maria Clara, e respectivo equipamento.
- 17.2.41 Construção de edifício para creche na Praia da Vitória  
Elaboração do projecto, concurso e início da obra de construção de uma creche na cidade da Praia da Vitória, com capacidade para 35 crianças.

- 17.2.42 Centro comunitário em Sta. Rita, Praia da Vitória  
Elaboração de projecto e início da obra de construção de centro comunitário em Sta. Rita, com espaços para apoio a crianças, jovens e idosos.
- 17.2.43 Instalação do serviço de apoio domiciliário da Vila Nova  
Comparticipação na elaboração do projecto para a recuperação de edifício para a instalação de vários serviços e apoios à comunidade, nomeadamente o serviço de apoio domiciliário da Vila Nova.
- 17.2.44 Ampliação do edifício da creche de Santa Cruz da Graciosa  
Conclusão do projecto e início da obra de remodelação e ampliação do edifício da creche da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa.
- 17.2.45 Creche e serviço de apoio domiciliário nos Flamengos, Horta  
Elaboração do projecto para a construção de uma creche, centro de convívio e serviço de apoio domiciliário na freguesia dos Flamengos, Centro Comunitário dos Flamengos.
- 17.2.46 Remodelação e ampliação do edifício da creche e jardim do Centro Social e Paroquial de São Pedro, Ponta Delgada  
Elaboração do projecto de remodelação e ampliação do edifício da creche e jardim-de-infância
- 17.2.47 Construção de edifício para creche na Horta  
Conclusão do projecto para construção de edifício para creche na Horta, Lar das Criancinhas.
- 17.2.48 Projecto de implementação do sistema de acolhimento dos Açores  
Serão concedidos apoios financeiros a IPSS e equiparadas, para implementação de uma rede de acolhimento nos Açores, nomeadamente para criação e/ou melhoramento dos centros de atendimento temporário e lares de jovens.
- 17.3 Investimentos em Serviços de Segurança Social e Promoção da Igualdade de Oportunidades**
- 17.3.1 Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios para serviços de Segurança Social na Região dos Açores  
O investimento a realizar pelo CGFSS no ano de 2008, contempla a execução de obras de construção, remodelação, ampliação e apetrechamento de edifícios de serviços de Segurança Social, assim como a aquisição de equipamento básico, informático e de transporte, para os institutos regionais de Segurança Social - IGRSS, CGFSS e IAS.
- 17.3.2 Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais nos Açores  
Apoio a IPSS e Equiparadas, para apoiar o desenvolvimento e consolidar a rede de equipamentos sociais existente na Região Autónoma dos Açores.

### 17.3.3 Promoção da Igualdade de Oportunidades

Ações de desenvolvimento da promoção da igualdade de oportunidades, promovendo e ou apoiando entidades e programas, visando a igualdade de género e o combate à violência doméstica.

## 17.5 Equipamentos de Apoio à Deficiência

### 17.5.1 Construção de Centro de Actividades Ocupacionais em Vila Franca, Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca

Conclusão do Projecto de execução, concurso público e início da obra de construção de edifício para centro de actividades ocupacionais para deficientes em Vila Franca.

### 17.5.3 Construção de Edifício para Centro de Actividades Ocupacionais - Associação Cristã da Mocidade

Continuação da obra de construção de edifício para centro de actividades ocupacionais para deficientes em Angra do Heroísmo, e conclusão da mesma.

### 17.5.4 Adaptação de edifício para centro de actividades ocupacionais para deficientes em Vila do Porto

Conclusão da obra de remodelação e adaptação de edifício para centro de actividades ocupacionais e respectivo equipamento.

### 17.5.5 Construção de lar residencial para deficientes em Ponta Delgada

Elaboração do projecto de um lar residencial para deficientes em Ponta Delgada, Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores.

### 17.5.6 Reconstrução de edifício para centro de actividades ocupacionais para deficientes na Ribeira Grande

Conclusão do Projecto de execução, concurso público e início da obra de construção de edifício para centro de actividades ocupacionais para deficientes na Ribeira Grande.

### 17.5.7 Remodelação e ampliação de edifício para a instalação de centro de actividades ocupacionais na Maia

Conclusão do projecto e início da obra de ampliação e remodelação do edifício para as instalações do centro de actividades ocupacionais para deficientes, Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia.

### 17.5.8 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência

Apoios financeiros à criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência.

### 17.5.9 Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa

Como complemento aos incentivos ao investimento em equipamentos sociais, serão concedidos subsídios de forma a cobrir parte dos custos operacionais desses equipamentos. Esta medida visa corrigir as assimetrias existentes ao nível da distribuição de respostas sociais pelos concelhos da Região Autónoma dos Açores, através da criação de condições favoráveis ao desenvolvimento da iniciativa privada lucrativa nos concelhos açorianos mais carenciados.

- **Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades**

## Programa 18 - Habitação

O programa do Plano Regional orientado para a intervenção no sector da habitação contempla quatro grandes linhas de orientação: incentivos à aquisição e construção de habitação própria; a recuperação do parque habitacional existente, incluindo operações de reabilitação urbana; promoção de habitação para realojamento de famílias carenciadas; e o apoio à construção, aquisição e recuperação de habitação em Rabo de Peixe.

No plano da concretização, procede-se à concessão de subsídios financeiros no quadro da legislação aplicável, à aquisição e infra-estruturação de solos, bem como, à promoção e construção de habitação através do investimento público. Para a consecução das acções este departamento governamental tem vindo a estabelecer parcerias com outras entidades do governo regional e central, bem como com autarquias e instituições particulares de solidariedade social da Região.

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Euro
			Outros Fundos
<b>18 Habitação .....</b>	<b>26 183 000</b>	<b>26 183 000</b>	
18.1 Incentivos à Construção e Aquisição de Habitação Própria	5 005 623	5 005 623	
18.2 Recuperação do Parque Habitacional .....	2 790 000	2 790 000	
18.3 Promoção de Habitação para Realojamentos .....	6 337 377	6 337 377	
18.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Habitação	4 550 000	4 550 000	
18.5 Sismo .....	7 500 000	7 500 000	

## **18.1 Incentivos à Construção e Aquisição de Habitação Própria**

### **18.1.1 Apoio à Construção, Ampliação e Remodelação de Habitação Própria**

Subsídios a fundo perdido na construção, ampliação e alteração de habitação própria, ao abrigo do regime jurídico dos apoios financeiros à construção, ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente.

### **18.1.2 Apoio à Aquisição de Habitação Própria**

Subsídios a fundo perdido na aquisição de habitação própria, ao abrigo do regime jurídico dos apoios financeiros à construção, ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente.

### **18.1.3 Aquisição de Solos**

Aquisição de solos urbanizáveis para a promoção de habitação própria e a custos controlados pelas vias particular, empresarial e cooperativa ao abrigo do regime jurídico dos apoios à construção de habitação própria e à construção de habitação a custos controlados na RAA.

### **18.1.6 Contrato Programa com a SPRHI-SA**

Transferências decorrentes da cedência de posição contratual pela execução de infra-estruturas de loteamentos já realizados em anos anteriores.

### **18.1.8 Operações de Loteamento e Obras de Urbanização**

Obras de urbanização para a promoção de habitação própria e a custos controlados pelas vias particular, empresarial e cooperativa ao abrigo do regime jurídico dos apoios à construção de habitação própria e à construção de habitação a custos controlados na RAA.

### **18.1.9 Reabilitação de Infra-estruturas Habitacionais**

Reabilitação de infra-estruturas habitacionais em diversos loteamentos da Região que integrarão o domínio Público Municipal.

## **18.2 Recuperação do Parque Habitacional**

### **18.2.1 Apoio à Recuperação do Parque Habitacional Privado**

Apoios a fundo perdido a particulares ao abrigo do regime jurídico da concessão dos apoios financeiros a obras de reabilitação, reparação e beneficiação em habitações degradadas - DLR nº 6/2002/A, de 11 de Março.

### **18.2.3 Apoio à Recuperação do Parque Habitacional Autárquico**

Intervenções a levar a efeito em operações de recuperação e reabilitação de moradias propriedade das Juntas de Freguesia para realojamentos com comparticipação da Região.

### **18.2.4 Recuperação do Parque Habitacional Social da RAA**

Intervenções a levar a efeito em operações de recuperação e reabilitação do parque habitacional da RAA.

#### 18.2.5 Sistema de Informação Geográfica da Habitação

Elaboração do sistema de informação geográfica dos Açores co-financiado no âmbito da iniciativa comunitária INTERREG-III B - Açores, Madeira, Canárias.

#### 18.2.6 Apoio à Recuperação de Imóveis Afectados por Térmitas

Apoio em intervenções a levar a efeito em habitações, ao abrigo do regime jurídico da concessão de apoios financeiros a atribuir no combate à infestação por térmitas.

### 18.3 Promoção de Habitação para Realojamentos

#### 18.3.1 Acordos de Colaboração RAA/INH

Encargos decorrentes da construção/aquisição de habitação para realojamento de famílias residentes em barracas ou situações abarracadas, no âmbito do programa de financiamento para acesso à habitação - PROHABITA - DL nº 135/2004 de 3 de Junho.

#### 18.3.2 Cooperação com Autarquias - Acordos INH/RAA/Municípios

Encargos decorrentes da construção/aquisição de habitação para realojamento de famílias residentes em barracas ou situações abarracadas, ao abrigo dos contratos ARAAL.

#### 18.3.4 Salvaguarda Habitacional das Populações em Situação de Risco

Realojamento de agregados familiares a residir em zonas de risco, como sejam, falésias, orla costeira, leitos de ribeiras, encostas etc.

#### 18.3.5 - Apoio ao Arrendamento Temporário de Famílias Carenciadas

Comparticipação no arrendamento de prédios ou de fracções autónomas de prédios urbanos, destinados à habitação, a serem afectas a famílias carenciadas.

### 18.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Habitação

#### 18.4.1 Construção e Aquisição de Habitação em Rabo de Peixe

Subsídios a fundo perdido na construção, ampliação e alteração de habitação própria, ao abrigo do regime jurídico dos apoios financeiros à construção, ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente.

#### 18.4.2 Recuperação da Habitação e Realojamentos em Rabo de Peixe

Apoios a fundo perdido a particulares ao abrigo do regime jurídico da concessão dos apoios financeiros a obras de reabilitação, reparação e beneficiação em habitações degradadas - DLR nº 6/2002/A, de 11 de Março.

#### 18.4.3 Acordos de Colaboração RAA/INH - PROHABITA

Realojamento de famílias a residir em barracas no âmbito do acordo de colaboração celebrado entre a RAA e o INH, ao abrigo dos Decretos -Lei nº 226/87, de 6 de Junho, nº 197/95, de 29 de Julho, nº 30/97, de 28 de Janeiro, e nº 157/02, de Julho.



18.4.4 Cooperação com Autarquias - Acordos INH/RAA/Municípios

Realojamento de famílias a residir em barracas no âmbito do acordo de colaboração celebrado entre a RAA, o INH e o Município da Ribeira Grande, ao abrigo dos Decretos -Lei nº 226/87, de 6 de Junho, nº 197/95, de 29 de Julho, nº 30/97, de 28 de Janeiro, e nº 157/02, de Julho, e do DLR nº 32/2002/A de 8 de Agosto (regime de cooperação técnica e financeira entre a administração regional e a administração local).

18.4.5 Salvaguarda Habitacional de Famílias em Situação de Risco

Aquisição das habitações a demolir que se localiza junto à falésia / orla costeira, na Avenida D. Paulo José Tavares, em risco iminente de derrocada.

## 18.5 Sismo

18.5.1 Contrato Programa com a SPRHI, SA

Contrato celebrado entre a RAA e a SPRHI, SA, no âmbito do sismo de 1998.

18.5.2 Reconstrução de Habitação - Administrações Directas

Apoio financeiro a conceder aos agregados sinistrados pelo Sismo de 9 de Julho de 1998, nas ilhas do Faial e do Pico ao abrigo do DLR nº 15A/98/A, de 25 de Setembro com as alterações introduzidas pela Portaria 11/2001, de 8 de Fevereiro.

- **Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades**

### Programa 19 - Protecção Civil

Constituem-se como o núcleo principal de acções a desenvolver no âmbito deste programa o apoio financeiro à construção/beneficiação de quartéis de bombeiros, a aquisição de meios e de equipamentos, a execução de acções de sensibilização e informação da população para a temática da Protecção Civil, a elaboração de estudos e de planos especializados, a aquisição de meios para o SRPCA e a promoção de formação profissional no âmbito da protecção civil.

			Euro
Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
<b>19 Protecção Civil</b> .....	<b>8 002 570</b>	<b>8 002 570</b>	
19.1 Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB's .....	975 000	975 000	
19.2 Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB's .....	2 265 000	2 265 000	
19.3 Formação e Informação .....	584 750	584 750	
19.4 Serviço Regional de Protecção Civil .....	4 177 820	4 177 820	

## **19.1 Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB's**

### 19.1.1 Prontos-Socorros-Médios

No processo de substituição de viaturas de combate ao fogo e com a finalidade de continuar a dotar os CB's com viaturas de 1ª intervenção, pretende-se financiar a aquisição de 1 Pronto Socorro Médio Tipo I para a AHBV's de Ribeira Grande e Horta e de 1 Pronto Socorro Ligeiro, Tipo I para a AHBV's do Nordeste.

### 19.1.2 Ambulâncias de Socorro

Financiar a aquisição de 5 Auto Macas de Socorro Medicalizadas para as AHBV's de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Nordeste, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

### 19.1.3 Reparação de Viaturas dos Corpos de Bombeiros

Face ao crescente aumento do número de viaturas atribuídas aos CB's, torna-se necessário continuar a apoiar as AHBV's da RAA com vista a garantir a operacionalidade daqueles.

### 19.1.4 Aquisição de Equipamento, Fardamento e Mobiliário para as AHBV's

Apoiar as AHBV's da RAA na aquisição de equipamento diverso, fardamento e mobiliário par os CB's quer devido ao ingresso de novos elementos nos quadros de pessoal, quer pela necessidade de substituição em função do seu desgaste; aquisição de equipamento diverso e protecção individual; continuação do equipamento das equipas de combate a incêndios de matérias perigosas e hidrocarbonetos.

### 19.1.6 Viaturas de Transporte de Pessoal e Equipamento

Aquisição de 2 viaturas tipo Auto Comando podendo ser transformadas para transporte de pessoal e equipamento.

## **19.2 Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB's**

### 19.2.4 Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV's

Apoiar as AHBV's da RAA na reabilitação dos respectivos quartéis.

### 19.2.5 Centro de Formação de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores

Continuar a instalação de valências para o treino dos CB's, nomeadamente a aquisição de tanques para combustível e água; continuação da construção da casa escola para combate ao fogo; e construção de um cenário para treino de edifícios colapsados.

### 19.2.6 Construção do Novo Quartel da AHBV's de Angra do Heroísmo

Início da construção do Quartel de Angra do Heroísmo.

19.2.7 II Fase do Quartel da Ribeira Grande

Início dos procedimentos da construção da 2ª fase do Quartel da Ribeira Grande.

19.2.12 Construção de um Anexo com Garagem ao Quartel da AHBV's de S. Roque do Pico

Continuação da construção de um anexo com garagem e remodelação do Quartel da AHBV's de S. Roque do Pico.

19.2.14 Construção de um Anexo ao Quartel da AHB's de Ponta Delgada

Construção destinada a albergar viaturas e de um espaço para instalar os serviços da inspecção.

19.2.15 Ampliação do Quartel de AHBV's de Vila Franca do Campo

Continuação da ampliação do Quartel de Vila Franca do Campo.

19.2.16 Remodelação da Secção Destacada da Lomba da Maia

Remodelação da Secção Destacada com instalação de um novo tecto, substituição de toda a rede eléctrica, água e esgotos.

19.2.17 Remodelação do Quartel da AHBV's da Calheta de São Jorge

Remodelação/reparação do Quartel, nomeadamente cobertura, substituição da rede eléctrica e esgotos.

### 19.3 Formação e Informação

19.3.1 – Equipamento de Vigilância Sismo-Vulcânica

Cumprimento do Protocolo com a Universidade dos Açores.

19.3.2 Apoios a Diversas Entidades

Cumprimento dos Protocolos com a Unidade de Socorro da Delegação da Cruz Vermelha em Angra do Heroísmo, com a Junta Regional do Corpo Nacional de Escutas, com a Associação de Rádio Amadores dos Açores.

19.3.3 Estudos de Carácter Científico e Elaboração de Cartas de Risco

Cumprimento do protocolo com a Universidade dos Açores.

19.3.4 Cooperação Técnico-Científica com a Universidade dos Açores

Cumprimento dos protocolos com a Universidade dos Açores, incluindo os Cursos de Planeamento de Emergência e Gestão de Crises, Assessoria Técnica e Científica para Análise dos Riscos e Vulnerabilidades.

19.3.5 Formação Profissional ao Nível da Protecção Civil

Formação dos funcionários do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores.

19.3.6 Informação, Formação e Sensibilização da População

Continuação dos Projectos "Crescer em Segurança" e "Idoso em Segurança"; continuação dos Cursos Básicos de Protecção Civil e Primeiros Socorros destinados às Juntas de Freguesia, docentes, auxiliares de acção educativa, médicos, enfermeiros, auxiliares de acção médica, Forças Armadas e de Segurança.

#### 19.3.7 Formação Profissional de Bombeiros

Garantir a formação contínua do pessoal dos quadros dos CB's, através das recertificações (e novos cursos) de TAS's, TAT's, nadadores salvadores, tripulantes de embarcações de salvamento marítimo, suporte avançado de vida, salvamento e desencarceramento e salvamento em grande ângulo; Cursos de gestão de operações; Cursos de busca e salvamento em estruturas colapsadas; Cursos de formadores de combate a incêndios; cursos de especialidade de mergulho; cursos de formadores para TAT's e salvamento e desencarceramento.

### 19.4 Serviço Regional de Protecção Civil

#### 19.4.1 Meios e Recursos

Aquisição de equipamento diverso e fardamento para o pessoal do SRPCBA, tal como: lanternas, capacetes, máscaras, impermeáveis, botas, blusões, calças, camisas, fardas de trabalho, pás, enxadas.

#### 19.4.2 Radiocomunicações de Emergência do SRPCBA

Equipamentos de radiocomunicações de emergência do SRPCBA.

#### 19.4.3 Meios e Recursos do SRPCBA - Equipamentos para Socorro Imediato

Aquisição de tendas, cobertores, geradores de emergência, sacos de emergência, portáteis de oxigénio, planos duros, imobilizadores de cabeça; aquisição de contentores, receptores de líquidos ácidos e respectivas bases; ferramentas para matérias perigosas; mangueiras para líquidos perigosos; bombas para matérias perigosas; almofadas de estancagem; estação meteo-portátil; tubos colorimétricos e respectivos acessórios e fatos de protecção nível 3.

#### 19.4.4 Transporte Terrestre de Emergência

Cumprimento dos Protocolos com as AHBV's para fazer face ao Transporte Terrestre de Doentes em Emergência.

- **Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes**

## **Programa 21 - Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental**

Este programa estrutura-se em cinco principais projectos de intervenção: Ordenamento do Território, Recursos Hídricos, Valorização da Qualidade Ambiental, Conservação da Natureza e Modernização, Desenvolvimento e Promoção Ambientais.

No âmbito do Ordenamento do Território destacam-se:

- Reforço das medidas tendentes à formulação de um quadro legal e institucional adaptado à legislação nacional e emanada da União Europeia;
- Desenvolvimento de um programa de monitorização de qualidade e quantidade dos recursos hídricos a nível regional;
- Promoção de acções de reabilitação ambiental de cursos de água;
- Desenvolvimento dos Planos Especiais de Ordenamento do Território na RAA, mediante quer a operacionalização das propostas contempladas nos instrumentos já aprovados, quer a elaboração de Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas e de Orla Costeira;
- Finalização do Plano Regional do Ordenamento do Território (PROTA);
- Acompanhamento dos diversos Instrumentos de Gestão Territorial em curso na Região, da responsabilidade de outras entidades;
- Planeamento integrado e prospectivo e execução de obras de defesa costeira na RAA.

No domínio dos Recursos Hídricos são de evidenciar:

- Operacionalização de medidas contempladas no Plano Regional da Água;

- Reabilitação ambiental de massas de água lacustres e protecção da qualidade da água de superfície e subterrânea.

Relativamente à Valorização da Qualidade Ambiental preconiza-se:

- Continuação da melhoria da qualidade ambiental através de, entre outras, remoção do passivo de resíduos;
- Monitorização da qualidade do ar na Região, integrado numa estratégia de certificação e fiscalização dos emissores de poluição nos Açores. Manutenção da Estação de Controlo da Qualidade do Ar. Finalização da introdução nos Açores do chamado Licenciamento Ambiental (consequente à Prevenção e Controlo Integrados da Poluição). Acompanhamento e avaliação de Estudos de Impacto Ambiental;
- Suporte aos sistemas de informação ao cidadão. Manutenção das bases de dados sobre avaliação ambiental e processos de licenciamento;
- Conclusão de projectos de execução para a implementação de tecnossistemas de processamento de resíduos nas Ilhas da Coesão. Início da construção de infra-estruturas para o processamento e valorização de resíduos orgânicos. Implementação das temáticas referidas no Plano Estratégico para os Resíduos dos Açores.

No que concerne à Conservação da Natureza destacam-se:

- Reforço do conhecimento das suas espécies e habitats através de parcerias estratégicas com instituições regionais, nacionais e internacionais para: estudo, inventariação, caracterização, definição de fragilidades e alicerce de oportunidades de utilização sustentável da flora e fauna naturais. Continuação a implementação do Plano Regional de Erradicação e Controlo de Espécies de Flora Invasora em Áreas Sensíveis. Representação da Região em fora internacionais;
- Continuação das acções inerentes ao Plano de Gestão da Paisagem da Vinha da Ilha do Pico, classificada como Património da Humanidade. e outras áreas de elevado interesse ambiental da Região. Finalização do Centro de Interpretação Ambiental do Lagido de Santa Luzia. Continuação da introdução das medidas de gestão inerentes ao Plano Sectorial da Rede Natura 2000. Reforço dos sistemas de apoio ao corpo de vigilantes da natureza. Criação dos Parques Naturais de Ilha e Parque Marinho dos Açores, integrados da Rede Regional de Áreas Protegidas;
- Continuação dos investimentos inerentes ao Regime de Incentivos da Paisagem de Interesse Regional da Vinha do Pico (DRR 11/2004/A, DRR 12/2004/A e DRR 23/2004);

- Finalização dos trabalhos de dinamização do Edifício 2 (Centro de Visitantes) do Jardim Botânico do Faial, adaptação do Edifício 1 e formulação do projecto de execução para a extensão da área de jardim. Conclusão da obra de recuperação do Jardim do Palácio de Sant'Ana. Estímulo à criação de jardins de alto valor patrimonial em diversos locais da região;
- Reforço da rede regional de centros de interpretação ambiental de apoio a visitaç o e à gest o de  reas protegidas (Centro de Interpreta o Ambiental da F brica do Boqueir o, Furna do Enxofre, Finaliza o dos Centros de Interpreta o Ambiental do Aqu rio Virtual, Vulc o dos Capelinhos, Casa da Montanha, Caldeira de Santo Cristo, Gruta do Carv o e Vila do Porto). Apoio a candidaturas internacionais para a elabora o de estruturas de apoio a percursos tem ticos na Regi o;
- Apoios a conceder a institui es com projectos inter-regionais (Interreg) com tem tica ambiental.

No  mbito da Promo o Ambiental visa-se:

- Apoio a iniciativas da sociedade que visem a realiza o de actividades na  rea do ambiente e valoriza o do uso ambiental sustent vel. Dinamiza o de actividades enquadradas por objectivos ambientais. Incentivo de actividades de investiga o para o aumento da efici ncia da comunica o ambiental. Dissemina o de mensagens de elevada import ncia para a conserva o do mundo natural e apelo   utiliza o adequada do meio ambiente;
- Fortalecimento dos sistemas de disponibiliza o de informa o ambiental;
- Promo o, coordena o e apoio   actividade da Rede Regional de Ecotecas dos A ores. Conclus o da constru o da Ecoteca da Terceira e de Vila do Porto;
- Apoio a projectos nas  reas da promo o, sensibiliza o, educa o e promo o ambiental

			Euro
Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
<b>21 Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental.....</b>	<b>22 803 000</b>	<b>22 803 000</b>	
21.1 Ordenamento do Território .....	7 055 000	7 055 000	
21.2 Recursos Hídricos .....	4 700 000	4 700 000	
21.3 Valoriza�o da Qualidade Ambiental .....	2 495 000	2 495 000	
21.4 Conserva�o da Natureza .....	6 683 000	6 683 000	
21.5 Forma�o e Promo�o Ambiental .....	1 810 000	1 810 000	
21.6 Interven�o Específica em Rabo de Peixe - Ambiente	60 000	60 000	



## 21.1 Ordenamento do Território

### 21.1.1 Revisão e elaboração do PROTA

Conclusão dos trabalhos de elaboração do Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores.

### 21.1.2 Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's)

Acompanhamento da elaboração de instrumentos de gestão territorial na RAA.

### 21.1.3 Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC's)

Implementação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Troço Feteiras/ Fenais da Luz/ Lomba de São Pedro (POOC Costa Norte de São Miguel).

### 21.1.4 Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas (POBH's)

Elaboração do POBH Lagoas do Caiado, Capitão, Paúl, Peixinho e Rosada, Pico; Implementação do POBHL Furnas e Sete Cidades; Ctro Prog. 20/7/2007 - Suportar, no âmbito da gestão da área de intervenção do POBHL das Fumas, a aquisição pela SPRAçores imóveis afectos à actividade agro-pecuária, (cerca de 209 hectares), tendo em vista a sua florestação, bem como o pagamento indemnizações devidas, nos termos da lei, a eventuais rendeiros.

### 21.1.5 Protecção Orla Costeira na RAA

Estudo de avaliação do impacte das alterações climáticas sobre a erosão costeira nos Açores. Intervenção integrada de Requalificação da Orla Costeira da Baía de São Lourenço; Protecção Costeira das Termas do Carapacho na Ilha Graciosa; Estabilização de Taludes - Ferraria; Protecção Costeira Praia Ribeira Quente; Protecção Costeira Porto Martins e Porto Judeu; Protecção Fajã de São João - São Jorge

### 21.1.6 Protecção da Orla Costeira de S<sup>a</sup> Cruz - 2<sup>a</sup> Fase

Início dos Trabalhos da Empreitada.

### 21.1.7 Protecção da Orla Costeira das Lajes do Pico - APTO

APTO -Protecção Costeira Lajes Pico.

### 21.1.8 Relatório de Estado do Ordenamento do Território da RAA - 2005 (REOTA-2005)

Elaboração do Relatório do Estado do Ordenamento do Território dos Açores 2005 - (REOTA - 2005).

### 21.1.9 Sistemas de Informação Geográfica

Actualização e aquisição de software informático. Material diverso.

### 21.1.10 INTERREG III B - Cooperação com Madeira e Canárias

Elaboração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira das Ilhas de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo - INTEREG IIIB-MAC (LITOSOST). Elaboração do estudo de avaliação das sinergias e cooperação na gestão do solo na Região da Macaronésia - INTEREG IIIB-MAC (SUEMAC).

21.1.12 Protecção da Orla Costeira - Ribeira Grande

Empreitada de Protecção Costeira em cooperação com a Câmara Municipal da Ribeira Grande.

**21.2 Recursos Hídricos**

21.2.2 Protecção das Origens de Água

Programa de Protecção das Origens de Água - DL 382/99, 22/9 (Pico e São Jorge);  
Programa de Protecção das Origens de Água - DL 382/99, 22/9 (Corvo e Flores)

21.2.3 Qualidade da Água das Lagoas das Furnas e Sete Cidades

Estudo da toxicidade das cianobactérias das Lagoas das Sete Cidades e das Furnas.

21.2.4 Apoio Implementação das Zonas Vulneráveis

Estudo de Implementação da Administração da Região Hidrográfica na Região Autónoma dos Açores.

21.2.6 Fornecimento, Instalação e Equipamento das Redes Monit. Rec. Hídricos de S. Miguel e S<sup>a</sup> Maria

Fornecimento e instalação de equipamentos de redes meteorológicas (automatização de 42 estações), udométrica e hidrométrica (São Miguel e Santa Maria).

21.2.7 Desobstrução e Limpeza de Ribeiras

Desobstrução e limpeza de ribeiras - fiscalização e conservação. Desobstrução e limpeza de ribeiras - Protocolos com Juntas de Freguesia.

21.2.8 Protecção e Intervenções em Lagoas - PORAL

Contributo para o conhecimento da hidrometeorologia de S. Miguel. Elaboração e Publicação do Livro "Reabilitação de Ecossistemas Lagunares Sujeitos a Processos de Eutrofização: Os Casos das Lagoas das Furnas e Sete Cidades nos Açores.

21.2.9 Infra-estruturas de Recursos Hídricos

Requalificação ambiental das margens da Ribeira da Conceição - Furnas; Intervenção Integrada na Ribeira de Santiago a Jusante da Praça Municipal e Consolidação da Vertente ao Longo da Rua dos Ferreiros - Água Pau. Empreitada de Desassoreamento dos Açudes e Limpeza do Leito da Ribeira Grande - Flores. Projecto de Intervenção Integrada e Requalificação Ambiental do Leito e Margens da Ribeira da Ribeirinha - Terceira.

21.2.11 Implementação da Directiva Quadro da Água

Controlo e monitorização das zonas protegidas (anexo IV da DQA). Caracterização preliminar da Qualidade das Massas de Água de Transição (São Jorge). Caracterização preliminar da Qualidade das Massas de Água Costeiras (São Miguel /Santa Maria e Terceira). Elaboração do Plano de Gestão de Recursos Hídricos da RH 9.

#### 21.2.12 Estabelecimento Programas Monitorização Regiões Hidrográficas

Monitorização das Águas Interiores de São Miguel e Santa Maria. Monitorização das Águas Interiores de Flores, Pico, Faial e Corvo. Monitorização das Águas Subterrâneas Graciosa e São Jorge. Monitorização das Águas Subterrâneas da Terceira.

#### 21.2.13 Implementação da directiva da Gestão das Águas Balneares

Controlo da qualidade das águas balneares.

### 21.3 Valorização da Qualidade Ambiental

#### 21.3.1 Estratégia e Planeamento da Qualidade Ambiental

Continuação do desenvolvimento de estratégias integradas de planeamento da qualidade ambiental. Actividades relacionadas com o desenvolvimento, implementação e promoção de uma eficaz gestão de resíduos a nível da Região.

#### 21.3.2 Controlo e Vigilância Integrada da Qualidade do Ambiente

Continuação da caracterização, controlo e fiscalização das actividades poluidoras. Continuação dos processos de Avaliação de Impacte Ambiental, em particular, e fiscalização ambiental, de um modo geral. Manutenção da Estação de Controlo da Qualidade do Ar.

#### 21.3.3 Rede de Monitorização, Informação e Gestão Ambiental

Implementação de uma rede de informação, que permita a gestão e partilha de bases de dados, a disponibilização através de redes intranet e internet de informação ambiental, suporte das actividades de fiscalização da qualidade ambiental.

#### 21.3.4 Sistema Integrado de Gestão de Resíduos dos Açores (SIGRA)

Continuação da implementação do SIGRA.

### 21.4 Conservação da Natureza

#### 21.4.1 Conservação da Natureza e Biodiversidade

Inventariação e monitorização de habitats e de biodiversidade. Estabelecimento de parcerias no âmbito da gestão da biodiversidade regional e reabilitação de habitats de interesse para a conservação dos recursos naturais. Projecto de conservação da espécie prioritária Priolo (Pico da Vara). Gestão do centro Ambiental do Priolo.

#### 21.4.2 Ordenamento e Gestão de Áreas Protegidas e Rede Natura 2000

Intervenções de ordenamento, gestão e requalificação ambiental em diversas áreas protegidas. Elaboração e implementação de Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas. Implementação do Plano Sectorial de Gestão para SIC's e ZPE's. Implementação de acções específicas de gestão para espécies e habitats prioritários. Empreitadas de recuperação de património imóvel: (2.ª fase do Centro Interpretativo do Lajido); Fábrica Velha da Baleia - Aquário Virtual; Centro de Interpretação da Paisagem Protegida Monte Guia).

#### 21.4.3 Regime de Incentivos: Paisagem Protegida da Vinha do Pico

Regime de Incentivos da Paisagem Protegida de Interesse Regional da Vinha do Pico (DRR 11/2004/A, DRR 12/2004/A, DRR 23/2004, DRR 7/2006/A, DRR 8/2006/A e DRR 10/2006/A).

#### 21.4.4 Rede de Jardins Botânicos

Continuação dos trabalhos de valorização do Jardim Botânico, no sentido de fomentar a conservação in e ex-situ e dotar a estrutura de maiores valências pedagógicas, de promoção ambiental e de apoio ao desenvolvimento sustentável junto das populações. Infra-estruturação do Centro de visitantes do Jardim Botânico do Faial. Continuação do Projecto de recuperação Jardim Palácio Sant'Ana.

#### 21.4.5 Infra-estruturas de Apoio à Visitação e Gestão das Áreas Protegidas

Arranque/continuação de diversas empreitadas de construção de infra-estruturas para apoio à visitação e gestão de áreas protegidas nomeadamente, Centro Interpretação Farol dos Capelinhos, Centro Visitante Furna Enxofre - Graciosa, Centro Interpretação Caldeira Velha, Centro Interpretação Ambiental Santo Cristo.

#### 21.4.6 Apoio à Cooperação Europeia Inter-Regional

Apoios a conceder a entidades com projectos inter-regionais co-financiados (Interreg III B) na área do ambiente.

### 21.5 Formação e Promoção Ambiental

#### 21.5.1 Informação, Sensibilização e Promoção Ambiental

Programas de sensibilização e promoção ambiental, destinada à participação pública. Apoio às ONGA's na realização de actividades/projectos e programas de educação ambiental. Acções de formação ambiental.

#### 21.5.2 Sistemas de Informação Ambiental

Desenvolvimento de um sistema de informação, com vista à difusão e disponibilização de informação de carácter ambiental a várias instituições, designadamente ONGA's, universidades, entre outros

#### 21.5.3 Rede Regional de Ecotecas

Desenvolvimento das actividades da Rede Regional de Ecotecas, dotando-as com meios e equipamento para a prossecução das acções de promoção, sensibilização e formação ambiental

### 21.6 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Ambiente

#### 21.6.1 Medidas de Requalificação Ambiental

Continuação do desenvolvimento de acções relativas à requalificação ambiental de espaços degradados na freguesia de Rabo de Peixe.

#### 21.6.2 Formação e Sensibilização Ambientais

Continuação do desenvolvimento de projectos de formação, educação e promoção ambiental na freguesia de Rabo de Peixe.

- **Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes**

### **Programa 22 - Equipamentos Públicos, Sistemas de Informação e Formação**

Neste programa irão ser implementados 4 projectos, visando a manutenção de infra-estruturas e a aquisição de equipamentos para o LREC, a melhoria dos sistemas informáticos da SRHE, a divulgação de diversas campanhas de informação de interesse para os cidadãos e, na área das comunicações, continuar a promover e divulgar de modo a inserir a Região na sociedade do conhecimento e da informação com vista a uma maior coesão e valorização social dos açorianos.

			Euro
Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
<b>22 Equipamentos Públicos, Sistemas de Informação e Formação .....</b>	<b>1 350 000</b>	<b>1 350 000</b>	
22.1 LREC .....	220 000	220 000	
22.2 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRHE .....	155 000	155 000	
22.3 Divulgação e Sensibilização das Populações .....	75 000	75 000	
22.4 Comunicações .....	900 000	900 000	

## **22.1 LREC**

### 22.1.1 Parede de Reacção do LREC

Aquisição de equipamentos. Construção de protótipo e Formação técnica.

### 22.1.2 Manutenção de Infra-estruturas e Equipamentos para o LREC

Aquisição de equipamento triaxial para a ULG. Aquisição, calibração e manutenção de equipamentos laboratoriais. Manutenção de infra-estruturas e do Sistema da Qualidade do LREC.

## **22.2 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRHE**

### 22.2.1 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRHE

Requalificação dos sistemas informáticos da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.

### 22.2.2 Sistemas de Informação e Comunicações da SRHE

Continuação da Implementação de Telefinia IP nas Delegações da Terceira, Graciosa, Pico, Santa Maria e Flores.

## **22.3 Divulgação e Sensibilização das Populações**

### 22.3.1 Informação e Sensibilização das Populações

Divulgação de diversas campanhas de informação de interesse para os cidadãos.

## **22.4 Comunicações**

### 22.4.2 Promoção/Divulgação/Cooperação

Organização de Congresso e Promoção de divulgação no âmbito das Telecomunicações.

### 22.4.3 - Estação de Rastreio de Satélites de Santa Maria

Aquisição de terrenos e equipamento para a estação de rastreio.

- Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes

### Programa 23 - Construção e Reabilitação de Estradas Regionais e de Edifícios Públicos

Este programa tem como intervenção dominante a construção, beneficiação, reabilitação e manutenção de Estradas Regionais. No âmbito dos transportes colectivos de passageiros, salienta-se as medidas que visam o crescimento da oferta e da respectiva procura do transporte colectivo, de forma criai maior mobilidade aos utentes e a diminuir a afluência de viaturas ligeiras aos principais centros urbanos. As acções no âmbito dos edifícios contemplam diversas beneficiações e cooperação com outras entidades públicas.

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Euro
			Outros Fundos
<b>23 Construção e Reabilitação de Estradas Regionais e de Edifícios Públicos .....</b>	<b>53 624 411</b>	<b>51 745 000</b>	<b>1 879 411</b>
23.1 Construção e Reabilitação de Estradas Regionais	38 625 000	37 625 000	1 000 000
23.2 Operadores e Segurança Rodoviária .....	3 179 411	2 300 000	879 411
23.3 SPRHI .....	5 500 000	5 500 000	
23.4 Equipamentos Públicos .....	4 775 000	4 775 000	
23.5 Cartografia .....	120 000	120 000	
23.6 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Estradas ..	1 300 000	1 300 000	
23.7 Requalificação e Ornamentação de Zonas Envolventes a Rede Viária Regional .....	125 000	125 000	

## 23.1 Construção e Reabilitação de Estradas Regionais

### 23.1.1 Beneficiação e Pavimentação de Diversos Troços de ER em Santa Maria

Impermeabilização de 35 Km de ER.

### 23.1.2 Beneficiação e Pavimentação de Diversos Troços de ER na Graciosa

Reabilitação da ER 3-2ª Caminho do Meio Guadalupe; Correção e Alargamento da ER 3-2ª, Rebentão da Luz; Arranjo do Lugar da Vitória – Guadalupe; Reabilitação do Ramal da Caldeira.

### 23.1.3 Beneficiação e Pavimentação de Diversos Troços de ER em São Jorge

Ramal de acesso à Vila do Topo; Requalificação da Zona envolvente Curva da Boa Hora; Reabilitação da ER 1-2ª entre os Cruzamentos para Santo Amaro e Beira.

### 23.1.4 Beneficiação e Pavimentação de Diversos Troços de ER no Pico

Reabilitação e pavimentação de Estradas Regionais.

### 23.1.5 Beneficiação e Pavimentação de Diversos Troços de ER nas Flores

Reabilitação da ER 1-2ª entre Santa cruz e os Cedros; Beneficiação do Ramal do Lajedo; Reabilitação de Troço em Calçada no Ramal da Fajã Grande.

### 23.1.6 Beneficiação e Pavimentação de Diversos Troços de ER no Corvo

Reabilitação da Estrada Leste.

### 23.1.7 Requalificação Viária

Requalificação da rede viária regional.

### 23.1.8 Parque de Máquinas da SRHE

Beneficiação dos parques de máquinas da SRHE.

### 23.1.9 Colocação de Guardas Metálicas em Estradas Regionais

Colocação de guardas metálicas em diversos troços de estradas regionais.

### 23.1.11 Construção, Beneficiação e Pavimentação de Diversos Troços de ER em São Miguel

Beneficiação da ER 4-2ª Alto da Fafã e Calço Má Cara; Pav. ER 7-2ª Livramento e Interior F. Luz; Benef.ER1-1ª Bretanha Amoreirinha; Benef. Ramal Porto da Ribeirinha; Benef. ER 1-1ª Ramal Caloura; Benef. Barreiros Fenais da Ajuda; Reab. Pontes e Viadutos, Reab. ER 3-2ª Pranchinha /Grilo; Benef. ER 3-2ª Remédios Barrosa; Benef. ER 1-1ª entre Ginetes e Mosteiros; Impermeabilização de Diversos Troços; Ass. SCUT; Proj. Furnas Povoação.

### 23.1.13 Construção, Beneficiação e Pavimentação de Diversos Troços de ER na Ilha Terceira

Remod. ER 1-1ª Sta.Luzia/F.Paim - P. Vitória; Exec. Passeio e Pav. da ER 6-2ª Caminho do Meio - São Carlos; Pav. do Ramal da ER 1-1ª Ladeira da Quinta/P.Judeu; Alargamento da via Circular de Angra; Reab. ER 3-1ª Angra - Pico Gordo incluindo Ramal Biscoitos.

### 23.1.14 Arrastadouros

Construção e reabilitação da ER-Arrastadouros – 1ª fase, em S. Miguel.



23.1.15 Variante à Vila das Capelas

Construção da Variante às Capelas.

23.1.16 Construção de dois troços à Variante ER 6-2ª São Carlos

Construção à Variante 6-2ª São Carlos.

23.1.17 Beneficiação e Pavimentação de Diversos Troços de ER no Faial

Reabilitação da ER 3-2ª em 5 Kms, incluindo o Ramal do Comprido (Estrada para o Vulcão).

23.1.18 Via Vitorino Nemésio

Execução da empreitada.

## 23.2 Operadores e Segurança Rodoviária

23.2.1 SIRIARTE

Apoio à renovação da frota de autocarros.

23.2.2 Transportes Terrestres

Prestação de Serviços de Transporte Colectivo em Horário Nocturno; Prestação de Serviços de Transporte Colectivo Diurno - Fim de Semana; Apoios ao Transporte colectivo Regular (Prejuízos 2006 e 2007) e Aquisição da aplicação informática para as contra ordenações

## 23.3 SPRHI

23.3.1 Contratos Programas - Rede Viária

Transferências orçamentais para a SPHI, SA, no âmbito dos Contratos Programas celebrados com a RAA.

23.3.2 Aquisição de Terrenos de Obras a Cargo da SPRHI

Aquisição de terrenos.

## 23.4 Equipamentos Públicos

23.4.1 Apoio a Diversas Entidades

Diversos apoios de cooperação entre a RAA e entidades particulares de interesse colectivo e Juntas de Freguesia.

23.4.2 Ampliação e Reabilitação das Instalações - Sectores de Conservação de Estradas

Construção das Instalações para a DSE de São Miguel.

23.4.3 Reabilitação das Instalações do Parque de Máquinas

Continuação dos trabalhos de Reabilitação das instalações do Parque de Máquinas de São Miguel.

#### 23.4.4 Reabilitação de Instalações de Serviços Públicos

Continuação das obras de beneficiação das instalações do Edifício Sede da SRHE do Serviço Coordenador dos Transportes Terrestre, da Divisão de Cartografia das Delegações de Ilha da Terceira. Arquivo da Presidência do Governo na Ribeira Grande.

#### 23.4.10 Centro Comunitário dos Arrifes

Execução da Empreitada.

#### 23.4.11 Aquisição de Equipamento de Protecção Individual

Aquisição de equipamento de protecção individual.

#### 23.4.12 Requalificação das antigas Instalações dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada

Beneficiação das antigas Instalações dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada.

### 23.5 Cartografia

#### 23.5.1 Cartografia

Aquisição e Manutenção de equipamento e software Topográfico.

#### 23.5.2 Sistemas de Informação Geográfica dos Açores - Cartograf II

Projecto integrado no INTERREG III \_B - Execução de Voos aerofotogramétricos das ilhas da Graciosa, Faial, Pico, S. Jorge, Flores e Corvo. Aquisição de GPS.

### 23.6 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Estradas

#### 23.6.1 Variante à ER 1-1ª em Rabo de Peixe

Execução da empreitada.

#### 23.6.2 Reabilitação da ER 1-1ª, interior de Rabo de Peixe

Reabilitação da estrada.

### 23.7 Requalificação e Ornamentação de Zonas Envolventes à Rede Viária Regional

#### 23.7.2 Parque Século XXI

Conclusão da empreitada.

#### 23.7.3 Construção e Recuperação de Miradouros, Merendários e Zonas de Lazer

Diversas intervenções de recuperação, construção de Miradouros, Merendários, candidatas ao Programa PITER.

- **Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes**

## **Programa 24 - Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos**

Neste programa está prevista a execução de um conjunto diversificado de investimentos, quer os promovidos directamente, quer os que resultam da articulação com as administrações portuárias.

Como principais realizações a concretizar, destacam-se:

- Conclusão da empreitada de construção do novo Terminal Marítimo de Cruzeiros da Cidade de Ponta Delgada;
- Conclusão da construção das duas embarcações novas para o transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas;
- Conclusão da empreitada de Ampliação do Parque de Contentores e Construção da Nova via de Acesso ao Porto das Velas;
- Início da empreitada de construção do núcleo de recreio náutico das Lajes das Flores;
- Reordenamento do Porto da Madalena, reabilitação e reforço do molhe do porto e ampliação do cais de passageiros;
- Reordenamento do Porto da Horta, construção do novo cais de passageiros;
- Requalificação do Porto da Praia na Ilha Graciosa.

Euro

<b>Programa/Projectos</b>	<b>Investimento Público</b>	<b>Plano</b>	<b>Outros Fundos</b>
<b>24 Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos .....</b>	<b>94 735 000</b>	<b>39 206 750</b>	<b>55 528 250</b>
24.1 Tráfego de Passageiros Inter-Ilhas .....	54 200 000	30 700 000	23 500 000
24.2 Infra-Estruturas Portuárias .....	40 435 000	8 406 750	32 028 250
24.3 Estudos .....	50 000	50 000	
24.4 Promoção e Dinamização dos Transportes Marítimos .....	50 000	50 000	

## 24.1 Tráfego de Passageiros Inter - Ilhas

- 24.1.1 Construção de novos navios e apoio ao transporte marítimo de passageiros
  - Apoio à construção de novos navios para o transporte marítimo de passageiros inter-ilhas.
  - Apoio financeiro ao transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas.
- 24.1.3 Reparações nos Navios Cruzeiros das Ilhas e do Canal
  - Trabalhos de grandes reparações nos navios "Cruzeiro das Ilhas" e "Cruzeiro do Canal".
- 24.1.4 Construção do terminal marítimo e gare de passageiros do porto de Ponta Delgada
  - Continuação das obras de construção do novo terminal marítimo de cruzeiros da cidade de Ponta Delgada.

## 24.2 Infra-Estruturas Portuárias

- 24.2.2 Recuperação do Porto da Praia da Vitória
  - Conclusão, da obra de Requalificação do Porto da Praia da Vitória.
- 24.2.3 Diversas obras de melhoria da operacionalidade dos portos
  - Edifício da Marina, arranjos do terrapleno e ordenamento do Núcleo Recreio Porto de Vila Porto. Parqueamento para embarcações de recreio Ponta Delgada. Abrigo coberto para a piscina de Ponta Delgada. Estudos para ampliação dos Portos de Ponta Delgada, de Velas e de São Roque.
- 24.2.5 Reordenamento do Porto da Madalena
  - Reabilitação e reforço do molhe do Porto da Madalena. Ampliação do cais para passageiros. Construção do contra-molhe oeste. Construção do sector de recreio náutico. Reabilitação e adaptação da gare de passageiros e construção de uma cobertura entre a gare de passageiros existente e os cais de embarque e desembarque de passageiros.
- 24.2.6 Construção do Núcleo de Recreio de Santa Maria
  - Realização de trabalhos finais na empreitada de construção do Núcleo de Recreio de Santa Maria.
- 24.2.7 Aquisição de diverso equipamento de apoio à exploração dos portos
  - Aquisição de diversos equipamentos de apoio à exploração portuária, nomeadamente aquisição de empilhadores, lancha de pilotos, grua e guindastes.
- 24.2.10 Construção de núcleos de recreio
  - Início das obras de construção do Núcleo de Recreio Náutico das Lajes das Flores.
- 24.2.11 Ampliação do Parque de Contentores do Porto das Velas e Construção do Novo Acesso ao Porto
  - Continuação das obras de ampliação do Parque de Contentores e construção da nova via de acesso ao Porto das Velas.

24.2.12 Plano Integrado de Reordenamento e Requalificação da Baía da Horta

Construção do novo cais de passageiros e da plataforma para estacionamento e reparação de embarcações no porto da Horta. Construção Edifícios de Comércio e Serviços na Bacia Sul da Marina da Horta. Ampliação do Clube Naval da Horta. Beneficiação da Marginal da cidade da Horta.

24.2.15 Reabilitação da Cabeça do Molhe do Porto das Lajes das Flores

Empreitada de reabilitação da cabeça do molhe do Porto das Lajes das Flores.

24.2.16 Construção do Edifício Polivalente no Porto das Lajes das Flores

Empreitada de construção do edifício polivalente no Porto das Lajes das Flores.

24.2.17 Requalificação do Porto da Praia na Ilha Graciosa

Empreitada de Requalificação do Porto da Praia na Ilha Graciosa.

### 24.3 Estudos

24.3.1 Estudo sobre o Transporte Marítimo

Estudo sobre o Transporte Marítimo.

### 24.4 Promoção e Dinamização dos Transportes Marítimos

24.4.1 Apoio a Acções de Dinamização do Transporte Marítimo nos Açores

Apoio a acções, formações e seminários que permitem a divulgação e promoção do transporte marítimo da Região.

24.4.2 Desenvolvimento de acções para a promoção do destino Açores no mercado de cruzeiros

Apoio a actividades de divulgação e de promoção dos Açores no mercado internacional de cruzeiros.

- **Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes**

## Programa 25 - Desenvolvimento dos Transportes Aéreos

Das principais realizações previstas para 2008, para os Aeródromos Regionais, destaca-se a conclusão do projecto e início da empreitada de Ampliação e Alargamento da Pista do Aeródromo de S. Jorge, o Início das empreitadas de impermeabilização do lado ar das Aerogares dos Aeródromos da Graciosa, das Flores e de S. Jorge, bem como a Construção do Aquartelamento de Bombeiros e Tanque de Abastecimento de Viaturas no Aeródromo da Graciosa.

No que concerne à Aerogare Civil das Lajes, prevê-se a conclusão da execução das empreitadas de "Requalificação e Modernização da Aerogare Civil das Lajes - Fase III" e "Construção do Parque de Estacionamento das Partidas da Aerogare Civil das Lajes", e o lançamento do concurso e Execução da empreitada de "Construção do Parque de Estacionamento das Chegadas da Aerogare Civil das Lajes". Está também previsto o financiamento necessário a assegurar os serviços de fiscalizações das referidas empreitadas.

Em termos de medidas mais transversais a diversas ilhas, estão contemplados os encargos inerentes à Gestão dos Aeródromos Regionais, dando cumprimento ao contrato de concessão da gestão e exploração dos aeródromos regionais, bem como ao transporte de passageiros inter-ilhas, nos termos estabelecidos no contrato de concessão das rotas inter-ilhas.

Euro

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
<b>25 Desenvolvimento dos Transportes Aéreos .....</b>	<b>37 820 000</b>	<b>22 095 000</b>	<b>15 725 000</b>
25.1 Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários .....	21 025 000	5 300 000	15 725 000
25.2 Gestão dos Aeródromos Regionais .....	2 750 000	2 750 000	
25.3 Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-Ilhas .....	14 000 000	14 000 000	
25.4 Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos .....	45 000	45 000	

## 25.1 Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários

- 25.1.1 Aquisição de Equipamentos Aeroportuários  
Aquisição de carros de bagagem para a Aerogare Civil das Lajes.
- 25.1.2 Aeródromo e Aerogare do Pico  
Encargos remanescentes referentes às obras de construção do Sistema Terminal, da Sinalização Luminosa da Pista e da Ampliação da Placa de Estacionamento de Aeronaves do Aeroporto do Pico, aprovados pela Resolução n.º 30/2007, de 19 de Abril, e aquisição de terrenos necessários à construção de diversas infra-estruturas.
- 25.1.3 Aerogare das Flores  
Início da Empreitada de "Impermeabilização do Lado Ar da Aerogare das Flores e reforço financeiro do Plano de Investimentos 2005/2007, aprovado pela Resolução n.º 30/2007, de 19 de Abril.
- 25.1.4 Aeródromo e Aerogare de S. Jorge  
Início da Execução da Ampliação e Alargamento da Pista do Aeródromo de S. Jorge; início da Empreitada de Impermeabilização do Lado Ar da Aerogare e reforço financeiro do Plano de Investimentos 2005/2007, aprovado pela Resolução n.º 30/2007, de 19 de Abril.
- 25.1.5 Remodelação e Beneficiação da Aerogare Civil das Lajes  
Conclusão da execução financeira da "Requalificação e Modernização da Aerogare Civil das Lajes - Fase 3"; Execução dos Parques de Estacionamento das Partidas e Chegadas da Aerogare Civil das Lajes e respectivas fiscalizações; Elaboração de Projecto para Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lajes.
- 25.1.7 Handlings das Escalas e Aeródromos  
Modernização dos equipamentos de apoio às assistências a aeronaves nas escalas e aeródromos.
- 25.1.8 Rede das Lojas de Vendas  
Modernização e renovação das lojas de vendas.
- 25.1.9 Equipamentos da Frota ATP  
Renovação e substituição dos equipamentos da Frota ATP.
- 25.1.10 Infra-estruturas para Sistemas de Informação  
Modernização dos meios informáticos.
- 25.1.12 Renovação da Frota  
Este investimento destina-se a financiar a renovação da frota ATP da SATA Air Açores.
- 25.1.14 Iluminação do Aeródromo das Flores  
Iluminação do Aeródromo das Flores.

## **25.2 Gestão dos Aeródromos Regionais**

### 25.2.1 Gestão dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores

Compromissos resultantes do Contrato de Concessão da Gestão e Exploração dos Aeródromos Regionais.

## **25.3 Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas**

### 25.3.1 Concessão das Rotas Inter-Ilhas

Apoiar o transporte aéreo de passageiros inter-ilhas, através do cumprimento do contrato de obrigações de serviço público, celebrado em Junho de 2006.

## **25.4 Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos**

### 25.4.1 Apoio a Acções de Dinamização do Transporte Aéreo nos Açores

Apoio a acções e seminários com vista à divulgação e promoção do transporte aéreo dos Açores.

### 25.4.2 Apoio a Acções de Revisão das Servidões Aeronáuticas dos Aeródromos Regionais

Apoio a acções, estudos, projectos e levantamentos topográficos, necessários à constituição de novas servidões aeronáuticas, com base nas alterações de layout introduzidas nos aeródromos regionais. Estudos diversos sobre o domínio público aeroportuário.



- **Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes**

## **Programa 26 - Consolidação e Modernização do Sector Energético**

No domínio do sector energético este Programa contempla um conjunto diversificado de intervenções, de que se destacam:

- Executar tarefas de licenciamento e fiscalização de instalações eléctricas e de combustíveis, visando essencialmente a garantia da segurança de pessoas e de bens;
- Implementar um novo quadro legislativo que reorganiza o sector eléctrico da Região, tendo em consideração as suas características próprias e natureza específica, reconhecidas pela Decisão da Comissão de 20 de Dezembro de 2004, com o número C(2004) 4880;
- Promover medidas de URE - Utilização Racional de Energia e Eficiência Energética. Tal será executado quer no âmbito do Programa PROENERGIA aprovado pelo DLR nº 26/2006/A de 31 de Julho, quer no âmbito do estipulado na Resolução nº 66/2006, de 16 de Junho, que estipula medidas de promoção da utilização racional de energia e a realização de auditorias energéticas a edifícios da administração regional e iluminação pública das vias de comunicação regionais;
- Implementar o SCE - Sistema de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior dos Edifícios abrangidos nos RCCTE (Regulamento das Características do Comportamento Térmico de Edifícios), RSECE-E (Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios) e RSECE-QAI (Qualidade de Ar Interior);
- Realizar acções de sensibilização, com parceiros locais, na área de segurança de combustíveis;

- Realização de III Feira das Energias Renováveis;
- Prossecução do pagamento dos consumos de iluminação Pública das vias de comunicação terrestres regionais da Região.

			Euro
Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
<b>26 Consolidação e Modernização do Sector Energético</b>	<b>1 010 000</b>	<b>1 010 000</b>	
26.1 Utilização Regional de Energia .....	360 000	360 000	
26.2 Serviço Público Social .....	650 000	650 000	

## **26.1 Utilização Regional de Energia**

### **26.1.1 Agência Regional de Energia**

Apoio à ARENA - Agência Regional de Energia e Ambiente da RAA. Comparticipação financeira da Região nas candidaturas da agência a programas comunitários e na elaboração de um plano de eficiência energética, bem como a promoção da utilização de recursos energéticos endógenos.

### **26.1.2 Estudos e Projectos**

Estudos e projectos para o sector. Contratação de serviços de fiscalização e licenciamento na área de elevadores. Realização de acções de sensibilização e formação na área de SCE - Certificação Energética de Edifícios. Auditorias Energéticas em Edifícios.

### **26.1.3 Apoio à Utilização Racional de Energia e à Diversificação de Fontes Energéticas**

Promoção de acções de informação e divulgação nos domínios da URE - Utilização Racional de Energia e da Diversificação Energética e Segurança. Realização de campanhas de sensibilização e/ou publicitárias nestas áreas.

## **26.2 Serviço Público Social**

### **26.2.1 Iluminação Pública das Vias Regionais**

Iluminação Pública das vias de comunicação terrestres regionais da Região.

- **Afirmar os Sistemas Autónimo e da Gestão Pública**

### **Programa 27 - Administração Regional e Local**

Este programa compreende cinco áreas, identificadas pelos respectivos projectos: Modernização Administrativa, que engloba as actividades de modernização administrativa, de formação profissional, da automatização dos procedimentos administrativos, da gestão do ficheiro central de pessoal; Informação de Interesse Público ao Cidadão, visando a aproximação da administração ao cidadão, permitindo-lhes o acesso on-line e/ou telefónico ou no local mais próximo (juntas de freguesia, casas do povo); Serviços Sociais, para apoio às associações de funcionários da administração regional; Cooperação com as Autarquias Locais, abrangendo a cooperação técnica e financeira com as autarquias locais açorianas, em áreas jurídica, contabilístico-financeira e de ordenamento do território; Estatística, com a produção de informação estatística relevante sobre os Açores e a cooperação com outras regiões ultraperiféricas da UE, no âmbito desta temática.

Euro

<b>Programa/Projectos</b>	<b>Investimento Público</b>	<b>Plano</b>	<b>Outros Fundos</b>
<b>27 Administração Regional e Local .....</b>	<b>5 135 000</b>	<b>5 135 000</b>	
27.1 Modernização Administrativa .....	1 625 000	1 625 000	
27.2 Informação de Interesse Público ao Cidadão .....	2 350 000	2 350 000	
27.3 Serviços Sociais .....	170 000	170 000	
27.4 Cooperação com as Autarquias Locais .....	725 000	725 000	
27.5 Estatística .....	265 000	265 000	

## **27.1 Modernização Administrativa**

### **27.1.1 Acções de Modernização Administrativa**

Elaboração de publicações. Formação nas áreas da higiene e segurança no trabalho. Participação em reuniões de trabalho. Desenvolvimento do projecto de Higiene e Segurança no Trabalho. Realização de auditorias de gestão aos serviços da administração regional.

### **27.1.2 Promoção de Acções de Formação Profissional**

Concretização do Plano Anual de Formação do CEFAPA onde se prevê a realização de 100 acções de formação decorrentes do calendário pré estabelecido anualmente, bem como acções de intervenção especial realizadas pelo CEFAPA a pedido dos diferentes serviços da Administração Pública Regional e Local.

### **27.1.3 Projectos de Automatização de Procedimentos Administrativos**

Actualização dos recursos tecnológicos de base aos sistemas de informação de suporte à decisão.

Apoio tecnológico na implementação dos projectos em desenvolvimento no Departamento.

### **27.1.4 Ficheiro Central de Pessoal**

Concurso público internacional para aquisição de um "Banco de Dados" de suporte à gestão e administração dos recursos humanos da administração regional, servindo de suporte ao processamento centralizado de vencimentos por quadro regional de ilha.

### **27.1.5 Promoção da Qualidade nos Serviços Públicos da Administração Pública Regional**

Implementação dos projectos PROSIMA, CAF e do Programa Regional de Promoção da Qualidade dos Serviços Públicos.

## **27.2 Informação de Interesse Público ao Cidadão**

### **27.2.1 Rede Integrada de Apoio ao Cidadão**

Rede integrada de apoio ao cidadão.

## **27.3 Serviços Sociais**

### **27.3.1 Serviços de Apoio aos Funcionários Públicos**

O Governo Regional concede apoios financeiros às duas associações de funcionários públicos da Região, COOPDELGA e AFARIT, nos termos do Decreto Regulamentar Regional n.º 7/84/A, de 2 de Fevereiro.

## **27.4 Cooperação com as Autarquias Locais**

### **27.4.1 Cooperação Técnica**

Apoio técnico às autarquias locais.

#### 27.4.2 Cooperação Financeira com os Municípios

Pagamento dos juros decorrentes dos empréstimos municipais contratados ao abrigo das linhas de crédito regional, para financiamento da parte do investimento municipal não coberta pela comparticipação comunitária. Pagamento de juros de mora devidos pelo atraso nas transferências do PRODESA para os municípios açorianos. (Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A).

#### 27.4.3 Cooperação Financeira com as Freguesias

Atribuição de apoios financeiros às freguesias açorianas para aquisição de mobiliário, equipamento e software informático, e para realização de obras de beneficiação das sedes das juntas. Comparticipação de investimentos municipais de construção/grande reparação de edifícios sede de juntas de freguesia. (Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 de Agosto).

### 27.5 Estatística

#### 27.5.1 Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística

Produção, tratamento e divulgação de informação estatística.

#### 27.5.2 Acções de Contabilidade Regional - INTERREG III B

Recolha e tratamento da informação necessária à elaboração das contas económicas regionais e à conta satélite do turismo, referente ao ano de 2004 e conclusão do Damarece.

- **Afirmar os Sistemas Autnómico e da Gestão Pública**

## **Programa 28 - Planeamento e Finanças**

Este programa compreende o financiamento de acções de gestão, de acompanhamento, de controlo e de avaliação das intervenções operacionais com co-financiamento comunitário, a cobertura de despesas em obras a realizar em instalações da administração pública, a bonificação de juros nos termos do Decreto-Lei nº349/98, de 11 de Novembro, e financiamento do programa de combate às térmitas e processos de privatização, com a correspondente aplicação na reestruturação do sector público empresarial.

Euro

<b>Programa/Projectos</b>	<b>Investimento Público</b>	<b>Plano</b>	<b>Outros Fundos</b>
<b>28 Planeamento e Finanças .....</b>	<b>4 300 000</b>	<b>4 300 000</b>	
28.1 Planeamento e Finanças .....	4 300 000	4 300 000	

## **28.1 Planeamento e Finanças**

### **28.1.1 Acções de Acompanhamento e Avaliação, incluindo os Programas Comunitários**

Desenvolvimento de tarefas relativas às diversas fases de preparação e execução de instrumentos de programação, designadamente a realização de estudos, aquisição de equipamento e software necessário ao funcionamento dos sistemas de gestão, acompanhamento e controlo dos programas operacionais com participação comunitária, aquisição de serviços de consultadoria no âmbito do controlo financeiro dos projectos, desenvolvimento de acções de comunicação, publicidade e divulgação, previstas na regulamentação comunitária.

### **28.1.2 Instalações da Administração Regional**

Requalificação de edifícios da administração pública regional.

### **28.1.3 Bonificação de Juros**

Bonificação de juros e financiamento do programa de combate às térmitas.

### **28.1.4 Reestruturação do Sector Público Empresarial e Promoção do Investimento Externo**

Esta acção visa a reestruturação financeira do sector público empresarial da Região e também a captação de investimento externo.



- **Afirmar os Sistemas Autónimo e da Gestão Pública**

### **Programa 30 - Cooperação Externa**

Este programa compreende 4 grandes domínios de intervenção: a cooperação inter-regional, a problemática do emigrado/regressado, as acções desenvolvidas no âmbito da preservação da identidade cultural das comunidades emigradas e o fenómeno mais recente da imigração para o território regional.

No âmbito da Cooperação Inter-regional, visa-se.

- A dinamização e o aprofundamento da relação com entidades territoriais, instituições e organismos regionais externos;
- A consolidação da cooperação com territórios estratégicos, como territórios insulares, regiões ultraperiféricas, territórios com ligações culturais e históricas ou interesse económico e/ou político, por meio de estabelecimento e aprofundamento de relações e/ou parcerias com entidades territoriais congéneres e outras instituições relevantes;
- Representação e participação da Região nos trabalhos de organismos de cooperação inter-regional;
- Promoção e divulgação da União Europeia e outras instituições/organizações na Região;
- Desenvolvimento de protocolos de cooperação, parcerias e iniciativas com instituições, organismos e entidades sedeadas em regiões estratégicas para a RAA.
- Promover a aproximação a novos parceiros regionais de interesse estratégico para a RAA
- Divulgação da RAA no exterior.
- Dar continuidade ao desenvolvimento da Operação Quadro Regional RUP-PLUS, financiada pelo INTERREG IIIC, que envolve as 7 RUP da UE.

Na problemática da integração do emigrado/regressado, serão desenvolvidas acções de apoio (técnico, documental, informativo e formativo, linguístico, cultural) à integração desses indivíduos, para além da celebração de protocolos de cooperação com instituições e organizações de índole social. No que respeita às comunidades emigradas, está contemplado um leque diversificado de acções, nos domínios da comunicação, do intercâmbio e da preservação da identidade cultural, a promoção de encontros, seminários e de protocolos com as Casas dos Açores. Serão desenvolvidas acções visando a integração do imigrado, estabelecidos protocolos com entidades e associações de solidariedade social e realizados estudos e encontros para reflexão, debate e definição de soluções para esta realidade recente da sociedade açoriana.

Euro			
Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
<b>30 Cooperação Externa .....</b>	<b>2 013 407</b>	<b>2 013 407</b>	
30.1 Cooperação Inter-regional .....	559 407	559 407	
30.2 Emigrado/Regressado .....	280 000	280 000	
30.3 Identidade Cultural .....	921 000	921 000	
30.4 Imigrado .....	253 000	253 000	

### **30.1 Cooperação Inter-regional**

#### **30.1.1 Relações Externas e Cooperação**

Dinamização e aprofundamento da relação com Estados, entidades territoriais, instituições e organismos externos. Consolidação da cooperação e intervenção externa da Região, com particular incidência em territórios insulares, regiões ultraperiféricas, territórios com ligações históricas e culturais, bem como interesse económico e político estratégico para a Região, por meio do estabelecimento e aprofundamento de relações, actividades e/ou parcerias com entidades territoriais congéneres e outras instituições e/ou entidades, nacionais ou estrangeiras, relevantes para aquele fim.

#### **30.1.2 Relações com Organismos de Cooperação Inter-Regional e Organizações Internacionais**

Representação e participação da Região nas actividades de organismos e entidades de cooperação e/ou representação inter-regional (por ex: Comité das Regiões, Assembleia das Regiões da Europa, Conferência das Regiões Periféricas Marítimas, Congresso dos Poderes Locais e Regional da Europa, Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, Rede NRG4SD, etc.), bem como nas de Organizações Internacionais (ex: União Europeia, Nações Unidas e respectivos programas, etc.). Promoção e divulgação na Região das actividades das entidades inter-regionais e organizações internacionais acima referidas, em particular da União Europeia, bem como promoção e divulgação da Região naquelas instituições e nas respectivas actividades.

#### **30.1.3 Aprofundamento de Relações de Cooperação com Regiões Estratégicas**

Aprofundamento das relações de cooperação com regiões estratégicas, através do desenvolvimento de protocolos, parcerias e iniciativas com instituições, organismos e entidades sedeadas ou com actividade naqueles territórios, bem como a promoção da aproximação da Região e sua divulgação junto destas mesmas regiões.

#### **30.1.4 Cooperação das Regiões Ultraperiféricas para um Desenvolvimento Sustentável**

Participação nas reuniões do Comité de Pilotagem da OQR RUP-PLUS. Participação nas eventuais actividades dos sub-projectos dos parceiros da operação, bem como nas actividades previstas para a componente comunicação.

### **30.2 Emigrado/Regressado**

#### **30.2.1 Integração**

Apoio técnico, documental, (in)formativo e cultural, aos emigrados e regressados.

#### **30.2.2 Protocolos de Cooperação**

Protocolos de cooperação com entidades, instituições e organizações de índole social e de solidariedade, com o objectivo da integração plena nas sociedades de acolhimento.

### 30.2.3 Estudo Sobre Emigração e Regressos

Publicação dos estudos efectuados em 2007. Novos estudos e apoios a pesquisas que visem trazer novos conhecimentos sobre a história e as realidades da emigração e dos regressos. Publicação do Guia Prático de Regresso aos Açores.

### 30.2.4 Encontros/Seminários

Encontros temáticos (com Organizações Serviço Social, Avaliação Projecto Integração/Videoconferência EUA/Açores, Encontro Saudades dos Açores e Encontro Pesquisadores da área para acerto de estudos complementares) com reflexão, debate, apresentação de trabalhos e de linhas orientadoras de novas políticas para a inclusão e sociabilização dos emigrados.

### 30.2.5 Projectos/Candidaturas

Apoio a projectos candidatos que visem: estudos sobre os movimentos emigratórios e/ou sobre regressos à RAA; Formação e informação com objectivo da integração emigrado/regressado.

## 30.3 Identidade Cultural

### 30.3.1 Açorianidade e Raízes

Ciclos de Conferencias no Canadá, Estados Unidos da América e Brasil, intercâmbios escolares entre os Açores e as Comunidades; Raízes e Juventude.

### 30.3.2 Comunicação Açores/Comunidades

Apoio à divulgação de programas culturais e informativos -televisivos, radiofónicos e da imprensa com temática açoriana, nas comunidades emigradas; apoio à divulgação de programas nos OCS locais sobre as vivências dos emigrados e descendentes, na RAA.

### 30.3.3 Preservação da Identidade Cultural

Apoio bibliográfico, áudio e videográfico, bem como instrumental, de temática histórica ou cultural tradicional às entidades colaboradoras aos movimentos associativos e agentes culturais.

### 30.3.4 Encontro Intercomunitário

Encontros temáticos com debates, reflexão, apresentação de trabalhos e linhas orientadoras acerca de assuntos relevantes para as Comunidades e para os Açores, na perspectiva de maior cooperação, e divulgação da nova imagem dos Açores nos Estados, Províncias e Regiões, em que as comunidades emigradas possam constituir pontes com as sociedades locais e poderes político e económico, de modo a acrescentar mais valias à RAA.

### 30.3.5 Divulgação Artística

Apoio à divulgação cultural e artística produzidas na RAA e nas Comunidades emigradas; apoio à distribuição de material bibliográfico, áudio e videográfico dos novos valores emergentes.

### 30.3.6 Protocolos de Cooperação

Protocolos de Cooperação com Casas dos Açores, instituições sem fins lucrativos e associações várias no âmbito da identidade cultural.

#### 30.3.7 Projectos/Candidaturas

Apoio a projectos candidatos que visem a apresentação e divulgação da cultura açoriana, bem como de projectos informativos sobre a RAA e sobre as suas Comunidades dispersas pelo Mundo.

### 30.4 Imigrado

#### 30.4.1 Integração

Apoio técnico, documental, (in)formativo e cultural, aos imigrados na RAA.

#### 30.4.2 Protocolos de Cooperação

Protocolos com entidades, instituições e associações de solidariedade, com o objectivo da inclusão social dos imigrados na RAA.

#### 30.4.3 Estudo sobre Imigração

Publicação de estudos efectuados em 2007; Novos estudos e apoios a pesquisas sobre a imigração nos Açores. Publicação do Guia Prático do Imigrante.

#### 30.4.4 Encontros/Seminários

Conferências e Encontros temáticos com reflexão, debate, apresentação de trabalhos e de linhas orientadoras de novas políticas para a inclusão e sociabilização dos imigrados.

#### 30.4.5 Projectos/Candidaturas

Apoio a projectos candidatos que visem: estudos sobre movimentos imigratórios na RAA; formação e informação com o objectivo da integração do imigrado.

## VI. PROGRAMAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS DISPONÍVEIS PARA A REGIÃO DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PLANO

### 1. III QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO

#### **Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores – PRODESA**



O Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores - PRODESA constitui um instrumento determinante para complementar o esforço financeiro que a Região tem que efectuar para promover o seu desenvolvimento económico e social.

O PRODESA estrutura-se em 5 eixos prioritários, os quais integram 23 medidas, compreendendo o plano de financiamento, os 4 fundos estruturais. É um programa complexo, tocando um conjunto diversificado e amplo de beneficiários/destinatários finais, envolvendo, dentro dos limites de elegibilidade existentes, um conjunto amplo de sectores da vida económica e social da Região.

Em termos genéricos, em 2006, observaram-se resultados favoráveis nos ritmos de execução dos fundos estruturais que integram o plano de financiamento do PRODESA, que permitiu, não só, ultrapassar mais uma vez a regra financeira do n+2, como também manter o programa nas posições de destaque ao nível do conjunto dos programas operacionais que integram o Quadro Comunitário de Apoio.

Em 2006, o PRODESA foi reforçado em 6,3 milhões de euros na contribuição comunitária, repartidos pelo FEDER, mais 2,54 milhões de euros, pelo FEOGA-O, mais 2,65 milhões de euros e pelo IFOP, mais 1,11 milhões de euros.

## PRODESA - APROVAÇÕES POR EIXO PRIORITÁRIO

Unid: 1000 euros

Eixos	Anos	Programado			Aprovado			% de Aprovações
		Custo Total	Despesa Pública	Fundo	Custo Total	Despesa Pública	Fundo	
		1	2	3	4	5	6	
Eixo 1 - Garantir as Condições Básicas para a Melhoria da Competitividade Regional	2006	57.435	57.435	48.821	25.744	25.744	21.883	44,82%
	2000-2006	297.815	297.815	253.143	296.900	296.900	252.022	99,56%
Eixo 2 - Incrementar a Modernização da Base Produtiva Regional	2006	44.443	31.457	24.511	21.093	15.751	11.678	47,64%
	2000-2006	286.370	218.237	168.027	303.089	229.930	171.706	102,19%
Eixo 3 - Promover a Dinamização do Desenvolvimento Sustentado	2006	35.572	35.341	30.419	27.903	27.617	23.474	77,17%
	2000-2006	252.677	249.474	212.051	240.415	236.671	200.045	94,34%
Eixo 4 - Apoiar o Desenvolvimento Local do Potencial Endógeno	2006	27.685	27.685	23.533	10.979	10.979	9.332	39,66%
	2000-2006	210.501	210.501	178.926	198.870	198.870	169.040	94,47%
Eixo 5 - Dinamizar e Fortalecer o Tecido Empresarial Regional	2006	6.056	6.056	3.027	47.722	32.222	17.184	567,62%
	2000-2006	244.642	169.906	93.955	265.827	188.523	97.868	104,16%
Eixo 6 - Assistência Técnica	2006	794	794	677	1.899	1.899	1.614	238,45%
	2000-2006	6.409	6.409	5.448	5.344	5.344	4.543	83,38%
<b>Total PRODESA</b>	2006	<b>171.984</b>	<b>158.768</b>	<b>130.987</b>	<b>135.341</b>	<b>114.212</b>	<b>85.164</b>	<b>65,02%</b>
	2000-2006	<b>1.298.415</b>	<b>1.152.344</b>	<b>911.550</b>	<b>1.310.445</b>	<b>1.156.238</b>	<b>895.224</b>	<b>98,21%</b>
<b>PRODESA – APROVAÇÕES POR FUNDO ESTRUTURAL</b>								
<b>FEDER</b>	2006	103.685	103.685	86.014	100.669	85.169	62.189	72,30%
	2000-2006	870.735	795.999	626.134	878.832	801.528	617.455	98,61%
<b>FSE</b>	2006	23.209	22.978	19.910	13.578	13.292	11.298	56,74%
	2000-2006	139.879	136.677	116.173	127.293	123.550	105.017	90,40%
<b>FEOGA-O</b>	2006	39.724	26.738	20.232	14.732	10.093	8.180	40,43%
	2000-2006	237.162	176.314	139.203	253.234	186.128	142.069	102,06%
<b>IFOP</b>	2006	5.367	5.367	4.832	6.361	5.659	3.497	72,39%
	2000-2006	50.638	43.354	30.041	51.085	45.033	30.682	102,14%

A despesa pública total aprovada, associada à programação financeira das candidaturas para 2006, ascendeu a 114,2 milhões de euros, a que corresponde um co-financiamento de fundos estruturais de 85,2 milhões de euros. Em termos acumulados, para o período 2000-

2006, o valor global dos compromissos comunitários aprovados ascende a 895,2 milhões de euros, o que corresponde a 98,2% da programação para o mesmo período.

A taxa de execução financeira anual do programa, ronda os 75% quando comparada com o programado para idêntico período. Em valores acumulados, para o período 2000-2006, a taxa de execução face ao programado é de 83%.

**PRODESA - EXECUÇÃO FINANCEIRA POR EIXO PRIORITÁRIO**

Unid: 1000 euros

Eixos	Anos	Programado			Executado			% Executado
		Custo Total	Despesa Pública	Fundo	Custo Total	Despesa Pública	Fundo	
		1	2	3	4	5	6	
Eixo 1 - Garantir as Condições Básicas para a Melhoria da Competitividade Regional	2006	57.435	57.435	48.821	25.145	25.145	21.037	43,09%
	2000-2006	297.815	297.815	253.143	266.555	266.555	226.235	89,37%
Eixo 2 - Incrementar a Modernização da Base Produtiva Regional	2006	44.443	31.457	24.511	35.796	28.620	21.197	86,48%
	2000-2006	286.370	218.237	168.027	198.103	153.564	115.055	68,47%
Eixo 3 - Promover a Dinamização do Desenvolvimento Sustentado	2006	35.572	35.341	30.419	28.017	27.731	23.039	75,74%
	2000-2006	252.677	249.474	212.051	220.861	217.118	184.018	86,78%
Eixo 4 - Apoiar o Desenvolvimento Local do Potencial Endógeno	2006	27.685	27.685	23.533	17.755	17.755	15.092	64,13%
	2000-2006	210.501	210.501	178.926	183.941	183.941	156.350	87,38%
Eixo 5 - Dinamizar e Fortalecer o Tecido Empresarial Regional	2006	6.056	6.056	3.027	35.293	27.383	14.244	470,52%
	2000-2006	244.642	169.906	93.955	183.585	148.184	74.438	79,23%
Eixo 6 - Assistência Técnica	2006	794	794	677	356	356	302	44,68%
	2000-2006	6.409	6.409	5.448	2.450	2.450	2.082	38,22%
<b>Total PRODESA</b>	2006	<b>171.984</b>	<b>158.768</b>	<b>130.987</b>	<b>142.363</b>	<b>126.990</b>	<b>94.912</b>	<b>72,46%</b>
	2000-2006	<b>1.298.415</b>	<b>1.152.344</b>	<b>911.550</b>	<b>1.055.495</b>	<b>971.810</b>	<b>758.178</b>	<b>83,17%</b>
<b>PRODESA – EXECUÇÃO POR FUNDO ESTRUTURAL</b>								
FEDER	2006	103.685	103.685	86.014	92.876	84.966	62.321	72,46%
	2000-2006	870.735	795.999	626.134	729.175	693.774	537.322	85,82%
FSE	2006	23.209	22.978	19.910	13.578	13.292	11.298	56,74%
	2000-2006	139.879	136.677	116.173	127.293	123.550	105.017	90,40%
FEOGA-O	2006	39.724	26.738	20.232	28.780	22.361	17.628	87,13%
	2000-2006	237.162	176.314	139.203	167.178	124.368	95.546	68,64%
IFOP	2006	5.367	5.367	4.832	7.128	6.371	3.664	75,84%
	2000-2006	50.638	43.354	30.041	31.848	30.118	20.294	67,55%

O quadro seguinte ilustra o desempenho já atingido no corrente ano, destacando-se a taxa de aprovação do Programa de 103% e a taxa de execução de 90%, o que demonstra o bom desempenho do PRODESA no compute do QCA III.



PRODESA - Programa Operacional para o Desenvolvimento dos Açores

(valores expressos em euros)

SITUAÇÃO REPORTADA A :		FUNDO	DOTAÇÃO		APROVAÇÃO		EXECUÇÃO		TAXAS DE REALIZAÇÃO	
			Desp. Públ.	Fundo	Desp. Públ.	Fundo	Desp. Públ.	Fundo	Aprovação	Execução
			(2)	(3)	(4)	(5)	(8)	(9)	(10=5/3)	(11=9/3)
<b>Agosto ano: 2007</b>										
	<b>PO TOTAL</b>	<b>1.152.344.066</b>	<b>911.550.101</b>	<b>1.209.586.129</b>	<b>936.772.195</b>	<b>1.045.791.796</b>	<b>816.747.462</b>	<b>103%</b>	<b>90%</b>	
	FEDER	795.999.440	626.134.101	833.563.564	641.074.679	739.046.804	572.665.172	102%	91%	
	FEOGA	176.313.948	139.202.500	186.814.908	142.616.991	141.922.665	110.212.825	102%	79%	
	IFOP	43.354.083	30.040.500	49.776.652	34.564.271	35.398.047	23.858.823	115%	79%	
	FSE	136.676.595	116.173.000	139.431.005	118.516.255	129.424.280	110.010.642	102%	95%	
<b>EIXO 1</b>	<b>Garantir as Cond. Básicas para a Melhoria da Compet. Regional</b>	<b>297.815.413</b>	<b>253.143.101</b>	<b>302.002.662</b>	<b>255.978.678</b>	<b>284.976.037</b>	<b>241.893.115</b>	<b>101%</b>	<b>96%</b>	
M 1.1	Infra-estruturas e equipamentos portuários e aero-portuários	FEDER 68.741.295	58.430.101	69.449.390	58.308.396	66.281.637	56.002.875	100%	96%	
M 1.2	Infra-estruturas e equipamentos rodoviários	FEDER 92.524.706	78.646.000	93.721.857	79.663.579	92.825.482	78.901.659	101%	100%	
M 1.3	Infra-estruturas e equipamentos de educação e cultura	FEDER 103.680.000	88.128.000	106.983.802	90.936.232	95.229.028	80.944.674	103%	92%	
M 1.4	Infra-estruturas e equipamentos de saúde	FEDER 20.540.000	17.459.000	17.764.233	15.099.598	16.670.285	14.169.742	86%	81%	
M 1.5	Protecção civil	FEDER 12.329.412	10.480.000	14.083.380	11.970.873	13.969.605	11.874.165	114%	113%	
<b>EIXO 2</b>	<b>Incrementar a Modernização da Base Produtiva Tradicional</b>	<b>218.237.227</b>	<b>168.027.000</b>	<b>235.361.477</b>	<b>176.135.762</b>	<b>176.090.715</b>	<b>133.026.151</b>	<b>105%</b>	<b>79%</b>	
	FEOGA-O	175.333.227	138.369.000	186.034.908	141.953.991	141.142.669	109.549.828	103%	79%	
	IFOP	42.904.000	29.658.000	49.326.569	34.181.771	34.948.047	23.476.323	115%	79%	
M 2.1	Promoção do desenvolvimento sustentado em zonas rurais	FEOGA-O 74.999.500	63.750.000	74.907.339	63.671.238	68.527.901	58.248.716	100%	91%	
M 2.2	Incentivos à modernização e diversificação do sector agro-florestal	FEOGA-O 100.333.727	74.619.000	111.127.569	78.282.753	72.614.767	51.301.112	105%	69%	
M 2.3	Apoio ao desenvolvimento das pescas	IFOP 36.249.000	24.666.000	42.598.134	29.135.444	28.415.394	18.576.834	118%	75%	
M 2.4	Ajustamento do esforço de pesca	IFOP 6.655.000	4.992.000	6.728.436	5.046.327	6.532.653	4.899.489	101%	98%	
<b>EIXO 3</b>	<b>Promover a Dinamização do Desenvolvimento Sustentado</b>	<b>249.474.359</b>	<b>212.050.666</b>	<b>253.153.441</b>	<b>214.055.426</b>	<b>230.939.079</b>	<b>195.573.302</b>	<b>101%</b>	<b>92%</b>	
	FEDER	113.971.372	96.875.666	114.234.113	95.973.996	102.014.808	85.987.671	99%	89%	
	FSE	135.502.987	115.175.000	138.919.328	118.081.430	128.924.271	109.585.631	103%	95%	
M 3.1	Desenvolvimento do turismo	FEDER 47.429.412	40.315.000	46.414.555	38.327.372	42.796.532	35.652.136	95%	88%	
M 3.2	Desenvolvimento do sistema industrial, comercial e de serviços	FEDER 15.807.059	13.436.000	15.304.323	13.008.674	13.770.109	11.704.593	97%	87%	
M 3.3	Desenvolvim. da Ciência, Tecnologia e da Sociedade da Informação	FEDER 11.404.313	9.693.666	13.366.211	11.361.279	7.978.278	6.781.536	117%	70%	
M 3.4	Apoio ao Desenvolvimento do Emprego e da Formação Profissional	FSE 135.502.987	115.175.000	138.919.328	118.081.430	128.924.271	109.585.631	103%	95%	
M 3.5	Desenvolvimento do Sistema Ambiental e do Ordenamento	FEDER 36.977.647	31.431.000	36.932.818	31.392.896	36.046.007	30.639.106	100%	97%	
M 3.6	Inovação, qualidade, competitividade	FEDER 2.352.941	2.000.000	2.216.206	1.883.775	1.423.881	1.210.299	94%	61%	
<b>EIXO 4</b>	<b>Apoiar o Desenvolvimento Local do Potencial Endógeno</b>	<b>210.501.177</b>	<b>178.926.000</b>	<b>210.372.235</b>	<b>178.816.400</b>	<b>193.582.288</b>	<b>164.544.944</b>	<b>100%</b>	<b>92%</b>	
M 4.1	Infra-estruturas de saneamento básico	FEDER 52.496.471	44.622.000	55.443.267	47.126.777	50.877.359	43.245.755	106%	97%	
M 4.2	Rede viária municipal	FEDER 63.487.058	53.964.000	62.607.279	53.216.187	60.905.931	51.770.041	99%	96%	
M 4.3	Educação e desporto	FEDER 41.832.940	35.558.000	39.621.000	33.677.850	32.173.424	27.347.411	95%	77%	
M 4.4	Valorização do potencial endógeno	FEDER 52.684.708	44.782.000	52.700.689	44.795.585	49.625.574	42.181.738	100%	94%	
<b>EIXO 5</b>	<b>Dinamizar e Fortalecer o Tecido Empresarial Regional</b>	<b>169.906.478</b>	<b>93.955.334</b>	<b>203.149.553</b>	<b>107.071.355</b>	<b>157.334.042</b>	<b>79.270.757</b>	<b>114%</b>	<b>84%</b>	
M 5.1	Turismo	FEDER 31.651.478	21.155.334	61.070.372	32.300.851	44.788.642	22.211.161	153%	105%	
M 5.2	Indústria, comércio e serviços	FEDER 29.830.000	20.881.000	40.903.727	25.924.703	19.084.006	11.606.935	124%	56%	
M 5.3	Energia	FEDER 79.758.000	39.879.000	79.401.378	39.700.689	77.485.949	38.742.975	100%	97%	
M 5.4	Transportes e Comunicações	FEDER 28.667.000	12.040.000	21.774.076	9.145.112	15.975.445	6.709.687	76%	56%	
<b>EIXO 6</b>	<b>Assistência Técnica</b>	<b>6.408.412</b>	<b>5.448.000</b>	<b>5.546.760</b>	<b>4.714.575</b>	<b>2.869.634</b>	<b>2.439.193</b>	<b>87%</b>	<b>45%</b>	
M 6.1	Ass. Técnica FEDER	FEDER 3.805.000	3.234.000	3.805.000	3.234.250	1.139.629	968.685	100%	30%	
M 6.2	Ass. Técnica FEOGA	FEOGA 980.721	833.500	780.000	663.000	779.996	662.997	80%	80%	
M 6.3	Ass. Técnica FSE	FSE 1.173.608	998.000	511.677	434.825	500.009	425.011	44%	43%	
M 6.4	Ass. Técnica IFOP	IFOP 450.083	382.500	450.083	382.500	450.000	382.500	100%	100%	

O co-financiamento comunitário do investimento regional, público e privado, não se confina ao PRODESA, encontrando financiamento noutros Programas Operacionais Sectoriais, em Iniciativas Comunitárias, nas Acções Inovadoras e no Fundo de Coesão, entre outros, potenciando desta forma o nível de investimento da Região.

As entidades regionais responsáveis pela gestão e acompanhamento das candidaturas respectivas a estas alternativas de financiamento, asseguram quer a complementaridade de apoios, quer os procedimentos necessários à verificação da duplicação de ajudas comunitárias.



O Fundo de Coesão surgiu com os objectivos de contribuir financeiramente para a realização de projectos nos domínios do ambiente e das redes transeuropeias em matéria de infra-estruturas e transportes, e reforçar a Coesão Económica e Social dos Estados-Membros da União cujo produto nacional bruto por habitante seja inferior a 90 % da média comunitária.

No sector do Ambiente, encontra-se em manter um grupo de projectos de “Tratamento e destino final dos resíduos sólidos urbanos das ilhas de São Miguel, Pico e Terceira”, aprovado em Dezembro de 2000.

Na sequência da aprovação em 18 de Novembro de 2005, da alteração de decisão do projecto, o custo elegível ascende a 22 337 290 euros, a que corresponde um co-financiamento comunitário de 18 986 696 euros. A taxa de execução em 30-06-2007 era de 83,4%.

A alteração da decisão do projecto de Requalificação do Porto da Praia da Vitória foi aprovada pela Comissão Europeia, a 19 de Outubro de 2006, ascendendo o custo elegível a 33 047 102€, a que corresponde um co-financiamento comunitário de 27 429 095€.

Com a reprogramação deste projecto, ascende a 90,9 milhões de euros o investimento elegível aprovado, até à data, pelo Fundo de Coesão, no âmbito dos Transportes, a que corresponde um co-financiamento comunitário de cerca de 71,9 milhões de euros.

Para um investimento total de 113,2 milhões de euros está aprovado um apoio do Fundo de Coesão de 90,9 milhões de euros, o que representa uma taxa de co-financiamento média de 80,3%.

A execução dos projectos da RAA, a 30.06.2007, ascendeu a 66%.

**Ponto de Situação Fundo de Coesão**

30-06-2007

Data de Aprovação da Decisão em vigor	Código N° FC	Entidades Executoras	Projectos / Grupos Projectos	Invest. Total Previsto	Apoio F.C. Previsto	Taxa de Comp.	Despesa Validada
<b>AMBIENTE</b>							
18-11-2005	1998/PE/001	DREPA/ Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel e do Pico, Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo e Câmara Municipal da Praia da Vitória	Tratamento e Destino Final de RSU ilhas de S. Miguel, Pico e Terceira S. Miguel ..... Pico ..... Terceira .....	<b>22.337.290</b> 9.372.463 3.439.701 9.525.126	<b>18.986.696</b> 7.966.594 2.923.745 8.096.357	85%	<b>18.628.865</b> 9 195 741 2.447.403 6.985.722
<b>TRANSPORTES</b>				90.821.953	71.882.925		56.071.153
31-07-2006	2003/PT/006	Administração dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental	Reabilitação do Porto de S. Roque do Pico	7.637.210	6.491.628	85%	7.637.210
19-10-2006	2003/PT/010	Administração dos Portos da Terceira e Graciosa	Requalificação do Porto da Praia da Vitória	33.047.102	27.429.095	83%	22.299.347
29-09-2006	2003/PT/011	Secretaria Regional da Economia / Direcção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos (ex DRTC)	Requalificação e Modernização da Aerogare Civil das Lajes	17.948.598	13.820.420	77%	11.405.279
19-12-2005	2005/PT/016	Administração dos Portos das Ilhas de S. Miguel e Sta. Maria, S.A.	Terminal Marítimo de Ponta Delgada	32.189.043	24.141.782	75%	14.729.317
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>113.159.243</b>	<b>90.869.621</b>		<b>74.700.018</b>



Na sequência da candidatura formulada à Comissão Europeia em 29 de Maio de 2002, foi aprovado em 26 de Março de 2003 o Programa Regional de Acções Inovadoras – PRAI-Açores (CCI 2002 PT 16 0 PP 001), tendo como data de início 1 de Março de 2003 e data-limite de elegibilidade das despesas 28 de Fevereiro de 2006.

O programa regional de acções inovadoras dos Açores foi concebido com base em intenções de investimento de diversas entidades, as quais foram traduzidas nas acções que o estruturam.

O PRAI-Açores enquadrou-se nas prioridades estratégicas para o desenvolvimento regional, designadamente pelo aumento da competitividade, no quadro de uma política horizontal de desenvolvimento sustentável, valorizando e reforçando o papel das parcerias público-privadas.

Os objectivos definidos foram atingidos com sucesso, permitindo a difusão das novas tecnologias de informação, a dinamização da utilização das TIC's pelas empresas e particulares, o fomento das energias renováveis e a promoção e divulgação da cultura açoriana.

A missão de encerramento conjunta da Comissão Europeia e DREPA, realizou-se 13 a 17 de Fevereiro de 2006, tendo-se efectuado reuniões com todos os beneficiários e visitas físicas aos projectos.

A aprovação dos relatórios finais dos projectos e relatório final do Programa foi efectuada, pelo Comité de Direcção, por consulta escrita de 9 de Agosto de 2006.

O Relatório Final, o pedido de pagamento de saldo e a declaração de organismo independente foram enviados à Comissão Europeia a 25 de Agosto de 2006.

Em Março de 2007 foi proferida decisão pela Comissão Europeia e pago o saldo final no valor de 63 824,46€. A despesa elegível ascendeu a 2.726.910,32 euros e o co-financiamento FEDER foi de 2.181.527,66 euros, a que correspondeu uma taxa de execução global de 89,2%.

**PRAI-Açores – Execução Final**

31-12-2006

Unidade: euro

EIXO / ACÇÃO / PROJECTO	Entidade	APROVAÇÃO		EXECUÇÃO		TAXA DE
		Custo Total	FEDER	Custo Total	FEDER	EXECUÇÃO
<b>1) Economias regionais baseadas no conhecimento e na inovação tecnológica</b>		1.107.481,3	885.985,1	864.737,3	691.789,9	78,1
Acção 1 - Difusão das Tecnologias da Informação		1.107.481,3	885.985,1	864.737,3	691.789,9	78,1
I-1-01 - InfoNetMóvel – Informática e Internet em Movimento – Açores	Direcção Regional da Ciência e Tecnologia	271.200,0	216.960,0	188.471,9	150.777,6	69,5
I-1-02 - Espaço de Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico nos Açores	Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada	380.000,0	304.000,0	226.209,9	180.967,9	59,5
I-1-03 - As Novas Tecnologias em Pró do Conhecimento	Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo	420.281,3	336.225,1	418.074,2	334.459,4	99,5
I-1-04 - Museus em Rede Século XXI	Direcção Regional da Cultura	36.000,0	28.800,0	31.981,3	25.585,1	88,8
<b>3) Identidade regional e desenvolvimento sustentável</b>		<b>1.858.160,0</b>	<b>1.486.528,0</b>	<b>1.858.032,0</b>	<b>1.486.425,0</b>	<b>100,0</b>
Acção 2 - Fomento do Aproveitamento das Energias Renováveis		1.728.160,0	1.382.528,0	1.728.160,0	1.382.528,0	100,0
III-2-01 - Bases para a investigação e desenvolvimento em Hidrogénio Renovável nos Açores	Laboratório de Ambiente Marinho e Tecnologia, Associação Técnico-Científica (LAMTec-ID)	546.140,0	436.912,0	546.140,0	436.912,0	100,0
III-2-02 - Parque tecnológico interactivo em energias renováveis e hidrogénio renovável nos Açores	Laboratório de Ambiente Marinho e Tecnologia, Associação Técnico-Científica (LAMTec-ID)	461.810,0	369.448,0	461.810,0	369.448,0	100,0
III-2-03 - Definição e Instalação de Demonstradores Reais Facilitadores da Máxima Penetração de Energias Renováveis	Electricidade dos Açores, S.A.	720.210,0	576.168,0	720.210,0	576.168,0	100,0
Acção 3 - Dinamização da Actividade Cultural		130.000,0	104.000,0	129.872,0	103.897,0	99,9
III-3-01 - Centro de Conhecimento dos Açores	Direcção Regional da Cultura/Fundo Regional de Acção Cultural	130.000,0	104.000,0	129.872,0	103.897,0	99,9
<b>4) Medidas de Acompanhamento</b>	Direcção Regional de Estudos e Planeamento	<b>40.000,0</b>	<b>32.000,0</b>	<b>2.431,0</b>	<b>1.944,8</b>	<b>6,1</b>
<b>5) Assistência técnica</b>	Direcção Regional de Estudos e Planeamento	<b>50.000,0</b>	<b>40.000,0</b>	<b>1.710,0</b>	<b>1.368,0</b>	<b>3,4</b>
<b>TOTAL</b>		<b>3.055.641,3</b>	<b>2.444.513,1</b>	<b>2.726.910,3</b>	<b>2.181.527,7</b>	<b>89,2</b>



O Programa de Iniciativa Comunitária (PIC) INTERREG III, insere a Região Autónoma dos Açores na sua vertente B – Cooperação Transnacional, nomeadamente na sub-região Açores-Madeira-Canárias, tendo por objectivo fomentar a cooperação transregional e transnacional, estimulando um desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável do conjunto do espaço comunitário.

São beneficiários deste PIC direcções regionais e outras entidades governamentais, câmaras municipais e associações de municípios, observatórios e institutos, associações empresariais e juvenis, hospitais, ONGs, a universidade dos Açores, entre outros.

A comparticipação FEDER, destinada aos investimentos originários dos Açores, atinge um montante de 34,6 milhões de euros, repartidos pelos seguintes eixos e medidas:

**QUADRO 1**  
**INTERREG III B AÇORES-MADEIRA-CANÁRIAS**  
**REPARTIÇÃO POR EIXOS E MEDIDAS**

Eixo / Medida	AÇORES	
	FEDER € x 100	%
Medida 1.1 - Desenvolvimento socioeconómico no âmbito urbano	884,04	2,55%
Medida 1.2 - Desenvolvimento socioeconómico de zonas rurais	1.639,54	4,74%
Medida 1.3 - Ordenamento territorial a nível regional e insular e inter-relação entre zonas urbanas e rurais	1.292,11	3,73%
Medida 1.4 - Cooperação nos domínios do ordenamento do território e do desenvolvimento urbano-rural entre as RUP da União Europeia	0,00	0,00%
<b>EIXO 1 - Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano-Rural</b>	<b>3.815,69</b>	<b>11,02%</b>
Medida 2.1 - Apoio às iniciativas públicas e privadas para melhorar as infra-estruturas e os serviços de transporte e comunicações	1.911,03	5,52%
Medida 2.2 - Intermodalidade e incorporação de meios de transporte alternativos q/ respeitem o ambiente	187,39	0,54%
Medida 2.3 - Desenvolvimento da sociedade de informação, da investigação e desenvolvimento	11.176,72	32,28%
Medida 2.4 - Cooperação entre as RUP da União Europeia	44,62	0,13%
<b>EIXO 2 - Desenvolvimento dos Transportes e Comunicações, Sociedade da Informação e Investigação e Desenvolvimento (I&amp;D)</b>	<b>13.319,76</b>	<b>38,47%</b>
Medida 3.1 - Cooperação pública e privada entre as regiões e com países limítrofes em sectores económicos emergentes	3.076,49	8,89%
Medida 3.2 - Acções de formação ligadas à melhoria da competitividade do tecido produtivo e à melhoria dos serviços públicos	1.078,70	3,12%
Medida 3.3 - Cooperação institucional	1.744,69	5,04%
Medida 3.4 - Cooperação entre as RUP da União Europeia	100,00	0,29%
Medida 3.5 - Cooperação com Países Terceiros	500,63	1,45%
<b>EIXO 3 - Promoção da Cooperação Económica e Institucional</b>	<b>6.500,51</b>	<b>18,78%</b>
Medida 4.1 - Melhoria e preservação dos recursos naturais e da biodiversidade, gestão de riscos e protecção civil	2.567,66	7,42%
Medida 4.2 - Meio marinho e costeiro: ordenamento do litoral e melhoria da gestão e do conhecimento dos recursos marinhos	3.622,63	10,46%
Medida 4.3 - Energia e recursos hídricos, com especial ênfase na promoção das energias renováveis	1.114,29	3,22%
Medida 4.4 - Desenvolvimento do turismo sustentável	1.362,60	3,94%
Medida 4.5 - Conservação, valorização e gestão sustentável do património cultural	1.865,20	5,39%
Medida 4.6 - Cooperação entre as RUP da União Europeia	18,05	0,05%
<b>EIXO 4 - Valorização e Gestão Sustentada dos Recursos Naturais e Culturais</b>	<b>10.550,43</b>	<b>30,47%</b>
<b>EIXO 5 - Assistência Técnica</b>	<b>433,84</b>	<b>1,25%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>34.620,23</b>	<b>100,00%</b>

Em Fevereiro de 2003, o Comité de Gestão do INTERREG III B Açores-Madeira-Canárias aprovou formalmente 55 candidaturas com participação Açoriana, resultantes da 1ª Convocatória.

Em Maio de 2004 foram formalmente aprovados em Comité de Gestão 58 projectos com participação Açoriana, provenientes da 2ª Convocatória. No decorrer da mesma os parceiros

de um dos projectos declararam que não iriam conseguir executá-lo, passando assim a serem 57 os projectos desta convocatória.

Em Novembro de 2004 foram aprovadas na 3ª Convocatória, e em Comité de Gestão, 3 candidaturas com participação Açoriana. Esta convocatória teve a característica peculiar de reportar apenas a projectos de cooperação com países terceiros.

Em Outubro de 2005 foram formalmente aprovados, na 4ª e última Convocatória do Programa, 33 projectos com participação Açoriana e criou-se uma lista de reserva de projectos que seriam aprovados com o remanescente dos projectos da 1ª Convocatória. Em Junho de 2006 foram aprovados, em Comité de Gestão, 8 projectos de lista de reserva com participação dos Açores e em Maio de 2007 foram aprovados, também em Comité de Gestão, 2 Projectos da lista de reserva, passando a ser 43 o número total de projectos com participação Açoriana aprovados na 4ª Convocatória.

No Quadro 2 estão descritos, por eixo e medida, o investimento aprovado, o investimento executado, a taxa de execução e o peso relativo dos Projectos no total no Programa, referente às quatro convocatórias.

O Quadro 3 indica, por eixo e medida, o FEDER aprovado, o FEDER executado, a taxa de execução e o peso relativo dos Projectos no total do Programa, relativamente às quatro convocatórias.

Com vista ao cumprimento da Regra N+2 (os fundos estruturais previstos para um determinado ano são definitivamente perdidos se o Estado-Membro não demonstrar a sua utilização efectiva à Comissão Europeia (através da apresentação de pagamentos intermédios) num prazo de três anos. Vide: REG 1260/1999, 31.º, 2), a Região Autónoma dos Açores, através dos projectos aprovados na 3ª e 4ª Convocatórias, terá de executar 5,7 milhões de euros de FEDER até ao final de 2007.



QUADRO 2  
INTERREG III B AÇORES-MADEIRA-CANÁRIAS  
INVESTIMENTO APROVADO

	Projectos Aprovados				Investimento Aprovado				Peso Relativo dos Eixos/Medidas no Total do Investimento				Investimento Executado				Taxa de execução			
	1ª Conv	2ª Conv	3ª Conv	4ª Conv	1ª Conv	2ª Conv	3ª Conv	4ª Conv	1ª Conv	2ª Conv	3ª Conv	4ª Conv	1ª Conv	2ª Conv	3ª Conv	4ª Conv	1ª Conv	2ª Conv	3ª Conv	4ª Conv
Medida 1.1 - Desenvolvimento socioeconómico no âmbito urbano	2	1	0	1	675.820,64 €	203.014,12 €	0,00 €	186.588,24 €	4,85%	1,53%	0,00%	1,49%	615.063,76 €	184.804,08 €	0,00 €	11.494,00 €	91,01%	91,03%	0,00%	6,16%
Medida 1.2 - Desenvolvimento socioeconómico de zonas rurais	3	4	0	1	906.330,59 €	904.895,46 €	0,00 €	117.647,06 €	6,51%	6,80%	0,00%	0,94%	800.523,90 €	708.678,25 €	0,00 €	0,00 €	88,33%	78,32%	0,00%	0,00%
Medida 1.3 - Ordenamento territorial a nível regional e insular e inter-relação entre zonas urbanas e rurais	2	1	0	2	462.780,61 €	443.422,01 €	0,00 €	638.116,07 €	3,32%	3,33%	0,00%	5,09%	414.165,06 €	443.189,88 €	0,00 €	138.131,78 €	89,49%	99,95%	0,00%	21,65%
Medida 1.4 - Cooperação nos domínios do ordenamento do território e do desenvolvimento urbano-rural entre as RUP da União Europeia	0	0	0	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>EIXO 1 - Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano-Rural</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>2.044.931,84 €</b>	<b>1.551.331,59 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>942.351,37 €</b>	<b>14,68%</b>	<b>11,67%</b>	<b>0,00%</b>	<b>7,52%</b>	<b>1.829.752,72 €</b>	<b>1.336.672,21 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>149.625,78 €</b>	<b>89,48%</b>	<b>86,16%</b>	<b>0,00%</b>	<b>15,88%</b>
Medida 2.1 - Apoio às iniciativas públicas e privadas para melhorar as infra-estruturas e os serviços de transporte e comunicações	2	2	0	2	209.794,61 €	1.636.175,00 €	0,00 €	402.624,95 €	1,51%	12,30%	0,00%	0,03	166.602,38 €	703.296,45 €	0,00 €	52.660,95 €	79,41%	42,98%	0,00%	13,08%
Medida 2.2 - Intermodalidade e incorporação de meios de transporte alternativos que respeitem o ambiente	1	0	0	0	220.461,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,58%	0,00%	0,00%	0,00%	219.526,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	99,58%	0,00%	0,00%	0,00%
Medida 2.3 - Desenvolvimento da sociedade de informação, da investigação e desenvolvimento	16	17	0	10	5.152.360,67 €	4.043.480,53 €	0,00 €	3.987.970,86 €	37,00%	30,40%	0,00%	31,81%	4.878.513,11 €	3.225.864,52 €	0,00 €	396.346,60 €	94,69%	79,78%	0,00%	9,94%
Medida 2.4 - Cooperação entre as RUP da União Europeia	0	1	0	0	0,00 €	52.499,99 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,39%	0,00%	0,00%	0,00 €	48.669,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	92,70%	0,00%	0,00%
<b>EIXO 2 - Desenvolvimento dos Transportes e Comunicações, Sociedade da Informação e Investigação e Desenvolvimento (I&amp;D)</b>	<b>19</b>	<b>20</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>5.582.616,28 €</b>	<b>5.732.155,52 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>4.390.595,81 €</b>	<b>40,09%</b>	<b>43,10%</b>	<b>0,00%</b>	<b>35,02%</b>	<b>5.264.642,28 €</b>	<b>3.977.832,29 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>449.007,55 €</b>	<b>94,30%</b>	<b>69,40%</b>	<b>0,00%</b>	<b>10,23%</b>
Medida 3.1 - Cooperação pública e privada entre as regiões e com países limítrofes em sectores económicos emergentes	6	4	0	4	1.696.432,05 €	715.981,67 €	0,00 €	1.208.872,00 €	12,18%	5,38%	0,00%	9,64%	1.579.995,86 €	564.557,10 €	0,00 €	485.602,87 €	93,14%	78,85%	0,00%	40,17%
Medida 3.2 - Acções de formação ligadas à melhoria da competitividade do tecido produtivo e à melhoria dos serviços públicos	2	4	0	2	452.984,69 €	331.014,51 €	0,00 €	485.063,19 €	3,25%	2,49%	0,00%	3,87%	274.940,68 €	184.802,87 €	0,00 €	19.853,33 €	60,70%	55,83%	0,00%	4,09%
Medida 3.3 - Cooperação institucional	2	3	0	4	385.948,38 €	700.713,13 €	0,00 €	965.920,06 €	2,77%	5,27%	0,00%	7,70%	340.189,40 €	633.869,50 €	0,00 €	105.002,32 €	88,14%	90,46%	0,00%	10,87%
Medida 3.4 - Cooperação entre as RUP da União Europeia	1	0	0	1	58.823,50 €	0,00 €	0,00 €	58.823,53 €	0,42%	0,00%	0,00%	0,47%	58.626,11 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	99,66%	0,00%	0,00%	0,00%
Medida 3.5 - Cooperação com Países Terceiros	0	0	3	1	0,00 €	0,00 €	541.920,00 €	47.058,82 €	0,00%	0,00%	100,00%	0,38%	0,00 €	0,00 €	464.109,19 €	40.000,00 €	0,00%	0,00%	85,64%	85,00%
<b>EIXO 3 - Promoção da Cooperação Económica e Institucional</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>2.594.188,62 €</b>	<b>1.747.709,31 €</b>	<b>541.920,00 €</b>	<b>2.765.737,60 €</b>	<b>18,63%</b>	<b>13,14%</b>	<b>100,00%</b>	<b>22,06%</b>	<b>2.253.752,05 €</b>	<b>1.383.229,47 €</b>	<b>464.109,19 €</b>	<b>650.458,52 €</b>	<b>86,88%</b>	<b>79,15%</b>	<b>85,64%</b>	<b>23,52%</b>
Medida 4.1 - Melhorar e preservação dos recursos naturais e da biodiversidade, gestão de riscos e protecção civil	3	5	0	3	493.383,59 €	1.374.180,00 €	0,00 €	1.153.207,04 €	3,54%	10,33%	0,00%	9,20%	451.315,19 €	1.247.646,86 €	0,00 €	182.689,13 €	91,47%	90,79%	0,00%	15,84%
Medida 4.2 - Meio marinho e costeiro: ordenamento do litoral e melhoria da gestão e do conhecimento dos recursos marinhos	6	5	0	4	1.496.111,68 €	1.229.951,18 €	0,00 €	1.535.850,85 €	10,74%	9,25%	0,00%	12,25%	1.475.504,19 €	1.222.310,35 €	0,00 €	196.733,09 €	98,62%	99,38%	0,00%	12,81%
Medida 4.3 - Energia e recursos hídricos, com especial ênfase na promoção das energias renováveis	1	2	0	2	360.000,00 €	402.800,00 €	0,00 €	548.325,00 €	2,59%	3,03%	0,00%	4,37%	321.803,56 €	307.316,43 €	0,00 €	333.499,82 €	89,39%	76,33%	0,00%	60,82%
Medida 4.4 - Desenvolvimento do turismo sustentável	3	4	0	3	653.810,26 €	350.000,00 €	0,00 €	599.252,06 €	4,69%	2,63%	0,00%	4,78%	540.109,68 €	289.433,32 €	0,00 €	86.920,18 €	82,61%	82,70%	0,00%	14,50%
Medida 4.5 - Conservação, valorização e gestão sustentável do património cultural	4	4	0	3	679.935,56 €	911.027,51 €	0,00 €	603.389,15 €	4,88%	6,85%	0,00%	4,81%	622.396,58 €	661.382,46 €	0,00 €	78.794,48 €	91,54%	72,60%	0,00%	13,06%
Medida 4.6 - Cooperação entre as RUP da União Europeia	1	0	0	0	21.240,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,15%	0,00%	0,00%	0,00%	7.307,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	34,41%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>EIXO 4 - Valorização e Gestão Sustentada dos Recursos Naturais e Culturais</b>	<b>18</b>	<b>20</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>3.704.481,09 €</b>	<b>4.267.758,69 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>4.440.024,10 €</b>	<b>26,60%</b>	<b>32,09%</b>	<b>0,00%</b>	<b>35,41%</b>	<b>3.418.436,95 €</b>	<b>3.728.089,42 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>878.636,70 €</b>	<b>92,28%</b>	<b>87,35%</b>	<b>0,00%</b>	<b>19,79%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>55</b>	<b>57</b>	<b>3</b>	<b>43</b>	<b>13.926.217,83 €</b>	<b>13.298.955,11 €</b>	<b>541.920,00 €</b>	<b>12.538.708,88 €</b>					<b>12.766.584,00 €</b>	<b>10.425.823,39 €</b>	<b>464.109,19 €</b>	<b>2.127.728,55 €</b>	<b>91,67%</b>	<b>78,40%</b>	<b>85,64%</b>	<b>16,97%</b>

QUADRO 3  
INTERREG III B AÇORES-MADEIRA-CANÁRIAS  
FEDER APROVADO

	FEDER Aprovado				Peso Relativo dos Eixos/Medidas no Total do Investimento				FEDER Executado				Taxa de execução			
	1ª Conv	2ª Conv	3ª Conv	4ª Conv	1ª Conv	2ª Conv	3ª Conv	4ª Conv	1ª Conv	2ª Conv	3ª Conv	4ª Conv	1ª Conv	2ª Conv	3ª Conv	4ª Conv
Medida 1.1 - Desenvolvimento socioeconómico no âmbito urbano	552.877,22 €	172.562,00 €	0,00 €	158.600,00 €	4,70%	1,53%	0,00%	1,49%	501.234,26 €	157.083,47 €	0,00 €	9.769,90 €	90,66%	91,03%	0,00%	0,00%
Medida 1.2 - Desenvolvimento socioeconómico de zonas rurais	770.381,00 €	769.161,14 €	0,00 €	100.000,00 €	6,55%	6,80%	0,00%	0,94%	680.445,32 €	602.376,51 €	0,00 €	0,00 €	88,33%	78,32%	0,00%	0,00%
Medida 1.3 - Ordenamento territorial a nível regional e insular e inter-relação entre zonas urbanas e rurais	372.806,02 €	376.908,71 €	0,00 €	542.398,66 €	3,17%	3,33%	0,00%	5,09%	331.712,48 €	376.711,40 €	0,00 €	117.412,01 €	88,98%	99,95%	0,00%	21,65%
Medida 1.4 - Cooperação nos domínios do ordenamento do território e do desenvolvimento urbano-rural entre as RUP da União Europeia	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>EIXO 1 - Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano-Rural</b>	<b>1.696.064,24 €</b>	<b>1.318.631,85 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>800.998,66 €</b>	<b>14,42%</b>	<b>11,67%</b>	<b>0,00%</b>	<b>7,52%</b>	<b>1.513.392,06 €</b>	<b>1.136.171,38 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>127.181,91 €</b>	<b>89,23%</b>	<b>86,16%</b>	<b>0,00%</b>	<b>15,88%</b>
Medida 2.1 - Apoio às iniciativas públicas e privadas para melhorar as infra-estruturas e os serviços de transporte e comunicações	178.054,20 €	1.390.748,75 €	0,00 €	342.231,21 €	1,51%	12,30%	0,00%	3,21%	141.342,86 €	597.803,68 €	0,00 €	44.761,81 €	79,38%	42,98%	0,00%	0,00%
Medida 2.2 - Intermodalidade e incorporação de meios de transporte alternativos que respeitem o ambiente	187.391,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,59%	0,00%	0,00%	0,00%	186.597,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	99,58%	0,00%	0,00%	0,00%
Medida 2.3 - Desenvolvimento da sociedade de informação, da investigação e desenvolvimento	4.349.984,78 €	3.436.958,45 €	0,00 €	3.389.775,23 €	36,98%	30,40%	0,00%	31,81%	4.117.282,26 €	2.733.967,72 €	0,00 €	336.894,61 €	94,65%	79,55%	0,00%	0,00%
Medida 2.4 - Cooperação entre as RUP da União Europeia	0,00 €	44.624,99 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,39%	0,00%	0,00%	0,00 €	41.368,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	92,70%	0,00%	0,00%
<b>EIXO 2 - Desenvolvimento dos Transportes e Comunicações, Sociedade da Informação e Investigação e Desenvolvimento (I&amp;D)</b>	<b>4.715.430,83 €</b>	<b>4.872.332,19 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>3.732.006,44 €</b>	<b>40,08%</b>	<b>43,10%</b>	<b>0,00%</b>	<b>35,02%</b>	<b>4.445.222,89 €</b>	<b>3.373.140,32 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>381.656,42 €</b>	<b>94,27%</b>	<b>69,23%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Medida 3.1 - Cooperação pública e privada entre as regiões e com países limítrofes em sectores económicos emergentes	1.440.364,04 €	608.584,42 €	0,00 €	1.027.541,20 €	12,24%	5,38%	0,00%	9,64%	1.341.861,37 €	479.873,54 €	0,00 €	412.762,44 €	93,16%	78,85%	0,00%	40,17%
Medida 3.2 - Acções de formação ligadas à melhoria da competitividade do tecido produtivo e à melhoria dos serviços públicos	385.036,99 €	281.362,33 €	0,00 €	412.303,71 €	3,27%	2,49%	0,00%	3,87%	233.699,58 €	157.082,44 €	0,00 €	16.875,33 €	60,70%	55,83%	0,00%	0,00%
Medida 3.3 - Cooperação institucional	328.056,12 €	595.606,16 €	0,00 €	821.032,05 €	2,79%	5,27%	0,00%	7,70%	289.160,99 €	538.789,08 €	0,00 €	89.251,97 €	88,14%	90,46%	0,00%	10,87%
Medida 3.4 - Cooperação entre as RUP da União Europeia	49.999,98 €	0,00 €	0,00 €	50.000,00 €	0,43%	0,00%	0,00%	0,47%	49.832,19 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	99,66%	0,00%	0,00%	0,00%
Medida 3.5 - Cooperação com Países Terceiros	0,00 €	0,00 €	460.632,00 €	40.000,00 €	0,00%	0,00%	100,00%	0,38%	0,00 €	0,00 €	394.492,81 €	34.000,00 €	0,00%	0,00%	85,64%	0,00%
<b>EIXO 3 - Promoção da Cooperação Económica e Institucional</b>	<b>2.203.457,13 €</b>	<b>1.485.552,91 €</b>	<b>460.632,00 €</b>	<b>2.350.876,96 €</b>	<b>18,73%</b>	<b>13,14%</b>	<b>100,00%</b>	<b>22,06%</b>	<b>1.914.554,13 €</b>	<b>1.175.745,06 €</b>	<b>394.492,81 €</b>	<b>552.889,74 €</b>	<b>86,89%</b>	<b>79,15%</b>	<b>85,64%</b>	<b>23,52%</b>
Medida 4.1 - Melhoria e preservação dos recursos naturais e da biodiversidade, gestão de riscos e protecção civil	419.376,05 €	1.168.053,00 €	0,00 €	980.225,98 €	3,56%	10,33%	0,00%	9,20%	383.617,91 €	1.060.499,83 €	0,00 €	155.285,76 €	91,47%	90,79%	0,00%	0,00%
Medida 4.2 - Meio marinho e costeiro: ordenamento do litoral e melhoria da gestão e do conhecimento dos recursos marinhos	1.271.694,93 €	1.045.458,50 €	0,00 €	1.305.473,22 €	10,81%	9,25%	0,00%	12,25%	1.254.178,56 €	1.038.608,24 €	0,00 €	167.223,13 €	98,62%	99,34%	0,00%	0,00%
Medida 4.3 - Energia e recursos hídricos, com especial ênfase na promoção das energias renováveis	306.000,00 €	342.210,00 €	0,00 €	466.076,25 €	2,60%	3,03%	0,00%	4,37%	273.533,03 €	261.218,97 €	0,00 €	283.474,85 €	89,39%	76,33%	0,00%	60,82%
Medida 4.4 - Desenvolvimento do turismo sustentado	555.738,72 €	297.500,00 €	0,00 €	509.364,25 €	4,72%	2,63%	0,00%	4,78%	459.093,23 €	246.018,32 €	0,00 €	73.882,15 €	82,61%	82,70%	0,00%	0,00%
Medida 4.5 - Conservação, valorização e gestão sustentável do património cultural	577.945,23 €	774.373,38 €	0,00 €	512.880,78 €	4,91%	6,85%	0,00%	4,81%	529.037,09 €	562.175,09 €	0,00 €	66.975,31 €	91,54%	72,60%	0,00%	13,06%
Medida 4.6 - Cooperação entre as RUP da União Europeia	18.054,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,15%	0,00%	0,00%	0,00%	6.211,59 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	34,41%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>EIXO 4 - Valorização e Gestão Sustentada dos Recursos Naturais e Culturais</b>	<b>3.148.808,93 €</b>	<b>3.627.594,88 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>3.774.020,48 €</b>	<b>26,77%</b>	<b>32,09%</b>	<b>0,00%</b>	<b>35,41%</b>	<b>2.905.671,41 €</b>	<b>3.168.520,45 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>746.841,20 €</b>	<b>92,28%</b>	<b>87,34%</b>	<b>0,00%</b>	<b>19,79%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>11.763.761,13 €</b>	<b>11.304.111,83 €</b>	<b>460.632,00 €</b>	<b>10.657.902,54 €</b>					<b>10.778.840,49 €</b>	<b>8.853.577,21 €</b>	<b>394.492,81 €</b>	<b>1.808.569,27 €</b>	<b>91,63%</b>	<b>78,32%</b>	<b>85,64%</b>	<b>16,97%</b>



No que concerne ao Programa Operacional da Sociedade da Informação (POSI), actual Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POSC), foram celebrados Contratos Programa entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Fundo Regional da Ciência e Tecnologia para a gestão, acompanhamento e controlo dos eixos 1 e 2, respectivamente, Desenvolver Competências e Portugal Digital.

As verbas disponíveis ascendem a 17,8 milhões de euros, conforme a programação abaixo descrita.

**Programação Financeira por Eixos**  
(Reprogramação Aprovada - Maio de 2006)

Moeda: Euros

Eixo / Medidas	Fundo	Total
<b>Eixo prioritário 1 – Desenvolver Competências</b>		<b>2 130 730</b>
1.1 - Competências Básicas .....	FSE	2 130 730
<b>Eixo Prioritário 2 – Portugal Digital</b>		<b>15 680 193</b>
2.1 - Acessibilidades .....	FEDER	3 062 720
2.2 - Conteúdos .....	FEDER	2 823 032
2.3 - Projectos Integrados: das Cidades Digitais .....	FEDER	8 974 373
2.4 - Acções Integradas de Formação <sup>1</sup> .....	FSE	820 068
<b>TOTAL</b>		<b>17 810 923</b>

<sup>1</sup> Aprovação de Reforço financeiro no valor de €400.000 a Outubro de 2006.

A medida 1.1 – enquadra-se a iniciativa conducente à atribuição de competências básicas no domínio das tecnologias da informação e da comunicação. Esta medida operacionaliza-se através de um processo nacional de formação e certificação de competências básicas em TIC. Foram abertas candidaturas para esta linha de financiamento, tendo sido aprovados 20 projectos. A sua execução prolonga-se no ano de 2007.

No eixo prioritário 2, enquadram-se 4 medidas.

Na Medida 2.1 - encontra-se executado o projecto “Escolas Digitais” pela Escola Secundária Antero de Quental, que visa a implementação de rede wireless em 20 escolas das ilhas dos

Açores, com vista à criação de ambientes digitais e mistos de aprendizagem (e-learning e b-learning), e o seu apetrechamento com unidades fixas e móveis de equipamento informático e audiovisual que permitam o acesso generalizado da população escolar à Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Na Medida 2.2, Conteúdos, foram aprovadas três candidaturas no âmbito de projectos desenvolvidos, respectivamente, pela Direcção Regional da Ciência e Tecnologia (e-Government), pela Escola EB3/S Vitorino Nemésio (Ensino Recorrente Mediatizado) e pela Saudaçor (Sistema de Informação da Saúde - Açores Região Digital).

Encontram-se em fase de execução 4 projectos na acção “Jornais, Rádios e Vídeo on-Line” cuja aprovação decorreu em Fevereiro de 2007 e aguarda-se a Homologação ministerial de um projecto na área de conteúdos da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores (Portal Empresarial).

Na Medida 2.3, estão em fase de encerramento 4 projectos, designadamente, o “e-Government nos Açores” da Direcção Regional da Ciência e Tecnologia, o “Açores Digital” da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores”, o “Campus Virtual” da Universidade dos Açores e o projecto “Protecção Civil Digital” do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores. O projecto “Sistema de Informação da Saúde – Açores Região Digital” da Saudaçor e o projecto da Universidade dos Açores – “Universidade Digital” terminam a sua execução em Agosto de 2007.

Na Medida 2.4, foi homologada uma proposta de reprogramação - reforço financeiro - no montante de €400.000 de forma a garantir a execução dos projectos “Escolas Digitais” da medida 2.1 e “Protecção Civil Digital”, “Sistema de Informação da Saúde – Açores Região Digital” e “Universidade Digital” da medida 2.3. A execução destes projectos decorrerá durante o ano de 2007.

Apresenta-se no quadro seguinte as aprovações e execuções, por medida, dos eixos 1 e 2. A taxa de execução até 31.12.2006, no Eixo 1 foi de 5,3% e no Eixo 2 de 68,1%.

**Aprovação e Execução Registada**

31.Dezembro.2006

Designação Projecto	Me- dida	Promotor	Investimento Total Aprovado FEDER	Execução FEDER
20 Projectos de Diploma Competências Básicas	1.1		833 167	112 528
Escolas Digitais	2.1	Escola Secundária Antero de Quental (representa 20 escolas ensino secundário) – parceria Secretaria Regional Educação e Ciência	3 062 720	3 054 334
Ensino Recorrente Mediatizado via Internet, na EB3/S Vitorino Nemésio Ensino Recorrente Mediatizado	2.2	Escola Secundária e Básica Vitorino Nemésio	148 166	102 615
E-Government Açores	2.2	Direcção Regional Ciência e Tecnologia	592 213	592 213
Sistema de Informação de Saúde dos Açores	2.2	Saudaçor	300 000	165 850
4 Projectos de Conteúdos (Com. Social)	2.2		142 367	
Portal Empresarial	2.2		387 935	
Açores Digital	2.3	AMRAA	2 000 000	1 984 603
Campus Virtual	2.3	Universidade dos Açores	332 106	323 326
E-Government Açores	2.3	Direcção Regional Ciência e Tecnologia	1 515 137	1 513 991
Protecção Civil Digital	2.3	Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores	741 450	717 921
Sistema de Informação de Saúde dos Açores	2.3	Saudaçor	2 050 000	1 133 302
Universidade Digital	2.3	Universidade dos Açores	2 335 681	1 085 378
Projecto Acções Integradas de Formação	2.4		820 068	



Relativamente à execução do PRIME na RAA efectuamos uma descrição dos aspectos mais relevantes registados durante o ano 2006 ao nível da execução conferida aos diversos sistemas de incentivos.

**a) SIME – Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial**

Durante o ano 2006, foram apresentadas 6 candidaturas, perfazendo um investimento de € 16 034 213,00, sendo 4 relativas ao sector do turismo, com um investimento de € 8 374 613,00 e 2 relativas ao sector da construção, com um investimento de € 7 659 600,00.

Na vigência do III QCA, o total de candidaturas apresentadas ao SIME ascende a 115, sendo o investimento candidatado € 419 842 248,86.

No período em referência foram decididos 22 projectos, dos quais 14 são não elegíveis e 8 são elegíveis. O investimento objecto de apoio é € 31 639 837,67, o incentivo não reembolsável € 187 372,61 e o incentivo reembolsável € 10 733 807,85.

No ano 2006 foram efectuados 16 pagamentos de incentivo SIME; o incentivo não reembolsável pago totaliza € 471 112,40 e o incentivo reembolsável totaliza € 5 241 097,17.

O total pago até ao final do ano ascende a € 72 064 548,85, o que confere uma execução financeira de 71%.

**b) SIVETUR – Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica**

Durante o ano 2006 foi assinado um contrato de concessão de incentivo SIVETUR, sendo que o investimento aprovado ascende a € 2 741 975,00, o incentivo não reembolsável aprovado totaliza € 342 311,50 e o incentivo reembolsável aprovado totaliza € 941 097,00.

Foi efectuado um pagamento no valor de € 666 735,01, sendo a taxa execução financeira deste sistema de incentivos de 39%.

**c) URBCOM – Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial**

O Despacho 463/XVII/2005/SECSDC do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor definiu como fase para apresentação de candidaturas na área de intervenção de Vila do Porto, o período compreendido entre 5 de Dezembro de 2005 e 4 de Abril de 2006, durante o qual foram apresentadas 5 candidaturas.

O Despacho nº 186/XVII/2006/SECSDC do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor definiu como fase para apresentação de candidaturas na área de intervenção da Madalena, o período entre 10 de Abril e 10 de Julho de 2006; pelo Despacho nº 418/XVII/2006/SECSDC do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor foi autorizada a reabertura das candidaturas ao URBCOM da Madalena, que decorreu no período compreendido entre 14 de Agosto e 4 de Setembro de 2006, durante as quais foram apresentadas 11 candidaturas

O Despacho nº 486/XVII/2006/SECSDC do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, de 15 de Setembro, aprovou as normas específicas do projecto nº 045/URBCOM/2004 – Projecto Global de Santa Cruz da Graciosa e definiu o período compreendido entre 18 de Setembro e 16 de Outubro de 2006, para apresentação de candidaturas. Foram apresentadas 5 candidaturas.

Conclui-se, que durante o ano 2006 foram apresentadas 23 candidaturas ao URBCOM, sendo 2 candidaturas de projectos na envolvente comercial e 21 de empresas.

Durante o ano 2006, foram assinados 13 contratos de concessão de incentivo com promotores de investimentos localizados na ilha do Faial e foram efectuados 8 pagamentos de incentivo, que totalizam € 176 540,82.

No final do ano 2006, a execução financeira do SIME, SIVETUR e URBCOM é de 63%.



O “Plano de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2000-2006” (adiante designado PDRu-Açores), engloba 4 intervenções – Medidas Agro-Ambientais, Zonas Desfavorecidas, Reforma Antecipada e Florestação de Terras Agrícolas – que, no seu conjunto, movimentam administrativamente mais de 8 400 processos por ano.

O PDRu-Açores assume um papel determinante na concretização da estratégia regional de Desenvolvimento Agrícola e Rural definida para o período 2000-2006, articulando-se com os restantes instrumentos de política agrícola e de desenvolvimento rural, na prossecução dos seguintes objectivos globais:

- Melhorar a competitividade global e o valor acrescentado da produção agrícola açoriana e, em particular, do seu sector pecuário;
- Sustentabilizar os processos produtivos, compatibilizando-os com a defesa e valorização dos recursos naturais e do ambiente;
- Reduzir as diferenças de rendimento e das condições de acesso aos factores de produção entre os agricultores açorianos e os agricultores do resto da Europa;
- Reduzir as assimetrias estruturais, económicas e sociais entre as ilhas do Arquipélago e melhorar a qualidade de vida das populações rurais;
- Rejuvenescer o tecido produtivo e ao mesmo tempo contribuir para melhorar a estrutura fundiária e as condições de produção na Região;
- Aumentar a contribuição da floresta para a economia e para a melhoria do ambiente, reduzindo o seu actual carácter subsidiário e residual.

A execução financeira do PDRu-Açores no ano FEOGA-G 2006 (16-10-2005 a 15-10-2006) atingiu uma despesa pública total de 19,8 milhões de euros, correspondendo a 16,5 milhões de euros de contribuição do FEOGA-G. A execução correspondeu a 75,6% do valor previsto comunicado à Comissão Europeia em 30/09/2005.



Unidade: 1000 €

INTERVENÇÕES	2006								
	Programação Indicativa <sup>1)</sup>			Previsão de despesas <sup>2)</sup>			Despesa Efectiva <sup>3)</sup>		
	DP total	ORAA	UE	DP total	ORAA	UE	DP total	ORAA	UE
<b>MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS .....</b>	<b>7.085</b>	<b>1.065</b>	<b>6.020</b>	<b>7.085</b>	<b>1.065</b>	<b>6.020</b>	<b>6.562,0</b>	<b>984,3</b>	<b>5.577,7</b>
Agro-Ambientais (novo regime) ....	7.059	1.059	6.000	7.059	1.059	6.000	6.551,8	982,8	5.569,0
Agro-Ambientais (Reg. 2078/92)....	26	6	20	26	6	20	10,2	1,5	8,7
<b>ZONAS DESFAVORECIDAS.....</b>	<b>10.435</b>	<b>1.565</b>	<b>8.870</b>	<b>10.435</b>	<b>1.565</b>	<b>8.870</b>	<b>9.310,4</b>	<b>1.396,6</b>	<b>7.913,8</b>
<b>REFORMA ANTECIPADA.....</b>	<b>6.000</b>	<b>1.300</b>	<b>4.700</b>	<b>6.000</b>	<b>1.300</b>	<b>4.700</b>	<b>3.147,6</b>	<b>728,5</b>	<b>2.419,1</b>
Reforma antecipada (novo regime) .....	2.000	300	1.700	2.000	300	1.700	584,1	87,6	496,5
Reforma antecipada (Reg. 2079/92) .....	4.000	1.000	3.000	4.000	1.000	3.000	2.563,5	640,9	1.922,6
<b>FLORESTAÇÃO DE TERRAS AGRÍCOLAS .....</b>	<b>2.292</b>	<b>432</b>	<b>1.860</b>	<b>2.292</b>	<b>432</b>	<b>1.860</b>	<b>800,2</b>	<b>188,7</b>	<b>611,5</b>
Florestação de terras agrícolas (novo regime) .....	1.412	212	1.200	1.412	212	1.200	113,8	17,1	96,7
Florestação de terras agrícolas (Reg. 2080/92) .....	880	220	660	880	220	660	686,4	171,6	514,8
<b>AVALIAÇÃO .....</b>	<b>100</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>100</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>TOTAL .....</b>	<b>25.912</b>	<b>4.412</b>	<b>21.500</b>	<b>25.912</b>	<b>4.412</b>	<b>21.500</b>	<b>19.820,2</b>	<b>3.298,1</b>	<b>16.522,1</b>

<sup>1)</sup> Montantes aprovados pela Decisão C (2001) 475, alterada pela Decisão C (2002) 3437 e pela Decisão C(2006) 5010

<sup>2)</sup> Montantes comunicados em 30/09/05, nos termos do Regulamento (CE) n.º 817/2004, da Comissão, de 29 de Abril

<sup>3)</sup> Fonte: INGA.



O Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+ é um instrumento que permite experimentar outras abordagens de intervenção no espaço rural, respeitando a dimensão ambiental, económica, social e cultural dos territórios rurais.

O LEADER+ sublinha a importância das populações locais tomarem consciência do valor dos seus territórios, da riqueza das suas identidades e da qualidade das suas paisagens e nesta perspectiva apontam para a necessidade de se criarem condições para a aquisição de competências e intervenção activa dos actores locais nos seus territórios.

A 14 de Abril de 2000 a Comissão das Comunidades Europeias adoptou, em conformidade com o disposto no Regulamento (CE) nº 1260/1999, as orientações relativas à iniciativa comunitária de desenvolvimento rural LEADER+ - Comunicação 2000/C 139/05.

Em conformidade com o mesmo Regulamento e com a Comunicação aos Estados Membros, Portugal apresentou à Comissão, em Novembro de 2000, uma proposta de Programa Nacional LEADER+, que foi aprovado em 25 de Julho de 2001. Posteriormente foi apresentada uma alteração ao Programa Nacional LEADER+, que foi aprovada por Decisão da Comissão C(2003) 4461, de 24 de Novembro de 2003. O LEADER+ é uma iniciativa comunitária, financiada pelo FEOGA-Orientação e por contribuições públicas e privadas.

Os objectivos do programa são incitar e apoiar os agentes rurais a reflectir sobre o potencial dos respectivos territórios numa perspectiva de mais longo prazo. A iniciativa visa incentivar a aplicação de estratégias originais de desenvolvimento sustentável, integradas e de grande qualidade, cujo objecto seja a experimentação de novas formas de:

- Valorização do património natural e cultural;
- Reforço do ambiente económico, no sentido de contribuir para a criação de postos de trabalho;
- Melhoria da capacidade organizacional das respectivas comunidades.

Os beneficiários são os «Grupos de Acção Local» (GAL) que elaboraram estratégias de desenvolvimento para os seus territórios locais e são responsáveis pela sua aplicação. Os Grupos de Acção Local (GAL) são uma expressão equilibrada e representativa dos parceiros dos diversos meios socioeconómicos do território. Para efeitos de decisão os parceiros económicos e as associações representam pelo menos 50% da parceria local.

Os GAL são parcerias organizadas entre entidades públicas e privadas que entre si, acordaram uma estratégia comum de intervenção para o território, consubstanciada num Plano de Desenvolvimento Local (PDL). Os GAL têm competências para gerir o Plano de Desenvolvimento Local com autonomia, respeitando os normativos nacionais e comunitários em vigor.

Os GAL actuam em territórios de pequena dimensão e de carácter rural, formando um conjunto homogéneo do ponto de vista físico (geográfico), económico e social.

Na Região Autónoma dos Açores existem 4 Grupos de Acção Local que cobrem o total do território da Região:

**ADELIAÇOR** — Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores – S. Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo;

**ARDE** — Associação Regional para o Desenvolvimento – concelho de Ponta Delgada e St<sup>a</sup> Maria;

**ASDEPR** — Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural – S. Miguel, com excepção do concelho de Ponta Delgada;

**GRATER** — Associação de Desenvolvimento Regional – Terceira e Graciosa.

#### Execução Financeira – 2006

Unidade: euro

	Total	FEOGA-O	Administração Central
ARDE	565 221,52	295 645,44	95 283,96
GRATER	1 026 539,02	442 017,66	112 807,91
ASDEPR	669 563,28	329 165,87	73 668,68
ADELIAÇOR	706 489,70	368 326,13	104 270,22
TOTAL	2 967 813,52	1 435 155,10	386 030,77

#### Orçamento Previsto – 2007

Unidade: euro

	Total	FEOGA-O	Administração Central
ARDE	407 100,39	205 366,74	149 415,87
GRATER	1 050 000,00	549 360,00	121 065,00
ASDEPR	1 273 206,58	768 442,55	126 280,66
ADELIAÇOR	1 968 512,34	989 950,58	189 161,91
TOTAL	4 698 819,31	2 513 119,87	585 923,44

## **2. PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013**

O Governo dos Açores delineou uma estratégia própria e diferenciada em matéria de afectação dos fundos comunitários, para o próximo período de programação 2007-2013 da política europeia de coesão.

Com efeito, em primeira linha, foi decidido pela concentração dos meios financeiros em instrumentos de programação de âmbito regional, situação diversa da do anterior período, em que alguns apoios aos agentes regionais se encontravam em programas operacionais de âmbito sectorial/nacional. A única excepção prende-se com o Fundo de Coesão em que, por imperativo regulamentar, toda a intervenção no país fica consagrada num único programa, mas mesmo aí, as intervenções a participar na Região estarão concentradas num eixo específico e exclusivo. Em segunda linha, foi desenvolvida uma negociação que permitiu um acréscimo substancial dos fundos europeus para o próximo período de programação, em relação ao anterior Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006.

A reforma da política europeia de coesão e o novo quadro financeiro saído das perspectivas financeiras 2007-2013, originaram a redução do número de instrumentos financeiros, de cinco para três, deixando os fundos destinados ao desenvolvimento do mundo rural e das pescas de ser considerados como fundos estruturais, para serem considerados em linhas orçamentais específicas. Por outro lado, observa-se um acréscimo de programas operacionais, por via da nova regra sobre financiamento, um fundo por cada programa, por oposição á situação anterior – programa multifundos.

O quadro da intervenção da Região terá a seguinte configuração: um programa participado pelo FEDER, o PROCONVERGENCIA, um outro participado pelo fundo FSE, o PRO-EMPREGO, um eixo participado pelo Fundo de Coesão no programa temático nacional, com a designação de Programa Operacional de Valorização do Território, e ainda a participação da Região no Programa de Cooperação Transnacional Madeira-Açores-Canárias. As intervenções participadas pelo novo fundo comunitário para o mundo rural, o Fundo Europeu de Apoio para o Desenvolvimento Rural (FEADER), que substitui o anterior FEOGA, estarão consubstanciadas num plano que terá a designação de PRORURAL. No caso das pescas, a componente regional recebeu a designação de PROPESCAS, e será participada pelo novo Fundo Europeu das Pescas (FEP), que substitui o anterior IFOP.

À data da elaboração desta Ante-Proposta 2008 foram encerradas as negociações com a Comissão Europeia dos Programas participados pelo FEDER e Fundo de Coesão,

encontrando-se em fase adiantada a aprovação dos restantes instrumentos de programação.

A seguir apresenta-se uma sinopse destas intervenções regionais para o próximo período de programação da política europeia de coesão.

## **PROCONVERGENCIA**

Este programa operacional, participado pelo fundo estrutural FEDER, é o que acolhe maior dotação financeira de todo período de programação 2007-2013 e abrange um leque muito diversificado de sectores e de beneficiários finais das participações comunitárias.

A estratégia de desenvolvimento contida neste instrumento de programação encerra elementos de uma política de coesão económica e social, abarcando um conjunto de domínios estratégicos, com fortes ligações, interdependências e interactividades entre si, envolvendo factores associados à produção e aos mercados, outros relacionados com o factor humano, outros ainda com a dotação e funcionamento das infra-estruturas e dos equipamentos de apoio distribuídos pelo território regional.

As prioridades estratégicas do PROCONVERGENCIA estruturam e identificam as principais medidas transversais de política económica e social, sustentadas em instrumentos de política pública. Deste quadro, emerge a selecção de grandes linhas de orientação estratégica, sobre as quais irá incidir a concentração dos esforços do programa operacional:

- i) qualificação e robustecimento da economia, na perspectiva de mais competitividade, fortalecimento e diversificação do tecido produtivo regional, promoção do espírito empresarial e no impulso à inovação, à utilização de novas tecnologias de informação e comunicação e à sociedade da informação;
- ii) desenvolvimento dos recursos humanos, assente no reforço do investimento no capital humano, melhorando a educação e as competências para a competitividade, na inclusão social e na qualidade vida;
- iii) melhoria das acessibilidades, através da requalificação das redes estruturantes,
- iv) sustentabilidade ambiental e a prevenção e gestão dos riscos.
- v) compensação dos efeitos da ultraperiferia, em que de acordo com o artº 11 do Regulamento (CE) 1080/2006, de 5 de Julho, relativo ao FEDER, as regiões ultraperiféricas recebem um tratamento particular, que se traduz numa dotação

específica adicional utilizada a fim de compensar os sobrecustos derivados da sua condição de ultraperifericidade.

Neste contexto o PROCONVERGENCIA estrutura-se nos seguintes eixos prioritários:

### **Eixo 1 - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores**

As intervenções propostas neste eixo distribuem-se em duas dimensões: por um lado, o apoio financeiro ao investimento privado de modernização e qualificação da produção regional e à criação de economias externas à actividade das empresas e, por outro lado, inserir o tecido produtivo no contexto de uma sociedade da informação e do conhecimento.

Os apoios financeiros directos às empresas que serão promovidos neste eixo cumprem as orientações existentes para as ajudas de estado ao investimento privado. O leque de sectores abrangidos é relativamente alargado, cabendo no entanto uma referência específica ao Turismo, enquanto sector emergente e em afirmação no quadro da base económica regional, sendo a política económica enquadrada em programas específicos de ordenamento e de fomento desta actividade nos Açores. Por outro lado, os projectos de investimento privado com localização nas ilhas onde a expressão da iniciativa privada é mais débil terão uma bonificação específica. Neste particular, prosseguirão as parcerias desenvolvidas entre a administração regional e as associações empresariais, que remontam ao segundo Quadro Comunitário de Apoio, no domínio da divulgação e prestação de apoio técnico aos empresários, no acesso aos sistemas de incentivos, com particular incidência, nas ilhas de menor dimensão e potencial.

A oferta de serviços de apoio às empresas, geradores de economias externas à sua actividade, podem assumir uma expressão material (parques tecnológicos, de exposições, industriais, de logística, laboratórios públicos etc.), ou uma dimensão imaterial, mas importante para a afirmação da competitividade dos produtos, como sejam os apoios ao marketing, à publicidade, à promoção e à divulgação, à integração em redes, à constituição de parcerias, entre outras iniciativas.

A dinamização da inovação e do desenvolvimento científico e tecnológico nos Açores, aproveitando-se as vantagens competitivas existentes, designadamente a actividade das instituições que desenvolvem a sua actividade na Região e a existência de uma linha de orientação e de um rumo muito claro sobre esta matéria, constante do Pano Integrado de Ciência e Tecnologia, promovido pelo Governo Regional, para além da redução dos custos de contexto, afirmam-se como segundo pilar da intervenção neste eixo.

Privilegia-se o fomento de parcerias entre institutos públicos e privados, com a Universidade dos Açores, as empresas e os particulares, no sentido de aprofundamento de uma nova cultura científica mais orientada para a produção económica, mais baseada numa componente de diferenciação do produto e de aceitação do risco associado na introdução de novos processos. Procurar-se-á, por outro lado, fixar e valorizar os investigadores e outros recursos humanos, numa perspectiva de cumprimento progressivo de algumas metas fixadas para este domínio de intervenção, ao nível da estratégia de Lisboa, bem como dotar as unidades e equipamentos de condições materiais à função a desempenhar.

Dinamizar-se-á a utilização das novas tecnologias de informação, a sua difusão e aplicação na vida quotidiana, para a formação dos fundamentos de uma sociedade da informação, sem descuidar as acções conducentes a uma real eficiência administrativa, no quadro das amplas e diversificadas competências atribuídas à administração regional. A aproximação da administração pública aos agentes económicos e aos cidadãos em geral, a prestação de mais e melhor serviço, num quadro de humanização no relacionamento com a população, o incremento da eficiência dos serviços públicos, com o recurso crescente a novas tecnologias de informação, o e-government, uma melhor assistência técnica na preparação e execução dos programas comunitários são linhas de acção a adoptar no âmbito deste eixo prioritário.

## **Eixo 2 - Qualificar e integrar a sociedade açoriana**

A elevação do nível de educação e qualificação da população será obrigatoriamente uma outra prioridade da política de coesão e desenvolvimento regional, enquadrada neste eixo do programa. As componentes da política de recursos humanos serão articuladas com as medidas dirigidas ao emprego e à formação profissional, designadamente as inscritas no programa participado pelo FSE, no âmbito de um princípio transversal relativo a uma monitorização estratégica das diferentes programações associadas ao novo ciclo de programação.

A qualificação do ensino e o combate ao abandono escolar, a formação contínua dos profissionais da educação e a requalificação dos recursos físicos e dos equipamentos escolares, são domínios de intervenção da programação a contemplar, no quadro de partilha de responsabilidades e de cooperação entre as autoridades públicas regionais, as autarquias locais, as escolas e as famílias. Naturalmente, será exigido uma abordagem integrada com as prioridades estratégicas na afectação do fundo estrutural FSE. No caso deste programa operacional participado pelo FEDER, pela natureza e finalidade do fundo estrutural, o PROCONVERGENCIA participa os projectos de construção/reabilitação do parque escolar e o seu apetrechamento.

No domínio da cultura a estratégia contempla a produção e a recepção das actividades culturais, incentivando a preservação da identidade cultural e proporcionando mecanismos de sociabilidade. Em particular, no âmbito da defesa e valorização do património arquitectónico e espiritual, para além dos aspectos de salvaguarda, preservação e recuperação, estabelecem-se objectivos de revitalização, de dinamização e de animação dos equipamentos culturais, proporcionando a fruição artística, facilitando a pesquisa e o estudo, sustentando, enfim, a qualidade de vida das populações.

Com menor expressão e de forma complementar serão apoiados pontualmente os investimentos públicos em infra-estruturas de animação local, em função das necessidades específicas.

No sector da saúde pública, os apoios financeiros abrangerão primordialmente a construção/remodelação e equipamento de unidades de saúde, a informatização do sistema, o alargamento da telemedicina.

Neste eixo fica ainda salvaguardada a hipótese de intervenção do fundo estrutural FEDER, em reforço do investimento regional e das participações FSE, no domínio da inclusão e protecção sociais. A estratégia assenta na prevenção do aparecimento ou do agravamento de situações de risco. A programação compreende o apoio à infância e juventude, às pessoas com deficiência, às vítimas de violência doméstica, a integração dos imigrantes no mercado de trabalho, em particular, e na sociedade açoriana, em geral, numa perspectiva de inclusão social e de igualdade de oportunidades.

### **Eixo 3 - Melhorar as redes regionais de infra-estruturas de acessibilidades**

A qualificação do espaço físico, entendido como a existência de infra-estruturas, de equipamentos e de sistemas organizados de forma eficiente nas parcelas do território, são elementos indispensáveis na oferta de condições de vida condignas e de economias externas à actividade das empresas, à própria sustentabilidade do crescimento económico e do funcionamento do sistema social e da qualidade de vida das populações, em geral. Neste domínio destaca-se este eixo prioritário do PROCONVERGENCIA orientado para a qualificação das redes de infra-estruturas de mobilidade.

No quadro das infra-estruturas rodoviárias, serão comparticipadas obras de construção e de reabilitação da rede viária, em ordem a uma maior eficiência no movimento de pessoas e bens e ao aumento da segurança da circulação rodoviária.

Na consolidação e modernização dos transportes marítimos, o leque de medidas de investimento público, em articulação com as administrações dos portos regionais, orienta-se naturalmente para a modernização e equipamento das infra-estruturas portuárias,



incluindo não só a valência comercial como, em algumas situações, algumas funções de recreio marítimo e/ou de pesca. Será igualmente estimulado o desenvolvimento de acções para dinamizar o tráfego inter-ilhas de pessoas e bens, bem como a elaboração de estudos e de outros instrumentos de planeamento sectorial para uma melhor eficiência da gestão e do ordenamento do sector.

#### **Eixo 4 - Valorizar e qualificar o sistema ambiental**

Ainda no domínio da qualificação e valorização do território regional, este eixo prioritário consubstancia a valorização e qualificação do sistema ambiental.

Desde a preparação e implementação de instrumentos e de estudos, até à intervenção directa na implementação de planos de ordenamento das bacias hidrográficas e das orlas costeiras, constituem-se como áreas de intervenção neste domínio.

A protecção e a valorização dos recursos hídricos e da qualidade ambiental, a conservação da natureza, a formação e a promoção ambiental são vectores de actuação, no quadro específico da política ambiental a prosseguir. O alargamento e a melhoria dos sistemas de recolha, tratamento e destino final de águas residuais e de resíduos sólidos, da responsabilidade das autarquias locais, serão priorizados em função dos espaços onde os níveis de atendimento não sejam satisfatórios.

No caso particular dos recursos hídricos de superfície, as acções a desenvolver nas lagoas dos Açores serão apresentadas a participação ao Fundo de Coesão. Estas acções articulam-se com as medidas agro-ambientais participadas pelo FEADER.

A adopção de sistemas de prevenção e gestão de riscos serão apoiados, enquanto elementos de segurança das populações e dos equipamentos.

#### **Eixo 5 - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade**

Este eixo prioritário e alguns domínios de intervenção são exclusivos dos programas operacionais das Regiões Ultraperiféricas.

A Minimização dos Efeitos da Ultraperiferia, constitui-se como uma prioridade estratégica no quadro da política de Coesão da União Europeia, tendo sido estabelecida uma dotação específica para cada uma das sete regiões ultraperiféricas, nos termos do conceito definido no Tratado, prevendo-se inclusivamente a possibilidade de financiamento de subsídios à exploração, aspecto inovador nas elegibilidades do FEDER.

Nos termos da regulamentação aplicável, a dotação financeira afecta a este eixo do PROCONVERGENCIA irá ser repartida entre compensação dos custos de serviços públi-

cos (mínimo de 50% da dotação específica) e em apoio a investimentos de natureza infra-estrutural directamente relacionados com esta problemática.

A adição das diversas fontes de financiamento previstas no PROCONVERGENCIA permite estimar uma despesa global de 1,3 mil milhões de euros para os sete anos de programação, a que corresponde 966,3 milhões de euros de participação comunitária.

## **PRO-EMPREGO**

Este programa operacional assenta numa grande finalidade estratégica que consiste na colocação da intervenção FSE ao serviço de um novo ciclo de desenvolvimento e de políticas públicas para a RAA no qual a qualificação das pessoas, o papel do conhecimento, a inovação na valorização dos recursos endógenos regionais e a disseminação de uma cultura de empreendimento e de iniciativa assumem um estatuto de prioridade máxima. A percepção dos desafios que tal mudança coloca à coesão social e territorial dos Açores conduz coerentemente à valorização da problemática do desenvolvimento social, incluindo neste domínio uma nova importância ao combate à iliteracia.

Em estreita relação com a finalidade estratégica acima mencionada, o PO organiza-se em torno de 6 domínios de intervenção:

- Empregabilidade de jovens;
- Consolidação das condições de empregabilidade no sector privado;
- Modernização do tecido produtivo e apoio ao empreendedorismo;
- Empregabilidade e empreendedorismo com base em I&D;
- Competitividade regional na sociedade da informação e do conhecimento;
- Inclusão social por via da qualificação, do emprego e do empreendedorismo.

Estes seis domínios de intervenção são organizados de modo não só a servir os objectivos estruturantes que justificam a sua existência, mas também a dar resposta diferenciada a algumas prioridades transversais de toda a programação FSE.

Assim, os seis domínios devem, na especificidade das suas tipologias de projecto, criar condições para a disseminação de novos comportamentos de empreendimento e de iniciativa, favorecendo a emergência de empreendedorismo de vários tipos: como complemento fundamental das políticas de empregabilidade e formação; empreendedorismo de oportuni-

dade e com base em conhecimento científico e tecnológico e empreendedorismo de necessidade, ajustado às políticas de inclusão e desenvolvimento social. Do mesmo modo, a promoção da igualdade de género associada à garantia de mais elevadas taxas de participação e emprego feminino e a valorização das TIC como instrumento de combate aos efeitos penalizadores do isolamento e da fragmentação territorial são também entendidas como prioridades horizontais, dando origem seja as sub-tipologias em determinadas tipologias de projectos dos seis domínios de intervenção seja a critérios de elegibilidade transversais à generalidade das tipologias. As tipologias e subtipologias de projecto previstas no programa evidenciam um forte potencial para a maximização dos pontos fortes e atenuação dos pontos fracos no mercado de trabalho regional, identificados no primeiro ponto do documento.

- **Empregabilidade de jovens**
  - Formação profissional de qualificação inicial
  - Transição para a vida activa
- **Consolidação das condições de empregabilidade no sector privado**
  - Formação de activos
  - Apoio à inserção das mulheres em meio laboral
- **Modernização do tecido produtivo e apoio ao empreendedorismo**
  - Fomento e disseminação do empreendedorismo
  - Formação profissional intra-empresas
- **Empregabilidade e empreendedorismo com base em I&D**
  - Investigação em contexto empresarial
  - Formação avançada
  - Formação avançada de suporte a projectos de empreendedorismo de base tecnológica.
- **Competitividade regional na sociedade da informação e do conhecimento**
  - Apoio à formação generalizada e especializada em TIC
  - Qualificação para a modernização de serviços de Administração Pública
- **Inclusão social por via da qualificação, do emprego e do empreendedorismo**
  - Melhoria dos níveis de literacia e de qualificação básica da população açoriana
  - Projectos-piloto de Formação – Acção para a Inclusão Social
  - Apoio à consolidação de um mercado social de emprego
  - Qualificação para a modernização das organizações do terceiro Sector

Em termos financeiros ao PRO-EMPREGO está afecto um envelope financeiro de fundo estrutural FSE de 190 milhões de euros, a que se adiciona 33,5 milhões de contrapartida pública e mais 40 milhões de financiamento privado, podendo, na totalidade, atingir-se cerca de 264 milhões de euros a despesa afectada à execução deste programa operacional.

#### **PO Temático Valorização do Território – Eixo 4- Redes e equipamentos estruturantes na Região Autónoma dos Açores**

A aplicação do Fundo de Coesão na Região Autónoma dos Açores no período de programação 2007-2013 estrutura-se e combina duas grandes linhas de orientação: corresponder às áreas de intervenção definidas para este fundo comunitário e, principalmente, financiar projectos relevantes e complementares da intervenção operacional comparticipada pelo fundo estrutural FEDER, designadamente nos eixos prioritários relativos às redes de infra-estruturas de acessibilidades e à valorização e qualificação do sistema ambiental.

Com estes pressupostos, e tendo em consideração que este instrumento financeiro tem o objectivo último de contribuir para o reforço da coesão económica e social, numa perspectiva de promoção do desenvolvimento sustentável, para os Açores são fixados dois grandes objectivos estratégicos para a intervenção deste fundo:

1. Melhorar os níveis de eficiência e de segurança do transporte marítimo no arquipélago, e
2. Aumentar os níveis de protecção ambiental, no domínio dos recursos hídricos e dos resíduos, e do desenvolvimento sustentável, pelo aproveitamento dos recursos renováveis na produção de energia eléctrica

A natureza dispersa e afastada das ilhas açorianas, a sua posição central no Atlântico norte, conjugada com as características do mar envolvente, confere especial prioridade e atenção aos portos comerciais existentes, obrigando a uma estratégia de requalificação e modernização das infra-estruturas e uma adaptação dos meios de operação e de movimentação de mercadorias. Perspectiva-se a apresentação de candidaturas com localização física no grupo central de ilhas.

Ao nível do ambiente e das energias renováveis, a prioridade na afectação do Fundo de Coesão irá no sentido do reforço da qualidade de recursos hídricos superficiais, designadamente as lagoas, e também a gestão de resíduos. O reforço da produção de energia eléctrica a partir de recursos endógenos, será também uma prioridade na afectação dos recursos financeiros.

Estas linhas de intervenção serão devidamente articuladas com as demais previstas para os próximos anos, sejam as comparticipadas por fundos comunitários, sejam exclusivamente por fundos regionais, inserindo-se em áreas de intervenção vitais para o funcionamento da economia, mas também, para a preservação de valores e activos, designadamente os de natureza ambiental, tão característicos deste território insular.

O envelope financeiro deste eixo específico da Região no programa operacional Valorização do Território ascende a 70 milhões de comparticipação comunitária, a que corresponde, para uma taxa média de financiamento de 70% a uma despesa de investimento de cerca de 100 milhões de euros.

### **Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores 2007-2013 (PRORURAL)**

A definição da estratégia de desenvolvimento rural para o período 2007-2013 tem subjacente o conjunto de especificidades de natureza geográfica, económica, social e ambiental que caracterizam a Região e que determinam respostas particulares das políticas de desenvolvimento rural, tendo em conta os efeitos conjugados das seguintes “classificações” da Região: Região ultraperiférica, Região integrada no Objectivo Convergência, Região Desfavorecida e Região Predominantemente Rural.

O PRORURAL abarca as dimensões económica, ambiental e social do sector, que se entrecruzam e complementam, sendo definido como grande objectivo estratégico global da estratégia de desenvolvimento rural da Região: a promoção da competitividade das empresas e dos territórios, de forma ambientalmente sustentável e socialmente estável e atractiva.

Este grande objectivo global estrutura-se e em 5 objectivos estratégicos, 3 correspondentes a áreas temáticas:

- . Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal
- . Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais
- . Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais

E dois objectivos de natureza transversal:

- . Reforçar a coesão territorial e social
- . Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial

A operacionalização do PRORURAL assentará nos seguintes eixos de intervenção:

**Eixo 1 – Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal**

- Aumento dos conhecimentos e melhoria do potencial humano do sector agro-florestal, promovendo a formação e qualificação das pessoas em actividade no sector, os serviços e as acções destinados à divulgação e actualização contínua de conhecimentos, assim como o rejuvenescimento da população agrícola e alterações estruturais significativas em explorações transferidas.
- Promoção da inovação e da qualidade e reestruturação e desenvolvimento das fileiras do sector agro-florestal, através da promoção da cooperação e da organização para o mercado de todos os agentes que actuam nas diversas fileiras de produção; da criação de novos produtos, processos e tecnologias que valorizem as produções regionais, de investimentos materiais e imateriais destinados à modernização e reestruturação das empresas do sector e ao aumento da qualidade e do valor acrescentado da produção; do apoio à adaptação das explorações a normas mais exigentes; e do apoio à prevenção e compensação dos efeitos de catástrofes naturais.
- Melhoria das infra-estruturas de apoio à actividade agrícola e florestal, através do desenvolvimento e requalificação da rede de caminhos agrícolas e rurais e das estruturas de abastecimento de água e de fornecimento de energia eléctrica; de operações relacionadas com o ordenamento agrário e a estruturação fundiária, e de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento da actividade florestal.

**Eixo 2 – Melhoria do ambiente e da paisagem rural**

- Promoção da utilização continuada e sustentável das terras agrícolas, através de apoios à manutenção da actividade agrícola em todo o território da região (zona desfavorecida).
- Promoção da gestão sustentável das terras agrícolas, através do incentivo à introdução ou manutenção de práticas agrícolas e modos de produção que promovam a protecção da biodiversidade e de sistemas de alto valor natural e paisagístico, nomeadamente nas zonas Natura 2000, a protecção dos recursos hídricos e do solo e a atenuação das alterações climáticas; e do apoio a investimentos não produtivos com objectivos ambientais.
- Promoção da gestão sustentável das terras florestais, através do apoio ao alargamento e melhoria da sustentabilidade dos povoamentos florestais, nomeadamente nas zonas Natura 2000, contribuindo para a protecção da biodiversidade, a preservação

dos ecossistemas florestais, a atenuação das alterações climáticas, o reforço do papel protector das florestas quanto aos recursos hídricos e do solo e a prevenção de riscos naturais; e do apoio à prevenção e compensação dos efeitos de catástrofes naturais no potencial silvícola.

### **Eixo 3 – Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural**

- Promoção da diversificação da economia e do emprego em meio rural, através da diversificação de actividades nas explorações agrícolas, da criação e desenvolvimento de microempresas e do desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer.
- Promoção da melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, através da criação e desenvolvimento de serviços básicos de apoio à economia e população rurais e da promoção da conservação e valorização do património rural.
- Desenvolvimento de competências ao nível local, através da promoção do potencial humano necessário para a diversificação das economias locais e o fornecimento de serviços de base local e da aquisição de competências com vista à animação e preparação e execução de estratégias locais de desenvolvimento.

### **Eixo 4 – LEADER**

- A integração da Abordagem LEADER na programação, através da prossecução dos objectivos do Eixo 3, incluindo a execução de estratégias locais de desenvolvimento, a execução de projectos de cooperação, o funcionamento dos GAL e a aquisição de competências e a animação dos territórios.

Em termos financeiros o PRORURAL poderá atingir um valor global de despesa na ordem dos 588 milhões de euros, a que corresponde um financiamento do fundo comunitário de 274,5 milhões de euros, adicionando-se 48,4 milhões de financiamento do orçamento regional e uma contrapartida privada de 54,9 milhões de euros.

## **Programa Operacional para o Desenvolvimento das Pescas**

O programa PROPECAS assenta na criação das condições para a competitividade e sustentabilidade do sector pesqueiro regional, tendo em conta a aplicação de regimes de exploração biológica e ecologicamente sustentáveis; a melhor organização do ramo da captura, transformação e comercialização; o robustecimento da actividade produtiva empresarial, a diversificação e acréscimo de mais valias e a garantia da qualidade dos produtos da pesca.

O desenvolvimento sustentável do sector das pescas da Região Autónoma dos Açores depende de uma visão estratégica comum, de uma política integrada, de um melhor conhecimento científico e técnico, da cooperação institucional entre os parceiros do sector, da valorização dos profissionais e da sua participação activa em sistemas de governação responsáveis e eficazes de forma a que o sector das pescas se torna mais competitivo num quadro de globalização a nível mundial.

Importa realçar a necessidade de ser aprofundada a discriminação positiva que, nos termos do artigo 299º do Tratado, se deve dar aos operadores sedeados nesta Região Ultraperiférica.

Assim, as linhas orientadoras para o desenvolvimento do sector das pescas da Região Autónoma dos Açores, pressupõe a inclusão no PROPECAS, dos seguintes eixos prioritários:

### **Eixo Prioritário 1 – Adaptação da Frota de Pesca Regional**

Apoiar a modernização das embarcações de pesca, em particular na motorização, nos equipamentos de bordo e em melhoramentos no casco, convés e cabine; os pescadores e armadores da pequena pesca costeira; a aquisição, por pescadores com idade inferior a 40 anos, da primeira embarcação de pesca usada. Apoiar projectos-piloto no âmbito da diversificação e reorientação da actividade da pesca em pesqueiros regionais; experiências de pesca em pesqueiros externos; apoiar abates selectivos de embarcações de pesca que não tenham as adequadas condições de trabalho de segurança. Apoiar sócio economicamente os profissionais envolvidos em paragens temporárias da sua actividade por razões imprevistas; apoiar a substituição de artes de pesca por outras mais selectivas e amigas do ambiente e aquisição de dispositivos de dissuasão acústica que afastem os cetáceos das artes de pesca.

### **Eixo Prioritário 2 – Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca**

Apoiar investimentos relativos à construção e aquisição de equipamentos para instalações de produção com vista à introdução da actividade aquícola no arquipélago; a modernização



das unidades conserveiras; a construção de novas unidades de transformação e de filetagem de pescado congelado; a construção de novas unidades da indústria transformadora tradicional resultantes de deslocalizações por exigências de ordem ambiental ou de planos de ordenamento do território. Promover investimentos que tenham por objectivo a certificação da qualidade dos produtos transformados e a diversificação da produção; a dinamização dos circuitos de comercialização, os investimentos que incrementem as exportações para a União Europeia e para países terceiros e que melhorem a competitividade, a produtividade e a capacidade concorrencial do sector; os investimentos que visem aumentarem o valor acrescentado dos produtos da pesca; os que criem postos de trabalho qualificados e permitam aquisição de conhecimentos e de tecnologias, novas ou inovadoras, através de parcerias entre as empresas e o sistema científico e tecnológico, como universidades e laboratórios.

### **Eixo Prioritário 3 – Medidas de Interesse Geral**

Apoiar medidas de interesse colectivo desenvolvidas com a participação de organizações de produtores, que visem contribuir de forma sustentável para uma melhor gestão ou conservação dos recursos haliêuticos, que controlem as condições de acesso às zonas de pesca, que fomentem a realização de parcerias entre cientistas e profissionais do sector das pescas e que promovam métodos ou artes de pesca selectivos; medidas de interesse colectivo promovidas com a participação de organizações de produtores e que se destinem à realização de investimentos em equipamentos e infra-estruturas de produção, transformação e comercialização, à melhoria das competências profissionais ou das condições de trabalho e de segurança no sector; promover a implementação de planos de melhoria de gestão de capturas e da qualidade dos produtos da pesca; proteger e desenvolver a fauna e a flora aquáticas; a divulgação e promoção dos produtos da pesca e da aquicultura; a realização de estudos que visem o conhecimento do perfil do consumidor e as novas tendências do mercado e sobre o contributo da certificação dos produtos da pesca e sobre o desenvolvimento de novos produtos; a formação profissional, a criação de marcas, a comercialização e marketing; a valorização, promoção e desenvolvimento de novos mercados para os produtos piscícolas; a transformação de embarcações de pesca, para fins de formação ou de investigação no sector das pescas ou outras actividades não ligadas à pesca, como por exemplo a museologia e turismo; apoiar projectos-piloto; consolidar e expandir as estruturas técnicas e operativas; os sistemas SIFICAP e MONICAP.

### **Eixo Prioritário 4 – Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca**

Possibilitar o pluriemprego aos profissionais do sector, permitindo a prática de uma actividade complementar no mar, como seja a actividade turística; criar novos postos de trabalho na comunidade piscatória, através de investimentos que visem o desenvolvimento económico,

social ou mesmo cultural, como por exemplo na área da restauração, formação, serviços e pequenos núcleos museológicos locais; Incentivar a criação ou modernização de pequenas infra-estruturas que beneficiem as comunidades mais dependentes da pesca, nomeadamente as relacionadas com o mar, turismo, protecção do ambiente e valorização do nosso património histórico e natural.

#### **Eixo Prioritário 5 – Assistência Técnica**

A inclusão deste eixo prioritário no PROPESCAS é justificado pela necessidade de financiar as medidas de preparação, acompanhamento, de apoio técnico e administrativo, de avaliação e de auditoria necessárias à execução das diferentes fases do programa.

O PROPESCA terá afecto um montante de fundo comunitário de 33,5 milhões de euros, que permitirá alavancar uma despesa de investimento de 44,7 milhões, considerando adicionalmente o esforço financeiro das autoridades públicas regionais e a participação dos privados.

#### **Programa de Cooperação Transnacional Açores, Madeira e Canárias, 2007-2013**

O Programa de Cooperação Transnacional Açores - Madeira – Canárias, para o período de programação 2007-2013, constitui uma aposta na cooperação como elemento de valor para o desenvolvimento integrado das regiões envolvidas e destas com os países terceiros circunvizinhos.

O objectivo global que sustenta a estratégia adoptada no Programa consiste em, por um lado, incrementar os níveis de desenvolvimento e de integração socioeconómica dos três arquipélagos, fomentando uma estratégia que visará o impulso da sociedade do conhecimento e do desenvolvimento sustentável, e, por outro, melhorar os níveis de integração socioeconómica do espaço de cooperação com os países de proximidade geográfica e cultural.

Os objectivos específicos que contribuirão para alcançar os eixos estratégicos do Programa, em coerência com o objectivo global, são os seguintes:

1. Promover a I+D+i para superar o atraso das regiões do espaço em relação ao continente.
2. Aumentar o nível de protecção e melhorar a gestão das zonas costeiras e dos recursos marinhos.

3. Melhorar a gestão sustentável dos recursos hídricos, da energia (especialmente renováveis) e dos resíduos.
4. Prevenir os riscos sísmicos, vulcânicos, marítimos, climáticos e outras catástrofes naturais.
5. Favorecer o desenvolvimento dos países terceiros vizinhos.
6. Reforçar a capacidade institucional dos agentes públicos das três regiões e dos países terceiros vizinhos.

Os Eixos Estratégicos definidos para a consecução dos objectivos globais e específicos do programa são os seguintes:

1. Promoção da Investigação, Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Sociedade de Informação;
2. Reforço da Gestão Ambiental e da Prevenção de Riscos;
3. Cooperação com Países Terceiros e articulação da Grande Vizinhança;
4. Assistência Técnica.

O Eixo 1 estabelece como prioridades o desenvolvimento de áreas de Investigação, Inovação e de Desenvolvimento Tecnológico com aplicação no tecido produtivo dos territórios do espaço, de redes transnacionais de cooperação e transferência tecnológica e científica, em áreas como os transportes, a biodiversidade, a saúde e a inovação em gestão turística e a promoção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para a redução da problemática relacionada com a fragmentação insular e o afastamento do espaço de cooperação, em áreas como a administração electrónica, a gestão urbanística e territorial, a educação, a informação socioeconómica e ambiental, entre outras.

No Eixo 2 são definidas como prioridades a prevenção de riscos naturais (sísmicos, vulcânicos, marítimos, climáticos e outras catástrofes), a gestão sustentável dos recursos hídricos, a energia e os resíduos, a protecção e gestão de zonas costeiras e recursos marinhos e a segurança marítima e costeira.

Por último, no eixo 3 são definidos como objectivos o impulsionamento do desenvolvimento de um espaço comum de crescimento e integração económica, social e cultural entre as regiões ultraperiféricas da Macaronésia e os países terceiros vizinhos através de acções de cooperação com benefício mútuo, o favorecimento de estabelecimento de laços estáveis de cooperação institucional, o de servir como experiência piloto de cooperação territorial entre a

União Europeia e os países terceiros através da implementação de fórmulas operativas de coordenação dos fundos FEDER e FED e o reforço do papel das regiões ultraperiféricas como plataforma para a cooperação territorial entre a União Europeia e os países vizinhos.

Para o financiamento dos projectos de cooperação a Região Autónoma dos Açores tem disponível a comparticipação FEDER de 5,2 milhões de euros.



# **ANEXOS**



## **DESAGREGAÇÃO POR OBJECTIVO**





## Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>Total Plano 2008</b>	<b>692.192.888</b>	<b>439.539.572</b>	<b>252.653.316</b>
<b>QUALIFICAR OS RECURSOS HUMANOS POTENCIANDO A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO</b>	<b>155.209.956</b>	<b>85.413.411</b>	<b>69.796.545</b>
<b>1 DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS EDUCACIONAIS E DO SISTEMA EDUCATIVO</b>	<b>35.980.341</b>	<b>35.980.341</b>	
<b>1 1 Construções Escolares</b>	<b>24.380.341</b>	<b>24.380.341</b>	
1 1 1 Manutenção e reparação de instalações escolares, propriedade da R.A.A.	3.000.000	3.000.000	
1 1 2 Construção da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba (São Carlos)	3.750.000	3.750.000	
1 1 3 Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1º Ciclo (DLR nº 32/2002/A, de 8 de Agosto)	400.000	400.000	
1 1 5 Reparação e Adaptação do Ensino Secundário EB2,3/S Padre Manuel A. Cunha	400.000	400.000	
1 1 10 Reparação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB 2,3 Vila Franca do Campo	4.000.000	4.000.000	
1 1 11 Construção de Novas Instalações para a EBS das Lajes do Pico	750.000	750.000	
1 1 12 Construção da Escola Básica 1,2,3/JI de Ponta Garça	2.500.000	2.500.000	
1 1 13 Construção da EB 2,3 de Água de Pau	1.000.000	1.000.000	
1 1 14 Construção da EB 2,3 Francisco F. Drumond - São Sebastião	2.500.000	2.500.000	
1 1 15 Grande Reparação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB 2,3/S de Velas	1.500.000	1.500.000	
1 1 16 Assistência técnica e fecho financeiro	730.341	730.341	
1 1 18 Requalificação da EB3/S Antero de Quental	1.000.000	1.000.000	
1 1 22 Construção de novas instalações para a EB1,2/JI Gaspar Frutuoso	500.000	500.000	
1 1 23 Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo da EB 1,2,3/S de São Roque do Pico	600.000	600.000	
1 1 24 Construção do pavilhão gimnodesportivo da EB1,2,3/JI/S Padre Maurício de Freitas	200.000	200.000	
1 1 25 Grande Reparação ESG/B Domingos Rebelo	250.000	250.000	
1 1 26 Ampliação e Adaptação da EB 2,3/S Cardeal Costa Nunes	400.000	400.000	
1 1 28 Reparação e vedação da Escola Básica das Furnas	400.000	400.000	
1 1 29 Construção da Escola Básica das Lajes das Flores	200.000	200.000	
1 1 30 Construção da Escola Básica da Ponta da Ilha - Pico	200.000	200.000	
1 1 31 Reestruturação da Rede Escolar da Maia	100.000	100.000	
<b>1 2 Equipamentos Escolares</b>	<b>2.000.000</b>	<b>2.000.000</b>	
1 2 1 Aquisição de Equipamentos para a Educação Pré-Escolar e os Ensino Básico e Secundário	2.000.000	2.000.000	
<b>1 3 Formação Profissional</b>	<b>550.000</b>	<b>550.000</b>	
1 3 1 Formação do Pessoal Docente e não Docente	550.000	550.000	
<b>1 4 Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino Privado</b>	<b>4.100.000</b>	<b>4.100.000</b>	
1 4 1 Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado	4.100.000	4.100.000	
<b>1 5 Tecnologias da Informação</b>	<b>700.000</b>	<b>700.000</b>	
1 5 2 Reestruturação da Rede Local - Açores - Região Digital	700.000	700.000	

## Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>1 6 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Educação</b>	<b>3.750.000</b>	<b>3.750.000</b>	
1 6 2 Construção da piscina e complexo desportivo na EB1,2,3/JI Rui Galvão de Carvalho	2.500.000	2.500.000	
1 6 3 Requalificação das instalações para os 2º e 3º Ciclos da EB1,2,3/JI Rui Galvão de Carvalho	1.250.000	1.250.000	
<b>1 7 Reparação do Edifício Sede da SREC</b>	<b>500.000</b>	<b>500.000</b>	
1 7 1 Obras de rep. da cobertura e remod. das redes eléctrica, informática, segurança contra incêndios e contra intrusão	500.000	500.000	
<b>2 DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA</b>	<b>14.743.915</b>	<b>11.782.370</b>	<b>2.961.545</b>
<b>2 1 Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores</b>	<b>14.743.915</b>	<b>11.782.370</b>	<b>2.961.545</b>
2 1 1 Apoio a instituições de investigação científica (INCA)	1.478.400	1.050.000	428.400
2 1 2 Projectos de Investigação científica e tecnológica com interesse para o desenvolvimento sustentável dos Açores (INCITA)	750.000	750.000	
2 1 3 Apoio à Formação Avançada (FORMAC)	2.427.000	1.300.000	1.127.000
2 1 4 Apoio a infra-estruturas de divulgação científica e tecnológica (CITECA)	420.000	420.000	
2 1 5 Iniciativas de I&D de contexto empresarial (PRICE)	1.200.000	1.200.000	
2 1 6 Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e da Comunicação (Pratica)	6.250.000	6.250.000	
2 1 7 Apoio à integração dos cidadãos portadores de deficiência na Sociedade do Conhecimento (CIDEF)	150.000	150.000	
2 1 9 Apoio ao Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores	400.000	400.000	
2 1 10 Apoio à instalação do DOP-UA e Campus de Angra	1.668.515	262.370	1.406.145
<b>3 JUVENTUDE, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>73.950.000</b>	<b>8.115.000</b>	<b>65.835.000</b>
<b>3 1 Juventude</b>	<b>4.410.000</b>	<b>2.910.000</b>	<b>1.500.000</b>
3 1 1 Ocupação do Tempo Livre dos Jovens	1.500.000	200.000	1.300.000
3 1 2 Mobilidade Juvenil	550.000	550.000	
3 1 3 Pousadas de Juventude	135.000	135.000	
3 1 4 Programa de Incentivo ao Associativismo Juvenil	450.000	450.000	
3 1 5 Rede Regional de Informação Juvenil	215.000	15.000	200.000
3 1 6 Programa INICIATIVA	150.000	150.000	
3 1 7 Pousada de Juventude do Pico	400.000	400.000	
3 1 8 Pousada de Juventude de Santa Maria	300.000	300.000	
3 1 9 Cidadania	25.000	25.000	
3 1 10 Desenvolvimento das Competências Tecnológicas nos Jovens	200.000	200.000	
3 1 11 Oficinas de Criação	160.000	160.000	
3 1 12 Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação	25.000	25.000	
3 1 13 Promoção de Estilos de Vida Saudáveis e Prevenção de Toxic dependências	300.000	300.000	
<b>3 2 Trabalho e Qualificação Profissional</b>	<b>69.515.000</b>	<b>5.180.000</b>	<b>64.335.000</b>
3 2 2 Escola Profissional das Capelas	6.000.000	2.000.000	4.000.000
3 2 4 Adequação Tecnológica dos Serviços	100.000	100.000	
3 2 7 Escola de Formação Turística e Hoteleira	1.100.000	1.100.000	
3 2 8 Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação	80.000	80.000	
3 2 9 Intervenção Social para a Empregabilidade	5.000.000	400.000	4.600.000

## Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
3 2 11 Reconversão, Qualificação e Combate à Iliteracia dos Desempregados	3.575.000	200.000	3.375.000
3 2 12 Programas de Emprego e Combate à Precariedade Laboral	4.600.000	100.000	4.500.000
3 2 13 Generalização da Formação nas TIC	2.600.000	100.000	2.500.000
3 2 14 Fomento e Disseminação do Empreendedorismo	4.050.000	50.000	4.000.000
3 2 15 Fomento da Competitividade Empresarial	2.625.000	125.000	2.500.000
3 2 16 Planos de Transição para a Vida Activa	6.800.000	200.000	6.600.000
3 2 17 Planos de Estágios Profissionais no Estrangeiro	560.000	150.000	410.000
3 2 18 Formação Profissional de Activos	12.000.000	150.000	11.850.000
3 2 19 Formação Profissional Inicial	20.425.000	425.000	20.000.000
<b>3 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Juventude e Emprego</b>	<b>25.000</b>	<b>25.000</b>	
3 3 1 Apoio a Actividades Juvenis em Rabo de Peixe	10.000	10.000	
3 3 2 Intervenção Social para a Empregabilidade em Rabo de Peixe	15.000	15.000	
<b>4 PATRIMÓNIO E ACTIVIDADES CULTURAIS</b>	<b>13.000.000</b>	<b>12.700.000</b>	<b>300.000</b>
<b>4 1 Dinamização de Actividades Culturais</b>	<b>3.425.000</b>	<b>3.325.000</b>	<b>100.000</b>
4 1 1 Escolas de Formação	150.000	150.000	
4 1 2 Edição de Obras de Cariz Cultural	70.000	70.000	
4 1 3 Rede de Leitura Pública	210.000	210.000	
4 1 4 Bolsas para Formação Artística e Técnica	15.000	15.000	
4 1 5 Orquestra Regional dos Açores - ( Lira Açoriana )	100.000	100.000	
4 1 6 Eventos de Iniciativa Governamental	600.000	600.000	
4 1 7 Arte Contemporânea dos Açores - ArTca	150.000	150.000	
4 1 8 Apoios a Actividades de Relevante Interesse Cultural	2.100.000	2.000.000	100.000
4 1 9 Laboratório-Escola Móvel de Teatro	30.000	30.000	
<b>4 2 Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural</b>	<b>8.050.000</b>	<b>7.850.000</b>	<b>200.000</b>
4 2 1 Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural	550.000	550.000	
4 2 2 Inventário do Património Artístico e Cultural	120.000	120.000	
4 2 3 Classificação de Imóveis em Núcleos Protegidos	300.000	300.000	
4 2 4 Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo - Novas Instalações	400.000	400.000	
4 2 5 Investigação Arqueológica	150.000	150.000	
4 2 6 Museus, Bibliotecas e Arquivos	1.500.000	1.500.000	
4 2 7 Museu do Pico - Museu dos Baleiros	360.000	360.000	
4 2 8 Salvaguarda do Património Baleeiro	280.000	80.000	200.000
4 2 9 Divulgação e Sensibilização do Património Cultural	40.000	40.000	
4 2 10 Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos	100.000	100.000	
4 2 11 Inventário e Tratamento dos Arquivos da Região	50.000	50.000	
4 2 12 Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para ONG's Culturais	400.000	400.000	

## Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
4 2 13 Recolhimento de Santa Bárbara - Museu Carlos Machado	1.200.000	1.200.000	
4 2 15 Casa Walter Bensaúde - Biblioteca Pública e Arquivo da Horta	1.100.000	1.100.000	
4 2 18 Palácio de Santana - Conservação e Restauro	300.000	300.000	
4 2 19 Centro de Arte Contemporânea	500.000	500.000	
4 2 20 Museu da Graciosa - Ampliação das Instalações	500.000	500.000	
4 2 21 Casa Manuel de Arriaga	100.000	100.000	
4 2 22 Antigo Hospital da Boa Nova	100.000	100.000	
<b>4 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Cultura</b>	<b>25.000</b>	<b>25.000</b>	
4 3 1 Dinamização das Actividades Culturais	25.000	25.000	
<b>4 4 Sismo- Cultura</b>	<b>1.500.000</b>	<b>1.500.000</b>	
4 4 1 Sismo - Execução do Protocolo com a Diocese de Angra	1.500.000	1.500.000	
<b>5 DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO</b>	<b>16.165.000</b>	<b>15.465.000</b>	<b>700.000</b>
<b>5 1 Instalações e Equipamentos</b>	<b>6.640.000</b>	<b>6.640.000</b>	
5 1 1 Apoio à Construção e Beneficiação de Instalações Desportivas	200.000	200.000	
5 1 2 Apoio ao Arrelvamento de Campos de Futebol	100.000	100.000	
5 1 3 Parque Desportivo de São Miguel	1.250.000	1.250.000	
5 1 4 Parque Desportivo da Ilha Terceira	1.200.000	1.200.000	
5 1 5 Parque Desportivo do Faial	100.000	100.000	
5 1 6 Modernização e Apetrechamento de Instalações	100.000	100.000	
5 1 7 Apoio à Aquisição de Viaturas (Carrinhas) para os Clubes e Associações Desportivas	100.000	100.000	
5 1 8 Requalificação de Polidesportivos	90.000	90.000	
5 1 9 Apoio à Construção de Pavilhões Desportivos	550.000	550.000	
5 1 10 Acessibilidades às Instalações dos Serviços	50.000	50.000	
5 1 11 Apoio à Construção e Beneficiação de Sedes Sociais de Clubes e Associações Desportivas	400.000	400.000	
5 1 12 Requalificação do Estádio de São Miguel	350.000	350.000	
5 1 13 Requalificação do Estádio João Paulo II	150.000	150.000	
5 1 14 Construção do Estádio Mário Lino	2.000.000	2.000.000	
<b>5 2 Actividades Desportivas</b>	<b>5.925.000</b>	<b>5.225.000</b>	<b>700.000</b>
5 2 1 Apoio a Clubes por Utilização de Atletas Formados na Região	210.000	210.000	
5 2 2 Desporto Escolar	350.000	350.000	
5 2 3 Prémios de Classificação e Subida de Divisão	350.000	350.000	
5 2 4 Apoio ao Acesso de Atletas a Alta Competição	125.000	125.000	
5 2 5 Actividade Física e Desportiva Adaptada	90.000	90.000	
5 2 7 Apoio à Participação em Quadros Competitivos Nacionais e Série Açores	2.100.000	1.700.000	400.000
5 2 8 Apoio às actividades das associações desportivas	2.700.000	2.400.000	300.000
<b>5 3 Promoção e Formação</b>	<b>3.450.000</b>	<b>3.450.000</b>	
5 3 1 Congressos e Seminários	40.000	40.000	

## Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
5 3 2 Estrutura Técnica Associativa	350.000	350.000	
5 3 3 Estudos e Investigação	75.000	75.000	
5 3 4 Eventos Desportivos	150.000	150.000	
5 3 5 Promoção e formação na área do desporto	200.000	200.000	
5 3 6 Jogos das Ilhas	250.000	250.000	
5 3 7 Escolinhas do Desporto	235.000	235.000	
5 3 8 Actividades de Treino e Competição	2.100.000	2.100.000	
5 3 9 Actividade Física e Desportiva dos Adultos	50.000	50.000	
<b>5 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desporto</b>	<b>150.000</b>	<b>150.000</b>	
5 4 1 Dinamização de Actividades Desportivas em Rabo de Peixe	25.000	25.000	
5 4 2 Apoio à participação em Quadros Competitivos Nacionais	125.000	125.000	
<b>6 APOIO AOS MEDIA</b>	<b>1.370.700</b>	<b>1.370.700</b>	
<b>6 1 Apoio aos media</b>	<b>1.260.700</b>	<b>1.260.700</b>	
6 1 1 Promedia	500.000	500.000	
6 1 2 Promoção mediática dos Açores no exterior	450.700	450.700	
6 1 3 Apoio Regional ao serviço público de rádio e televisão	75.000	75.000	
6 1 5 Apoio ao Portal do Governo	200.000	200.000	
6 1 6 IV Encontro de Órgãos de Comunicação Social/Área de Imprensa	35.000	35.000	
<b>6 2 Jornal Oficial</b>	<b>110.000</b>	<b>110.000</b>	
6 2 1 Edição, Impressão e Disponibilização On Line do Jornal Oficial	10.000	10.000	
6 2 2 Acesso à Base de Dados Jurídica	100.000	100.000	
<b>AUMENTAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA</b>	<b>241.869.149</b>	<b>145.036.000</b>	<b>96.833.149</b>
<b>7 FOMENTO AGRÍCOLA</b>	<b>59.940.972</b>	<b>24.690.000</b>	<b>35.250.972</b>
<b>7 1 Infra-Estruturas Agrícolas</b>	<b>22.255.000</b>	<b>4.875.000</b>	<b>17.380.000</b>
7 1 1 Abastecimento de Água	9.125.000	1.500.000	7.625.000
7 1 2 Caminhos Agrícolas	9.255.000	2.000.000	7.255.000
7 1 3 Electrificação Agrícola	3.185.000	685.000	2.500.000
7 1 4 Infra-estruturas dos Serviços	500.000	500.000	
7 1 5 IROA	150.000	150.000	
7 1 6 Sistema de Informação Geográfica da Agricultura	40.000	40.000	
<b>7 2 Sanidade Animal e Vegetal</b>	<b>14.846.000</b>	<b>12.710.000</b>	<b>2.136.000</b>
7 2 1 Infra-estruturas Fitossanitárias/Qualidade	446.000	310.000	136.000
7 2 2 Sanidade Animal	8.600.000	6.600.000	2.000.000
7 2 3 Sanidade Vegetal	800.000	800.000	
7 2 4 Infra-estruturas veterinárias	5.000.000	5.000.000	

## Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>7 3 Modernizar as Explorações Agro-Pecuárias</b>	<b>2.595.000</b>	<b>2.480.000</b>	<b>115.000</b>
7 3 1 Estudos e Informática	500.000	500.000	
7 3 2 Experimentação e Divulgação Agrária	1.400.000	1.400.000	
7 3 3 Melhoramento Animal	450.000	450.000	
7 3 4 Acompanhamento das Intervenções Comunitárias	145.000	30.000	115.000
7 3 5 Contabilidade E Gestão Das Explorações Agrícolas	100.000	100.000	
<b>7 4 Reduzir Custos de Exploração Agrícola</b>	<b>20.244.972</b>	<b>4.625.000</b>	<b>15.619.972</b>
7 4 1 Apoio ao Investimento	7.995.686	2.200.000	5.795.686
7 4 2 Apoio ao Rendimento	10.411.786	1.600.000	8.811.786
7 4 4 Apoio às Organizações de Produtores	1.837.500	825.000	1.012.500
<b>8 APOIO À TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS</b>	<b>37.990.000</b>	<b>23.900.000</b>	<b>14.090.000</b>
<b>8 1 Transformação e Comercialização</b>	<b>37.990.000</b>	<b>23.900.000</b>	<b>14.090.000</b>
8 1 1 Apoio à Indústria Agro-alimentar	17.190.000	5.500.000	11.690.000
8 1 2 Rede Regional de Abate	750.000	750.000	
8 1 3 Apoio ao Escoamento de Produtos na Indústria Agro-Alimentar	3.700.000	3.700.000	
8 1 5 Qualidade e Certificação	650.000	650.000	
8 1 6 Regularização de Mercados	8.000.000	8.000.000	
8 1 7 Resgate da Quantidade de Referência	2.000.000	2.000.000	
8 1 10 Melhoramento das Infra-Estruturas de Abate	3.200.000	800.000	2.400.000
8 1 12 Parque de Exposições da Terceira	1.500.000	1.500.000	
8 1 13 Parque de Exposições de S. Miguel	1.000.000	1.000.000	
<b>9 DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA</b>	<b>29.204.975</b>	<b>7.315.000</b>	<b>21.889.975</b>
<b>9 1 Diversificação Agrícola</b>	<b>16.639.975</b>	<b>3.700.000</b>	<b>12.939.975</b>
9 1 1 Medidas Agro-ambientais	10.964.285	1.750.000	9.214.285
9 1 2 Novas Culturas	1.750.993	700.000	1.050.993
9 1 3 Promoção de Produtos Açorianos	750.000	750.000	
9 1 4 Diversificação da Economia Rural	3.174.697	500.000	2.674.697
<b>9 2 Formação e Informação</b>	<b>900.000</b>	<b>400.000</b>	<b>500.000</b>
9 2 1 Valorização E Qualificação Profissional	900.000	400.000	500.000
<b>9 3 Renovação e Reestruturação das Empresas Agrícolas</b>	<b>11.600.000</b>	<b>3.150.000</b>	<b>8.450.000</b>
9 3 1 Reforma Antecipada	10.200.000	2.250.000	7.950.000
9 3 2 SICATE	400.000	400.000	
9 3 3 Reestruturação Fundiária	1.000.000	500.000	500.000
<b>9 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Agricultura</b>	<b>65.000</b>	<b>65.000</b>	
9 4 1 Valorização Profissional em Rabo de Peixe	15.000	15.000	
9 4 2 Apoio ao Investimento em Rabo de Peixe	25.000	25.000	
9 4 3 Apoio a Novas Culturas em Rabo de Peixe	25.000	25.000	

## Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>10 DESENVOLVIMENTO FLORESTAL</b>	<b>10.249.852</b>	<b>8.430.000</b>	<b>1.819.852</b>
<b>10 1 Fomento e Gestão dos Recursos Florestais</b>	<b>2.999.852</b>	<b>1.180.000</b>	<b>1.819.852</b>
10 1 1 Medidas de Desenvolvimento Rural	2.399.852	580.000	1.819.852
10 1 2 Fomento Florestal	600.000	600.000	
<b>10 2 Infra-Estruturas e Equipamentos Florestais</b>	<b>6.050.000</b>	<b>6.050.000</b>	
10 2 1 Caminhos Rurais	5.500.000	5.500.000	
10 2 2 Infra-estruturas de Apoio	550.000	550.000	
<b>10 3 Uso Múltiplo da Floresta</b>	<b>1.200.000</b>	<b>1.200.000</b>	
10 3 1 Informação e Formação	400.000	400.000	
10 3 2 Silvicultura Ambiental e Protecção	800.000	800.000	
<b>11 MODERNIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS E DA ACTIVIDADE DA PESCA</b>	<b>32.268.350</b>	<b>24.486.000</b>	<b>7.782.350</b>
<b>11 1 Inspeção e Gestão</b>	<b>1.225.000</b>	<b>1.225.000</b>	
11 1 1 Fiscalização e Inspeção	125.000	125.000	
11 1 2 Cooperação com o DOP/IMAR/OMA e Outras entidades	850.000	850.000	
11 1 3 Congressos e Exposições	100.000	100.000	
11 1 4 Tribunal Europeu	100.000	100.000	
11 1 6 Sistema de Acompanhamento Electrónico de Embarcações	50.000	50.000	
<b>11 2 Infra-Estruturas Portuárias</b>	<b>21.618.350</b>	<b>17.491.000</b>	<b>4.127.350</b>
11 2 1 Portos de Santa Maria	40.000	40.000	
11 2 2 Portos de São Miguel	80.000	80.000	
11 2 3 Portos da Terceira	80.000	80.000	
11 2 4 Portos da Graciosa	15.000	15.000	
11 2 5 Portos de São Jorge	15.000	15.000	
11 2 6 Portos do Pico	15.000	15.000	
11 2 7 Portos do Faial	15.000	15.000	
11 2 8 Portos das Flores	15.000	15.000	
11 2 9 Porto da Casa	15.000	15.000	
11 2 10 Programa de apoio à actividade marítimo-portuário no sector das pescas	1.000.000	1.000.000	
11 2 11 Protocolos de Gestão de Portos com Associações do Sector	200.000	200.000	
11 2 12 Cooperação com Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais	100.000	100.000	
11 2 13 Cooperação com a Direcção de Faróis	51.000	51.000	
11 2 14 Programa Regional de requalificação e ampliação dos portos de pesca	19.977.350	15.850.000	4.127.350
<b>11 3 FROTA</b>	<b>2.700.000</b>	<b>2.700.000</b>	
11 3 1 Frota de Pesca	2.500.000	2.500.000	
11 3 2 FUNDOPESCA	200.000	200.000	
<b>11 4 Transformação, Comercialização e Cooperação Externa</b>	<b>2.075.000</b>	<b>2.075.000</b>	
11 4 1 Cooperação Externa	25.000	25.000	



## Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
11 4 2 Mercados e Comercialização	350.000	350.000	
11 4 3 Transformação	1.600.000	1.600.000	
11 4 4 Apoio ao Desenvolvimento de Pescarias de Profundidade	100.000	100.000	
<b>11 5 Recursos Humanos</b>	<b>350.000</b>	<b>350.000</b>	
11 5 1 Divulgação	50.000	50.000	
11 5 2 Formação Profissional	250.000	250.000	
11 5 3 Estruturas e Equipamentos	50.000	50.000	
<b>11 7 Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas</b>	<b>4.300.000</b>	<b>645.000</b>	<b>3.655.000</b>
11 7 1 Apoio ao investimento no âmbito dos projectos FEP	4.300.000	645.000	3.655.000
<b>12 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO</b>	<b>19.655.000</b>	<b>14.655.000</b>	<b>5.000.000</b>
<b>12 1 Promoção Turística</b>	<b>15.375.000</b>	<b>10.375.000</b>	<b>5.000.000</b>
12 1 1 Estudos	50.000	50.000	
12 1 2 Sistemas de Informação Turística	50.000	50.000	
12 1 3 Participação em Feiras	115.000	115.000	
12 1 4 Viagens Educacionais	60.000	60.000	
12 1 5 Materiais de Promoção	100.000	100.000	
12 1 6 Campanhas Publicitárias	15.000.000	10.000.000	5.000.000
<b>12 2 Oferta e Animação Turística</b>	<b>500.000</b>	<b>500.000</b>	
12 2 1 Estruturas Físicas de Apoio	250.000	250.000	
12 2 2 Animação Turística	250.000	250.000	
<b>12 3 Investimentos Estratégicos</b>	<b>3.700.000</b>	<b>3.700.000</b>	
12 3 2 Centro Cultural e de Congressos	500.000	500.000	
12 3 3 Desenvolvimento dos Recursos Termais	1.000.000	1.000.000	
12 3 4 Remodelação e Ampliação da Marginal e Parque Turístico e Ambiental do Paúl - Praia da Vitória	2.200.000	2.200.000	
<b>12 4 Informação e Formação</b>	<b>30.000</b>	<b>30.000</b>	
12 4 1 Concertação da Política de Turismo	30.000	30.000	
<b>12 5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento do Turismo</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>	
12 5 1 Animação Turística	50.000	50.000	
<b>13 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL</b>	<b>1.175.000</b>	<b>1.175.000</b>	
<b>13 1 Inovação Tecnológica e Gestão de Recursos</b>	<b>650.000</b>	<b>650.000</b>	
13 1 1 Dinamização do Sistema Tecnológico	150.000	150.000	
13 1 2 Promoção da Qualidade e Inovação	250.000	250.000	
13 1 3 Valorização das Águas Minerais e Termais	100.000	100.000	
13 1 4 Valorização dos Recursos Minerais não Metálicos	80.000	80.000	
13 1 5 Estudos e Projectos	70.000	70.000	
<b>13 2 Apoio à Actividade Empresarial</b>	<b>200.000</b>	<b>200.000</b>	
13 2 1 Centros de Apoio à Actividade Empresarial	70.000	70.000	

## Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
13 2 2 Mobilização da Iniciativa Empresarial	130.000	130.000	
<b>13 3 Artesanato</b>	<b>300.000</b>	<b>300.000</b>	
13 3 1 Realização de Feiras e Concursos	120.000	120.000	
13 3 2 Apoio à Criação e Desenvolvimento de Micro-Empresas Regionais	30.000	30.000	
13 3 3 Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais	50.000	50.000	
13 3 4 Divulgação e Promoção das Artes e Ofícios	80.000	80.000	
13 3 5 Certificação e Protecção dos Produtos e Serviços Artesanais	20.000	20.000	
<b>13 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento Industrial</b>	<b>25.000</b>	<b>25.000</b>	
13 4 1 Criação e Desenvolvimento de Micro-Empresas em Rabo de Peixe	25.000	25.000	
<b>14 DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO</b>	<b>1.720.000</b>	<b>1.720.000</b>	
<b>14 1 Dinamização do Comércio</b>	<b>225.000</b>	<b>225.000</b>	
14 1 1 Apoio à Actividade Empresarial	100.000	100.000	
14 1 2 Apoio ao Consumidor	125.000	125.000	
<b>14 2 Promoção Externa de Produtos Regionais</b>	<b>1.445.000</b>	<b>1.445.000</b>	
14 2 1 Apoio à Promoção de Produtos Regionais no Exterior	900.000	900.000	
14 2 2 Divulgação das Potencialidades Económicas da Região	545.000	545.000	
<b>14 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento do Comércio</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>	
14 3 1 Desenvolvimento do Comércio	50.000	50.000	
<b>15 PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO E DA COESÃO</b>	<b>49.665.000</b>	<b>38.665.000</b>	<b>11.000.000</b>
<b>15 1 Sistemas de Incentivos e Apoio à Coesão</b>	<b>49.665.000</b>	<b>38.665.000</b>	<b>11.000.000</b>
15 1 1 Sistemas de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores - SIDER	25.000.000	19.000.000	6.000.000
15 1 2 Informações ao Investidor	115.000	115.000	
15 1 3 Apoios à Coesão e Parcerias Público-Privadas	23.400.000	18.400.000	5.000.000
15 1 4 Estudos e Projectos	100.000	100.000	
15 1 5 Instalações e Equipamentos da Secretaria Regional da Economia	50.000	50.000	
15 1 6 Apoio ao Empreendedorismo	700.000	700.000	
15 1 7 Instrumento Financeiro de Apoio ao Micro-Crédito	300.000	300.000	
<b>REFORÇAR A COESÃO SOCIAL E A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES</b>	<b>72.322.965</b>	<b>59.432.004</b>	<b>12.890.961</b>
<b>16 DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS E DO SISTEMA DE SAÚDE</b>	<b>20.606.358</b>	<b>13.545.434</b>	<b>7.060.924</b>
<b>16 1 Construção de Novas Infra-Estruturas</b>	<b>5.000.000</b>	<b>3.600.000</b>	<b>1.400.000</b>
16 1 1 Unidades de Saúde	100.000	100.000	
16 1 2 Centros de Saúde de Sta. Cruz da Graciosa, Madalena e Ponta Delgada	2.900.000	1.500.000	1.400.000
16 1 4 Hospital da Ilha Terceira	2.000.000	2.000.000	
<b>16 2 Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde</b>	<b>3.100.000</b>	<b>1.570.000</b>	<b>1.530.000</b>
16 2 4 Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde	1.600.000	700.000	900.000
16 2 5 Beneficiação de Unidades de Saúde	1.400.000	770.000	630.000

## Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
16 2 6 Beneficiação e Conservação de Edifícios	100.000	100.000	
<b>16 3 Apetrechamento e Modernização</b>	<b>4.025.434</b>	<b>1.725.434</b>	<b>2.300.000</b>
16 3 1 Equipamentos para Unidades de Saúde	3.300.000	1.000.000	2.300.000
16 3 2 Viaturas do Serviço Regional de Saúde	150.000	150.000	
16 3 3 Emergência Médica	575.434	575.434	
<b>16 4 Formação e Iniciativas em Saúde</b>	<b>6.950.000</b>	<b>6.050.000</b>	<b>900.000</b>
16 4 1 Actualização de Profissionais de Saúde	800.000	800.000	
16 4 4 Plano Regional de Saúde	450.000	450.000	
16 4 5 Prevenção e Tratamento de Comportamentos de Risco	700.000	700.000	
16 4 6 Projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos	700.000	700.000	
16 4 7 Projecto de implementação e operacionalização da melhoria de acessibilidade ao SRS	4.300.000	3.400.000	900.000
<b>16 5 Tecnologias de Informação na Saúde</b>	<b>1.530.924</b>	<b>600.000</b>	<b>930.924</b>
16 5 1 Sistemas de Informação da Saúde	1.530.924	600.000	930.924
<b>17 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL</b>	<b>17.531.037</b>	<b>11.701.000</b>	<b>5.830.037</b>
<b>17 1 Equipamentos de Apoio a Idosos</b>	<b>3.925.000</b>	<b>3.925.000</b>	
17 1 3 Construção de Lar de Idosos na Lagoa - Sta. Casa da Misericórdia de Santo António da Lagoa	25.000	25.000	
17 1 6 Criação, Melhoramentos e Apetrechamento de Equipamentos Sociais de Apoio aos Idosos	100.000	100.000	
17 1 7 Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa	100.000	100.000	
17 1 9 Remodelação e ampliação do lar de idosos da Povoação	675.000	675.000	
17 1 10 Reconstrução do claustro Sul do antigo Convento de São Gonçalo - Recolhimento de São Gonçalo	1.000.000	1.000.000	
17 1 18 Adaptação de edifício para centro de dia e de noite de apoio a idosos na Bretanha	75.000	75.000	
17 1 20 Construção de edifício para o Serviço de Apoio Domiciliário de São Pedro - Lagoa	150.000	150.000	
17 1 21 Construção de cozinha e lavandaria, serviços de apoio domiciliário, Sta. Casa da Misericórdia de Vila Franca	150.000	150.000	
17 1 22 Remodelação do edifício do lar de idosos da Maia, 3ª fase, Sta. Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia	50.000	50.000	
17 1 23 Construção de lar de Idosos e Centro de Dia em Rabo de Peixe	50.000	50.000	
17 1 25 Ampliação do Lar de Idosos da Praia da Vitória	200.000	200.000	
17 1 26 Construção de lar de idosos na Calheta - S.Jorge	50.000	50.000	
17 1 27 Remodelação e ampliação de edifício para lar de idosos nas Lajes do Pico	400.000	400.000	
17 1 28 Construção de edifício para lar de idosos nas Lajes das Flores	700.000	700.000	
17 1 29 Projecto de implementação da rede de cuidados continuados dos Açores	200.000	200.000	
<b>17 2 Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude</b>	<b>3.261.000</b>	<b>3.261.000</b>	
17 2 2 Construção de Edifício para Creche em Ponta Delgada - Associação de S. João de Deus	200.000	200.000	
17 2 10 Remodelação do edifício da creche e jardim da Casa do Povo da Terra-Chã	125.000	125.000	
17 2 11 Remodelação de edifício para instalação de cozinha de apoio às várias valências do Instituto de S. Catarina	50.000	50.000	
17 2 13 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude	100.000	100.000	
17 2 14 Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa	100.000	100.000	
17 2 16 Construção de edifício para creche, atelier de tempos livres e convívio de idosos no Pico da Pedra, Casa do Povo de Pico da Pedra	941.000	941.000	

## Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
17 2 19 Remodelação de edifício para criação de um centro de acolhimento de jovens na Candelária do Pico	50.000	50.000	
17 2 20 Construção de edifício para criação de creche, ATL e convívio de idosos nos Arrifes	100.000	100.000	
17 2 21 Construção de edifício para criação de creche, ATL e serviço de apoio domiciliário nas Capelas	25.000	25.000	
17 2 37 Remodelação de edifícios para criação de lares para crianças e jovens nas Capelas	75.000	75.000	
17 2 39 Construção de creche na Atalhada, Lagoa	300.000	300.000	
17 2 40 Construção de edifício para centro de acolhimento, ATL e residência de Religiosas, na Povoação	450.000	450.000	
17 2 41 Construção de edifício para creche na Praia da Vitória	50.000	50.000	
17 2 42 Centro comunitário de Sta. Rita, Praia da Vitória	50.000	50.000	
17 2 43 Instalação do serviço de apoio ao domicílio na Vila Nova	50.000	50.000	
17 2 44 Ampliação do edifício da creche de Santa Cruz da Graciosa	50.000	50.000	
17 2 45 Creche e serviço de apoio domiciliário nos Flamengos, Horta	175.000	175.000	
17 2 46 Remodelação e ampliação do edifício da creche e jardim do Centro Social e Paroquial de São Pedro, Ponta Delgada	20.000	20.000	
17 2 47 Construção de edifício para creche na Horta	50.000	50.000	
17 2 48 Projecto de implementação do sistema de acolhimento dos Açores	300.000	300.000	
<b>17 3 Investimentos em Serviços de Segurança Social e Promoção da Igualdade de Oportunidades</b>	<b>5.890.037</b>	<b>60.000</b>	<b>5.830.037</b>
17 3 1 Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios para serviços de Segurança Social na Região dos Açores	3.800.000		3.800.000
17 3 2 Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais nos Açores	2.030.037		2.030.037
17 3 3 Promoção da Igualdade de Oportunidades	60.000	60.000	
<b>17 5 Equipamentos de Apoio à Deficiência</b>	<b>4.455.000</b>	<b>4.455.000</b>	
17 5 1 Construção de Centro de Actividades Ocupacionais em Vila Franca, Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca	700.000	700.000	
17 5 3 Construção de Edifício para Centro de Actividades Ocupacionais - Associação Cristã da Mocidade	2.900.000	2.900.000	
17 5 4 Adaptação de edifício para centro de actividades ocupacionais para deficientes em Vila do Porto	80.000	80.000	
17 5 5 Construção de lar residencial para deficientes em Ponta Delgada	25.000	25.000	
17 5 6 Reconstrução de edifício para centro de actividades ocupacionais para deficientes na Ribeira Grande	450.000	450.000	
17 5 7 Remodelação e ampliação de edifício para a instalação de centro de actividades ocupacionais na Maia	100.000	100.000	
17 5 8 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência	100.000	100.000	
17 5 9 Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa	100.000	100.000	
<b>18 HABITAÇÃO</b>	<b>26.183.000</b>	<b>26.183.000</b>	
<b>18 1 Incentivos à Construção e Aquisição de Habitação Própria</b>	<b>5.005.623</b>	<b>5.005.623</b>	
18 1 1 Apoio à Construção, Ampliação e Remodelação de Habitação Própria	1.000.000	1.000.000	
18 1 2 Apoio à Aquisição de Habitação Própria	1.300.000	1.300.000	
18 1 3 Aquisição de Solos	600.000	600.000	
18 1 6 Contrato Programa com a SPRHI, SA	425.623	425.623	
18 1 8 Operações de Loteamento e Obras de Urbanização	1.380.000	1.380.000	
18 1 9 Reabilitação de Infra-estruturas Habitacionais	300.000	300.000	

## Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>18 2 Recuperação do Parque Habitacional</b>	<b>2.790.000</b>	<b>2.790.000</b>	
18 2 1 Apoio à Recuperação do Parque Habitacional Privado	1.000.000	1.000.000	
18 2 3 Apoio à Recuperação do Parque Habitacional Autárquico	450.000	450.000	
18 2 4 Recuperação do Parque Habitacional Social da RAA	1.000.000	1.000.000	
18 2 5 Sistema de Informação Geográfica da Habitação	40.000	40.000	
18 2 6 Apoio à Recuperação de Imóveis Afectados por Térmitas	300.000	300.000	
<b>18 3 Promoção de Habitação para Realojamentos</b>	<b>6.337.377</b>	<b>6.337.377</b>	
18 3 1 Acordo de Colaboração RAA/INH	4.000.000	4.000.000	
18 3 2 Cooperação com Autarquias - Acordo INH/RAA/Municípios	1.000.000	1.000.000	
18 3 4 Salvaguarda Habitacional das Populações em Situação de Risco	587.377	587.377	
18 3 5 Apoio ao Arrendamento Temporário de Famílias Carenciadas	750.000	750.000	
<b>18 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Habitação</b>	<b>4.550.000</b>	<b>4.550.000</b>	
18 4 1 Construção e Aquisição de Habitação em Rabo de Peixe	100.000	100.000	
18 4 2 Recuperação da Habitação e Realojamentos em Rabo de Peixe	100.000	100.000	
18 4 3 Acordos de Colaboração RAA/INH - PROHABITA	2.000.000	2.000.000	
18 4 4 Cooperação com Autarquias - Acordos INH/RAA/Municípios	1.350.000	1.350.000	
18 4 5 Salvaguarda Habitacional de Famílias em Situação de Risco	1.000.000	1.000.000	
<b>18 5 Sismo</b>	<b>7.500.000</b>	<b>7.500.000</b>	
18 5 1 Contrato Programa com a SPRHI, SA	4.500.000	4.500.000	
18 5 2 Reconstrução de Habitação - Administrações Directas	3.000.000	3.000.000	
<b>19 PROTECÇÃO CIVIL</b>	<b>8.002.570</b>	<b>8.002.570</b>	
<b>19 1 Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB's</b>	<b>975.000</b>	<b>975.000</b>	
19 1 1 Prontos-Socorros-Médios	525.000	525.000	
19 1 2 Ambulâncias de Socorro	200.000	200.000	
19 1 3 Reparação de Viaturas dos Corpos de Bombeiros	100.000	100.000	
19 1 4 Aquisição de Equipamento, Fardamento e Mobiliário para as AHBV's	100.000	100.000	
19 1 6 Viaturas de Transporte de Pessoal e Equipamento	50.000	50.000	
<b>19 2 Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB's</b>	<b>2.265.000</b>	<b>2.265.000</b>	
19 2 4 Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV's	300.000	300.000	
19 2 5 Centro de Formação de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores	100.000	100.000	
19 2 6 Construção do Quartel da AHBV's de Angra do Heroísmo	500.000	500.000	
19 2 7 II Fase do Quartel da Ribeira Grande	200.000	200.000	
19 2 12 Construção de um Anexo com Garagem ao Quartel da AHBV's de S. Roque do Pico	225.000	225.000	
19 2 13 Construção de um Anexo com Garagem ao Quartel da AHBV's das Lajes do Pico	200.000	200.000	
19 2 14 Construção de um Anexo ao Quartel da AHBV's de Ponta Delgada	225.000	225.000	
19 2 15 Ampliação do Quartel de AHBV's de Vila Franca do Campo	200.000	200.000	
19 2 16 Remodelação da Secção Destacada da Lomba da Maia	150.000	150.000	

## Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
19 2 17 Remodelação do Quartel da AHBV's da Calheta de São Jorge	165.000	165.000	
<b>19 3 Formação e Informação</b>	<b>584.750</b>	<b>584.750</b>	
19 3 1 Equipamento de Vigilância Sismo-Vulcânica	124.980	124.980	
19 3 2 Apoios a Diversas Entidades	35.000	35.000	
19 3 3 Estudos de Carácter Científico e Elaboração de Cartas de Risco	69.790	69.790	
19 3 4 Cooperação Técnico-Científica com a Universidade dos Açores	124.980	124.980	
19 3 5 Formação Profissional ao Nível da Protecção Civil	30.000	30.000	
19 3 6 Informação, Formação e Sensibilização da População	100.000	100.000	
19 3 7 Formação Profissional de Bombeiros	100.000	100.000	
<b>19 4 Serviço Regional de Protecção Civil</b>	<b>4.177.820</b>	<b>4.177.820</b>	
19 4 1 Meios e Recursos	25.000	25.000	
19 4 2 Radiocomunicações de Emergência do SRPCBA	702.820	702.820	
19 4 3 Meios e Recursos do SRPCBA - Equipamentos para Socorro Imediato	150.000	150.000	
19 4 4 Transporte Terrestre de Emergência	3.300.000	3.300.000	
<b>INCREMENTAR O ORDENAMENTO TERRITORIAL E A EFICIÊNCIA DAS REDES ESTRUTURANTES</b>	<b>211.342.411</b>	<b>138.209.750</b>	<b>73.132.661</b>
<b>21 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E QUALIDADE AMBIENTAL</b>	<b>22.803.000</b>	<b>22.803.000</b>	
<b>21 1 Ordenamento do Território</b>	<b>7.055.000</b>	<b>7.055.000</b>	
21 1 1 Revisão e Elaboração do PROTA	100.000	100.000	
21 1 2 Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's)	30.000	30.000	
21 1 3 Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC's)	300.000	300.000	
21 1 4 Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas (POBH's)	2.190.000	2.190.000	
21 1 5 Protecção da Orla Costeira na RAA	3.540.000	3.540.000	
21 1 6 Protecção da Orla Costeira de S <sup>a</sup> Cruz - 2 <sup>a</sup> Fase	75.000	75.000	
21 1 7 Protecção da Orla Costeira das Lajes do Pico - APTO	350.000	350.000	
21 1 8 Relatório de Estado do Ordenamento do Território da RAA - 2005 (REOTA-2005)	30.000	30.000	
21 1 9 Sistemas de Informação Geográfica	25.000	25.000	
21 1 10 INTERREG III B - Cooperação com Madeira e Canárias	350.000	350.000	
21 1 12 Protecção da Orla Costeira - Ribeira Grande	65.000	65.000	
<b>21 2 Recursos Hídricos</b>	<b>4.700.000</b>	<b>4.700.000</b>	
21 2 2 Protecção das Origens de Água	40.000	40.000	
21 2 3 Qualidade da Água das Lagoas das Furnas e das Sete Cidades	80.000	80.000	
21 2 4 Apoio à Implementação das Zonas Vulneráveis	50.000	50.000	
21 2 6 Forn./Instal. Equip. das Redes Monit. Rec. Hídricos S.Miguel e S <sup>a</sup> Maria	750.000	750.000	
21 2 7 Desobstrução e Limpeza de Ribeiras	1.000.000	1.000.000	
21 2 8 Protecção e Intervenções em Lagoas - PORAL	250.000	250.000	
21 2 9 Infra-estruturas de Recursos Hídricos	2.000.000	2.000.000	

## Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
21 2 11 Implementação da Directiva Quadro da Água	250.000	250.000	
21 2 12 Estabelecimento Programas Monitorização Regiões Hidrográficas	200.000	200.000	
21 2 13 Implementação da directiva da Gestão das Águas Balneares	80.000	80.000	
<b>21 3 Valorização da Qualidade Ambiental</b>	<b>2.495.000</b>	<b>2.495.000</b>	
21 3 1 Estratégia e Planeamento da Qualidade Ambiental	650.000	650.000	
21 3 2 Controlo e Vigilância Integrada da Qualidade do Ambiente	215.000	215.000	
21 3 3 Rede de Monitorização, Informação e Gestão Ambiental	30.000	30.000	
21 3 4 Sistema Integrado de Gestão de Resíduos dos Açores (SIGRA)	1.600.000	1.600.000	
<b>21 4 Conservação da Natureza</b>	<b>6.683.000</b>	<b>6.683.000</b>	
21 4 1 Conservação da Natureza e Biodiversidade	600.000	600.000	
21 4 2 Ordenamento e Gestão de Áreas Protegidas e Rede Natura 2000	1.800.000	1.800.000	
21 4 3 Regime de Incentivos: Paisagem Protegida da Vinha do Pico	250.000	250.000	
21 4 4 Rede de Jardins Botânicos	1.000.000	1.000.000	
21 4 5 Infra-estruturas de Apoio à Visitação e Gestão das Áreas Protegidas	3.000.000	3.000.000	
21 4 6 Apoio à Cooperação Europeia Inter-Regional	33.000	33.000	
<b>21 5 Formação e Promoção Ambiental</b>	<b>1.810.000</b>	<b>1.810.000</b>	
21 5 1 Informação, Sensibilização e Promoção Ambiental	500.000	500.000	
21 5 2 Sistemas de Informação Ambiental	10.000	10.000	
21 5 3 Rede Regional de Ecotecas	1.300.000	1.300.000	
<b>21 6 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Ambiente</b>	<b>60.000</b>	<b>60.000</b>	
21 6 1 Medidas de Requalificação Ambiental	10.000	10.000	
21 6 2 Formação e Sensibilização Ambientais	50.000	50.000	
<b>22 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO</b>	<b>1.350.000</b>	<b>1.350.000</b>	
<b>22 1 LREC</b>	<b>220.000</b>	<b>220.000</b>	
22 1 1 Parede de Reacção do LREC	170.000	170.000	
22 1 2 Manutenção de Infra-estruturas e Equipamentos para o LREC	50.000	50.000	
<b>22 2 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRHE</b>	<b>155.000</b>	<b>155.000</b>	
22 2 1 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRHE	75.000	75.000	
22 2 2 Sistemas de Informação e Comunicações da SRHE	80.000	80.000	
<b>22 3 Divulgação e Sensibilização das Populações</b>	<b>75.000</b>	<b>75.000</b>	
22 3 1 Informação e Sensibilização das Populações	75.000	75.000	
<b>22 4 Comunicações</b>	<b>900.000</b>	<b>900.000</b>	
22 4 2 Promoção/Divulgação/Cooperação	100.000	100.000	
22 4 3 Estação de Rastreo de Satélites de Santa Maria	800.000	800.000	
<b>23 CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESTRADAS REGIONAIS E DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS</b>	<b>53.624.411</b>	<b>51.745.000</b>	<b>1.879.411</b>
<b>23 1 Construção e Reabilitação de Estradas Regionais</b>	<b>38.625.000</b>	<b>37.625.000</b>	<b>1.000.000</b>
23 1 1 Benef. e Pavimentação de Diversos Troços de ER em Santa Maria	460.000	460.000	

## Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
23 1 2 Benef. e Pavimentação de Diversos Troços de ER na Graciosa	2.000.000	2.000.000	
23 1 3 Benef. e Pavimentação de Diversos Troços de ER em São Jorge	1.000.000	1.000.000	
23 1 4 Benef. e Pavimentação de Diversos Troços de ER no Pico	200.000	200.000	
23 1 5 Benef. e Pavimentação de Diversos Troços de ER nas Flores	1.825.000	1.825.000	
23 1 6 Benef. e Pavimentação de Diversos Troços de ER no Corvo	250.000	250.000	
23 1 7 Requalificação Viária	3.500.000	2.500.000	1.000.000
23 1 8 Parque de Máquinas da SRHE	700.000	700.000	
23 1 9 Colocação de Guardas Metálicas em Estradas Regionais	350.000	350.000	
23 1 11 Construção, Beneficiação e Pavimentação de Diversos Troços de ER em São Miguel	8.000.000	8.000.000	
23 1 13 Construção, Beneficiação e pavimentação de diversos troços de ER na Ilha Terceira	3.065.000	3.065.000	
23 1 14 Arrastadouros	250.000	250.000	
23 1 15 Variante à Vila das Capelas	500.000	500.000	
23 1 16 Construção de dois troços à Variante ER 6-2ª São Carlos	2.150.000	2.150.000	
23 1 17 Beneficiação e Pavimentação de Diversos Troços de ER no Faial	875.000	875.000	
23 1 18 Via Vitorino Nemésio	13.500.000	13.500.000	
<b>23 2 Operadores e Segurança Rodoviária</b>	<b>3.179.411</b>	<b>2.300.000</b>	<b>879.411</b>
23 2 1 SIRIARTE	979.411	100.000	879.411
23 2 2 Transportes Terrestres	2.200.000	2.200.000	
<b>23 3 SPRHI</b>	<b>5.500.000</b>	<b>5.500.000</b>	
23 3 1 Contratos Programas - Rede Viária	3.000.000	3.000.000	
23 3 2 Aquisição de Terrenos de Obras a cargo da SPRHI	2.500.000	2.500.000	
<b>23 4 Equipamentos Públicos</b>	<b>4.775.000</b>	<b>4.775.000</b>	
23 4 1 Apoio a Diversas Entidades	3.000.000	3.000.000	
23 4 2 Ampliação e Reabilitação das Instalações - Sectores de Conservação de Estradas	300.000	300.000	
23 4 3 Reabilitação das Instalações do Parque de Máquinas	200.000	200.000	
23 4 4 Reabilitação de Instalações de Serviços Públicos	775.000	775.000	
23 4 10 Centro Comunitário dos Arrifes	225.000	225.000	
23 4 11 Aquisição de Equipamento de Protecção Individual	75.000	75.000	
23 4 12 Requalificação das antigas Instalações dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada	200.000	200.000	
<b>23 5 Cartografia</b>	<b>120.000</b>	<b>120.000</b>	
23 5 1 Cartografia	20.000	20.000	
23 5 2 Sistemas de Informação Geográfica dos Açores - Cartograf II	100.000	100.000	
<b>23 6 Intervenção Específica em Rabo de Peixe -Estradas</b>	<b>1.300.000</b>	<b>1.300.000</b>	
23 6 1 Variante à ER 1-1ª, em Rabo de Peixe	1.000.000	1.000.000	
23 6 2 Reabilitação da ER 1-1ª, interior de Rabo de Peixe	300.000	300.000	



## Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>23 7 Requalificação e Ornamentação de Zonas Envolventes à Rede Viária Regional</b>	<b>125.000</b>	<b>125.000</b>	
23 7 2 Parque Século XXI	100.000	100.000	
23 7 3 Construção e Recuperação de Miradouros, Merendários e Zonas de Lazer	25.000	25.000	
<b>24 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS</b>	<b>94.735.000</b>	<b>39.206.750</b>	<b>55.528.250</b>
<b>24 1 Tráfego de Passageiros Inter - Ilhas</b>	<b>54.200.000</b>	<b>30.700.000</b>	<b>23.500.000</b>
24 1 1 Construção de novos navios e apoio ao transporte marítimo de passageiros	42.000.000	30.000.000	12.000.000
24 1 3 Reparações nos Navios Cruzeiros das Ilhas e do Canal	200.000	200.000	
24 1 4 Construção do terminal marítimo e gare de passageiros do porto de Ponta Delgada	12.000.000	500.000	11.500.000
<b>24 2 Infra-Estruturas Portuárias</b>	<b>40.435.000</b>	<b>8.406.750</b>	<b>32.028.250</b>
24 2 2 Recuperação do Porto da Praia da Vitória	4.000.000	1.360.000	2.640.000
24 2 3 Diversas obras de melhoria da operacionalidade dos portos	7.000.000	800.000	6.200.000
24 2 5 Reordenamento do Porto da Madalena	4.000.000	600.000	3.400.000
24 2 6 Construção do Núcleo de Recreio de Santa Maria	2.000.000		2.000.000
24 2 7 Aquisição de diversos equipamentos de apoio à exploração dos portos	4.500.000		4.500.000
24 2 10 Construção de núcleos de recreio	3.300.000	3.300.000	
24 2 11 Ampliação do Parque de Contentores do Porto das Velas e Const. do Novo Acesso ao Porto	1.390.000	205.000	1.185.000
24 2 12 Plano Integrado de Reordenamento e Requalificação da Baía da Horta	7.700.000	1.160.000	6.540.000
24 2 15 Reabilitação da Cabeça do Molhe do Porto das Lajes das Flores	2.700.000	400.000	2.300.000
24 2 16 Construção do Edifício Polivalente no Porto das Lajes das Flores	545.000	81.750	463.250
24 2 17 Requalificação do Porto da Praia na Ilha Graciosa	3.300.000	500.000	2.800.000
<b>24 3 Estudos</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>	
24 3 1 Estudo sobre o Transporte Marítimo	50.000	50.000	
<b>24 4 Promoção e Dinamização dos Transportes Marítimos</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>	
24 4 1 Apoio a Acções de Dinamização do Transporte Marítimo nos Açores	35.000	35.000	
24 4 2 Desenvolvimento de acções para a promoção do destino Açores no mercado de cruzeiros	15.000	15.000	
<b>25 DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES AÉREOS</b>	<b>37.820.000</b>	<b>22.095.000</b>	<b>15.725.000</b>
<b>25 1 Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários</b>	<b>21.025.000</b>	<b>5.300.000</b>	<b>15.725.000</b>
25 1 1 Aquisição de Equipamentos Aeroportuários	75.000	75.000	
25 1 2 Aeródromo e Aerogare do Pico	1.200.000	1.200.000	
25 1 3 Aerogare das Flores	400.000	175.000	225.000
25 1 4 Aeródromo e Aerogare de S. Jorge	4.000.000	800.000	3.200.000
25 1 5 Remodelação e Beneficiação da Aerogare Civil das Lajes	2.750.000	2.750.000	
25 1 7 Handlings das Escalas e Aeródromos	750.000		750.000
25 1 8 Rede das Lojas de Vendas	300.000		300.000
25 1 9 Equipamentos da Frota ATP	250.000		250.000
25 1 10 Infra-estruturas para Sistemas de Informação	1.000.000		1.000.000

## Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
25 1 12 Renovação da Frota	10.000.000		10.000.000
25 1 14 Iluminação do Aeródromo das Flores	300.000	300.000	
<b>25 2 Gestão dos Aeródromos Regionais</b>	<b>2.750.000</b>	<b>2.750.000</b>	
25 2 1 Gestão dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores	2.750.000	2.750.000	
<b>25 3 Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas</b>	<b>14.000.000</b>	<b>14.000.000</b>	
25 3 1 Concessão das Rotas Inter-Ilhas	14.000.000	14.000.000	
<b>25 4 Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos</b>	<b>45.000</b>	<b>45.000</b>	
25 4 1 Apoio a Acções de Dinamização do Transporte Aéreo nos Açores	20.000	20.000	
25 4 2 Apoio a Acções de Revisão das Servidões Aeronáuticas dos Aeródromos Regionais	25.000	25.000	
<b>26 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SECTOR ENERGÉTICO</b>	<b>1.010.000</b>	<b>1.010.000</b>	
<b>26 1 Utilização Regional de Energia</b>	<b>360.000</b>	<b>360.000</b>	
26 1 1 Agência Regional de Energia	150.000	150.000	
26 1 2 Estudos e Projectos	100.000	100.000	
26 1 3 Apoio à Utilização Racional de Energia e à Diversificação de Fontes Energéticas	110.000	110.000	
<b>26 2 Serviço Público Social</b>	<b>650.000</b>	<b>650.000</b>	
26 2 1 Iluminação Pública das Vias Regionais	650.000	650.000	
<b>AFIRMAR OS SISTEMAS AUTONÓMICO E DA GESTÃO PÚBLICA</b>	<b>11.448.407</b>	<b>11.448.407</b>	
<b>27 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL</b>	<b>5.135.000</b>	<b>5.135.000</b>	
<b>27 1 Modernização Administrativa</b>	<b>1.625.000</b>	<b>1.625.000</b>	
27 1 1 Acções de Modernização Administrativa	395.000	395.000	
27 1 2 Promoção de Acções de Formação Profissional	450.000	450.000	
27 1 3 Projectos de Automatização de Procedimentos Administrativos	250.000	250.000	
27 1 4 Ficheiro Central de Pessoal	475.000	475.000	
27 1 5 Promoção da Qualidade nos Serviços Públicos da Administração Pública Regional	55.000	55.000	
<b>27 2 Informação de Interesse Público ao Cidadão</b>	<b>2.350.000</b>	<b>2.350.000</b>	
27 2 1 Rede Integrada de Apoio ao Cidadão	2.350.000	2.350.000	
<b>27 3 Serviços Sociais</b>	<b>170.000</b>	<b>170.000</b>	
27 3 1 Serviços de Apoio aos Funcionários Públicos	170.000	170.000	
<b>27 4 Cooperação com as Autarquias Locais</b>	<b>725.000</b>	<b>725.000</b>	
27 4 1 Cooperação Técnica	45.000	45.000	
27 4 2 Cooperação Financeira com os Municípios	180.000	180.000	
27 4 3 Cooperação Financeira com as Freguesias	500.000	500.000	
<b>27 5 Estatística</b>	<b>265.000</b>	<b>265.000</b>	
27 5 1 Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística	115.000	115.000	
27 5 2 Acções de Contabilidade Regional - INTERREG III B	150.000	150.000	
<b>28 PLANEAMENTO e FINANÇAS</b>	<b>4.300.000</b>	<b>4.300.000</b>	

## Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>28 1 Planeamento e Finanças</b>	<b>4.300.000</b>	<b>4.300.000</b>	
28 1 1 Acções de Acompanhamento e Avaliação, incluindo os Programas Comunitários	1.000.000	1.000.000	
28 1 2 Instalações da Administração Regional	2.000.000	2.000.000	
28 1 3 Bonificação de Juros	100.000	100.000	
28 1 4 Reestruturação do Sector Público Empresarial e Promoção do Investimento Externo	1.200.000	1.200.000	
<b>30 COOPERAÇÃO EXTERNA</b>	<b>2.013.407</b>	<b>2.013.407</b>	
<b>30 1 Cooperação inter-regional</b>	<b>559.407</b>	<b>559.407</b>	
30 1 1 Relações Externas e Cooperação	190.000	190.000	
30 1 2 Relações com Organismos de Cooperação Inter-Regional e Organizações Internacionais	200.000	200.000	
30 1 3 Aprofundamento de Relações de Cooperação com Regiões Estratégicas	120.000	120.000	
30 1 4 Cooperação das Regiões Ultraperiféricas para um Desenvolvimento Sustentável	49.407	49.407	
<b>30 2 Emigrado/Regressado</b>	<b>280.000</b>	<b>280.000</b>	
30 2 1 Integração	20.000	20.000	
30 2 2 Protocolos de Cooperação	140.000	140.000	
30 2 3 Estudo Sobre Emigração e Regressos	40.000	40.000	
30 2 4 Encontros/Seminários	70.000	70.000	
30 2 5 Projectos/Candidaturas	10.000	10.000	
<b>30 3 Identidade Cultural</b>	<b>921.000</b>	<b>921.000</b>	
30 3 1 Açorianidade e Raízes	45.000	45.000	
30 3 2 Comunicação Açores/Comunidades	95.000	95.000	
30 3 3 Preservação da Identidade Cultural	141.000	141.000	
30 3 4 Encontro Intercomunitário	240.000	240.000	
30 3 5 Divulgação Artística	85.000	85.000	
30 3 6 Protocolos de Cooperação	130.000	130.000	
30 3 7 Projectos/Candidaturas	185.000	185.000	
<b>30 4 Imigrado</b>	<b>253.000</b>	<b>253.000</b>	
30 4 1 Integração	74.000	74.000	
30 4 2 Protocolos de Cooperação	89.000	89.000	
30 4 3 Estudos sobre Imigração	15.000	15.000	
30 4 4 Encontros/Seminários	65.000	65.000	
30 4 5 Projectos/Candidaturas	10.000	10.000	

## **DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE**



## Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>PRESIDÊNCIA</b>	<b>16.384.107</b>	<b>16.084.107</b>	<b>300.000</b>
<b>4 PATRIMÓNIO E ACTIVIDADES CULTURAIS</b>	<b>13.000.000</b>	<b>12.700.000</b>	<b>300.000</b>
<b>4 1 Dinamização de Actividades Culturais</b>	<b>3.425.000</b>	<b>3.325.000</b>	<b>100.000</b>
4 1 1 Escolas de Formação	150.000	150.000	
4 1 2 Edição de Obras de Cariz Cultural	70.000	70.000	
4 1 3 Rede de Leitura Pública	210.000	210.000	
4 1 4 Bolsas para Formação Artística e Técnica	15.000	15.000	
4 1 5 Orquestra Regional dos Açores - ( Lira Açoriana )	100.000	100.000	
4 1 6 Eventos de Iniciativa Governamental	600.000	600.000	
4 1 7 Arte Contemporânea dos Açores - ArTca	150.000	150.000	
4 1 8 Apoios a Actividades de Relevante Interesse Cultural	2.100.000	2.000.000	100.000
4 1 9 Laboratório-Escola Móvel de Teatro	30.000	30.000	
<b>4 2 Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural</b>	<b>8.050.000</b>	<b>7.850.000</b>	<b>200.000</b>
4 2 1 Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural	550.000	550.000	
4 2 2 Inventário do Património Artístico e Cultural	120.000	120.000	
4 2 3 Classificação de Imóveis em Núcleos Protegidos	300.000	300.000	
4 2 4 Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo - Novas Instalações	400.000	400.000	
4 2 5 Investigação Arqueológica	150.000	150.000	
4 2 6 Museus, Bibliotecas e Arquivos	1.500.000	1.500.000	
4 2 7 Museu do Pico - Museu dos Baleeiros	360.000	360.000	
4 2 8 Salvaguarda do Património Baleeiro	280.000	80.000	200.000
4 2 9 Divulgação e Sensibilização do Património Cultural	40.000	40.000	
4 2 10 Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos	100.000	100.000	
4 2 11 Inventário e Tratamento dos Arquivos da Região	50.000	50.000	
4 2 12 Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para ONG's Culturais	400.000	400.000	
4 2 13 Recolhimento de Santa Bárbara - Museu Carlos Machado	1.200.000	1.200.000	
4 2 15 Casa Walter Bensaúde - Biblioteca Pública e Arquivo da Horta	1.100.000	1.100.000	
4 2 18 Palácio de Santana - Conservação e Restauro	300.000	300.000	
4 2 19 Centro de Arte Contemporânea	500.000	500.000	
4 2 20 Museu da Graciosa - Ampliação das Instalações	500.000	500.000	
4 2 21 Casa Manuel de Arriaga	100.000	100.000	
4 2 22 Antigo Hospital da Boa Nova	100.000	100.000	
<b>4 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Cultura</b>	<b>25.000</b>	<b>25.000</b>	
4 3 1 Dinamização das Actividades Culturais	25.000	25.000	
<b>4 4 Sismo- Cultura</b>	<b>1.500.000</b>	<b>1.500.000</b>	
4 4 1 Sismo - Execução do Protocolo com a Diocese de Angra	1.500.000	1.500.000	

## Desagregação por Entidade Proponente

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>6 APOIO AOS MEDIA</b>	<b>1.370.700</b>	<b>1.370.700</b>	
<b>6 1 Apoio aos media</b>	<b>1.260.700</b>	<b>1.260.700</b>	
6 1 1 Promedia	500.000	500.000	
6 1 2 Promoção mediática dos Açores no exterior	450.700	450.700	
6 1 3 Apoio Regional ao serviço público de rádio e televisão	75.000	75.000	
6 1 5 Apoio ao Portal do Governo	200.000	200.000	
6 1 6 IV Encontro de Órgãos de Comunicação Social/Área de Imprensa	35.000	35.000	
<b>6 2 Jornal Oficial</b>	<b>110.000</b>	<b>110.000</b>	
6 2 1 Edição, Impressão e Disponibilização On Line do Jornal Oficial	10.000	10.000	
6 2 2 Acesso à Base de Dados Jurídica	100.000	100.000	
<b>30 COOPERAÇÃO EXTERNA</b>	<b>2.013.407</b>	<b>2.013.407</b>	
<b>30 1 Cooperação inter-regional</b>	<b>559.407</b>	<b>559.407</b>	
30 1 1 Relações Externas e Cooperação	190.000	190.000	
30 1 2 Relações com Organismos de Cooperação Inter-Regional e Organizações Internacionais	200.000	200.000	
30 1 3 Aprofundamento de Relações de Cooperação com Regiões Estratégicas	120.000	120.000	
30 1 4 Cooperação das Regiões Ultraperiféricas para um Desenvolvimento Sustentável	49.407	49.407	
<b>30 2 Emigrado/Regressado</b>	<b>280.000</b>	<b>280.000</b>	
30 2 1 Integração	20.000	20.000	
30 2 2 Protocolos de Cooperação	140.000	140.000	
30 2 3 Estudo Sobre Emigração e Regressos	40.000	40.000	
30 2 4 Encontros/Seminários	70.000	70.000	
30 2 5 Projectos/Candidaturas	10.000	10.000	
<b>30 3 Identidade Cultural</b>	<b>921.000</b>	<b>921.000</b>	
30 3 1 Açorianidade e Raízes	45.000	45.000	
30 3 2 Comunicação Açores/Comunidades	95.000	95.000	
30 3 3 Preservação da Identidade Cultural	141.000	141.000	
30 3 4 Encontro Intercomunitário	240.000	240.000	
30 3 5 Divulgação Artística	85.000	85.000	
30 3 6 Protocolos de Cooperação	130.000	130.000	
30 3 7 Projectos/Candidaturas	185.000	185.000	
<b>30 4 Imigrado</b>	<b>253.000</b>	<b>253.000</b>	
30 4 1 Integração	74.000	74.000	
30 4 2 Protocolos de Cooperação	89.000	89.000	
30 4 3 Estudos sobre Imigração	15.000	15.000	
30 4 4 Encontros/Seminários	65.000	65.000	
30 4 5 Projectos/Candidaturas	10.000	10.000	

## Desagregação por Entidade Proponente

Entidade/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>Vice-Presidência</b>	<b>9.435.000</b>	<b>9.435.000</b>	
<b>27 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL</b>	<b>5.135.000</b>	<b>5.135.000</b>	
<b>27 1 Modernização Administrativa</b>	<b>1.625.000</b>	<b>1.625.000</b>	
27 1 1 Acções de Modernização Administrativa	395.000	395.000	
27 1 2 Promoção de Acções de Formação Profissional	450.000	450.000	
27 1 3 Projectos de Automatização de Procedimentos Administrativos	250.000	250.000	
27 1 4 Ficheiro Central de Pessoal	475.000	475.000	
27 1 5 Promoção da Qualidade nos Serviços Públicos da Administração Pública Regional	55.000	55.000	
<b>27 2 Informação de Interesse Público ao Cidadão</b>	<b>2.350.000</b>	<b>2.350.000</b>	
27 2 1 Rede Integrada de Apoio ao Cidadão	2.350.000	2.350.000	
<b>27 3 Serviços Sociais</b>	<b>170.000</b>	<b>170.000</b>	
27 3 1 Serviços de Apoio aos Funcionários Públicos	170.000	170.000	
<b>27 4 Cooperação com as Autarquias Locais</b>	<b>725.000</b>	<b>725.000</b>	
27 4 1 Cooperação Técnica	45.000	45.000	
27 4 2 Cooperação Financeira com os Municípios	180.000	180.000	
27 4 3 Cooperação Financeira com as Freguesias	500.000	500.000	
<b>27 5 Estatística</b>	<b>265.000</b>	<b>265.000</b>	
27 5 1 Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística	115.000	115.000	
27 5 2 Acções de Contabilidade Regional - INTERREG III B	150.000	150.000	
<b>28 PLANEAMENTO e FINANÇAS</b>	<b>4.300.000</b>	<b>4.300.000</b>	
<b>28 1 Planeamento e Finanças</b>	<b>4.300.000</b>	<b>4.300.000</b>	
28 1 1 Acções de Acompanhamento e Avaliação, incluindo os Programas Comunitários	1.000.000	1.000.000	
28 1 2 Instalações da Administração Regional	2.000.000	2.000.000	
28 1 3 Bonificação de Juros	100.000	100.000	
28 1 4 Reestruturação do Sector Público Empresarial e Promoção do Investimento Externo	1.200.000	1.200.000	



## Desagregação por Entidade Proponente

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>SREC</b>	<b>140.839.256</b>	<b>71.342.711</b>	<b>69.496.545</b>
<b>1 DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS EDUCACIONAIS E DO SISTEMA EDUCATIVO</b>	<b>35.980.341</b>	<b>35.980.341</b>	
<b>1 1 Construções Escolares</b>	<b>24.380.341</b>	<b>24.380.341</b>	
1 1 1 Manutenção e reparação de instalações escolares, propriedade da R.A.A.	3.000.000	3.000.000	
1 1 2 Construção da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba (São Carlos)	3.750.000	3.750.000	
1 1 3 Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1º Ciclo (DLR nº 32/2002/A, de 8 de Agosto)	400.000	400.000	
1 1 5 Reparação e Adaptação do Ensino Secundário EB2,3/S Padre Manuel A. Cunha	400.000	400.000	
1 1 10 Reparação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB 2,3 Vila Franca do Campo	4.000.000	4.000.000	
1 1 11 Construção de Novas Instalações para a EBS das Lajes do Pico	750.000	750.000	
1 1 12 Construção da Escola Básica 1,2,3/JI de Ponta Garça	2.500.000	2.500.000	
1 1 13 Construção da EB 2,3 de Água de Pau	1.000.000	1.000.000	
1 1 14 Construção da EB 2,3 Francisco F. Drumond - São Sebastião	2.500.000	2.500.000	
1 1 15 Grande Reparação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB 2,3/S de Velas	1.500.000	1.500.000	
1 1 16 Assistência técnica e fecho financeiro	730.341	730.341	
1 1 18 Requalificação da EB3/S Antero de Quental	1.000.000	1.000.000	
1 1 22 Construção de novas instalações para a EB1,2/JI Gaspar Frutuoso	500.000	500.000	
1 1 23 Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo da EB 1,2,3/S de São Roque do Pico	600.000	600.000	
1 1 24 Construção do pavilhão gimnodesportivo da EB1,2,3/JI/S Padre Maurício de Freitas	200.000	200.000	
1 1 25 Grande Reparação ESG/B Domingos Rebelo	250.000	250.000	
1 1 26 Ampliação e Adaptação da EB 2,3/S Cardeal Costa Nunes	400.000	400.000	
1 1 28 Reparação e vedação da Escola Básica das Furnas	400.000	400.000	
1 1 29 Construção da Escola Básica das Lajes das Flores	200.000	200.000	
1 1 30 Construção da Escola Básica da Ponta da Ilha - Pico	200.000	200.000	
1 1 31 Reestruturação da Rede Escolar da Maia	100.000	100.000	
<b>1 2 Equipamentos Escolares</b>	<b>2.000.000</b>	<b>2.000.000</b>	
1 2 1 Aquisição de Equipamentos para a Educação Pré-Escolar e os Ensino Básico e Secundário	2.000.000	2.000.000	
<b>1 3 Formação Profissional</b>	<b>550.000</b>	<b>550.000</b>	
1 3 1 Formação do Pessoal Docente e não Docente	550.000	550.000	
<b>1 4 Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino Privado</b>	<b>4.100.000</b>	<b>4.100.000</b>	
1 4 1 Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado	4.100.000	4.100.000	
<b>1 5 Tecnologias da Informação</b>	<b>700.000</b>	<b>700.000</b>	
1 5 2 Reestruturação da Rede Local - Açores - Região Digital	700.000	700.000	
<b>1 6 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Educação</b>	<b>3.750.000</b>	<b>3.750.000</b>	
1 6 2 Construção da piscina e complexo desportivo na EB1,2,3/JI Rui Galvão de Carvalho	2.500.000	2.500.000	
1 6 3 Requalificação das instalações para os 2º e 3º Ciclos da EB1,2,3/JI Rui Galvão de Carvalho	1.250.000	1.250.000	

## Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>1 7 Reparação do Edifício Sede da SREC</b>	500.000	500.000	
1 7 1 Obras de rep. da cobertura e remod. das redes eléctrica, informática, segurança contra incêndios e contra intrusão	500.000	500.000	
<b>2 DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA</b>	<b>14.743.915</b>	<b>11.782.370</b>	<b>2.961.545</b>
<b>2 1 Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores</b>	14.743.915	11.782.370	2.961.545
2 1 1 Apoio a instituições de investigação científica (INCA)	1.478.400	1.050.000	428.400
2 1 2 Projectos de Investigação científica e tecnológica com interesse para o desenvolvimento sustentável dos Açores (INCITA)	750.000	750.000	
2 1 3 Apoio à Formação Avançada (FORMAC)	2.427.000	1.300.000	1.127.000
2 1 4 Apoio a infra-estruturas de divulgação científica e tecnológica (CITECA)	420.000	420.000	
2 1 5 Iniciativas de I&D de contexto empresarial (PRICE)	1.200.000	1.200.000	
2 1 6 Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e da Comunicação (Pratica)	6.250.000	6.250.000	
2 1 7 Apoio à integração dos cidadãos portadores de deficiência na Sociedade do Conhecimento (CIDEF)	150.000	150.000	
2 1 9 Apoio ao Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores	400.000	400.000	
2 1 10 Apoio à instalação do DOP-UA e Campus de Angra	1.668.515	262.370	1.406.145
<b>3 JUVENTUDE, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>73.950.000</b>	<b>8.115.000</b>	<b>65.835.000</b>
<b>3 1 Juventude</b>	4.410.000	2.910.000	1.500.000
3 1 1 Ocupação do Tempo Livre dos Jovens	1.500.000	200.000	1.300.000
3 1 2 Mobilidade Juvenil	550.000	550.000	
3 1 3 Pousadas de Juventude	135.000	135.000	
3 1 4 Programa de Incentivo ao Associativismo Juvenil	450.000	450.000	
3 1 5 Rede Regional de Informação Juvenil	215.000	15.000	200.000
3 1 6 Programa INICIATIVA	150.000	150.000	
3 1 7 Pousada de Juventude do Pico	400.000	400.000	
3 1 8 Pousada de Juventude de Santa Maria	300.000	300.000	
3 1 9 Cidadania	25.000	25.000	
3 1 10 Desenvolvimento das Competências Tecnológicas nos Jovens	200.000	200.000	
3 1 11 Oficinas de Criação	160.000	160.000	
3 1 12 Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação	25.000	25.000	
3 1 13 Promoção de Estilos de Vida Saudáveis e Prevenção de Toxic dependências	300.000	300.000	
<b>3 2 Trabalho e Qualificação Profissional</b>	69.515.000	5.180.000	64.335.000
3 2 2 Escola Profissional das Capelas	6.000.000	2.000.000	4.000.000
3 2 4 Adequação Tecnológica dos Serviços	100.000	100.000	
3 2 7 Escola de Formação Turística e Hoteleira	1.100.000	1.100.000	
3 2 8 Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação	80.000	80.000	
3 2 9 Intervenção Social para a Empregabilidade	5.000.000	400.000	4.600.000
3 2 11 Reversão, Qualificação e Combate à Iliteracia dos Desempregados	3.575.000	200.000	3.375.000
3 2 12 Programas de Emprego e Combate à Precariedade Laboral	4.600.000	100.000	4.500.000
3 2 13 Generalização da Formação nas TIC	2.600.000	100.000	2.500.000

## Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
3 2 14 Fomento e Disseminação do Empreendedorismo	4.050.000	50.000	4.000.000
3 2 15 Fomento da Competitividade Empresarial	2.625.000	125.000	2.500.000
3 2 16 Planos de Transição para a Vida Activa	6.800.000	200.000	6.600.000
3 2 17 Planos de Estágios Profissionais no Estrangeiro	560.000	150.000	410.000
3 2 18 Formação Profissional de Activos	12.000.000	150.000	11.850.000
3 2 19 Formação Profissional Inicial	20.425.000	425.000	20.000.000
<b>3 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Juventude e Emprego</b>	<b>25.000</b>	<b>25.000</b>	
3 3 1 Apoio a Actividades Juvenis em Rabo de Peixe	10.000	10.000	
3 3 2 Intervenção Social para a Empregabilidade em Rabo de Peixe	15.000	15.000	
<b>5 DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO</b>	<b>16.165.000</b>	<b>15.465.000</b>	<b>700.000</b>
<b>5 1 Instalações e Equipamentos</b>	<b>6.640.000</b>	<b>6.640.000</b>	
5 1 1 Apoio à Construção e Beneficiação de Instalações Desportivas	200.000	200.000	
5 1 2 Apoio ao Arrelvamento de Campos de Futebol	100.000	100.000	
5 1 3 Parque Desportivo de São Miguel	1.250.000	1.250.000	
5 1 4 Parque Desportivo da Ilha Terceira	1.200.000	1.200.000	
5 1 5 Parque Desportivo do Faial	100.000	100.000	
5 1 6 Modernização e Apetrechamento de Instalações	100.000	100.000	
5 1 7 Apoio à Aquisição de Viaturas (Carrinhas) para os Clubes e Associações Desportivas	100.000	100.000	
5 1 8 Requalificação de Polidesportivos	90.000	90.000	
5 1 9 Apoio à Construção de Pavilhões Desportivos	550.000	550.000	
5 1 10 Acessibilidades às Instalações dos Serviços	50.000	50.000	
5 1 11 Apoio à Construção e Beneficiação de Sedes Sociais de Clubes e Associações Desportivas	400.000	400.000	
5 1 12 Requalificação do Estádio de São Miguel	350.000	350.000	
5 1 13 Requalificação do Estádio João Paulo II	150.000	150.000	
5 1 14 Construção do Estádio Mário Lino	2.000.000	2.000.000	
<b>5 2 Actividades Desportivas</b>	<b>5.925.000</b>	<b>5.225.000</b>	<b>700.000</b>
5 2 1 Apoio a Clubes por Utilização de Atletas Formados na Região	210.000	210.000	
5 2 2 Desporto Escolar	350.000	350.000	
5 2 3 Prémios de Classificação e Subida de Divisão	350.000	350.000	
5 2 4 Apoio ao Acesso de Atletas a Alta Competição	125.000	125.000	
5 2 5 Actividade Física e Desportiva Adaptada	90.000	90.000	
5 2 7 Apoio à Participação em Quadros Competitivos Nacionais e Série Açores	2.100.000	1.700.000	400.000
5 2 8 Apoio às actividades das associações desportivas	2.700.000	2.400.000	300.000
<b>5 3 Promoção e Formação</b>	<b>3.450.000</b>	<b>3.450.000</b>	
5 3 1 Congressos e Seminários	40.000	40.000	
5 3 2 Estrutura Técnica Associativa	350.000	350.000	
5 3 3 Estudos e Investigação	75.000	75.000	

## Desagregação por Entidade Proponente

Entidade/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
5 3 4 Eventos Desportivos	150.000	150.000	
5 3 5 Promoção e formação na área do desporto	200.000	200.000	
5 3 6 Jogos das Ilhas	250.000	250.000	
5 3 7 Escolinhas do Desporto	235.000	235.000	
5 3 8 Actividades de Treino e Competição	2.100.000	2.100.000	
5 3 9 Actividade Física e Desportiva dos Adultos	50.000	50.000	
<b>5 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desporto</b>	<b>150.000</b>	<b>150.000</b>	
5 4 1 Dinamização de Actividades Desportivas em Rabo de Peixe	25.000	25.000	
5 4 2 Apoio à participação em Quadros Competitivos Nacionais	125.000	125.000	

## Desagregação por Entidade Proponente

Entidade/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>SRHE</b>	<b>89.159.981</b>	<b>87.280.570</b>	<b>1.879.411</b>
<b>18 HABITAÇÃO</b>	<b>26.183.000</b>	<b>26.183.000</b>	
<b>18 1 Incentivos à Construção e Aquisição de Habitação Própria</b>	<b>5.005.623</b>	<b>5.005.623</b>	
18 1 1 Apoio à Construção, Ampliação e Remodelação de Habitação Própria	1.000.000	1.000.000	
18 1 2 Apoio à Aquisição de Habitação Própria	1.300.000	1.300.000	
18 1 3 Aquisição de Solos	600.000	600.000	
18 1 6 Contrato Programa com a SPRHI, SA	425.623	425.623	
18 1 8 Operações de Loteamento e Obras de Urbanização	1.380.000	1.380.000	
18 1 9 Reabilitação de Infra-estruturas Habitacionais	300.000	300.000	
<b>18 2 Recuperação do Parque Habitacional</b>	<b>2.790.000</b>	<b>2.790.000</b>	
18 2 1 Apoio à Recuperação do Parque Habitacional Privado	1.000.000	1.000.000	
18 2 3 Apoio à Recuperação do Parque Habitacional Autárquico	450.000	450.000	
18 2 4 Recuperação do Parque Habitacional Social da RAA	1.000.000	1.000.000	
18 2 5 Sistema de Informação Geográfica da Habitação	40.000	40.000	
18 2 6 Apoio à Recuperação de Imóveis Afetados por Térmitas	300.000	300.000	
<b>18 3 Promoção de Habitação para Realojamentos</b>	<b>6.337.377</b>	<b>6.337.377</b>	
18 3 1 Acordo de Colaboração RAA/INH	4.000.000	4.000.000	
18 3 2 Cooperação com Autarquias - Acordo INH/RAA/Municípios	1.000.000	1.000.000	
18 3 4 Salvaguarda Habitacional das Populações em Situação de Risco	587.377	587.377	
18 3 5 Apoio ao Arrendamento Temporário de Famílias Carenciadas	750.000	750.000	
<b>18 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Habitação</b>	<b>4.550.000</b>	<b>4.550.000</b>	
18 4 1 Construção e Aquisição de Habitação em Rabo de Peixe	100.000	100.000	
18 4 2 Recuperação da Habitação e Realojamentos em Rabo de Peixe	100.000	100.000	
18 4 3 Acordos de Colaboração RAA/INH - PROHABITA	2.000.000	2.000.000	
18 4 4 Cooperação com Autarquias - Acordos INH/RAA/Municípios	1.350.000	1.350.000	
18 4 5 Salvaguarda Habitacional de Famílias em Situação de Risco	1.000.000	1.000.000	
<b>18 5 Sismo</b>	<b>7.500.000</b>	<b>7.500.000</b>	
18 5 1 Contrato Programa com a SPRHI, SA	4.500.000	4.500.000	
18 5 2 Reconstrução de Habitação - Administrações Directas	3.000.000	3.000.000	
<b>19 PROTECÇÃO CIVIL</b>	<b>8.002.570</b>	<b>8.002.570</b>	
<b>19 1 Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB's</b>	<b>975.000</b>	<b>975.000</b>	
19 1 1 Prontos-Socorros-Médios	525.000	525.000	
19 1 2 Ambulâncias de Socorro	200.000	200.000	
19 1 3 Reparação de Viaturas dos Corpos de Bombeiros	100.000	100.000	
19 1 4 Aquisição de Equipamento, Fardamento e Mobiliário para as AHBV's	100.000	100.000	
19 1 6 Viaturas de Transporte de Pessoal e Equipamento	50.000	50.000	

## Desagregação por Entidade Proponente

Entidade/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>19 2 Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB's</b>	<b>2.265.000</b>	<b>2.265.000</b>	
19 2 4 Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV's	300.000	300.000	
19 2 5 Centro de Formação de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores	100.000	100.000	
19 2 6 Construção do Quartel da AHBV's de Angra do Heroísmo	500.000	500.000	
19 2 7 II Fase do Quartel da Ribeira Grande	200.000	200.000	
19 2 12 Construção de um Anexo com Garagem ao Quartel da AHBV's de S. Roque do Pico	225.000	225.000	
19 2 13 Construção de um Anexo com Garagem ao Quartel da AHBV's das Lajes do Pico	200.000	200.000	
19 2 14 Construção de um Anexo ao Quartel da AHBV's de Ponta Delgada	225.000	225.000	
19 2 15 Ampliação do Quartel de AHBV's de Vila Franca do Campo	200.000	200.000	
19 2 16 Remodelação da Secção Destacada da Lomba da Maia	150.000	150.000	
19 2 17 Remodelação do Quartel da AHBV's da Calheta de São Jorge	165.000	165.000	
<b>19 3 Formação e Informação</b>	<b>584.750</b>	<b>584.750</b>	
19 3 1 Equipamento de Vigilância Sismo-Vulcânica	124.980	124.980	
19 3 2 Apoios a Diversas Entidades	35.000	35.000	
19 3 3 Estudos de Carácter Científico e Elaboração de Cartas de Risco	69.790	69.790	
19 3 4 Cooperação Técnico-Científica com a Universidade dos Açores	124.980	124.980	
19 3 5 Formação Profissional ao Nível da Protecção Civil	30.000	30.000	
19 3 6 Informação, Formação e Sensibilização da População	100.000	100.000	
19 3 7 Formação Profissional de Bombeiros	100.000	100.000	
<b>19 4 Serviço Regional de Protecção Civil</b>	<b>4.177.820</b>	<b>4.177.820</b>	
19 4 1 Meios e Recursos	25.000	25.000	
19 4 2 Radiocomunicações de Emergência do SRPCBA	702.820	702.820	
19 4 3 Meios e Recursos do SRPCBA - Equipamentos para Socorro Imediato	150.000	150.000	
19 4 4 Transporte Terrestre de Emergência	3.300.000	3.300.000	
<b>22 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO</b>	<b>1.350.000</b>	<b>1.350.000</b>	
<b>22 1 LREC</b>	<b>220.000</b>	<b>220.000</b>	
22 1 1 Parede de Reacção do LREC	170.000	170.000	
22 1 2 Manutenção de Infra-estruturas e Equipamentos para o LREC	50.000	50.000	
<b>22 2 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRHE</b>	<b>155.000</b>	<b>155.000</b>	
22 2 1 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRHE	75.000	75.000	
22 2 2 Sistemas de Informação e Comunicações da SRHE	80.000	80.000	
<b>22 3 Divulgação e Sensibilização das Populações</b>	<b>75.000</b>	<b>75.000</b>	
22 3 1 Informação e Sensibilização das Populações	75.000	75.000	
<b>22 4 Comunicações</b>	<b>900.000</b>	<b>900.000</b>	
22 4 2 Promoção/Divulgação/Cooperação	100.000	100.000	
22 4 3 Estação de Rastreamento de Satélites de Santa Maria	800.000	800.000	
<b>23 CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESTRADAS REGIONAIS E DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS</b>	<b>53.624.411</b>	<b>51.745.000</b>	<b>1.879.411</b>

## Desagregação por Entidade Proponente

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>23 1 Construção e Reabilitação de Estradas Regionais</b>	38.625.000	37.625.000	1.000.000
23 1 1 Benef. e Pavimentação de Diversos Troços de ER em Santa Maria	460.000	460.000	
23 1 2 Benef. e Pavimentação de Diversos Troços de ER na Graciosa	2.000.000	2.000.000	
23 1 3 Benef. e Pavimentação de Diversos Troços de ER em São Jorge	1.000.000	1.000.000	
23 1 4 Benef. e Pavimentação de Diversos Troços de ER no Pico	200.000	200.000	
23 1 5 Benef. e Pavimentação de Diversos Troços de ER nas Flores	1.825.000	1.825.000	
23 1 6 Benef. e Pavimentação de Diversos Troços de ER no Corvo	250.000	250.000	
23 1 7 Requalificação Viária	3.500.000	2.500.000	1.000.000
23 1 8 Parque de Máquinas da SRHE	700.000	700.000	
23 1 9 Colocação de Guardas Metálicas em Estradas Regionais	350.000	350.000	
23 1 11 Construção, Beneficiação e Pavimentação de Diversos Troços de ER em São Miguel	8.000.000	8.000.000	
23 1 13 Construção, Beneficiação e pavimentação de diversos troços de ER na Ilha Terceira	3.065.000	3.065.000	
23 1 14 Arrastadouros	250.000	250.000	
23 1 15 Variante à Vila das Capelas	500.000	500.000	
23 1 16 Construção de dois troços à Variante ER 6-2ª São Carlos	2.150.000	2.150.000	
23 1 17 Beneficiação e Pavimentação de Diversos Troços de ER no Faial	875.000	875.000	
23 1 18 Via Vitorino Nemésio	13.500.000	13.500.000	
<b>23 2 Operadores e Segurança Rodoviária</b>	3.179.411	2.300.000	879.411
23 2 1 SIRIARTE	979.411	100.000	879.411
23 2 2 Transportes Terrestres	2.200.000	2.200.000	
<b>23 3 SPRHI</b>	5.500.000	5.500.000	
23 3 1 Contratos Programas - Rede Viária	3.000.000	3.000.000	
23 3 2 Aquisição de Terrenos de Obras a cargo da SPRHI	2.500.000	2.500.000	
<b>23 4 Equipamentos Públicos</b>	4.775.000	4.775.000	
23 4 1 Apoio a Diversas Entidades	3.000.000	3.000.000	
23 4 2 Ampliação e Reabilitação das Instalações - Sectores de Conservação de Estradas	300.000	300.000	
23 4 3 Reabilitação das Instalações do Parque de Máquinas	200.000	200.000	
23 4 4 Reabilitação de Instalações de Serviços Públicos	775.000	775.000	
23 4 10 Centro Comunitário dos Arrifes	225.000	225.000	
23 4 11 Aquisição de Equipamento de Protecção Individual	75.000	75.000	
23 4 12 Requalificação das antigas Instalações dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada	200.000	200.000	
<b>23 5 Cartografia</b>	120.000	120.000	
23 5 1 Cartografia	20.000	20.000	
23 5 2 Sistemas de Informação Geográfica dos Açores - Cartograf II	100.000	100.000	
<b>23 6 Intervenção Específica em Rabo de Peixe -Estradas</b>	1.300.000	1.300.000	
23 6 1 Variante à ER 1-1ª, em Rabo de Peixe	1.000.000	1.000.000	
23 6 2 Reabilitação da ER 1-1ª, interior de Rabo de Peixe	300.000	300.000	

## Desagregação por Entidade Proponente

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>23 7 Requalificação e Ornamentação de Zonas Envolventes à Rede Viária Regional</b>	125.000	125.000	
23 7 2 Parque Século XXI	100.000	100.000	
23 7 3 Construção e Recuperação de Miradouros, Merendários e Zonas de Lazer	25.000	25.000	



## Desagregação por Entidade Proponente

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>SRE</b>	<b>205.780.000</b>	<b>118.526.750</b>	<b>87.253.250</b>
<b>12 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO</b>	<b>19.655.000</b>	<b>14.655.000</b>	<b>5.000.000</b>
<b>12 1 Promoção Turística</b>	<b>15.375.000</b>	<b>10.375.000</b>	<b>5.000.000</b>
12 1 1 Estudos	50.000	50.000	
12 1 2 Sistemas de Informação Turística	50.000	50.000	
12 1 3 Participação em Feiras	115.000	115.000	
12 1 4 Viagens Educacionais	60.000	60.000	
12 1 5 Materiais de Promoção	100.000	100.000	
12 1 6 Campanhas Publicitárias	15.000.000	10.000.000	5.000.000
<b>12 2 Oferta e Animação Turística</b>	<b>500.000</b>	<b>500.000</b>	
12 2 1 Estruturas Físicas de Apoio	250.000	250.000	
12 2 2 Animação Turística	250.000	250.000	
<b>12 3 Investimentos Estratégicos</b>	<b>3.700.000</b>	<b>3.700.000</b>	
12 3 2 Centro Cultural e de Congressos	500.000	500.000	
12 3 3 Desenvolvimento dos Recursos Termais	1.000.000	1.000.000	
12 3 4 Remodelação e Ampliação da Marginal e Parque Turístico e Ambiental do Paúl - Praia da Vitória	2.200.000	2.200.000	
<b>12 4 Informação e Formação</b>	<b>30.000</b>	<b>30.000</b>	
12 4 1 Concertação da Política de Turismo	30.000	30.000	
<b>12 5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento do Turismo</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>	
12 5 1 Animação Turística	50.000	50.000	
<b>13 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL</b>	<b>1.175.000</b>	<b>1.175.000</b>	
<b>13 1 Inovação Tecnológica e Gestão de Recursos</b>	<b>650.000</b>	<b>650.000</b>	
13 1 1 Dinamização do Sistema Tecnológico	150.000	150.000	
13 1 2 Promoção da Qualidade e Inovação	250.000	250.000	
13 1 3 Valorização das Águas Minerais e Termais	100.000	100.000	
13 1 4 Valorização dos Recursos Minerais não Metálicos	80.000	80.000	
13 1 5 Estudos e Projectos	70.000	70.000	
<b>13 2 Apoio à Actividade Empresarial</b>	<b>200.000</b>	<b>200.000</b>	
13 2 1 Centros de Apoio à Actividade Empresarial	70.000	70.000	
13 2 2 Mobilização da Iniciativa Empresarial	130.000	130.000	
<b>13 3 Artesanato</b>	<b>300.000</b>	<b>300.000</b>	
13 3 1 Realização de Feiras e Concursos	120.000	120.000	
13 3 2 Apoio à Criação e Desenvolvimento de Micro-Empresas Regionais	30.000	30.000	
13 3 3 Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais	50.000	50.000	
13 3 4 Divulgação e Promoção das Artes e Ofícios	80.000	80.000	
13 3 5 Certificação e Protecção dos Produtos e Serviços Artesanais	20.000	20.000	

## Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>13 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento Industrial</b>	25.000	25.000	
13 4 1 Criação e Desenvolvimento de Micro-Empresas em Rabo de Peixe	25.000	25.000	
<b>14 DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO</b>	<b>1.720.000</b>	<b>1.720.000</b>	
<b>14 1 Dinamização do Comércio</b>	225.000	225.000	
14 1 1 Apoio à Actividade Empresarial	100.000	100.000	
14 1 2 Apoio ao Consumidor	125.000	125.000	
<b>14 2 Promoção Externa de Produtos Regionais</b>	1.445.000	1.445.000	
14 2 1 Apoio à Promoção de Produtos Regionais no Exterior	900.000	900.000	
14 2 2 Divulgação das Potencialidades Económicas da Região	545.000	545.000	
<b>14 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento do Comércio</b>	50.000	50.000	
14 3 1 Desenvolvimento do Comércio	50.000	50.000	
<b>15 PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO E DA COESÃO</b>	<b>49.665.000</b>	<b>38.665.000</b>	<b>11.000.000</b>
<b>15 1 Sistemas de Incentivos e Apoio à Coesão</b>	49.665.000	38.665.000	11.000.000
15 1 1 Sistemas de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores - SIDER	25.000.000	19.000.000	6.000.000
15 1 2 Informações ao Investidor	115.000	115.000	
15 1 3 Apoios à Coesão e Parcerias Público-Privadas	23.400.000	18.400.000	5.000.000
15 1 4 Estudos e Projectos	100.000	100.000	
15 1 5 Instalações e Equipamentos da Secretaria Regional da Economia	50.000	50.000	
15 1 6 Apoio ao Empreendedorismo	700.000	700.000	
15 1 7 Instrumento Financeiro de Apoio ao Micro-Crédito	300.000	300.000	
<b>24 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS</b>	<b>94.735.000</b>	<b>39.206.750</b>	<b>55.528.250</b>
<b>24 1 Tráfego de Passageiros Inter - Ilhas</b>	54.200.000	30.700.000	23.500.000
24 1 1 Construção de novos navios e apoio ao transporte marítimo de passageiros	42.000.000	30.000.000	12.000.000
24 1 3 Reparações nos Navios Cruzeiros das Ilhas e do Canal	200.000	200.000	
24 1 4 Construção do terminal marítimo e gare de passageiros do porto de Ponta Delgada	12.000.000	500.000	11.500.000
<b>24 2 Infra-Estruturas Portuárias</b>	40.435.000	8.406.750	32.028.250
24 2 2 Recuperação do Porto da Praia da Vitória	4.000.000	1.360.000	2.640.000
24 2 3 Diversas obras de melhoria da operacionalidade dos portos	7.000.000	800.000	6.200.000
24 2 5 Reordenamento do Porto da Madalena	4.000.000	600.000	3.400.000
24 2 6 Construção do Núcleo de Recreio de Santa Maria	2.000.000		2.000.000
24 2 7 Aquisição de diversos equipamentos de apoio à exploração dos portos	4.500.000		4.500.000
24 2 10 Construção de núcleos de recreio	3.300.000	3.300.000	
24 2 11 Ampliação do Parque de Contentores do Porto das Velas e Const. do Novo Acesso ao Porto	1.390.000	205.000	1.185.000
24 2 12 Plano Integrado de Reordenamento e Requalificação da Baía da Horta	7.700.000	1.160.000	6.540.000
24 2 15 Reabilitação da Cabeça do Molhe do Porto das Lajes das Flores	2.700.000	400.000	2.300.000
24 2 16 Construção do Edifício Polivalente no Porto das Lajes das Flores	545.000	81.750	463.250
24 2 17 Requalificação do Porto da Praia na Ilha Graciosa	3.300.000	500.000	2.800.000

## Desagregação por Entidade Proponente

Entidade/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>24 3 Estudos</b>	50.000	50.000	
24 3 1 Estudo sobre o Transporte Marítimo	50.000	50.000	
<b>24 4 Promoção e Dinamização dos Transportes Marítimos</b>	50.000	50.000	
24 4 1 Apoio a Acções de Dinamização do Transporte Marítimo nos Açores	35.000	35.000	
24 4 2 Desenvolvimento de acções para a promoção do destino Açores no mercado de cruzeiros	15.000	15.000	
<b>25 DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES AÉREOS</b>	<b>37.820.000</b>	<b>22.095.000</b>	<b>15.725.000</b>
<b>25 1 Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários</b>	21.025.000	5.300.000	15.725.000
25 1 1 Aquisição de Equipamentos Aeroportuários	75.000	75.000	
25 1 2 Aeródromo e Aerogare do Pico	1.200.000	1.200.000	
25 1 3 Aerogare das Flores	400.000	175.000	225.000
25 1 4 Aeródromo e Aerogare de S. Jorge	4.000.000	800.000	3.200.000
25 1 5 Remodelação e Beneficiação da Aerogare Civil das Lajes	2.750.000	2.750.000	
25 1 7 Handlings das Escalas e Aeródromos	750.000		750.000
25 1 8 Rede das Lojas de Vendas	300.000		300.000
25 1 9 Equipamentos da Frota ATP	250.000		250.000
25 1 10 Infra-estruturas para Sistemas de Informação	1.000.000		1.000.000
25 1 12 Renovação da Frota	10.000.000		10.000.000
25 1 14 Iluminação do Aeródromo das Flores	300.000	300.000	
<b>25 2 Gestão dos Aeródromos Regionais</b>	2.750.000	2.750.000	
25 2 1 Gestão dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores	2.750.000	2.750.000	
<b>25 3 Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas</b>	14.000.000	14.000.000	
25 3 1 Concessão das Rotas Inter-Ilhas	14.000.000	14.000.000	
<b>25 4 Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos</b>	45.000	45.000	
25 4 1 Apoio a Acções de Dinamização do Transporte Aéreo nos Açores	20.000	20.000	
25 4 2 Apoio a Acções de Revisão das Servidões Aeronáuticas dos Aeródromos Regionais	25.000	25.000	
<b>26 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SECTOR ENERGÉTICO</b>	<b>1.010.000</b>	<b>1.010.000</b>	
<b>26 1 Utilização Regional de Energia</b>	360.000	360.000	
26 1 1 Agência Regional de Energia	150.000	150.000	
26 1 2 Estudos e Projectos	100.000	100.000	
26 1 3 Apoio à Utilização Racional de Energia e à Diversificação de Fontes Energéticas	110.000	110.000	
<b>26 2 Serviço Público Social</b>	650.000	650.000	
26 2 1 Iluminação Pública das Vias Regionais	650.000	650.000	

## Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>SRAS</b>	<b>38.137.395</b>	<b>25.246.434</b>	<b>12.890.961</b>
<b>16 DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS E DO SISTEMA DE SAÚDE</b>	<b>20.606.358</b>	<b>13.545.434</b>	<b>7.060.924</b>
<b>16 1 Construção de Novas Infra-Estruturas</b>	<b>5.000.000</b>	<b>3.600.000</b>	<b>1.400.000</b>
16 1 1 Unidades de Saúde	100.000	100.000	
16 1 2 Centros de Saúde de Sta. Cruz da Graciosa, Madalena e Ponta Delgada	2.900.000	1.500.000	1.400.000
16 1 4 Hospital da Ilha Terceira	2.000.000	2.000.000	
<b>16 2 Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde</b>	<b>3.100.000</b>	<b>1.570.000</b>	<b>1.530.000</b>
16 2 4 Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde	1.600.000	700.000	900.000
16 2 5 Beneficiação de Unidades de Saúde	1.400.000	770.000	630.000
16 2 6 Beneficiação e Conservação de Edifícios	100.000	100.000	
<b>16 3 Apetrechamento e Modernização</b>	<b>4.025.434</b>	<b>1.725.434</b>	<b>2.300.000</b>
16 3 1 Equipamentos para Unidades de Saúde	3.300.000	1.000.000	2.300.000
16 3 2 Viaturas do Serviço Regional de Saúde	150.000	150.000	
16 3 3 Emergência Médica	575.434	575.434	
<b>16 4 Formação e Iniciativas em Saúde</b>	<b>6.950.000</b>	<b>6.050.000</b>	<b>900.000</b>
16 4 1 Actualização de Profissionais de Saúde	800.000	800.000	
16 4 4 Plano Regional de Saúde	450.000	450.000	
16 4 5 Prevenção e Tratamento de Comportamentos de Risco	700.000	700.000	
16 4 6 Projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos	700.000	700.000	
16 4 7 Projecto de implementação e operacionalização da melhoria de acessibilidade ao SRS	4.300.000	3.400.000	900.000
<b>16 5 Tecnologias de Informação na Saúde</b>	<b>1.530.924</b>	<b>600.000</b>	<b>930.924</b>
16 5 1 Sistemas de Informação da Saúde	1.530.924	600.000	930.924
<b>17 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL</b>	<b>17.531.037</b>	<b>11.701.000</b>	<b>5.830.037</b>
<b>17 1 Equipamentos de Apoio a Idosos</b>	<b>3.925.000</b>	<b>3.925.000</b>	
17 1 3 Construção de Lar de Idosos na Lagoa - Sta. Casa da Misericórdia de Santo António da Lagoa	25.000	25.000	
17 1 6 Criação, Melhoramentos e Apetrechamento de Equipamentos Sociais de Apoio aos Idosos	100.000	100.000	
17 1 7 Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa	100.000	100.000	
17 1 9 Remodelação e ampliação do lar de idosos da Povoação	675.000	675.000	
17 1 10 Reconstrução do claustro Sul do antigo Convento de São Gonçalo - Recolhimento de São Gonçalo	1.000.000	1.000.000	
17 1 18 Adaptação de edifício para centro de dia e de noite de apoio a idosos na Bretanha	75.000	75.000	
17 1 20 Construção de edifício para o Serviço de Apoio Domiciliário de São Pedro - Lagoa	150.000	150.000	
17 1 21 Construção de cozinha e lavandaria, serviços de apoio domiciliário, Sta. Casa da Misericórdia de Vila Franca	150.000	150.000	
17 1 22 Remodelação do edifício do lar de idosos da Maia, 3ª fase, Sta. Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia	50.000	50.000	
17 1 23 Construção de lar de Idosos e Centro de Dia em Rabo de Peixe	50.000	50.000	
17 1 25 Ampliação do Lar de Idosos da Praia da Vitória	200.000	200.000	
17 1 26 Construção de lar de idosos na Calheta - S.Jorge	50.000	50.000	
17 1 27 Remodelação e ampliação de edifício para lar de idosos nas Lajes do Pico	400.000	400.000	

## Desagregação por Entidade Proponente

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
17 1 28 Construção de edifício para lar de idosos nas Lajes das Flores	700.000	700.000	
17 1 29 Projecto de implementação da rede de cuidados continuados dos Açores	200.000	200.000	
<b>17 2 Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude</b>	<b>3.261.000</b>	<b>3.261.000</b>	
17 2 2 Construção de Edifício para Creche em Ponta Delgada - Associação de S. João de Deus	200.000	200.000	
17 2 10 Remodelação do edifício da creche e jardim da Casa do Povo da Terra-Chã	125.000	125.000	
17 2 11 Remodelação de edifício para instalação de cozinha de apoio às várias valências do Instituto de S. Catarina	50.000	50.000	
17 2 13 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude	100.000	100.000	
17 2 14 Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa	100.000	100.000	
17 2 16 Construção de edifício para creche, atelier de tempos livres e convívio de idosos no Pico da Pedra, Casa do Povo de Pico da Pedra	941.000	941.000	
17 2 19 Remodelação de edifício para criação de um centro de acolhimento de jovens na Candelária do Pico	50.000	50.000	
17 2 20 Construção de edifício para criação de creche, ATL e convívio de idosos nos Arrifes	100.000	100.000	
17 2 21 Construção de edifício para criação de creche, ATL e serviço de apoio domiciliário nas Capelas	25.000	25.000	
17 2 37 Remodelação de edifícios para criação de lares para crianças e jovens nas Capelas	75.000	75.000	
17 2 39 Construção de creche na Atalhada, Lagoa	300.000	300.000	
17 2 40 Construção de edifício para centro de acolhimento, ATL e residência de Religiosas, na Povoação	450.000	450.000	
17 2 41 Construção de edifício para creche na Praia da Vitória	50.000	50.000	
17 2 42 Centro comunitário de Sta. Rita, Praia da Vitória	50.000	50.000	
17 2 43 Instalação do serviço de apoio ao domicílio na Vila Nova	50.000	50.000	
17 2 44 Ampliação do edifício da creche de Santa Cruz da Graciosa	50.000	50.000	
17 2 45 Creche e serviço de apoio domiciliário nos Flamengos, Horta	175.000	175.000	
17 2 46 Remodelação e ampliação do edifício da creche e jardim do Centro Social e Paroquial de São Pedro, Ponta Delgada	20.000	20.000	
17 2 47 Construção de edifício para creche na Horta	50.000	50.000	
17 2 48 Projecto de implementação do sistema de acolhimento dos Açores	300.000	300.000	
<b>17 3 Investimentos em Serviços de Segurança Social e Promoção da Igualdade de Oportunidades</b>	<b>5.890.037</b>	<b>60.000</b>	<b>5.830.037</b>
17 3 1 Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios para serviços de Segurança Social na Região dos Açores	3.800.000		3.800.000
17 3 2 Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais nos Açores	2.030.037		2.030.037
17 3 3 Promoção da Igualdade de Oportunidades	60.000	60.000	
<b>17 5 Equipamentos de Apoio à Deficiência</b>	<b>4.455.000</b>	<b>4.455.000</b>	
17 5 1 Construção de Centro de Actividades Ocupacionais em Vila Franca, Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca	700.000	700.000	
17 5 3 Construção de Edifício para Centro de Actividades Ocupacionais - Associação Cristã da Mocidade	2.900.000	2.900.000	
17 5 4 Adaptação de edifício para centro de actividades ocupacionais para deficientes em Vila do Porto	80.000	80.000	
17 5 5 Construção de lar residencial para deficientes em Ponta Delgada	25.000	25.000	
17 5 6 Reconstrução de edifício para centro de actividades ocupacionais para deficientes na Ribeira Grande	450.000	450.000	
17 5 7 Remodelação e ampliação de edifício para a instalação de centro de actividades ocupacionais na Maia	100.000	100.000	
17 5 8 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência	100.000	100.000	
17 5 9 Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa	100.000	100.000	

## Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>SRAF</b>	<b>137.385.799</b>	<b>64.335.000</b>	<b>73.050.799</b>
<b>7 FOMENTO AGRÍCOLA</b>	<b>59.940.972</b>	<b>24.690.000</b>	<b>35.250.972</b>
<b>7 1 Infra-Estruturas Agrícolas</b>	<b>22.255.000</b>	<b>4.875.000</b>	<b>17.380.000</b>
7 1 1 Abastecimento de Água	9.125.000	1.500.000	7.625.000
7 1 2 Caminhos Agrícolas	9.255.000	2.000.000	7.255.000
7 1 3 Electrificação Agrícola	3.185.000	685.000	2.500.000
7 1 4 Infra-estruturas dos Serviços	500.000	500.000	
7 1 5 IROA	150.000	150.000	
7 1 6 Sistema de Informação Geográfica da Agricultura	40.000	40.000	
<b>7 2 Sanidade Animal e Vegetal</b>	<b>14.846.000</b>	<b>12.710.000</b>	<b>2.136.000</b>
7 2 1 Infra-estruturas Fitossanitárias/Qualidade	446.000	310.000	136.000
7 2 2 Sanidade Animal	8.600.000	6.600.000	2.000.000
7 2 3 Sanidade Vegetal	800.000	800.000	
7 2 4 Infra-estruturas veterinárias	5.000.000	5.000.000	
<b>7 3 Modernizar as Explorações Agro-Pecuárias</b>	<b>2.595.000</b>	<b>2.480.000</b>	<b>115.000</b>
7 3 1 Estudos e Informática	500.000	500.000	
7 3 2 Experimentação e Divulgação Agrária	1.400.000	1.400.000	
7 3 3 Melhoramento Animal	450.000	450.000	
7 3 4 Acompanhamento das Intervenções Comunitárias	145.000	30.000	115.000
7 3 5 Contabilidade E Gestão Das Explorações Agrícolas	100.000	100.000	
<b>7 4 Reduzir Custos de Exploração Agrícola</b>	<b>20.244.972</b>	<b>4.625.000</b>	<b>15.619.972</b>
7 4 1 Apoio ao Investimento	7.995.686	2.200.000	5.795.686
7 4 2 Apoio ao Rendimento	10.411.786	1.600.000	8.811.786
7 4 4 Apoio às Organizações de Produtores	1.837.500	825.000	1.012.500
<b>8 APOIO À TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS</b>	<b>37.990.000</b>	<b>23.900.000</b>	<b>14.090.000</b>
<b>8 1 Transformação e Comercialização</b>	<b>37.990.000</b>	<b>23.900.000</b>	<b>14.090.000</b>
8 1 1 Apoio à Indústria Agro-alimentar	17.190.000	5.500.000	11.690.000
8 1 2 Rede Regional de Abate	750.000	750.000	
8 1 3 Apoio ao Escoamento de Produtos na Indústria Agro-Alimentar	3.700.000	3.700.000	
8 1 5 Qualidade e Certificação	650.000	650.000	
8 1 6 Regularização de Mercados	8.000.000	8.000.000	
8 1 7 Resgate da Quantidade de Referência	2.000.000	2.000.000	
8 1 10 Melhoramento das Infra-Estruturas de Abate	3.200.000	800.000	2.400.000
8 1 12 Parque de Exposições da Terceira	1.500.000	1.500.000	
8 1 13 Parque de Exposições de S. Miguel	1.000.000	1.000.000	
<b>9 DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA</b>	<b>29.204.975</b>	<b>7.315.000</b>	<b>21.889.975</b>

## Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>9 1 Diversificação Agrícola</b>	<b>16.639.975</b>	<b>3.700.000</b>	<b>12.939.975</b>
9 1 1 Medidas Agro-ambientais	10.964.285	1.750.000	9.214.285
9 1 2 Novas Culturas	1.750.993	700.000	1.050.993
9 1 3 Promoção de Produtos Açorianos	750.000	750.000	
9 1 4 Diversificação da Economia Rural	3.174.697	500.000	2.674.697
<b>9 2 Formação e Informação</b>	<b>900.000</b>	<b>400.000</b>	<b>500.000</b>
9 2 1 Valorização E Qualificação Profissional	900.000	400.000	500.000
<b>9 3 Renovação e Reestruturação das Empresas Agrícolas</b>	<b>11.600.000</b>	<b>3.150.000</b>	<b>8.450.000</b>
9 3 1 Reforma Antecipada	10.200.000	2.250.000	7.950.000
9 3 2 SICATE	400.000	400.000	
9 3 3 Reestruturação Fundiária	1.000.000	500.000	500.000
<b>9 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Agricultura</b>	<b>65.000</b>	<b>65.000</b>	
9 4 1 Valorização Profissional em Rabo de Peixe	15.000	15.000	
9 4 2 Apoio ao Investimento em Rabo de Peixe	25.000	25.000	
9 4 3 Apoio a Novas Culturas em Rabo de Peixe	25.000	25.000	
<b>10 DESENVOLVIMENTO FLORESTAL</b>	<b>10.249.852</b>	<b>8.430.000</b>	<b>1.819.852</b>
<b>10 1 Fomento e Gestão dos Recursos Florestais</b>	<b>2.999.852</b>	<b>1.180.000</b>	<b>1.819.852</b>
10 1 1 Medidas de Desenvolvimento Rural	2.399.852	580.000	1.819.852
10 1 2 Fomento Florestal	600.000	600.000	
<b>10 2 Infra-Estruturas e Equipamentos Florestais</b>	<b>6.050.000</b>	<b>6.050.000</b>	
10 2 1 Caminhos Rurais	5.500.000	5.500.000	
10 2 2 Infra-estruturas de Apoio	550.000	550.000	
<b>10 3 Uso Múltiplo da Floresta</b>	<b>1.200.000</b>	<b>1.200.000</b>	
10 3 1 Informação e Formação	400.000	400.000	
10 3 2 Silvicultura Ambiental e Protecção	800.000	800.000	

## Desagregação por Entidade Proponente

Entidade/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>SRAM</b>	<b>55.071.350</b>	<b>47.289.000</b>	<b>7.782.350</b>
<b>11 MODERNIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS E DA ACTIVIDADE DA PESCA</b>	<b>32.268.350</b>	<b>24.486.000</b>	<b>7.782.350</b>
<b>11 1 Inspeção e Gestão</b>	1.225.000	1.225.000	
11 1 1 Fiscalização e Inspeção	125.000	125.000	
11 1 2 Cooperação com o DOP/IMAR/OMA e Outras entidades	850.000	850.000	
11 1 3 Congressos e Exposições	100.000	100.000	
11 1 4 Tribunal Europeu	100.000	100.000	
11 1 6 Sistema de Acompanhamento Electrónico de Embarcações	50.000	50.000	
<b>11 2 Infra-Estruturas Portuárias</b>	21.618.350	17.491.000	4.127.350
11 2 1 Portos de Santa Maria	40.000	40.000	
11 2 2 Portos de São Miguel	80.000	80.000	
11 2 3 Portos da Terceira	80.000	80.000	
11 2 4 Portos da Graciosa	15.000	15.000	
11 2 5 Portos de São Jorge	15.000	15.000	
11 2 6 Portos do Pico	15.000	15.000	
11 2 7 Portos do Faial	15.000	15.000	
11 2 8 Portos das Flores	15.000	15.000	
11 2 9 Porto da Casa	15.000	15.000	
11 2 10 Programa de apoio à actividade marítimo-portuário no sector das pescas	1.000.000	1.000.000	
11 2 11 Protocolos de Gestão de Portos com Associações do Sector	200.000	200.000	
11 2 12 Cooperação com Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais	100.000	100.000	
11 2 13 Cooperação com a Direcção de Faróis	51.000	51.000	
11 2 14 Programa Regional de requalificação e ampliação dos portos de pesca	19.977.350	15.850.000	4.127.350
<b>11 3 FROTA</b>	2.700.000	2.700.000	
11 3 1 Frota de Pesca	2.500.000	2.500.000	
11 3 2 FUNDOPESCA	200.000	200.000	
<b>11 4 Transformação, Comercialização e Cooperação Externa</b>	2.075.000	2.075.000	
11 4 1 Cooperação Externa	25.000	25.000	
11 4 2 Mercados e Comercialização	350.000	350.000	
11 4 3 Transformação	1.600.000	1.600.000	
11 4 4 Apoio ao Desenvolvimento de Pescarias de Profundidade	100.000	100.000	
<b>11 5 Recursos Humanos</b>	350.000	350.000	
11 5 1 Divulgação	50.000	50.000	
11 5 2 Formação Profissional	250.000	250.000	
11 5 3 Estruturas e Equipamentos	50.000	50.000	



## Desagregação por Entidade Proponente

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
<b>11 7 Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas</b>	<b>4.300.000</b>	<b>645.000</b>	<b>3.655.000</b>
11 7 1 Apoio ao investimento no âmbito dos projectos FEP	4.300.000	645.000	3.655.000
<b>21 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E QUALIDADE AMBIENTAL</b>	<b>22.803.000</b>	<b>22.803.000</b>	
<b>21 1 Ordenamento do Território</b>	<b>7.055.000</b>	<b>7.055.000</b>	
21 1 1 Revisão e Elaboração do PROTA	100.000	100.000	
21 1 2 Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's)	30.000	30.000	
21 1 3 Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC's)	300.000	300.000	
21 1 4 Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas (POBH's)	2.190.000	2.190.000	
21 1 5 Protecção da Orla Costeira na RAA	3.540.000	3.540.000	
21 1 6 Protecção da Orla Costeira de S <sup>a</sup> Cruz - 2 <sup>a</sup> Fase	75.000	75.000	
21 1 7 Protecção da Orla Costeira das Lajes do Pico - APTO	350.000	350.000	
21 1 8 Relatório de Estado do Ordenamento do Território da RAA - 2005 (REOTA-2005)	30.000	30.000	
21 1 9 Sistemas de Informação Geográfica	25.000	25.000	
21 1 10 INTERREG III B - Cooperação com Madeira e Canárias	350.000	350.000	
21 1 12 Protecção da Orla Costeira - Ribeira Grande	65.000	65.000	
<b>21 2 Recursos Hídricos</b>	<b>4.700.000</b>	<b>4.700.000</b>	
21 2 2 Protecção das Origens de Água	40.000	40.000	
21 2 3 Qualidade da Água das Lagoas das Furnas e das Sete Cidades	80.000	80.000	
21 2 4 Apoio à Implementação das Zonas Vulneráveis	50.000	50.000	
21 2 6 Forn./Instal. Equip. das Redes Monit. Rec. Hídricos S.Miguel e S <sup>a</sup> Maria	750.000	750.000	
21 2 7 Desobstrução e Limpeza de Ribeiras	1.000.000	1.000.000	
21 2 8 Protecção e Intervenções em Lagoas - PORAL	250.000	250.000	
21 2 9 Infra-estruturas de Recursos Hídricos	2.000.000	2.000.000	
21 2 11 Implementação da Directiva Quadro da Água	250.000	250.000	
21 2 12 Estabelecimento Programas Monitorização Regiões Hidrográficas	200.000	200.000	
21 2 13 Implementação da directiva da Gestão das Águas Balneares	80.000	80.000	
<b>21 3 Valorização da Qualidade Ambiental</b>	<b>2.495.000</b>	<b>2.495.000</b>	
21 3 1 Estratégia e Planeamento da Qualidade Ambiental	650.000	650.000	
21 3 2 Controlo e Vigilância Integrada da Qualidade do Ambiente	215.000	215.000	
21 3 3 Rede de Monitorização, Informação e Gestão Ambiental	30.000	30.000	
21 3 4 Sistema Integrado de Gestão de Resíduos dos Açores (SIGRA)	1.600.000	1.600.000	
<b>21 4 Conservação da Natureza</b>	<b>6.683.000</b>	<b>6.683.000</b>	
21 4 1 Conservação da Natureza e Biodiversidade	600.000	600.000	
21 4 2 Ordenamento e Gestão de Áreas Protegidas e Rede Natura 2000	1.800.000	1.800.000	
21 4 3 Regime de Incentivos: Paisagem Protegida da Vinha do Pico	250.000	250.000	
21 4 4 Rede de Jardins Botânicos	1.000.000	1.000.000	
21 4 5 Infra-estruturas de Apoio à Visitação e Gestão das Áreas Protegidas	3.000.000	3.000.000	

## Desagregação por Entidade Proponente

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
21 4 6 Apoio à Cooperação Europeia Inter-Regional	33.000	33.000	
<b>21 5 Formação e Promoção Ambiental</b>	<b>1.810.000</b>	<b>1.810.000</b>	
21 5 1 Informação, Sensibilização e Promoção Ambiental	500.000	500.000	
21 5 2 Sistemas de Informação Ambiental	10.000	10.000	
21 5 3 Rede Regional de Ecotecas	1.300.000	1.300.000	
<b>21 6 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Ambiente</b>	<b>60.000</b>	<b>60.000</b>	
21 6 1 Medidas de Requalificação Ambiental	10.000	10.000	
21 6 2 Formação e Sensibilização Ambientais	50.000	50.000	



## **DESAGREGAÇÃO ESPACIAL**



**Investimento Público 2008**  
**Desagregação Espacial**

Euro

Objectivo/Programa/Projecto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
<b>TOTAL</b>	28.677.699	188.699.242	134.031.315	25.408.348	56.918.207	43.322.402	46.458.037	25.238.721	3.685.223	139.753.695	692.192.888
<b>QUALIFICAR OS RECURSOS HUMANOS POTENCIANDO A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO</b>	3.101.245	38.129.510	24.319.832	2.424.629	6.296.302	6.461.172	9.406.719	1.938.085	122.184	63.010.279	155.209.956
<b>1 DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS EDUCACIONAIS E DO SISTEMA EDUCATIVO</b>		13.500.000	6.750.000		1.900.000	1.950.000		400.000		11.480.341	35.980.341
1.1 Construções Escolares		9.750.000	6.250.000		1.900.000	1.950.000		400.000		4.130.341	24.380.341
1.2 Equipamentos Escolares										2.000.000	2.000.000
1.3 Formação Profissional										550.000	550.000
1.4 Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino Privado										4.100.000	4.100.000
1.5 Tecnologias da Informação										700.000	700.000
1.6 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Educação		3.750.000									3.750.000
1.7 Reparação do Edifício Sede da SREC			500.000								500.000
<b>2 DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA</b>		2.689.821	1.007.798		15.500		259.375			10.771.422	14.743.915
2.1 Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores		2.689.821	1.007.798		15.500		259.375			10.771.422	14.743.915
<b>3 JUVENTUDE, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL</b>	2.946.245	16.289.689	13.717.034	1.714.629	4.000.802	2.686.172	4.652.344	1.143.085		26.800.000	73.950.000
3.1 Juventude	300.000					400.000				3.710.000	4.410.000
3.2 Trabalho e Qualificação Profissional	2.646.245	16.264.689	13.717.034	1.714.629	4.000.802	2.286.172	4.652.344	1.143.085		23.090.000	69.515.000
3.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Juventude e Emprego		25.000									25.000
<b>4 PATRIMÓNIO E ACTIVIDADES CULTURAIS</b>	155.000	3.900.000	1.495.000	710.000	380.000	1.825.000	2.395.000	395.000	122.184	1.622.816	13.000.000
4.1 Dinamização de Actividades Culturais	80.000	785.000	525.000	70.000	80.000	270.000	290.000	60.000	122.184	1.142.816	3.425.000
4.2 Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural	75.000	3.090.000	970.000	640.000	300.000	805.000	1.355.000	335.000		480.000	8.050.000
4.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Cultura		25.000									25.000
4.4 Sismo- Cultura						750.000	750.000				1.500.000
<b>5 DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO</b>		1.750.000	1.350.000				2.100.000			10.965.000	16.165.000
5.1 Instalações e Equipamentos		1.600.000	1.350.000				2.100.000			1.590.000	6.640.000
5.2 Actividades Desportivas										5.925.000	5.925.000
5.3 Promoção e Formação										3.450.000	3.450.000
5.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desporto		150.000									150.000
<b>6 APOIO AOS MEDIA</b>										1.370.700	1.370.700
6.1 Apoio aos media										1.260.700	1.260.700

**Investimento Público 2008**  
**Desagregação Espacial**

Euro

Objectivo/Programa/Projecto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
6.2 Jornal Oficial										110.000	110.000
<b>AUMENTAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA</b>	10.869.100	70.785.085	52.841.894	11.511.674	32.083.527	16.503.134	11.449.400	10.626.682	3.034.093	22.164.559	241.869.149
<b>7 FOMENTO AGRÍCOLA</b>	1.137.768	21.574.184	18.319.777	991.045	7.439.667	3.282.383	4.153.680	1.030.463	272.141	1.739.865	59.940.972
7.1 Infra-Estruturas Agrícolas	461.350	10.828.610	3.281.824	56.400	4.614.417	370.400	2.210.000	110.000	132.000	190.000	22.255.000
7.2 Sanidade Animal e Vegetal	206.300	3.531.350	8.939.050	177.700	739.100	513.900	318.200	220.400		200.000	14.846.000
7.3 Modernizar as Explorações Agro-Pecuárias	101.343	507.103	672.429	89.589	152.700	205.130	443.134	171.788	2.000	249.784	2.595.000
7.4 Reduzir Custos de Exploração Agrícola	368.775	6.707.121	5.426.474	667.356	1.933.450	2.192.953	1.182.346	528.275	138.141	1.100.081	20.244.972
<b>8 APOIO À TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS</b>	203.419	11.821.701	9.587.822	911.690	7.839.151	1.004.299	371.200	672.024	43.744	5.534.950	37.990.000
8.1 Transformação e Comercialização	203.419	11.821.701	9.587.822	911.690	7.839.151	1.004.299	371.200	672.024	43.744	5.534.950	37.990.000
<b>9 DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA</b>	860.311	3.292.421	5.423.005	598.646	4.937.502	5.509.019	1.120.296	1.717.826	261.252	5.484.697	29.204.975
9.1 Diversificação Agrícola	520.336	1.306.174	1.207.744	227.647	3.143.698	4.149.646	530.092	808.689	261.252	4.484.697	16.639.975
9.2 Formação e Informação	50.128	198.924	285.196	86.444	50.127	128.922	50.127	50.132			900.000
9.3 Renovação e Reestruturação das Empresas Agrícolas	289.847	1.722.323	3.930.065	284.555	1.743.677	1.230.451	540.077	859.005		1.000.000	11.600.000
9.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Agricultura		65.000									65.000
<b>10 DESENVOLVIMENTO FLORESTAL</b>	189.500	3.688.250	647.140	356.220	591.600	806.000	443.000	499.290		3.028.852	10.249.852
10.1 Fomento e Gestão dos Recursos Florestais	5.000	145.000	88.000	24.000	40.000	76.000	45.000	32.000		2.544.852	2.999.852
10.2 Infra-Estruturas e Equipamentos Florestais	162.000	3.378.250	456.140	226.220	409.600	425.000	346.000	425.290		221.500	6.050.000
10.3 Uso Múltiplo da Floresta	22.500	165.000	103.000	106.000	142.000	305.000	52.000	42.000		262.500	1.200.000
<b>11 MODERNIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS E DA ACTIVIDADE DA PESCA</b>	2.093.602	11.702.530	6.174.151	2.326.073	996.607	3.043.933	1.838.724	851.079	735.456	2.506.195	32.268.350
11.1 Inspeção e Gestão										1.225.000	1.225.000
11.2 Infra-Estruturas Portuárias	1.702.593	8.000.840	5.060.706	2.062.388	614.723	880.100	878.500	686.520	661.880	1.070.100	21.618.350
11.3 FROTA	33.375	1.175.000	425.000	178.875	37.500	487.500	129.250	104.250	54.250	75.000	2.700.000
11.4 Transformação, Comercialização e Cooperação Externa	195.000	830.000	243.000	33.300	280.000	193.000	210.000	7.560		83.140	2.075.000
11.5 Recursos Humanos	21.470	123.455	46.175	13.665	20.105	22.120	14.690	24.365	11.000	52.955	350.000
11.7 Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas	141.164	1.573.235	399.270	37.845	44.279	1.461.213	606.284	28.384	8.326		4.300.000
<b>12 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO</b>	386.500	8.480.000	7.474.000	811.000	458.000	474.500	868.500	87.000	20.500	595.000	19.655.000
12.1 Promoção Turística	376.500	7.530.000	5.259.000	301.000	438.000	454.500	608.500	77.000	15.500	315.000	15.375.000
12.2 Oferta e Animação Turística	10.000	150.000	15.000	10.000	20.000	20.000	10.000	10.000	5.000	250.000	500.000
12.3 Investimentos Estratégicos		750.000	2.200.000	500.000			250.000				3.700.000
12.4 Informação e Formação										30.000	30.000





**Investimento Público 2008**  
**Desagregação Espacial**

Euro

Objectivo/Programa/Projecto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
18.5 Sismo						1.098.537	1.901.463			4.500.000	7.500.000
<b>19 PROTECÇÃO CIVIL</b>		1.250.000	600.000		165.000	425.000	200.000			5.362.570	8.002.570
19.1 Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB's		475.000	100.000				200.000			200.000	975.000
19.2 Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB's		775.000	500.000		165.000	425.000				400.000	2.265.000
19.3 Formação e Informação										584.750	584.750
19.4 Serviço Regional de Protecção Civil										4.177.820	4.177.820
<b>INCREMENTAR O ORDENAMENTO TERRITORIAL E A EFICIÊNCIA DAS REDES ESTRUTURANTES</b>	13.468.652	54.045.594	41.830.082	9.528.193	17.216.042	15.492.854	19.720.287	10.828.836	488.496	28.723.375	211.342.411
<b>21 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E QUALIDADE AMBIENTAL</b>	990.950	7.327.000	2.710.506	1.414.571	1.487.122	1.427.382	3.378.816	871.426	211.263	2.983.964	22.803.000
21.1 Ordenamento do Território	310.000	3.455.000	1.050.000	410.000	800.000	450.000		135.000	60.000	385.000	7.055.000
21.2 Recursos Hídricos	150.000	1.980.000	900.000		10.704	10.704		59.296	9.296	1.580.000	4.700.000
21.3 Valorização da Qualidade Ambiental	19.000	114.000	386.000	575.000	138.500	9.500	53.265	500.000		699.735	2.495.000
21.4 Conservação da Natureza		1.383.000	50.000	350.000	495.966	875.361	3.139.174	10.753	69.517	309.229	6.683.000
21.5 Formação e Promoção Ambiental	511.950	335.000	324.506	79.571	41.952	81.817	186.377	166.377	72.450	10.000	1.810.000
21.6 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Ambiente		60.000									60.000
<b>22 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO</b>	800.000	220.000								330.000	1.350.000
22.1 LREC		220.000									220.000
22.2 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRHE										155.000	155.000
22.3 Divulgação e Sensibilização das Populações										75.000	75.000
22.4 Comunicações	800.000									100.000	900.000
<b>23 CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESTRADAS REGIONAIS E DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS</b>	585.000	15.196.970	19.841.199	2.185.000	1.535.000	1.302.927	1.390.000	2.408.904	250.000	8.929.411	53.624.411
23.1 Construção e Reabilitação de Estradas Regionais	585.000	10.510.000	19.290.000	2.125.000	1.135.000	410.000	1.010.000	1.960.000	250.000	1.350.000	38.625.000
23.2 Operadores e Segurança Rodoviária		960.000	280.000	5.000		45.000	30.000			1.859.411	3.179.411
23.3 SPRHI		646.970	251.199	55.000	400.000	847.927	350.000	448.904		2.500.000	5.500.000
23.4 Equipamentos Públicos		1.680.000	20.000							3.075.000	4.775.000
23.5 Cartografia										120.000	120.000
23.6 Intervenção Específica em Rabo de Peixe -Estradas		1.300.000									1.300.000
23.7 Requalificação e Ornamentação de Zonas Envoltentes à Rede Viária Regional		100.000								25.000	125.000
<b>24 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS</b>	10.620.000	24.170.000	13.070.000	5.650.000	9.820.000	11.120.000	13.440.000	6.545.000		300.000	94.735.000
24.1 Tráfego de Passageiros Inter - Ilhas	4.620.000	18.720.000	8.820.000	2.100.000	7.980.000	6.720.000	5.040.000			200.000	54.200.000

**Investimento Público 2008**  
**Desagregação Espacial**

Euro

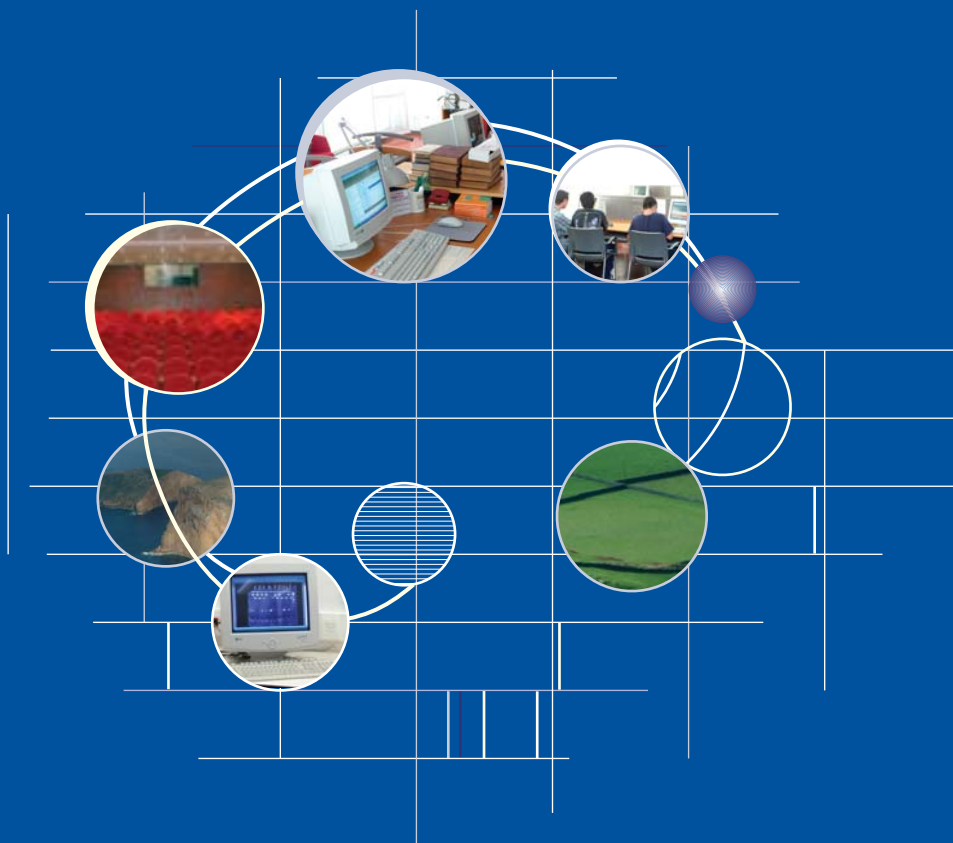
Objectivo/Programa/Projecto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
24.2 Infra-Estruturas Portuárias	6.000.000	5.450.000	4.250.000	3.550.000	1.840.000	4.400.000	8.400.000	6.545.000			40.435.000
24.3 Estudos										50.000	50.000
24.4 Promoção e Dinamização dos Transportes Marítimos										50.000	50.000
<b>25 DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES AÉREOS</b>	472.702	7.131.624	6.208.377	278.622	4.373.920	1.642.545	1.511.471	1.003.506	27.233	15.170.000	37.820.000
25.1 Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários			2.750.000		4.000.000	1.200.000		700.000		12.375.000	21.025.000
25.2 Gestão dos Aeródromos Regionais										2.750.000	2.750.000
25.3 Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas	472.702	7.131.624	3.458.377	278.622	373.920	442.545	1.511.471	303.506	27.233		14.000.000
25.4 Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos										45.000	45.000
<b>26 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SECTOR ENERGÉTICO</b>										1.010.000	1.010.000
26.1 Utilização Regional de Energia										360.000	360.000
26.2 Serviço Público Social										650.000	650.000
<b>AFIRMAR OS SISTEMAS AUTONÓMICO E DA GESTÃO PÚBLICA</b>	65.000	389.000	681.000	45.000	45.000	70.000	70.000	50.000	35.000	9.998.407	11.448.407
<b>27 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL</b>	65.000	389.000	681.000	45.000	45.000	70.000	70.000	50.000	35.000	3.685.000	5.135.000
27.1 Modernização Administrativa			250.000							1.375.000	1.625.000
27.2 Informação de Interesse Público ao Cidadão	65.000	300.000	350.000	45.000	45.000	70.000	70.000	50.000	35.000	1.320.000	2.350.000
27.3 Serviços Sociais		89.000	81.000								170.000
27.4 Cooperação com as Autarquias Locais										725.000	725.000
27.5 Estatística										265.000	265.000
<b>28 PLANEAMENTO e FINANÇAS</b>										4.300.000	4.300.000
28.1 Planeamento e Finanças										4.300.000	4.300.000
<b>30 COOPERAÇÃO EXTERNA</b>										2.013.407	2.013.407
30.1 Cooperação inter-regional										559.407	559.407
30.2 Emigrado/Regressado										280.000	280.000
30.3 Identidade Cultural										921.000	921.000
30.4 Imigrado										253.000	253.000



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente  
Direcção Regional de Estudos e Planeamento

**2008**

# PLANO REGIONAL ANUAL



## PARECERES DOS PARCEIROS SOCIAIS

Outubro

11/2007

PROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2008

**PARECERES DOS PARCEIROS SOCIAIS E DOS CONSELHOS DE ILHA**

	Pareceres Recebidos
Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional	X
União Geral dos Trabalhadores	
Organizações Sindicais não Filiadas nas Centrais	
Organizações Sindicais das Pescas na Região Autónoma dos Açores	
Câmara do Comércio e Indústria dos Açores	X
Associação dos Industriais de Construção e Obras Públicas dos Açores (AICOPA)	X
Federação Agrícola dos Açores	
Associação de Jovens Empresários dos Açores	
Organizações Patronais da Pesca APASA	
Associação de Municípios da RAA	
Associação Nacional de Freguesias	
Misericórdias dos Açores	
Instituições Particulares de Solidariedade Social	
Associações de Defesa do Consumidor (de âmbito regional)	
Associações de Defesa do Ambiente (de âmbito regional)	X
Sector Cooperativo (cooperativas com sede na Região)	
Associações da Área da Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens	X
Universidade dos Açores	X
Representantes da RAA no Conselho Económico e Social	
Personalidades de reconhecido mérito nas áreas de competência do Conselho	
Conselho de Ilha de Sta. Maria	X
Conselho de Ilha de S. Miguel	
Conselho de Ilha da Terceira	X
Conselho de Ilha da Graciosa	X
Conselho de Ilha de S. Jorge	X
Conselho da Ilha do Pico	
Conselho de Ilha do Faial	X
Conselho de Ilha das Flores	
Conselho de Ilha do Corvo	X

## PARECERES RECEBIDOS

## PARCEIROS SOCIAIS

---

**Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses**



## **Parecer da CGTP-IN/Açores Sobre o Plano Regional Anual 2008 para a R. A. dos Açores**

### **I – Apreciação Geral**

A CGTP-IN/Açores constata, uma vez mais, que o Plano Regional Anual 2008 (Ante-Proposta), não apresenta um balanço sistematizado dos níveis de cumprimento dos objectivos anteriormente fixados. É uma situação que importa acautelar na versão final da Proposta.

Este esforço deveria ser seriamente empreendido com vista a possibilitar às entidades representadas no CRCE a emissão de parecer mais fundamentado e mais aderente à realidade e às necessidades da Região Autónoma dos Açores.

Isso contribuiria não apenas para uma maior capacitação dos parceiros sociais e do próprio Governo Regional na identificação das debilidades, mas sobretudo, propiciaria um diálogo mais profundo e enriquecedor sobre as medidas de política capazes de potenciarem um maior desenvolvimento económico e social da Região dos Açores.

A CGTP-IN/Açores regista, por outro lado, uma falta de informação actualizada sobre os indicadores regionais, situação que deveria no futuro ser corrigida. Por exemplo, não é aceitável que os últimos dados de evolução do PIB Regional se refiram a 2004, ou seja praticamente há 3 anos.

Ainda assim, a CGTP-IN/Açores sublinha os resultados que têm vindo a ser alcançados na Região, designadamente no que se refere à aproximação do PIB per capita dos Açores com o da média nacional (80% em 2000 para 88% em 2004). No entanto, o PIB per capita dos Açores deveria ser sistematicamente comparado não apenas com o de Portugal, mas também, com o da média da União Europeia, o que





permitiria avaliar o caminho que tem sido prosseguido em termos de ambição da Região dos Açores para os níveis europeus<sup>1</sup>.

Assinale-se ainda que o crescimento económico da Região, tem vindo a registar uma desaceleração significativa ao longo dos últimos anos (a preços de mercado: 9,1% em 2001; 6,9% em 2002; 4,6% em 2003 e 3,8% em 2004), e que em 2004 ele foi já praticamente nulo, uma vez que o aumento dos preços não teria andado longe daqueles valor<sup>2</sup>.

Ainda que os Açores detenham das mais baixas taxas de desemprego do país (3,8% em 2006), é um facto que se tem assistido, a partir de 2001, a uma subida gradual da taxa de desemprego (de 2,3% em 2001 para valores que rondam os 4% em 2005 e 2006), situação com a qual o CRCE não pode deixar de exprimir a sua preocupação e reclamar medidas que invertam esta tendência.

## **II – Apreciação específica**

### **O Plano Regional Anual 2008**

O documento analisa os principais aspectos da situação económica e social da região e desenvolve as políticas sectoriais para 2008, em termos dos objectivos e áreas de intervenção das políticas públicas e do investimento público.

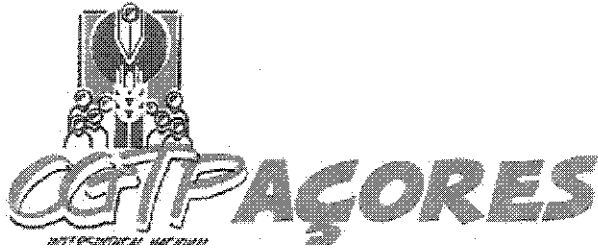
#### **1. Situação da economia internacional e da economia europeia**

Na Ante-Proposta de Plano para 2008 referem-se estimativas para o crescimento da produção mundial da ordem dos 2,5 a 3% (EUA: 2,7%; Japão: 2,1%; China: 10,4%; EUR 27: 2,7% e Área Euro: 2,5%). Assinala-se também que “as organizações internacionais têm apresentado previsões de crescimento económico tendencialmente em baixa” e subsistem ainda a incerteza dos efeitos do crédito hipotecário de alto risco nos mercados financeiros americanos e internacionais, sendo certo que as condições de juro, para as famílias

---

<sup>1</sup> Não se compreende a não comparação com a média da União Europeia, ao contrário do que tem sucedido nos últimos anos.

<sup>2</sup> O aumento dos preços no consumidor, em 2004, foi de 2,7%.



e para as empresas tenderão a ser agravadas no curto e médio prazo.

A incerteza associada à evolução dos preços do petróleo<sup>3</sup> e, a médio prazo, a correcção dos desequilíbrios macro-económicos nos EUA, continuarão a ser referenciados como os principais riscos associados a essas previsões.

A nível mundial e também europeu, as estimativas mais recentes de crescimento da produção mantêm a perspectiva de um abrandamento das economias em 2008, motivado pela crise decorrente do crédito hipotecário de alto risco nos EUA, o que afectará a economia portuguesa, tornando o crédito menos acessível e mais caro para as famílias e para as empresas, o que pressiona a baixa da procura interna e externa e a ausência da retoma do investimento, que tem diminuído sistematicamente ao longo dos últimos anos.

A China continua a contribuir favoravelmente para o crescimento mundial, já que nos anos de 2006, 2007 e 2008 as estimativas de crescimento da produção rondam valores da ordem dos 10%.

Em 2008, as taxas de desemprego na Europa continuarão a níveis bastante superiores aos dos Estados Unidos (da ordem dos 7% contra 5%). No caso da inflação, em 2008, a Europa registará taxas muito semelhantes às dos EUA, embora persistam incertezas quanto à evolução futura dos preços do petróleo.

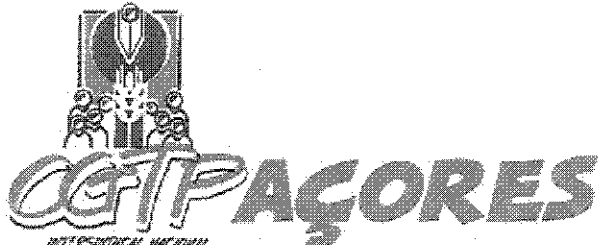
## **2. A economia nacional: Enquadramento de acordo com a apreciação do Orçamento do Estado para 2008**

A apreciação que a CGTP-IN/Açores faz do OE para 2008 é que, a exemplo do que sucedeu em anos anteriores, este Orçamento continua a impor sacrifícios aos trabalhadores e não garante o desenvolvimento do país.

Este Orçamento caracteriza-se pela continuidade das políticas seguidas nos últimos anos em que a preocupação central é o cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento e, em particular, o combate ao défice do Estado. O Governo propõe-se atingir esse objectivo através do corte das despesas públicas com o

---

<sup>3</sup> Ainda que os aumentos possam ser amortecidos pela continuada valorização do euro face ao dólar.



consequente estrangulamento das funções sociais do Estado e do investimento público, com consequências graves na economia nacional e no bem-estar das pessoas.

O Orçamento de Estado para 2008 revela a incapacidade do Governo para definir e concretizar uma estratégia de desenvolvimento.

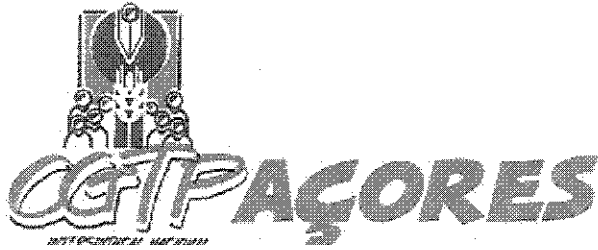
Para conseguir definir prioridades e objectivos capazes de impulsionar o país para o desenvolvimento, através de uma correcta utilização dos recursos disponíveis, seria necessário que o Governo, com critérios de rigor e de justiça social assumisse, por um lado, a situação real em que vivem os portugueses e, por outro, enfrentasse com coragem as mudanças necessárias nas políticas económicas e financeiras.

No entender da CGTP-IN/Açores o OE deveria responder com medidas de mobilização de recursos e de vontades que suportem políticas de investimento capazes de produzir as mudanças necessárias no país. Dar prioridade ao tecido produtivo, ao emprego e salários, dinamizar a contratação colectiva e valorizar os direitos dos trabalhadores e concretizar políticas sociais avançadas que reduzam as desigualdades sociais devem constituir as bases para um crescimento sustentado e para a elevação da produtividade. O OE apresentado não se suporta num enquadramento destes objectivos.

A defesa dos postos de trabalho travando os encerramentos de empresas e as deslocalizações, a modernização das estruturas produtivas com aproveitamento dos recursos e valorizações das produções nacionais, a valorização das políticas industriais, o reforço do investimento público e privado e o fim de uma política de privatizações quer no âmbito empresarial quer na Administração Pública, são políticas indispensáveis, mas o OE não as perspectiva nem incentiva.

No entanto, a proposta de OE representa um orçamento de continuidade e contém um crescimento de 2,2%, mas é de temer que esse objectivo não seja sequer alcançado, sobretudo porque:

- Não há uma política de desenvolvimento que assegure um crescimento sustentado. Acresce que o crescimento do PIB é suportado sobretudo por um forte crescimento das exportações, o que tendo em conta a diminuição do ritmo de crescimento das economias europeias, dificilmente será atingido;



- O aumento das exportações proposta assenta na redução dos custos unitários do trabalho suportada por uma política de baixos salários e num modelo de desenvolvimento ultrapassado;
- Existem razões para pensar que a alta do preço de petróleo vai continuar e afectar negativamente a nossa economia <sup>4</sup>;
- Os valores do investimento público (PIDDAC) constantes nos mapas do Relatório do Orçamento para 2008 são inferiores em 27,4%, em termos nominais, aos do ano anterior. Já em 2007, a quebra do investimento público foi, em termos reais, da ordem dos 15%, face aos valores de 2006.

A consequência deste insuficiente nível de crescimento económico será a incapacidade de ser estimulado o crescimento do emprego. Nesta matéria, a proposta de Orçamento prevê um crescimento do emprego de 0,9%, mantendo-se praticamente inalterada a taxa de desemprego (7,6% em 2008 contra 7,8% em 2007).

### **3. A situação da Região dos Açores**

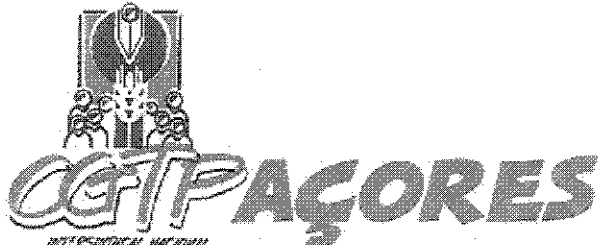
A Ante-Proposta do Plano para 2008 refere uma evolução favorável da economia regional nos últimos anos, com uma aproximação gradual ao PIB per capita nacional (o PIB per capita nos Açores era, em 2000, de 80% do valor médio nacional; em 2004, o correspondente valor era já de 88% (70% no período 1995-98, 75% em 1998-2000 e 83% em 2002).

A CGTP-IN/Açores, embora registando a evolução positiva considera que deverão ser feitos esforços no sentido da diminuição da diferença dos níveis que nos separam do Continente quanto à produção da riqueza por habitante. Como se depreende do documento do Governo, existe ainda um potencial de crescimento na R.A.A. dos Açores quer em termos de actividade da população quer em termos de produtividade.

No que respeita à inflação – embora se disponha de dados apenas para 2006 – verifica-se que acompanha de perto a taxa para o conjunto do país, muito acima da inflação verificada na Área Euro.

---

<sup>4</sup> O pressuposto do preço do barril de petróleo para 2008 é de 74,9 dólares, o que parece demasiado optimista face aos preços actuais.



Sublinhe-se que o documento adianta que a inflação nos Açores, em Agosto de 2007, era de 3,9% (taxa média).

Ainda que na Ante-Proposta nada se refira sobre as previsões da inflação na Região, para o próximo ano, será razoável esperar que o impacto do aumento dos preços do petróleo ainda se continuará a fazer sentir de forma mais agravada na RAA, o que não poderá deixar se ser tomado em consideração pelo Governo e Associações Empresariais na definição das políticas salariais tanto no sector público como no sector privado.

Também a evolução de algumas variáveis económicas indiciam algumas dificuldades crescentes ao nível do investimento, nomeadamente no que se refere ao abrandamento do ritmo do crescimento da habitação (em 2006, as licenças concedidas para habitação foram inferiores em 3,2% às do ano de 1997; entre 2005 e 2006 o número de licenças para habitação baixa 23,3%, passando de 1522 para apenas 1168).

As medidas de políticas sectoriais, constantes no Plano para 2008, inserem-se na continuidade do que tem sido feito nos anos anteriores.

Não existem dados sobre o aproveitamento escolar no ano lectivo de 2005/06. Ainda assim, pela gravidade da situação, exprimimos a nossa opinião manifestada anteriormente nesta matéria: "não podem deixar de ser salientados os baixos níveis de aproveitamento escolar que se têm verificado, ao longo dos últimos anos, no 12º ano. Como se refere no documento do Governo, o aproveitamento escolar no ano terminal do Ensino Secundário tem sido sempre inferior aos 40%, atingindo apenas os 44,6% no ano lectivo de 2003/2004<sup>5</sup>. Apesar da ligeira evolução positiva verificada em 2004/2005, em que o nível de aproveitamento escolar foi de 54,1%, aumentando assim em cerca de 10 pontos percentuais face ao ano anterior, é um facto que esta situação afectará gravemente o futuro dos jovens e o desenvolvimento da própria Região e torna indispensável por parte do Governo Regional o reforço em Programas de actuação específica para reduzir o elevado insucesso escolar.

---

<sup>5</sup> Nos anos lectivos de 2000/01, 2001/02, 2002/03 e 2003/04, os níveis de aproveitamento no ano terminal do Ensino Secundário (12º ano) foram de 41,9%, 49,4%, 45,5% e 44,6%, respectivamente.



A CGTP-IN/Açores salienta, por último, que tal como em anos anteriores não se referem quaisquer aspectos quanto à política salarial para 2008. Esta matéria deveria ser referenciada na Proposta de Plano para 2008 de modo a evidenciar as intenções do Governo Regional. Por outro lado, seria de toda a conveniência serem fornecidos elementos, pelo documento em análise, sobre a evolução recente das políticas salariais e de repartição do rendimento na R.A.A.

A CGTP-IN/Açores sublinhou no ano anterior a importância da preparação cuidada e atempada do novo Quadro de Ajudas da União Europeia, em colaboração com o Governo da República.

As informações disponíveis apontam para atrasos que se verificam na preparação e montagem de toda a logística para o arranque do novo Quadro Comunitário. Também se justificaria que o Governo Regional reforçasse as acções específicas junto dos agentes económicos, para potenciar a utilização máxima dos fundos disponíveis para o desenvolvimento económico e social da Região.

Finalmente, a CGTP-IN/Açores considera que seria de toda a conveniência o reforço da eficácia do acompanhamento da execução de forma a tornar possíveis eventuais alterações para se conseguir maximizar o impacte positivo dos fundos comunitários na Região dos Açores, em proveito da economia regional e dos Açorianos.

Ponta Delgada, 22 de Outubro de 2007

**Câmara do Comércio e Indústria dos Açores**

# **ANTEPROPOSTA DE PLANO PARA 2008**

## **PARECER**

### **1. INTRODUÇÃO**

A proposta governamental de Plano para 2008 é apresentada numa conjuntura económica em que a componente internacional é fortemente marcada por uma escalada do preço do petróleo, que regista recordes contínuos e por uma significativa instabilidade no mercado imobiliário. As recentes previsões do FMI apontam também para um abrandamento económico a nível global.

Relativamente à economia nacional, a recente proposta de orçamento para 2008, já prevê um ligeiro crescimento económico da ordem dos 2.1%, mas ainda longe dos valores dos nossos parceiros comunitários.

Os Açores, enquanto pequena economia aberta e muito interligada à nacional, estão particularmente dependentes e vulneráveis à conjuntura nacional e internacional.

Apesar da envolvente externa não ser muito geradora da confiança dos agentes económicos, há, contudo, alguns elementos endógenos que devidamente potenciados podem contribuir para minimizar os impactos decorrentes desta conjuntura. Referimo-nos ao quadro de estabilidade financeira que a Região dispõe, assegurado nomeadamente pela lei das finanças regionais e pelo Quadro de Referência Estratégico dos Açores, que dispõem de meios financeiros significativos e que utilizados de forma adequada permitirão reforçar a competitividade do nosso tecido empresarial e potenciar a coesão económica e social regional.

A CCIA apresentou as suas propostas, críticas e sugestões às Orientações de Médio Prazo 2005/2008, documento orientador das políticas de investimento público para aquele período. A anteproposta de Plano para 2008 constitui o último ano de programação do referido documento, inserindo-se, conseqüentemente, nas suas linhas orientadoras.

Neste contexto, a nossa apreciação à anteproposta governamental centra-se fundamentalmente, à semelhança do que temos feito com os documentos de programação anuais, na distribuição das verbas afectas aos diversos programas e à sua relação com os respectivos objectivos.

### **2. ANÁLISE GLOBAL**

Um primeiro aspecto que se realça é o de que a anteproposta em apreço apresenta um acréscimo global na sua dotação em 11,63% relativamente ao Plano de 2007. Este crescimento deve-se essencialmente aos aumentos verificados no Programa 3 – Juventude, Trabalho e Qualificação Profissional, com um valor ligeiramente superior em 21 milhões de euros, ao programa 7 – Fomento Agrícola, com mais cerca de 13 milhões, ao Programa 11 –



Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca, com mais aproximadamente 12 milhões e ao programa 15 – Promoção do Investimento e da Coesão, com mais cerca de 11 milhões. Em situação contrária encontra-se o programa 25- Desenvolvimento dos Transportes Aéreos com menos 13 milhões. (Quadro I)

Aguardava-se naturalmente um crescimento global das despesas do plano para 2008, já que o próximo ano marca o efectivo arranque do QRESA, situação que está bem patente ao nível, p.e., da formação profissional e nos apoios ao investimento.

A despesa pública nos Açores continua a ter um peso muito relevante na economia regional por isso o plano de investimentos governamental e as outras despesas públicas assumem uma função estratégica acrescida. Nesse sentido, a despesa pública vai constituir um instrumento privilegiado de dinamização económica e, também, como amortecedor do impacto negativo da actual situação nacional e internacional.

Neste quadro, a existência de maiores dotações é, em princípio, positiva, mas é fundamental que a sua afectação tenha impacto na base económica, tornando-a mais sustentável e competitiva.

Ao nível do peso relativo dos grandes objectivos, comparando o plano de 2007 com a anteproposta para 2008, não se verifica uma alteração muito significativa. (Quadro II)

A CCIA entende salientar que o documento em análise consagra alguns aspectos que a Câmara havia proposto aquando da auscultação aos parceiros sociais e que são importantes para o futuro do nosso desenvolvimento. Encontram-se neste caso, nomeadamente os reforços das dotações para a formação profissional de activos, para a promoção turística e dos produtos, e para os incentivos ao investimento. É um aspecto que realçamos positivamente.

Entendemos reiterar a nossa incompreensão face à continuada existência de projectos desenvolvidos por diferentes departamentos governamentais que, pelo menos aparentemente, prosseguem os mesmos objectivos, questionando-se se não seria mais adequada a sua concentração. A título exemplificativo salientamos os casos do empreendedorismo e da promoção dos produtos regionais, que estão demasiado dispersos para serem eficazes.

Salienta-se que o quadro relativo à desagregação por objectivos (página 69) contém um erro, certamente por lapso, no que se refere ao Programa 9 – Diversificação Agrícola, uma vez que o somatório do Plano e dos outros fundos não corresponde ao total do investimento.

### **3. ANÁLISE PROGRAMA E PROJECTOS**

Passamos a fazer uma análise mais detalhada dos programas e projectos e acções previstas nas áreas directa e indirectamente relacionadas com as actividades que a CCIA representa.

## **QUALIFICAR OS RECURSOS HUMANOS POTENCIANDO A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO**

A educação e a qualificação profissional são áreas fundamentais para que se possa melhorar a competitividade da nossa economia, criar novas actividades inovadoras e com maior componente tecnológica e modernizar as unidades existentes.

A qualidade do ensino, apesar dos esforços que têm sido feitos, continua a não satisfazer as necessidades das empresas. É importante aumentar as competências dos jovens. Certamente aumentando o período de escolaridade, mas fundamentalmente criando uma cultura de maior exigência, de mais rigor.

Iguais princípios se deve aplicar ao ensino profissional, que necessita de alcançar um novo patamar de qualidade e exigência, tão importante para a qualificação dos quadros empresariais.

### **Programa 2 - Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica**

Temos manifestado um conjunto de preocupações sobre esta área, que se encontram espelhadas nos pareceres emitidos sobre os diversos documentos de programação anual. Congratulamo-nos pela aposta significativa na actividade científica e tecnológica, mas gostaríamos de a ver mais direccionada para o meio empresarial, uma vez que actualmente ela tem pouco impacto na actividade económica e a sua interligação com o tecido empresarial é muito reduzida.

A prevista criação de parques tecnológicos, que merece o nosso apoio, deve ser, desde o início, objecto de uma acção concertada com os agentes económicos, através das suas estruturas representativas, estando esta Câmara disponível e interessada em colaborar nestes projectos de modo a terem uma grande aceitação e participação do tecido empresarial.

Estão previstos apoios à empregabilidade e formação de licenciados, doutorados, para acesso a bolsas de estudo, estágios etc, através da acção 2.1.3 (Apoio à Formação Avançada). No entanto, neste plano encontramos outras acções que se afigura terem o mesmo objectivo como são os casos de 3.2.16 (Planos de Transição para a Vida Activa) e 15.1.6 (Apoio ao Empreendedorismo). Não se estará perante casos de sobreposição, pelo menos parcial?

### **Programa 3 – Juventude, Trabalho e Qualificação Profissional**

Tendo em consideração as actividades que a Câmara representa, a nossa análise relativamente a este programa centra-se nas áreas do trabalho e da qualificação profissional.

O Programa relativo à qualificação profissional é efectivamente o que apresenta o maior crescimento, comparado com o plano de 2007, em valores absolutos. A aposta nesta área é positiva, pois sem qualificação dos recursos humanos não é possível melhorar a competitividade da nossa economia. (Quadro I)

Relativamente à dotação para a “reconversão, actualização e profissionalização de activos” há um evidente crescimento, situação igualmente verificada ao nível da formação inicial. É uma opção que consideramos positiva e que corresponde ao que esta Câmara vem propondo.

Com os meios significativos existentes, o importante é que se opte por formação profissional que tenha impacto directo na melhoria das competências dos trabalhadores e conseqüentemente no funcionamento das empresas. Não queremos fazer formação só por fazer formação e porque há recursos disponíveis. É indispensável que no final deste quadro se tenha alterado substancialmente o panorama existente nesta área, que é de baixas qualificações a nível geral.

A CCIA considera indispensável que haja formação conjugada com consultoria, em algumas áreas. As experiências que temos tido nesta área, ao longo dos tempos, aconselham mesmo o seu incremento, pois os resultados revelaram-se muito satisfatórios. Trata-se de uma área que exige um know how muito especializado e um conhecimento muito concreto do meio empresarial. Esta actividade deve ser desenvolvida exclusivamente por especialistas, mesmo que isso signifique um custo maior. Este tipo de actividade, para ser eficaz, deve ser desenvolvida por entidades idóneas e com competências nesta matéria.

A CCIA discorda frontalmente da possibilidade da consultadoria às empresas poder ser realizada por escolas profissionais. As escolas profissionais não estão vocacionadas para este fim nem dispõem, na generalidade, de recursos humanos adequados para o efeito.

No Plano de 2007 estava prevista uma verba de 10,45 milhões de euros destinada à formação profissional. Essa rubrica não aparece nesta anteproposta. (Quadro III)

## **AUMENTAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA**

Este grande objectivo passa a ser o que tem maior dotação e, conseqüentemente, peso nas despesas do plano (34,9%). (Quadro II) Este reforço é fundamentalmente derivado dos aumentos verificados nos programas relacionados com o fomento agrícola, com as pescas e com a promoção do investimento e da coesão.

### **Programa 12- Desenvolvimento do Turismo**

Num contexto em que o turismo nos Açores necessita de consolidar alguns mercados e de captar novos é indiscutivelmente necessário uma aposta muito forte na promoção.

A acção 12.1.6 - campanhas publicitárias, conhece um crescimento significativo vindo ao encontro desta necessidade, o que a Câmara realça positivamente. (Quadro IV)

Prevê-se o estudo e implementação de sinalética relacionada com rotas temáticas. É importante e positivo. Mas é prioritário que crie, uniformize e instale sinalética relacionada com informação turística comum a toda a região, numa parceria que deverá incluir as autarquias.

### **Programa 13 – Desenvolvimento Industrial**

Este programa sofre um pequeno acréscimo na sua dotação ( 65.000 euros), a que corresponde um aumento de 5.86%. No entanto, importa realçar que este programa representa apenas 0.5% do total deste grande objectivo. Este é o segundo programa com menor dotação. (Quadro V)

### **O Programa 14 – Desenvolvimento do Comércio e Exportação**

Este programa conhece um acréscimo percentual muito significativo, no que se refere ao projecto relativo à vertente da promoção externa dos produtos regionais. Apesar do reforço verificado, importa salientar que este programa representa apenas 0.7% da dotação global deste grande objectivo. (Quadro VI)

Não podemos deixar de registar positivamente tal opção, que vem ao encontro do que a Câmara tem vindo, reiteradamente, a propor, uma vez que é necessário criar melhores condições para a exportação dos nossos produtos.

Continuamos a não entender a existência de outros programas, desenvolvidos por diferentes departamentos governamentais, vocacionados também para a promoção dos produtos regionais, como é o caso da acção 9.1.3 – Promoção de Produtos Açorianos, da responsabilidade da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas. A nossa sugestão passa pela concentração de recursos na entidade que está melhor vocacionada e tem competência específica nesta área, ou seja a Secretaria Regional da Economia, o que permitiria, certamente, uma acção mais eficaz.

### **Programa 15 – Promoção do Investimento e da Coesão**

Este programa apresenta um crescimento substancial em termos absolutos ( mais 11.215.000 euros ). (Quadro VII)

Este programa compreende uma verba substancial (quase metade do total do programa) para apoios à coesão e às parcerias público privadas. Deveriam ser claramente explicitadas as acções a desenvolver.

### **Programa 30 – Cooperação Externa**

Na vertente da cooperação externa, a CCIA entende que deveria haver uma maior cooperação entre a administração pública e as estruturas associativas empresariais em aspectos de interesse para as empresas.

Temos vindo a propor reiteradamente uma mudança clara. As questões comunitárias são um exemplo negativo do que vem acontecendo nesta matéria. A nossa posição é que deve haver uma concertação prévia – Governo e estruturas associativas - sobre os assuntos que dizem respeito às empresas.

Nesta proposta constatamos a existência de diversas iniciativas mas quase todas de carácter governamental, sem qualquer ligação ao sector empresarial. Propomos a alteração desta política.

#### **4. EM SÍNTESE**

Reconhece a CCIA que esta ante proposta está globalmente mais voltada para o sector produtivo do que planos de anos anteriores e que contempla, também, algumas das pretensões que a Câmara tem vindo a defender, numa perspectiva de melhorar o enquadramento para o desenvolvimento da actividade empresarial e da economia regional.

Açores, 22 de Outubro de 2007

A Direcção

Carlos Alberto da Costa Martins

**Associação dos Industriais de Construção e  
Obras Públicas dos Açores (AICOPA)**

**Exmo. Senhor:**

Dr. Carlos Maia Machado  
Secretário-Geral do Conselho Regional  
de Concertação Estratégica  
Rua Dr. José Bruno Tavares Carreiro, s/n  
– 4.º andar  
9500-119 Ponta Delgada

Ponta Delgada, 25 de Outubro de 2007

N.Ref. n.º 429/2007

**Assunto: Plano Regional Anual para 2008 – Ante – proposta**

Exmo. Sr. Dr.

No seguimento do pedido de parecer a esta Associação sobre a ante proposta do Plano Regional Anual para 2008, apresentada na reunião do Conselho Regional de Concertação Estratégica realizada a 28 de Setembro, a AICOPA, na sua qualidade de parceiro social, enquanto entidade representativa do sector da construção civil e obras públicas nos Açores, vem endereçar a V. Exa., a sua avaliação sobre o documento em análise.

Não obstante ter sido efectuada uma desagregação das rubricas que constituem o PRA para 2008, com vista a determinar o impacto que cada uma destas terá no sector da Construção Civil, é possível constatar a efectivação de um aumento geral dos valores de investimento público para o ano que se avizinha na ordem dos 12,36%, acréscimo este que certamente se traduzirá como veículo impulsionador para o desenvolvimento da economia regional, reforçando a confiança dos empresários que, sem receio, prepararão as respectivas empresas para enfrentar os desafios lançados por uma política voltada para o desenvolvimento económico, convergência e valorização dos recursos humanos.

Analisando concretamente os valores atribuídos que directamente incidirão sobre o sector que representamos – a Construção Civil e Obras Públicas, e se exceptuarmos o peso dos valores circunscritos ao projecto Portas do Mar (11,28% do valor total de investimento na construção Civil em 2007, e 5% em 2008), o valor remanescente do investimento programado para a Construção Civil em 2008, no total de 228.267.964 €, traduz-se num aumento de cerca de 2% comparativamente com o do ano transacto.

Relativamente às verbas inscritas na rubrica 15.1.1 – SIDER – no valor de 25.000.000,00 €, para pagamento de incentivos concedidos no âmbito dos diversos sistemas de apoio à actividade económica regional, regista-se um aumento de 30,55% relativamente ao ano de 2007, cujo valor atingiu os 19.150.000,00 €.

Apraz-nos constatar que, no geral, o aumento do orçamento da Região para o ano de 2008 é significativo, pois verifica-se ao fim de dois anos, um crescimento dos valores do investimento público na ordem dos 23%, comparativamente ao considerado para o ano de 2006.

Esta melhoria representa uma importância crucial, se tivermos em conta que se espera um franco aquecimento da economia com impacto no sector da Construção Civil, pela utilização plena dos incentivos introduzidos pelo QRESA – Quadro de Referência Estratégico para os Açores por parte dos empresários regionais.

Esperando que a realização orçamental atinja a sua plenitude, podemos reconhecer que o orçamento proposto no documento em análise corresponde às expectativas conservadas pelo sector.

Sem outro assunto de momento, apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

Pl'ó Presidente da Direcção

José F. M. Ventura, *Dr.*



**Associações de Defesa do Ambiente**  
(de âmbito regional)

## Parecer sobre o Plano Regional Anual, da RAA, para 2008

Da análise da Situação Económica e Social da Região (capítulos introdutórios do PRA 2007 e 2008), retiramos alguns índices da evolução da economia açoriana:

**2003>>>>>2004>>>>>2005>>>>>2006>>>>>Variação anual** (%=2006/2004:2=)

<b>Receitas correntes</b>					
	543.....	590.....	687.....	+ 13%	
<b>Despesas correntes</b>					
	504.....	216.....	533.....	+ 3%	
<b>Electricidade</b>					
	703.....	750.....	780.....	+5%	
<b>Cargas</b>					
	2.740.....	2.810.....	2.839.....	2.869.....	+1%
<b>Turismo dormidas</b>					
	926.....	1.083.....	1.246.....	1.277.....	+9%

Daqui se entende uma positiva evolução na continuidade, em que o principal factor de crescimento se encontra nas receitas correntes (13%) que derivam de resultados extraordinários à economia visto que todos os índices são muito mais modestos.

É de aguardar que, com os efeitos de alavanca do IV QCA, os próximos anos apresentem resultados bastante mais favoráveis, mas é preocupante a recessão no turismo, cuja qualidade apresenta sintomas de degradação que traduzem um crescimento muito sustentado mas um desenvolvimento de fraca sustentabilidade.

A degradação dos preços da hotelaria clássica não só põe em risco a sobrevivência das unidades de pequena dimensão (50 quartos) por efeito de dumping das maiores (> de 100 quartos) como afecta a viabilidade económica de todas, gerando fenómenos de gestão por austeridade e conseqüente perda de qualidade e dependência da massificação.

Este fenómeno resulta de um crescimento descontrolado cujo ritmo manteve, nos últimos anos, o crescimento da oferta muito superior à elasticidade da procura.

O problema é que esta realidade, para além de ser contrária às intenções da região no próprio discurso do GRA, cria embalagens negativas muito difíceis de corrigir, a curto prazo, sem ser pelos efeitos indirectos da quebra de investimento cuja atractividade vai diminuindo.

Assim se entendem a contradição dos valores enunciados neste Plano 2008, em que, acriticamente se cita para 2006 um crescimento da procura de 2,5% e um decréscimo da oferta de 4,8 %.

Assim, temos:

2003	2004	2005	2006	Varição anual (%>2006/2004:2=)
<b>Turismo €/quarto</b>				
44€	43€	30€	30€	-15%
Passageiros Terrestre				
100	99	101	95	-2%
Passageiros Marítimo				
467	468	461	435	-4%
Passageiros Aéreo				
771	822	839	876	+3%

Aqui, o turismo de cruzeiros e os passageiros marítimos, irão certamente ter novo fôlego com as “Portas do Mar” e aquisição de novos barcos, mas espera-se que haja o cuidado suficiente para precaver externalidades negativas do turismo de cruzeiros, a título de exemplo: o destino e preço dos Resíduos Sólidos correspondentes a muitos dias de viagem destas “populações flutuantes” têm de contribuir financeiramente para diluir e diminuir a taxa de lixo das populações locais, servindo de balão e nunca de peso acrescido para a implementação das melhores práticas da sua gestão.

Também se constata a total falência do **TER**, nosso sector turístico de maior valia ambiental, social e económico, devido às suas enormes externalidades positivas que rivalizam com a falta de viabilidade interna que justifica a maximização de estímulos (sustentação=incentivos até atingir a sustentabilidade). Referimo-nos ao Turismo em Espaço Rural, quase o único sector que algumas ilhas podem utilizar e a maior valia daquelas que, por acréscimo ao turismo clássico, melhor o podem potencializar.

Assim, temos:

	TER	outros	TOTAL
2001	<b>249</b>	454	<b>703</b>
2002	251	475	726
2003	238	427	665
2004	271	444	715
2005	308	265	573
2006	<b>271</b>	403	<b>674</b>

Este, contrariamente às modestas intenções de duplicação anual dos anteriores governos (duplicação anual: passando de nada a quase nada, a até atingir 1, 2, 4 % a caminho de uma estruturação e saturação do sector) estagnou no crescimento/decréscimo nulo.

Isto indica que os novos projectos surgem a um ritmo inferior aos anteriores projectos falidos, isto é, falta de sustentação que conduz a falta de sustentabilidade, ao

que corresponde a falência da actuação do GRA na vertente desta prioridade estratégica.

No respeitante a índices do sector primário, temos:

**2003>>>>>2004>>>>>2005>>>>>2006>>>>>Variação anual** (%>2006/2004:2=)

<b>Leite</b>				
492.....	491.....	500.....	506.....	+2%
<b>Carne bovino</b>				
22.076.....	19.230.....	20.369.....	19.864.....	+2%
<b>Carne porco</b>				
5.798.....	5.364.....	5.688.....	4.611.....	-7%
<b>Carne aves</b>				
3.318.....	3.565.....	3.720.....	3.964.....	+6%
<b>Peixe (toneladas)</b>				
10.013.....	11.042.....	9.256.....	11.361.....	+1%
<b>Peixe (€)</b>				
23.729.....	23.915.....	26.409.....	15.605.....	-17%

O que representa, novamente, uma significativa estagnação na “evolução na continuidade”.

Aqui também não se vislumbram quaisquer efeitos de revolução estratégica face aos desafios que o sector terciário deveria trazer, que a subsídio dependência deveria impor, que as alterações climáticas irão exigir.

Desde logo nota-se a mais radical ausência de mudança de paradigma da economia tradicional para uma nova estratégia do futuro, mesmo face aos enormes riscos, a curto prazo, do sector leiteiro (fim das quotas protectoras) e do Turismo (Alterações Climáticas versus condicionantes do transporte aéreo).

Sente-se o adiar de novas ideias, de novas estratégias, simbolizadas pelo ERDSA (Estratégia Regional para um Desenvolvimento Sustentável), que, na sequência de Joanesburgo, estando prevista a sua definição para 2005, confinou-se à publicação de um “livro” contributo de textos prévios para este desafio que o GRA ainda não assumiu.

Passemos às questões mais estritamente ambientais deste plano & orçamento para 2008:

Aqui passamos de um orçamento do plano de 2007 de 18.223.000 € para 22.803.000 € em 2008, isto é, um aumento de 25%.

Ora este “aumento” comporta um **desvio positivo global de 4,5 milhões de euros**, que contém uma **diminuição de 1,5 milhões na Conservação da Natureza** (sintoma MUITO preocupante) e o acréscimo de cerca de 1,4 milhões nas vertentes do Ordenamento do Território, Recursos Hídricos, Qualidade Ambiental e SIGRA.

Estes aumentos seriam muito satisfatórios, aliás compatíveis com a % de aumento global do Plano (+17%) se o ponto de partida fosse aceitável porque sustentável e suficiente.

Desde logo realçamos a diminuição, em vez do incremento das verbas destinadas à Conservação da Natureza, que faz presumir uma viragem política do GRA ao mercantilismo economicista.

Segue-se o SIGRA/PEGRA que anteriormente não tinham expressão no orçamento do GRA, daí derivando o estado medieval da gestão de resíduos nos Açores, e que, em termos de despesas de projectos e planos, obteve um orçamento sem expressão de 102.000 euros em 2007, agora para 2008 com orçamento de 1.600.000 euros.

Parece um aumento infinito de 1,5 mil %, mas 1.500 sobre nada pode ser nada, quando comparado com o orçamento do **PEGRA, cujo arranque de implementação deveria conduzir a valores 10 a 50 vezes superiores aos aqui propostos.**

Neste contexto, continuamos a esperar ver reflectido nos planos e orçamentos futuros, reais preocupações e alternativas às passadas e presentes estratégias de crescimento na continuidade, ao arranque da elaboração e implementação de uma Estratégia Regional de Desenvolvimento Sustentável, realista face ao presente e preventiva face às previsíveis alterações de conjuntura futura (alterações climáticas, leite e turismo), assente numa sólida gestão dos nossos recursos financeiros e naturais, que incluem melhores práticas na gestão dos Resíduos Sólidos e Recursos Hídricos, entre outros.

Certos de que não é fácil encontrar nestes planos a realidade total dos mesmos, por incapacidade de os cruzar com os fundos comunitários que os potenciam e com os segredos da governação (por exemplo não é neles que vislumbramos os milhões gastos na aquisição de terrenos na Lagoa das Furnas), esperamos que a realidade seja bem melhor do que parece.

Mesmo assim insistimos no balanço crítico que deve ser feito ao sector do Leite e do Turismo, na urgência e pertinência da elaboração da ERDSA, e na recuperação do carácter ainda de parente pobre, quer nos recursos quer nas responsabilidades e peso relativo, da SRAM no GRA.

O CRESA é uma oportunidade e um desafio e este governo está em fim de vida para ... eventualmente renascer e herdar a sua herança.

Melhores cumprimentos

Ponta Delgada, 20 de Outubro de 2007

Veríssimo Borges (pela Direcção do Núcleo de S. Miguel da QUERCUS)

**Associações da Área da Igualdade de Oportunidades  
para Mulheres e Homens**



Tendo-nos sido solicitado parecer relativamente à Anteproposta do Plano Regional para 2008, temos a dizer o seguinte:

Ao contrário do que já aconteceu em anos anteriores, nomeadamente em 2005, não houve neste plano a inclusão de um item alusivo ao apoio às vítimas de violência doméstica, ou até, de uma forma mais geral, apesar de se prever um capítulo relativo à questão da Igualdade de Oportunidades, nada se diz quanto à Igualdade de Género, isso não obstante a necessidade imposta pelo plano regional contra a violência doméstica em se trabalhar especificamente nesta área. Nestes termos, não se contemplam um conjunto integrado de medidas que visem a promoção da igualdade de género, nomeadamente na área da formação, ou o melhorar o apoio às vítimas de violência doméstica, como aconteceria se fossem tomadas medidas específicas na área da habitação. De facto, a existência de casas-abrigo, pelas suas características específicas, nomeadamente a permanência meramente temporária, não é, por si só, suficiente para colmatar as necessidades, infelizmente, existentes na área da habitação.

Impunham-se assim medidas mais concretas e específicas que visassem integrar estas mulheres e os seus filhos e filhas em programas específicos de habitação social, permitindo-se, por exemplo, a existência de quotas na atribuição deste tipo de habitação, bem como apresentar medidas de promoção da igualdade de género no âmbito, por exemplo, da formação escolar ou de formação no âmbito



de grupos de formação profissional.

Neste sentido, somos de opinião que deverá o anteprojecto ser alterado, acrescentando-se dentro do capítulo “Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades” um item relativo à questões da Igualdade de género e de combate à violência doméstica.

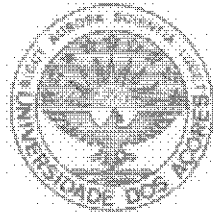
UMAR

Clárisse Canha

(Em representação das Organizações da área da Igualdade)



**Universidade dos Açores**



## UNIVERSIDADE DOS AÇORES

### PARECER

Analisada a Ante - Proposta do Plano Regional para 2008, elaborada pela Direcção Regional de Estudos e Planeamento, verifica-se que na desagregação do Investimento Público para 2008, estão inscritos :

Objectivo - Qualificar os Recursos Humanos Potenciando a Sociedade do Conhecimento

Programa 2 -Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica

Projecto 2 1 - Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores

Acção 2 1 10 - Apoio à Instalação do DOP - UA e Campus de Angra

Investimento - 1.668.515 euro

Plano - 262.370 euro

Outros Fundos - 1.406.145 euro

De acordo com o referido documento, "O Plano para 2008 reforça, ainda o apoio do Governo Regional ao desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores, incluindo uma comparticipação para as obras de construção do edifício dos Serviços Sociais de Angra do Heroísmo e o financiamento das obras de remodelação do Hospital Walter Bensaúde, na cidade da Horta, para a instalação do Departamento de Oceanografia e Pescas e a dinamização do Parque Tecnológico do Faial".

A Direcção Regional da Ciência e Tecnologia no ofício ref. SAI DRCT 00950 de 1 de Agosto, próximo passado, solicitou à Universidade dos Açores o envio de toda a documentação pertinente para a preparação do processo relativo ao apoio do Governo Regional dos Açores às obras de remodelação do antigo Hospital Walter Bensaúde.

A Universidade dos Açores, em ofício datado de 16 de Agosto, N/Ref. 5927, formalizou o pedido de apoio ao Governo Regional, informando que de acordo com o projecto de execução, aprovado pelo Ministério da Ciência e Ensino Superior, o total do investimento previsto é de 5.615.667 euro (cinco milhões, seiscentos e quinze mil, seiscentos e sessenta e sete euro), incluindo edifício, infra-estruturas e arranjos exteriores, equipamentos, fiscalização e revisão do projecto. Será de referir que o montante de investimento previsto para 2008 é de 4.368.029 euro (quatro milhões trezentos e sessenta e oito mil, e vinte e nove euro).

De acordo com a programação financeira prevista, a componente de financiamento do PIDDAC, inscrita no Programa 2 "Investigação Científica e Tecnológica" e atribuída às novas instalações do DOP é de 500.000 euro para 2007, e de 465.000 euro para 2008. Assim, foi solicitado ao Governo Regional que assumisse a componente nacional não assegurada pelo Governo da República, bem como a candidatura a fundos comunitários, através do quadro de referência estratégico dos Açores (QRESA 2007-2013).

Para 2008, e de acordo com a programação financeira prevista para a execução do projecto é de :

Comparticipação OE - PIDDAC	832.942 euro
Governo Regional	534.251 euro
Comparticipação Comunitária	3.000.836 euro
<b>Total</b>	<b>4.368.029 euro</b>

Assim, venho solicitar a sua atenção para a divergência entre o valor inscrito na ante proposta do Plano Regional para o investimento na remodelação do Antigo Hospital Walter Bensaude em 2008 no total de 1.668.515 euro (incluindo o Campus de Angra do Heroísmo - Edifício dos Serviços Sociais) e o valor previsto para a execução do projecto que é de 4.368.029 euro.



Luís Manuel Vieira de Andrade

O Representante da Universidade no C.R.C.E.

CONSELHOS DE ILHA

---

**Conselho de Ilha de Sta. Maria**



# CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição 9580 Vila do Porto  
Santa Maria - Açores

## PARECER DO CONSELHO DE ILHA SOBRE A ANTE-PROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2008

O Conselho de Ilha de Santa Maria, reunido no dia 22 de Outubro de 2007 para se manifestar sobre a ANTE-PROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2008, deliberou, por unanimidade dos presentes, o seguinte:

1. Concordar, na generalidade, com o teor da anteproposta em análise.
2. No que respeita à ilha de Santa Maria, gostaria de ver abertas e/ou reforçadas rubricas que contemplassem as seguintes áreas:
  - a) **Programa 1 - DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS EDUCACIONAIS E DO SISTEMA EDUCATIVO**  
Gostariamos de ver atribuída verba para a construção de um Auditório na EB 2,3/S de Santa Maria.
  - b) **Programa 4 - PATRIMÓNIO E ACTIVIDADES CULTURAIS**  
No corpo do Ante-Projecto é referenciada a intenção de se proceder a obras de consolidação do forte de S. João Batista, na Praia Formosa, no entanto não se vê espelhada qualquer verba destinada a este efeito no mapa de desagregação espacial.
  - c) **Programa 7 - FOMENTO AGRÍCOLA e Programa 8 – APOIO À TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS.**  
No que respeita ao abastecimento de água à lavoura, contrariamente ao compromisso assumido, não vemos orçamentada verba para a abertura de um furo de captação de água para reforço da rede pública.



# CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição 9580 Vila do Porto  
Santa Maria - Açores

Gostaríamos, também de ver assegurada verba suficiente para a construção de infra-estruturas, aquisição de equipamentos e um eventual aumento da rede de frio, por forma a satisfazer não só os requisitos da certificação da carne IGP bem como da certificação de produtos da marca azul.

d) **Programa 12 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO**

Consideramos a verba para o Projecto Oferta e Animação Turística insuficiente e no que respeita à verba prevista para o Projecto Promoção Turística, entende-se que se deve privilegiar a complementaridade com a Ilha de S. Miguel, enfatizando as singularidades marienses.

e) **Programa 17 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL**

Gostaríamos que fosse atribuída verba no Projecto Aquisição de Equipamento de Apoio a Idosos, nomeadamente para aquisição de viatura adaptada para transporte.

No Projecto Equipamento de Apoio à Infância deveria ser atribuída verba para dotar o actual Infantário da Santa Casa da Misericórdia com as condições mínimas exigíveis para abertura de Creche.

f) **Programa 21 - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E QUALIDADE AMBIENTAL**

Entende-se ser necessária a consignação de verba para a realização de obras de protecção da orla costeira da Maia.

Não foi considerada qualquer verba no Projecto Conservação da Natureza apesar de se considerar urgente a intervenção no combate às espécies infestantes em zonas protegidas como o Barreira da Faneca e lugar do Castelo na Maia.





# CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição 9580 Vila do Porto  
Santa Maria - Açores

f) **Programa 24 - CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TRANSPORTES  
MARÍTIMOS**

Entendemos haver necessidade de realizar um plano de intervenção para a Baía de Vila do Porto com o objectivo de promover a reorganização espacial, a requalificação ambiental e a consolidação de taludes.

Vila do Porto, 22 de Outubro de 2007.

**O CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA**

**Conselho de Ilha da Terceira**



## CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

Praça Velha – 9701-857 Angra do Heroísmo • Telef. (295)212131/2/3 • fax (295) 212107

A

Exmº Senhor  
Secretário Regional Adjunto do Vice-  
Presidente  
Caminho do Meio, 58 – São Carlos  
9701-853 ANGRA DO HEROÍSMO

Sua referência  
1076  
Prº. 3/14

Sua Comunicação  
2007.09.28

Nossa referência  
N.º  
Proc.

Data  
2007-10-09

**ASSUNTO:** Ante-Proposta do Plano Regional Anual para 2008

Relativamente ao assunto em epígrafe, junto remeto a V. Exª. o parecer da Ante-Proposta do Plano Regional Anual para 2008, aprovado, por unanimidade, em reunião ordinária realizada hoje no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Conselho.

### Parecer do Conselho de Ilha/Terceira

O Conselho de Ilha, reunido no dia 9 de Outubro de 2007 no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo para analisar a ante-proposta do Plano Regional Anual para 2008, deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1. O investimento global previsto para a ilha Terceira na ante-proposta do Plano para 2008 é o maior desde a instauração do regime autonómico, representando cerca de 20% do total da Região, com um crescimento de 15% face ao ano anterior e um valor per capita de 2400,58€;

SECRETÁRIO REGIONAL ADJUNTO DO VICE-PRESIDENTE	
Entrado em	10 de Outubro de 2007
Registo Nº	2361 Proc. Nº 3/14





A

## CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

Praça Velha – 9701-857 Angra do Heroísmo • Telef. (295)212131/2/3 • fax (295) 212107

2. Apesar do Conselho considerar que, nalguns aspectos, se poderia ter ido mais longe, os investimentos previstos correspondem, na sua generalidade, às expectativas criadas pelos agentes económicos e pela população da Terceira realçando ainda o incremento da cooperação com as autarquias da Ilha;
  
3. O Conselho de Ilha entendeu realçar as seguintes obras:
  - Conclusão de remodelação da Via Vitorino Nemésio;
  - Reabilitação da E. R. 3 – 1ª Angra – Biscoitos;
  - Conclusão da construção da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba;
  - Início da construção da E. B. 2, 3 Francisco Ferreira Drumond;
  - Participação financeira para as despesas da U. A. Com o edifício de Acção Social;
  - Conclusão da execução das empreitadas de “Requalificação e Modernização da Aerogare Civil das Lajes”;
  - Melhoria da rede de distribuição de energia eléctrica e ampliação da capacidade de transformação da subestação da Vinha Brava;
  - Construção de novos caminhos agrícolas, melhoria do abastecimento de água à lavoura e distribuição de energia eléctrica às explorações;
  - Melhoria dos portos de pesca e apoio à frota pesqueira;
  - Apoio ao comércio e indústria;
  - Início das obras de ampliação do quartel de bombeiros de Angra do Heroísmo;
  - Início da requalificação da urbanização da Nossa Senhora de Fátima;
  - Aquisição dos terrenos para a construção do novo hospital.
  
4. Todavia, não pode o Conselho de Ilha deixar de considerar que a construção do novo Hospital deva merecer maior atenção por parte do Governo Regional, sendo que, na próxima Legislatura, aquela importante infra-estrutura deva estar já em face de conclusão;





## CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

Praça Velha – 9701-857 Angra do Heroísmo • Telef. (295)212131/2/3 • fax (295) 212107

5. Pese embora a generosidade da ante-proposta, o Conselho entende que a fase de análise deveria ser anterior à sua apresentação em sede de Concertação Social de forma a poder incluir eventuais alterações de importância relevante para a Ilha;
6. Foi formulado uma recomendação para que, dentro dos condicionalismos existentes, seja feito um esforço no sentido de quantificar os objectivos decorrentes deste significativo volume de investimento, não apenas ao nível macroeconómico como também incluindo aspectos sociais e ambientais;
7. O Conselho de Ilha entende que, tendo em conta os considerandos acima referidos, deve dar parecer favorável à ante-proposta do Plano Anual para 2008, por qual estão contemplados os principais pilares de desenvolvimento da Ilha.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente do Conselho

António Gabriel Fraga Martins Maio



Angra do Heroísmo  
PATRIMÓNIO MUNDIAL  
Desde 1983

**Conselho de Ilha da Graciosa**



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA**  
9880-352 SANTA CRUZ DA GRACIOSA -- AÇORES

*[Handwritten signatures and notes in the top right corner]*

## **CONSELHO DE ILHA DA GRACIOSA**

----- No dia dezasseis do mês de Outubro do ano dois mil e sete, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Ilha da Graciosa, em sessão ordinária, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, com a seguinte ordem de trabalhos: Ponto único- Parecer sobre a ante-proposta do Plano Regional Anual para 2008 do Governo da Região Autónoma dos Açores.-----

-----Verificado o quórum constatam-se as presenças de Luís Manuel de Lemos Reis, José Ramos de Aguiar, Victor Manuel de Melo Fonseca Mendes, Tomás Cunha Picanço, Valdemiro Manuel Melo Santos, Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos, Luís Henrique Silva, Euclides Diamantino Ferreira Carquejo, João Manuel Vasconcelos Mendonça e João Manuel Teixeira Bettencourt-----

----- Faltaram os senhores Manuel António Silva Ataíde Silveira e Carlos Silveira do Canto Brum -----

----- Presente o Deputado Regional Luís Henrique Silva e justificaram a sua ausência os deputados Regionais Manuel Avelar Cunha Santos e José Manuel Gregório Ávila.-----

----- Ponto Único – Parecer sobre a ante-proposta do Plano Regional Anual para 2008 do Governo da Região Autónoma dos Açores: O Conselho de Ilha, por unanimidade, aprovou as propostas apresentadas pelo Presidente da Câmara, José Ramos Aguiar, *“Ao analisar o Plano Regional Anual 2008 (Ante-Proposta), essencialmente no que à ilha Graciosa diz respeito, verifica-se que em termos globais e comparativamente com os três últimos anos, há um aumento significativo das verbas para a Graciosa*

*o que, em nosso entender, é bom. Por coincidência, este aumento só se verifica no último ano de governação do actual executivo regional.*

*Contudo, tão ou mais importante do que a previsão orçamental é a execução e, por isso, esperamos que no final de 2008 possamos congratular-nos com os resultados obtidos.*

*No entanto, e não obstante o aumento das verbas globais, não queremos deixar de chamar a atenção do Governo Regional para compromissos assumidos por este e que não encontram cobertura orçamental na actual Ante-Proposta, ou seja, aquando da última visita estatutária à Graciosa, entre 10 e 12 de Setembro último, o Governo comunicou aos Graciosenses que:*

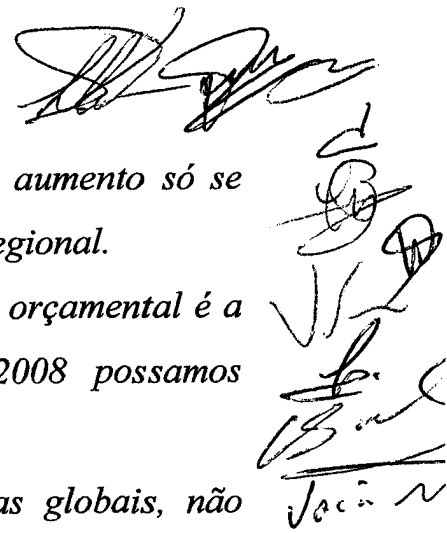
*“4. Autorizar o lançamento do concurso da empreitada de requalificação do Largo da Beira-Mar da Vitória por um preço base de €330.000,00 e por um prazo de execução de seis meses.”*

*“5. Autorizar o concurso para a reabilitação de 3,4km da rede viária regional, via de acesso ao Porto da Calheta e Aeroporto, Caminho da Igreja e Caminho das Courelas, pelo valor base de €1.500.000,00 e por um prazo de execução de doze meses.”*

*“6. Autorizar a elaboração do projecto de reabilitação da Estrada Regional Limeira- Porto Afonso na extensão de 10kms.”*

*Para estas acções o plano contempla €2.125.000,00 ou seja €1.830.000,00 para as duas primeiras, sobrando assim €295.000,00 para a terceira o que julgamos manifestamente pouco.*

*Também foram dadas “orientações à empresa “Ilhas de Valor” para proceder ao lançamento do concurso público para a reabilitação e*

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature at the top and several smaller ones below it, some with initials like 'Joc' and 'R'.



*requalificação das Termas do Carapacho, no valor estimado de €1.500.000,00”, bem como “proceder ao lançamento do concurso para aquisição do equipamento e do mobiliário necessário para o funcionamento do Hotel, em fase de construção na ilha Graciosa, com valor estimado de €1.000.000,00.”*

*Também aqui temos dívidas relativas à cobertura orçamental destas despesas, pois caso estas saiam do “Sistema de Incentivos e Apoio à Coesão”, então o investimento no hotel terá de ser retardado pois como se sabe aquela obra custa mais de €5.000.000,00.*

*Foi incumbida a “Direcção Regional de Ordenamento do Território de instruir os processos de aquisição dos terrenos para o novo Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa”. Contudo, nesta Ante-Proposta de Plano não vislumbramos verbas para esta aquisição, estão inscritos apenas €991.650,00 para a sua construção.*

*Estes são apenas alguns exemplos dos compromissos já assumidos pelo Governo Regional e que não encontram cobertura orçamental nesta Ante-Proposta.*

*No entanto, julgo que o Governo Regional ainda está em tempo de alterar esta situação de forma a cumprir com aquilo que ele próprio anunciou.*

*Gostaria ainda de chamar a atenção, correndo o risco de ser apelidado de só apresentar “lamúrias” ou ter “momentos depressivos”, que é através do Plano Regional que se tomam decisões políticas de melhoria nos transportes marítimos de passageiros para a nossa ilha, bem como nos transportes aéreos, nomeadamente, com um voo ao Domingo durante todo o ano. Espero que estas reivindicações unânimes dos graciosenses sejam tratadas com o devido respeito e encontrem solução por parte do Governo Regional”, e por João Manuel Mendonça, em nome das Associações Agrícolas da Ilha Graciosa: “Analisado o Plano Regional*

*Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature at the top and several smaller ones below, some with names like 'João' and 'Mendonça' partially visible.*

Anual 2008 (Ante – Proposta), no que diz respeito à área da agricultura, algumas lacunas foram encontradas, nomeadamente no abastecimento de água à lavoura não se vislumbra verba alguma orçamentada para esta área, embora na visita do Governo que ocorreu à Ilha Graciosa nos dias 10, 11 e 12 de Setembro último, o Senhor Secretario Regional da Agricultura e Florestas demonstrou em palavras grandes intenções em investir nesta área, minimizando assim este velho problema, talvez um dos maiores para solucionar, não passou das palavras à acção.

Outra área que em nosso entender é insuficiente, são os caminhos agrícolas, contemplada com uma verba de 56.400 mil euros, quando o comunicado do governo da última visita à Graciosa apresenta uma verba de 70 mil euros para o caminho da serrinha e uma verba de 190 mil euros para os caminhos florestais da furna do enxofre e o de acesso ao parque florestal da caldeira, deixando cair também a opção de melhorar novas acessibilidades, como por exemplo o caminho dos vales, impenetrável a máquinas agrícolas.

Em rubricas fundamentais como, modernizar as explorações agropecuárias, ou ainda, sanidade animal e vegetal, a Graciosa possui verbas muito inferiores por exemplo à Ilha de Santa Maria ou à Ilha das Flores; Também na rubrica diversificação agrícola, a Ilha das Flores recebe quatro vezes mais do que a Ilha Graciosa e a Ilha de Santa Maria recebe o dobro, novamente ficamos aquém das expectativas criadas, como no apoio à cultura da vinha, ao alho, à meloa, ou outros que se queiram desenvolver”

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão do Conselho de Ilha da Graciosa e elaborada a presente acta que, depois de lida em voz alta e aprovada, irá ser assinada por todos os presentes. -----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

*[Handwritten notes and signatures in the right margin]*

Juan Manuel de la Cruz  
Valencia, España, el día 10 de Mayo de 1875  
D. Juan Manuel de la Cruz  
D. Juan Manuel de la Cruz  
D. Juan Manuel de la Cruz

✓  
d  
10  
V. C.

**Conselho de Ilha de S. Jorge**

# CONSELHO DE ILHA DE S. JORGE

## PARECER

O Conselho de Ilha de S. Jorge, na sua reunião do dia 16 de Outubro de 2007, decidiu emitir um parecer negativo à Ante-Proposta do Plano para 2008 do Governo Regional dos Açores, pese embora os valores nele inscritos, uma vez que questões reivindicadas por este Conselho de Ilha, de há alguns anos a esta parte, não tem merecido, por parte do Governo Regional, a devida atenção.

Investimentos estratégicos, fundamentais ao desenvolvimento desta comunidade, não estão a ter o tratamento, por nós, esperado.

É do entendimento do Conselho de Ilha que, a intervenção que urge fazer no Aeródromo de S. Jorge deverá ter como objectivo, transformá-lo em aeroporto onde possam operar aeronaves de maior porte. Acresce o nosso desagrado por não sermos informados de quais as reais intenções e objectivos que o Governo Regional tem para esta infraestrutura.

Em relação às infraestruturas portuárias, entendemos que o Porto Comercial de S. Jorge, deve, com urgência, ser alvo de uma ampliação significativa, que responda às necessidades da Ilha e com perspectivas de futuro. Neste capítulo, entendemos ainda que o Porto do Topo deverá ser alvo de uma ampliação, por forma a permitir a operacionalidade de barcos de passageiros e a sua consequente integração, na rede de transportes de passageiros do Grupo Central.

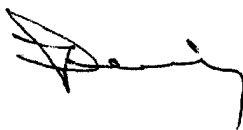
Questões como a Gare Marítima de passageiros do Porto da Calheta e o Ecomuseu, bem como todas as focadas em anterior memorando, não se encontram devidamente contempladas.

O Conselho de Ilha de S. Jorge, vê, também, com preocupação, que, ao contrário de algumas outras Ilhas, não estão contempladas quaisquer verbas para investimento estratégico, na área do Turismo.

Esta proposta foi aprovada por maioria, com 2 (dois) votos contra.

Velas, 16 de Outubro de 2007

O Presidente do Conselho de Ilha,



**Conselho de Ilha do Faial**

## **CONSELHO DE ILHA DO FAIAL**

### **APRECIÇÃO DO PLANO ANUAL PARA 2008**

#### **PARECER**

No exercício da competência prevista na alínea g) do artigo 18º do Decreto Legislativo Regional nº 21/99/A de 10 de Julho e por solicitação da Comissão Permanente da Economia, nos termos da alínea f) do Estatuto Político-Administrativo e do artigo 130º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Conselho de Ilha do Faial, reunido na cidade da Horta no dia 17 de Outubro de 2007, em sessão ordinária, apreciou a proposta de Decreto Legislativo Regional – “Plano Regional Anual para 2008 Ante-Proposta”, tendo deliberado por unanimidade produzir o seguinte parecer:

- O Conselho de Ilha considera positivo os vários investimentos que têm vindo a ser realizados no Concelho, como:
  - A Escola Secundária Manuel de Arriaga;
  - A Biblioteca Pública e Arquivo;
  - A 1ª fase da Variante à Cidade;
  - A Reabilitação de Estradas Regionais;
  - A continuação das obras referentes ao sismo e à reconstrução das Igrejas;
  - E outros investimentos a decorrer no Concelho.
- Da apreciação do Plano para 2008, observa-se a concretização de projectos estruturante para o desenvolvimento sócio-económico do Concelho, como:
  - As novas Instalações do DOP;
  - O Parque Desportivo do Faial;
  - O projecto Tribuna da República/Casa Manuel de Arriaga;
  - A conclusão do abastecimento de água ao perímetro Feteira/Castelo Branco;
  - A construção de infra-estruturas de apoio ao sector das pescas;
  - A ampliação do Clube Naval da Horta;
  - O Reordenamento do Porto da Horta.



Da análise do Plano e do ainda significativo volume das verbas não desagregadas, não é perceptível se neste documento estão contempladas obras tão importantes como:

- Bloco C do Hospital da Horta;
- 2ª Fase da Variante à Cidade;

Verifica-se com alguma preocupação que continua a não haver nenhuma referência à ampliação do Aeroporto da Horta. A evolução deste processo, a par do reordenamento do Porto (já contemplado no Plano), é uma necessidade imperiosa para o desenvolvimento sustentado do Faial, e conseqüentemente, da Região.

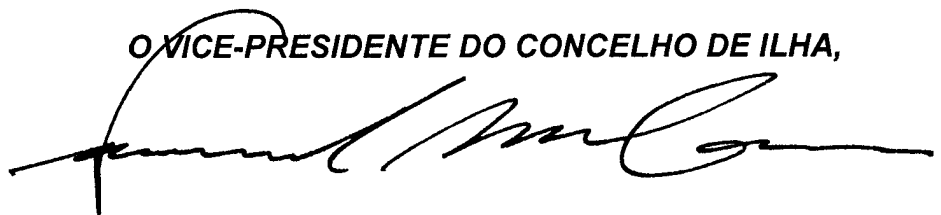
Por outro lado continuam a não ser contemplados alguns importantes investimentos como:

- Pousada da Juventude;
- Complexo Termal do Varadouro;
- Centro de Aditologia;
- A reconstrução da Igreja do Carmo.

Constata-se também com alguma preocupação que no que se refere à "PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO E DA COESÃO", existe um desequilíbrio acentuado, entre as volumosas dotações atribuídas a algumas ilhas (que não são propriamente ilhas de coesão) em que o Faial também é contemplado mas com valores muito reduzidos, o que condiciona o desenvolvimento harmonioso da Região.

Horta, 19 de Outubro de 2007

**O VICE-PRESIDENTE DO CONCELHO DE ILHA,**



*Fernando Rodrigo Goulart de Vargas Guerra*



**Conselho de Ilha do Corvo**



Conselho de Ilha

9980-024 CORVO (AÇORES) - Tel. 292 990 200 Fax 292 965 120 Email: concelho@ilha.corvo.pt  
N.º Fiscal 512 085 937

ENT-VPGR/200 7/18157

Proc.º 1

Data 17.10.07

Ex.mo Senhor  
Secretário Regional Adjunto  
do Vice-Presidente  
Palácio dos Capitães Gerais  
Largo Prior do Crato  
9701-902 ANGRA DO HEROISMO

Sua Referência	Sua Comunicação	Processo	Nossa Referência	Data
			599	2007-10-10

ASSUNTO: **PARECER SOBRE A ANTE-PROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2008.**

Em resposta ao V. ofício de 28 de Setembro com a ref. N.º 1076, o Conselho de Ilha do Corvo, reuniu no dia 9 do corrente e por unanimidade deu um parecer positivo sobre a Ante-proposta do Plano Regional Anual para 2008.

No entanto e também por unanimidade os Conselheiros lamentaram que não estivesse contemplado na Ante-Proposta os referidos assuntos:

- Apoio à habitação jovem;
- Apoio à habitação degradada;
- Apoio à construção do Espaço Cultural Multi-usos.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho de Ilha

**Fernando António Mendonça de Fraga Pimentel**